



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS

**OS OLHARES DOS(AS) ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA FREI MENANDRO KAMPS - TRÊS BARRAS/SC SOBRE A
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

FLORIANÓPOLIS
2024

REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS

**OS OLHARES DOS(AS) ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA FREI MENANDRO KAMPS -TRÊS BARRAS/SC SOBRE A
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Fernandes da Silva

FLORIANÓPOLIS

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Santos, Reginaldo Antonio Marques dos
Os olhares dos (as) estudantes do ensino médio da
Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps - Três
Barras/SC sobre a violência contra as mulheres / Reginaldo
Antonio Marques dos Santos ; orientadora, Carolina
Fernandes da Silva, 2024.
263 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Violência contra as mulheres; 3. Educação
formal; 4. Femicídio; 5. Três Barras. I. Silva, Carolina
Fernandes da. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Reginaldo Antonio Marques dos Santos

**OS OLHARES DOS(AS) ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA DE
EDUCAÇÃO BÁSICA FREI MENANDRO KAMPS -TRÊS BARRAS/SC SOBRE A
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 29 de fevereiro de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Carolina Fernandes da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina (DEF/CDS/UFSC)

Orientadora

Prof. Dr. Ademir Valdir dos Santos

Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/CED/UFSC)

Examinador

Prof. Dr. Sandro Luiz Bazzanella

Universidade do Contestado (PGDR/UNC)

Examinador

Prof. Dr. Amurabi Pereira Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC)

Suplente

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.(a), Dr.(a) Carolina Fernandes da Silva

Orientadora

FLORIANÓPOLIS, 2024.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que não se calam diante das injustiças e que lutam pela construção coletiva, pela cooperação, pela dignidade.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é o resultado de esforços de muitas pessoas, e neste momento, se torna crucial agradecer a todos aqueles (as) que sonharam junto comigo. Primeiramente, minha família, que acompanhou de perto os “nãos” da trajetória até a minha aceitação em um curso de Mestrado. Aos meus pais, Antonio e Cida, que tiveram a coragem de permitir que seu filho mais velho deixasse a roça, no momento em que mais precisavam de sua ajuda, para que eu pudesse seguir estudando na cidade.

À Adriana, minha companheira de todos os momentos, este título é muito mais dela do que meu. Ao meu filho Bruno, às minhas filhas Tayná e Julia, desejo com todas as minhas forças um mundo menos violento para vocês e todas as próximas gerações. Meu irmão Ronaldo, minha irmã Regiane e demais familiares, vocês são a minha fortaleza.

À professora Carolina, que me abriu as portas da Universidade Federal de Santa Catarina, uma das melhores instituições da América Latina, da qual me orgulho de fazer parte. Agradeço-lhe por tornar possível a realização deste sonho, conduzindo com maestria minhas dificuldades, ansiedade e toda a intensidade circunscrita em um trabalho comprometido com a educação pública de qualidade. As orientações iniciaram em um momento desafiador para a humanidade, mas que, graças à ciência, estamos superando gradativamente.

Acredito que professores (as) podem transformar a vida das pessoas. Sou imensamente grato a todos. De maneira especial, à professora Natália Zawadski (*in memoriam*), que, quando eu concluía o 4º ano do Ensino Fundamental na Escola Isolada Valinhos, no município de Canoinhas/SC, propôs aos meus pais que me permitissem seguir estudando.

Dos três professores que mais admiro nesta existência, dois, compõem a banca neste momento especial. O professor Sandro Luiz Bazzanella, um ser humano que assume cotidianamente seu compromisso com a educação, com a política, com a sociedade, com a vida em todas as suas dimensões, me demonstrou que havia, e há, uma imensidão do desconhecido a ser explorada. O professor Ademir Valdir dos Santos, o qual conduziu momentos incríveis de aprendizagem, de empatia, de generosidade, de amizade. Certamente um dos grandes nomes da educação deste país que tanto precisa de pessoas comprometidas. A frase que dizia em nossos

encontros tornou-se também um mantra de luta pela educação: “Eu quero um mundo mais Ademir!”

Aos colegas das disciplinas de História da Educação Brasileira e História de Instituições Escolares obrigado pelo apoio, pelo companheirismo e amizade.

À Secretaria de Estado da Educação (SED) pelo apoio financeiro do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU/FUNDES – Pós-graduação), investimento importantíssimo na trajetória da pesquisa.

À todas as instituições e pessoas da comunidade parceiras na organização das Campanhas Agosto Lilás.

À direção, professores, estudantes e comunidade escolar da EEB Frei Menandro Kamps, que apoiaram e caminharam comigo nesta jornada de lutas, promovendo campanhas, eventos e uma série de ações mesmo diante de adversidades. Esse título é nosso. De maneira especial, aos 18 jovens que aceitaram o convite de participar desta pesquisa. Sintam-se abraçados (as)!

“Homens sozinhos, sem outros para apoiá-los, nunca tiveram poder suficiente para usar da violência com sucesso” (Arendt, 2022 p. 61-2).

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as representações incorporadas pelos estudantes do Ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres. Para tanto, os objetivos específicos visaram: Conhecer o fenômeno da violência contra as mulheres e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC; Identificar como a violência contra as mulheres se apresenta no imaginário social dos (as) estudantes da Escola Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC; e, Analisar quais os posicionamentos dos (as) estudantes de ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC quanto a violência contra as mulheres. As principais referências teóricas foram: Saffioti (2015;1987;2001), Arendt (2022), Butler (2021;2022), Singulano (2018) e Vaz (2012). Quanto à metodologia, a pesquisa foi desenvolvida na Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, Três Barras/SC. A coleta de dados foi realizada com três grupos focais compostos por 18 estudantes do ensino médio. O *corpus* documental se constituiu com base na transcrição dos dados dos grupos, tendo como técnica a análise de conteúdo temática, conforme proposta de Bardin (2011). Neste sentido, emergem como resultado, duas categorias principais: 1] Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres; 2] Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres. Os resultados apontam para representações de intolerância à violência, mesmo em contextos de reconhecimento por parte dos (as) estudantes sobre a reprodução e naturalidade, principalmente, para crianças que crescem em lares violentos. Ou seja, não incorporam as reproduções. Todos (as) os participantes tiveram (tem) convívio com situações de violência, dentre estes, cinco participantes foram vítimas diretas, ainda compondo o quadro de 17 integrantes que presenciaram violência nas próprias famílias, como agressões sofridas pela mãe, avó, madrasta, irmã, tendo um deles, perdido duas mulheres da família por feminicídio. Embora relatem fatores que potencializam a violência, como o uso de bebidas alcoólicas e drogas, a principal causa da violência apontada pelos (as) participantes é a falta de educação de qualidade. Neste sentido, compreendem a educação formal como a principal ação de combate à violência praticada contra as mulheres, sugerindo rodas de conversas, palestras, projetos, eventos culturais etc. Não obstante, apontam como consequências das violências praticadas contra as mulheres, diversos problemas psicológicos oriundos do convívio em lares violentos, tanto como vítima, como presenciando agressões contra familiares. Conclui-se que há necessidade de enfrentamento coletivo da violência contra as mulheres e das forças que a promovem. Neste sentido, combater os preconceitos e desigualdades, oferecer educação pública de qualidade, são alguns requisitos básicos para que a sociedade brasileira saia da condição de expectadora e passe a agir na condição de combatente. A instituição escola sozinha e precarizada não terá poder suficiente diante da gravidade do problema.

Palavras-chave: educação formal; feminicídio; intolerância; violência contra mulheres; Três Barras.

ABSTRACT

This research general objective was to comprehend the incorporated representations made by students in the high school at the Frei Menandro Kamps Basic Education School, in the city of Três Barras/SC about the violence against women. The specific objectives aim to: Know the phenomenon of violence and their characteristics related with the reality students face in the high school at the Frei Menandro Kamps Basic Education School, in the city of Três Barras/SC; Identify how the violence against women appears in the social imaginery of students at the Frei Menandro Kamps Basic Education School, in the city of Três Barras/SC; and to analyse what are the thoughts of students in the high school at the Frei Menandro Kamps Basic Education School, in the city of Três Barras/SC about the violence against women. The main theoretical source were: Saffioti (2015;1987;2001), Arendt (2022), Butler (2021;2022), Singulano (2018) and Vaz (2012). As for the methodology, this research was developed at the Frei Menandro Kamps Basic Education School, in the city of Três Barras/SC. The data collect was realized with 3 (three) focal groups made by 18 (eighteen) students in the high school. The documentary *corpus* was constituted based in the data transcription of the groups, the technique of analysis was the thematic content analysis, proposed by Bardin (2011). As result, two main categories emerges: 1] Personal experiences with violence against women; 2] Challenges and possibilities of school and their individuals in the combat of violence against women. The answers indicates intolerance against violence, even in context of students knowledge about reproduction and commonness of violence, mainly for childs who grow up in violent homes. In other words, they do not cohere with the reproduction. Every participant had already been in contact with violent scenes, with 5 (five) of them being victims, along with other 17 (seventen) participants who witness violence inside their families, as aggression targeted to their mother, grandmother, stepmother, sister, with 1 (one) of them having lost two women of their family by femicide. Despite to acknowledge violence enhancers, like drugs and alcohol, the main causes of violence indicated by the participants are the lack of quality education. They also comprehend the formal education as the main form to combat the violence against women, proposing circles of conversation, lectures, projects, cultural events, etc. The students reports the consequences of violence against women as a variety of psychologic disorders, that emerges of the interaction with violence, being a victim or a watcher. The conclusion is that it's necessary to collectively face the violence against women and their encouragers. For this accomplishment, the combat of prejudice and inequality and the oportunity of quality public education are some of the basic requirements for the brazilian society act as a combatant instead of watcher. The school institution is precarized and has no power against this massive problem by itself.

Keywords: formal education; femicide; intolerance; violence against women; Três Barras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Notícia sobre feminicídios no Planalto Norte no 1º trimestre de 2023.....	63
Figura 2 – Campanha Agosto Lilás 2022	84
Figura 3 – Matéria jornalística sobre a Campanha Agosto Lilás 2021	85
Figura 4 – Divulgação da Campanha Agosto Lilás 2021 na mídia regional	86
Figura 5 – Campanha Agosto Lilás 2021 em destaque no site do município de Três Barras.....	87
Figura 6 – Campanha Agosto Lilás 2022 em destaque no site do município de Três Barras.....	88
Figura 7 – Campanha Agosto Lilás 2022 em destaque no JMais TV	89
Figura 8 – Campanha Agosto Lilás 2023 em destaque no site do município de Três Barras.....	90
Figura 9 – Campanha Agosto Lilás 2023 em destaque no JMais TV	91
Figura 10 – Notícia de feminicídio no distrito de São Cristóvão	118
Figura 11 – Notícia de corpo de mulher com sinais de violência.....	119
Figura 12 – Notícia da morte da mãe de vítima de feminicídio.....	120
Figura 13 – Notícia de agressão contra mulher no distrito de São Cristóvão.....	121
Figura 14 – Notícia de feminicídio e morte de agressor no distrito de São Cristóvão	122
Figura 15 – Notícia de violência contra mulher e criança no distrito de São Cristóvão	123
Figura 16 – Notícia de agressão contra a mulher no distrito de São Cristóvão.....	124
Figura 17 – Notícia de agressão e ameaça de morte contra mulher no distrito de São Cristóvão	125
Figura 18 – Notícia de tentativa de feminicídio e suicídio no distrito de São Cristóvão	126
Figura 19 – Notícia de mulher em cárcere privado em Três Barras	127
Figura 20 – Notícia de alerta para abusos sexuais contra crianças em Três Barras	128
Figura 21 – Notícia sobre índices de feminicídio na região	129
Figura 22 – Notícia apontando Três Barras como município mais violento na região para as mulheres.....	130
Figura 23 – Capa de HQ de estudante da EEBFMK	136

Figura 24 – Categorias finais.....	162
------------------------------------	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterizando os (as) participantes dos grupos focais	105
Quadro 2 - Contexto social dos grupos	107
Quadro 3 - O que é violência para os (as) jovens	139
Quadro 4 - Causas da violência conforme os (as) estudantes	141
Quadro 6 – Consequências da violência praticada contra as mulheres	148
Quadro 7 – Ações para o enfrentamento da violência.....	150
Quadro 8 – O papel da escola no enfrentamento da violência	153
Quadro 9 - Categorias Intermediárias	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Registros de ocorrências de violência contra as mulheres em Três Barras	72
Tabela 2 - Incidência de violência contra a mulher no Planalto Norte Catarinense.	131
Tabela 3 – Presença da violência contra as mulheres	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Contexto dos grupos focais	106
Gráfico 2 - Dados sobre trabalho e renda dos participantes	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABdC	Associação Brasileira de Currículo
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ACT	Admitido em Caráter Temporário
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEBFMK	Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps
FUMDES	Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LMP	Lei Maria da Penha
NEM	Novo Ensino Médio
OVMSC	Observatório da Violência contra a Mulher no Estado de Santa Catarina
PCSC	Proposta Curricular de Santa Catarina
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SED	Secretaria de Estado da Educação
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SSPSC	Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	VIOLÊNCIA, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO	32
2.1	O QUE É VIOLÊNCIA?	32
2.2	CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO E AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO	49
2.2.1	Definição dos termos que caracterizam os estudantes de ensino médio: jovens e adolescentes	49
2.2.2	Ensino médio: o que há de novo no “novo”?	56
2.2.3	As relações patriarcais de gênero e a violência contra as mulheres no contexto brasileiro e tresbarrense	62
2.3	A TENDÊNCIA DA REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ENTRE OS JOVENS E OS DESAFIOS DA ESCOLA PARA SEU ENFRENTAMENTO	73
3	METODOLOGIA	80
3.1	DESCREVENDO O CAMPO DE ESTUDOS: A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FREI MENANDRO KAMPS.....	81
3.2	COLETA DOS DADOS	92
3.2.1	A pesquisa documental	92
3.2.2	Os grupos focais	94
3.2.3	O roteiro de apoio	98
3.3	ANÁLISE DOS DADOS	101
3.3.1	As interações nos grupos focais	101
3.3.2	Questionário individual	104
3.3.3	O <i>corpus</i> de análise: apresentando os grupos focais	105
3.4	ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	111
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	114
4.1	O CAMPO DE ESTUDOS E AS MULHERES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA 115	
4.1.1	Três Barras/SC: aspectos socio-históricos e econômicos do município no Planalto Norte Catarinense	115

4.1.2 Aspectos jurídicos da violência contra as mulheres na legislação brasileira	131
4.2 AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: CAUSAS, CASOS, CONSEQUÊNCIAS E ENFRENTAMENTO	138
4.2.1 As percepções dos (as) jovens sobre a violência e suas causas	138
4.2.2 A violência no imaginário social dos (as) estudantes da EEBFMK	145
4.2.3 O posicionamento dos (as) estudantes para o enfrentamento da violência praticada contra as mulheres	150
4.3 DA VIVÊNCIA AOS GATILHOS: UMA SÍNTESE DO POSICIONAMENTO DOS (AS) JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA AS MULHERES	156
4.4 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO COTIDIANO DA JUVENTUDE E SUA APOSTA NA EDUCAÇÃO FORMAL	161
4.4.1 Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres	163
4.4.2 Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres	179
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	188

1 INTRODUÇÃO

Para apresentar a problemática da pesquisa de forma abrangente, é fundamental contextualizar o histórico acadêmico do pesquisador. Este breve relato visa destacar as experiências e os saberes que o conduziram à presente investigação. Nascido em Canoinhas, Santa Catarina, o autor vivenciou sua infância no campo, onde cursou o ensino fundamental I na Escola Isolada Valinhos. No ensino fundamental II e médio, por conta de dificuldades financeiras familiares, mudou-se para residir com avós e tios na cidade, concluindo sua formação. As condições socioeconômicas da época o impedem de finalizar o curso de Música na Universidade do Contestado (UNC) – Câmpus Porto União – SC, após dois anos de estudo, em 2014. No entanto, a oportunidade de uma bolsa de estudos pelo Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SED) de Santa Catarina, permitiu o ingresso e a graduação em Ciências Sociais na UNC - Câmpus Mafra – SC. Durante o curso, teve a oportunidade de participar de um Projeto de Iniciação Científica na área da Filosofia, culminando na publicação do artigo “*Linguagem, filosofia, literatura e poesia no pensamento de Giorgio Agamben*” (Bazzanella; Santos, 2018). A dinâmica do curso de Ciências Sociais proporcionou ao autor a participação em diversos eventos acadêmicos, atuando como membro da comissão organizadora e diretor social do Centro Acadêmico Walter Marcos Knaesel Birkner. Os encontros promovidos despertaram uma série de interesses e reflexões que o direcionaram para estudos sobre o desenvolvimento regional, com foco nas Secretarias de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina¹ (SDRs). Paralelamente, o curso de Ciências Sociais proporcionou o primeiro contato com a temática da diversidade, que se aprofundou na pós-graduação *lato sensu* em Educação e Diversidade no Instituto Federal de Santa Catarina – Campus

¹ A proposta de criação das SDRs, idealizada pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira (*in memoriam*), visava combater as desigualdades regionais por meio da descentralização política e administrativa do estado catarinense. No entanto, a efetividade dessa política pública tornou-se questionável, pois em muitas regiões as desigualdades aumentaram, conforme demonstrado na tese: “Santa Catarina: desenvolvimento, desigualdades regionais e ação do Estado no início do século XXI” (Rodolfo, 2016).

Canoinhas/SC. A monografia “*O papel da educação na prevenção da violência contra a mulher no município de Canoinhas-SC*” (Santos, 2021) resultou dessa experiência. A escolha dessa temática se deu pela necessidade de conhecer melhor a realidade da violência contra a mulher no município, dada a escassez de dados atualizados sobre o tema. É importante destacar a existência e a relevância de estudos sobre a violência contra as mulheres em Canoinhas, conduzidos pelos (as) pesquisadores (as): Maria Luiza Milani (Milani, 2019; 2022), Jairo Marchesan, Sandro Luiz Bazzanella, Danielly Borguezan e José Grein Junior (Marchesan *et al*, 2015).

As provocações que germinaram dos estudos canoinhenses motivaram debates, textos e apresentações, impulsionando o pesquisador a aprofundar seus conhecimentos no contexto do próprio município onde reside e leciona, Três Barras/SC. A oportunidade de trabalhar no município surgiu em 2020, através de um contrato temporário como professor, que se estendeu pelos anos seguintes. Além disso, a pesquisa foi motivada por eventos trágicos próximos à realidade do pesquisador como professor, como a perda por violência de uma ex-aluna e sua mãe. O ex-namorado da aluna não aceitando o fim do relacionamento, dirigiu-se à casa da estudante e, na tentativa de salvar a filha, a mãe também foi ferida e faleceu posteriormente. O crime ocorreu menos de duas horas após o encerramento da 1ª Campanha Agosto Lilás, uma ação coletiva realizada pela equipe da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps (EEBFMK) em 2021, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Polícias Civil e Militar. Com o objetivo de contribuir no contexto educacional com as medidas integradas de prevenção previstas na Lei 11.340/2006, a campanha visava promover a reflexão crítica acerca da violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres.

A compreensão da violência contra as mulheres é crucial para a formulação de medidas eficazes de enfrentamento. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que se trata de um problema social que afeta a todos, incluindo os homens, que figuram como os principais agressores. O sucesso financeiro, muitas vezes visto como um elemento essencial do papel masculino tradicional, nem sempre é fácil ser alcançado, e essa pressão pode levar à desconsideração das condições individuais, contribuindo para um ambiente propício à violência.

No Brasil, a pandemia da COVID-19 agravou ainda mais a situação de pobreza e extrema pobreza. Foi o maior avanço registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos últimos dez anos. “Em números absolutos, 11,6 milhões de brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza. Outros 5,8 milhões passaram a viver em condições de extrema pobreza” (Silveira, 2022). Apesar da retração dos índices de desocupados em novembro de 2022, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, ainda havia 8,7 milhões de pessoas desempregadas (Cabral, 2023).

Importante salientar que a pandemia da COVID-19 também evidenciou a intensificação da violência contra as mulheres. O isolamento social ampliou a vulnerabilidade de muitas mulheres, que já viviam em situações de risco, e deu visibilidade à diversas formas de violência. Embora o coronavírus (SARS COV2) não faça distinções de classe, raça, gênero ou escolaridade, a violência contra as mulheres “acomete todas as classes sociais e torna-se notória em toda a sociedade durante as restrições relacionadas à pandemia de COVID-19” (Rocha; Sokolonski, 2022, p. 654). Tanto o vírus quanto a violência contra as mulheres atingem todas as classes sociais, mas é inegável que o acesso e as condições das classes marginalizadas oferecem respostas distintas das possibilidades das classes média e alta. Tais aspectos escancaram as profundas desigualdades sociais, criando a falsa percepção de que a violência contra as mulheres ocorre apenas com as pessoas pobres. Sobre este ponto, Saffioti (2015) destaca a existência de certa cumplicidade nas famílias mais abastadas, o que muitas vezes implica em sigilo: “o nome da família não pode ter mácula” (Saffioti, 2015, p. 27).

Conforme Saffioti (2015), existe uma nítida correlação entre desemprego e violência, onde as frustrações profissionais e econômicas podem se converter em atos de violência. “Para os estudiosos da violência de gênero, da violência contra mulheres, da violência doméstica e da violência intrafamiliar, esta associação é clara [...]” (Saffioti, 2015, p. 17). No entanto, Saffioti (1987) alerta que o significado de ser *macho* não se limita à dimensão econômica. Segundo o princípio estruturante, os homens *machos* são detentores de valores como a virilidade, a força, a racionalidade e a coragem. Logo, aqueles que não apresentam tais características correm o risco de não atender aos padrões da

“normalidade” masculina. “O homem será considerado *macho* na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos” (Saffioti, 1987, p. 25). Nesse sentido, a socióloga expõe os limites das condutas que mutilam tanto homens quanto mulheres e propõe “que a luta das mulheres não diz respeito somente a elas, mas também aos homens” (Saffioti, 1987, p. 27).

Em sua dissertação intitulada *Violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto: representações sociais de adolescentes*, Rezende (2017) apresenta dados alarmantes sobre a violência contra mulheres no âmbito das relações íntimas:

Em termos globais, cerca de 38% de todos os homicídios de mulheres foram cometidos por seus parceiros íntimos, e 42% das mulheres que sofreram violência física e/ou sexual nas mãos de seus companheiros apresentaram ferimentos como resultado (Rezende, 2017, p. 10).

É importante destacar que esses números representam apenas a violência dentro das relações íntimas de afeto (casamento, namoro, “ficar”), não abrangendo outros tipos de violência contra mulheres.

No Brasil, a Pesquisa Data Senado sobre Violência doméstica e familiar, divulgada em novembro de 2021, apontou que 27% das 3000 mulheres entrevistadas com 16 anos ou mais afirmaram ter sofrido violência doméstica e familiar. Quando questionadas sobre o gênero do agressor, 94% das mulheres responderam que o agressor era um homem, enquanto as mulheres são “[...] responsáveis por 6% das agressões contra mulheres no ambiente doméstico e familiar” (Brasil, 2021, p. 10). A pesquisa também indica que, para 20% das entrevistadas, a violência ocorreu nos últimos 12 meses. Dentre os agressores citados, 57% são maridos/companheiros, 17% ex-maridos/ex-companheiros, 11% outros, 6% pais/padrastos, 4% namorados e 3% ex-namorados. Vale salientar que 71% das entrevistadas consideram o Brasil um país “muito machista”. (Brasil, 2021, p. 6).

Para reforçar o impacto da violência doméstica e familiar no Brasil, a exposição da pesquisa pode ser enriquecida com a inclusão de dados estatísticos relevantes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública divulgado em 2022 apresentou um índice superior a três feminicídios por dia no país em 2021, com total de 1.341 (FBSP, 2022). O Instituto Patrícia Galvão que reúne

pesquisas e dados recentes da violência contra mulheres no Brasil, apresenta números dramáticos da situação brasileira. Os dados agrupados na página inicial do Instituto, trazidos aos moldes de um cronômetro, demonstram que a cada dez minutos uma mulher é estuprada no país, uma travesti ou mulher trans é assassinada a cada dois dias, 26 mulheres sofrem agressão por hora no Brasil (Instituto Patrícia Galvão, 2022).

Com base no trabalho do Observatório da Violência contra a Mulher em Santa Catarina (OVMSC), o estado apresentou no ano de 2021, 55 feminicídios e 19.702 pedidos de medidas protetivas (OVMSC, 2023). Em 2022, o OVMSC apontou para o aumento de um caso de feminicídio, indo à 56, ou seja, todas as semanas do ano tiveram ao menos um caso de feminicídio. Também apresentou o acréscimo de 3.606 solicitações de medidas protetivas, indo à 23.308 requerimentos, equivalente a 63 medidas de prevenção solicitadas diariamente. Considerando os dados de lesão corporal dolosa, para vítimas do sexo feminino em condição de violência doméstica, o estado apresentou um número de 16.461 ocorrências em 2022, 45 por dia, representando um aumento de 9,2% em relação à 2021 (15.063 ocorrências) e 18,2% em relação à 2020 (13.921 ocorrências). Como forma de contextualizar um breve comparativo, destaca-se um estudo realizado pela Rede de Observatórios da Segurança nos estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, que registrou no ano de 2022 o número de 2.423 casos de violências contra mulheres, tendo 495 destes terminado em feminicídio. Considerando tal estudo, constata-se nestes estados uma média de, ao menos, um caso de violência a cada quatro horas (Rede de Observatórios da Segurança, 2023).

O município de Três Barras/SC, apresenta destaque negativo ao aparecer como o mais violento da microrregião no Planalto Norte Catarinense. Os registros de violências praticadas contra as mulheres com base em relatório de dados do OVMSC (2023) foram divulgados em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina (SSPSC). Estes indicaram a soma de 729 ocorrências de violência contra as mulheres nos anos de 2020 (172), 2021 (318) e 2022 (239), o equivalente à um caso de violência contra a mulher sendo registrado em menos de dois dias. Os maiores índices estão nas categorias: “ameaças” com 384 registros, “lesão corporal dolosa” 175 registros e “injúria” com 83 registros na soma dos anos citados (OVMSC, 2023).

Os dados do município acompanham a mesma lógica da pesquisa de Santos (2021) em comparação ao município vizinho, Canoinhas. As três formas de violências mais registradas figuram com a mesma sequência: ameaça – lesão corporal dolosa – injúria. Tipificando de acordo com a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP) (Brasil, 2006) a sequência se apresenta como violência psicológica – violência física e violência moral. Todavia, em ambos os exemplos (municípios), convém ressaltar que as formas de violências não estão separadas em caixinhas e na maioria dos casos de agressão física também estão presentes a violência psicológica e moral. Não por acaso essa tríade tem presença constante nos registros.

Tal cenário permite questionamentos acerca dos limites e possibilidades da educação brasileira, principalmente, ao que concerne à instituição escolar. O artigo 8º da LMP, que abre a sessão das medidas preventivas contextualiza o papel da educação e da escola. Propõe o inciso IX do referido Artigo, “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher” (Brasil, 2015, p.16). Não obstante, é preciso ressaltar a existência de um abismo entre destacar no currículo o tema e oferecer condições para uma abordagem qualificada na escola. Nesta direção, é importante destacar que o projeto educacional público brasileiro em sua centralidade, desconsidera singularidades regionais e locais, com problemas de infraestrutura, pouco investimento em formação e baixa remuneração dos profissionais.

Mesmo havendo apontamentos que em grande escala remetem os problemas sociais à educação enquanto política pública de responsabilidade do Estado em parceria com sociedade – família e demais instituições sociais, também é nítido o protagonismo que a instituição escola assume em regiões carentes, de pobreza e extrema pobreza. Sem esquecer do objeto desta pesquisa, procurou-se verificar questões a respeito das condições sociais dos estudantes, ao mesmo tempo, possibilitando reflexões sobre os mecanismos educacionais e seus impactos nas desigualdades, no desrespeito aos direitos humanos. Os conteúdos educacionais e práticas escolares advém do currículo, que por sua vez, conforme demonstrou Santos (2015), envolve diversas relações de poder em sua construção. Estas e outras questões vinculadas, são centrais

na problemática acerca da relação entre educação formal, instituição escolar e problemas sociais.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender as representações incorporadas² pelos estudantes do Ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres. Para tanto, os objetivos específicos visaram: Conhecer o fenômeno da violência contra as mulheres e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC; Identificar como a violência contra as mulheres se apresenta no imaginário social dos (as) estudantes da Escola Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC; e, Analisar quais os posicionamentos dos (as) estudantes de ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC quanto a violência contra as mulheres.

Ao levantar a produção bibliográfica sobre a temática, não foram encontrados trabalhos deste segmento contemplando o município de Três Barras/SC. Contudo, o estudo de Singulano (2018) - procura demonstrar a importância da realização de pesquisas com jovens e adolescentes, no sentido de ampliar amostras com estes sobre a discussão da temática da violência contra as mulheres, principalmente, em contextos específicos. Neste sentido, a autora destaca os estudos: *Violencia doméstica contra la mujer: visión desde la adolescencia* (Córdoba, 2006); *Empoderamento de meninas: como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero* (Santos; Mora; Debique, 2016); e a lacuna apresentada por Franco, López-Cepeiro e Díaz *Violencia doméstica: una revisión bibliográfica y bibliométrica* (Franco; López-Cepeiro; Díaz, 2009). Outros pontos em concordância com Singulano (2018) revelam a necessidade de estudar a violência em municípios menores, já que muitas pesquisas acerca da temática se desenvolvem em grandes centros urbanos. É importante salientar que nos estudos da autora, “[...] a escola não debate de forma reflexiva a questão” (Singulano, 2018, p. 21). Não obstante, considerando os indicativos da legislação brasileira quanto as medidas

² Ou seja, de que forma as representações sociais da violência contra as mulheres influenciam seus modos de pensar, agir, como conhecimento dado, portanto, confirmado e que pode ser reproduzido pelo grupo.

preventivas que perpassam os ambientes educacionais, verificou-se a necessidade de refletir criticamente acerca do proposto, ao mesmo tempo, em que emerge a seguinte questão: quais as representações incorporadas pelos estudantes do ensino médio da EEBFMK em Três Barras/SC sobre o tema *Violência contra as mulheres* e suas proposições para resolução do problema?

Conforme afirmou Santos (2021) a educação é um direito humano fundamental que permite o reconhecimento de outros direitos. Embora recaia sobre a escola a construção de tal direito, educar é uma obrigação do Estado e dever da sociedade de maneira geral. Assim, temas como a violência, o uso de drogas e uma série de outros problemas sociais são direcionados para a instituição escolar como se esta fosse o espaço exclusivo para a resolução. O agravante, no caso da escola pública são as condições “esgarçada” e “precarizada” nos termos de Vaz (2012), ações que sustentam discursos de privatização. Neste contexto, é preciso atentar para os limites desta instituição que se torna carente de políticas públicas diante de toda demanda social exigida. Ao mesmo tempo, em que se torna subterfúgio, uma válvula de escape diante da inanição e abandono de setores da sociedade.

Neste sentido, a escola assume protagonismo diante da carência de ação do Estado e exigências da sociedade sobre os serviços prestados pelo mesmo, resultando em pressão sobre os profissionais da educação. Conforme demonstrou Singulano (2018), não bastam os documentos fazerem menção a uma formação humanística de qualidade, sem oferecer condições para sua realização. Os noticiários alarmantes em relação às diversas formas de violência, principalmente em relação às mulheres leva a questionar o papel das políticas públicas para uma educação pública de qualidade, algo corroborado por Vaz (2012) em relação à efetividade das legislações desenvolvidas. Todavia, Saffioti (2015) contribui, dentre outros, no sentido de não menosprezar as desigualdades intrínsecas na realidade destes grupos sociais em seus contextos históricos. O olhar aprofundado a partir desta pesquisa permitiu qualificar neste recorte, as dimensões da efetividade de ações vinculadas - tanto em aspectos legais quanto a questões éticas – ao trabalho escolar voltado para coibir as diversas formas de violências praticadas contra as mulheres com base no olhar dos estudantes do ensino médio da EEBFMK.

Conforme a dissertação de Singulano (2018), ainda há poucas pesquisas sobre violência contra as mulheres embasadas nas perspectivas de jovens e adolescentes. Quanto a tais termos, é preciso esclarecer que há trabalhos que usam o termo “adolescente” para descrever a pessoa entre doze e dezoito anos de idade conforme o Artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Neste sentido, em outros, utiliza-se do termo “jovem” para tratar de pessoa com idade entre 18 e 29 anos. Convém ressaltar que embora se encontrem trabalhos que utilizam de ambas as terminologias, neste estudo, por tratar-se somente de estudantes do ensino médio, se utilizou o termo “jovem”, para se referir à pessoa com idade entre 15 e 29 anos de idade, conforme previsto no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013).

Em concordância com Singulano (2018), Vaz (2012) aponta para aspectos dos relacionamentos dos jovens e adolescentes. Conforme a tese do autor, não descartando-se as interseccionalidades das relações sociais, há um baixo índice de “[...] estudos no Brasil que se dedicaram à condição das adolescentes, no que diz respeito à violência praticada por seus parceiros afetivos, seja por um namorado ou por alguém de um relacionamento mais fugaz, como um ficante” (Vaz, 2012, p. 19).

Outro aspecto interessante analisado por Singulano (2018) trata da importância de voltar olhares para as violências sofridas pelas mulheres em municípios pequenos, considerando os índices de feminicídio. No *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2015), o autor chama a atenção para o problema “[...] que os municípios com as maiores taxas de assassinato de mulheres são os de pequeno porte [...]” (Waiselfisz, 2015, p. 26). Ao mesmo tempo, demonstra que essa lógica não se aplica aos homicídios masculinos, tendo as capitais e metrópoles as maiores taxas. Para Singulano, trata-se de “uma peculiaridade que ainda não pode ser explicada, e merece atenção” (Singulano, 2018, p. 23).

A sistematização e avaliação ampla de tais medidas somente são possíveis com base no conhecimento sobre a realização (ou não) de ações nos espaços educacionais (Brasil, 2006), como por exemplo, a Campanha Agosto Lilás. Assim como, das condições disponíveis nestes espaços, enquanto políticas públicas vinculadas ao estado. Todavia, para qualificar a compreensão

sobre tais questões foi crucial ouvir os estudantes que estão diretamente circunscritos na esteira da política pública educacional.

Ainda dentro do contexto legal, em junho de 2021 foi sancionada a Lei 14.164 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394/96) para incluir conteúdos sobre a prevenção da violência praticada contra as mulheres, bem como instituir a semana de combate a tais violências – a ser realizada no mês de março - contribuindo também para o conhecimento do disposto na LMP, ou seja, reforçando a importância da educação no enfrentamento a todas as formas de violências praticadas contra as mulheres (Brasil, 2021). Todavia, é importante destacar a forma como tais legislações impactam na vida dos estudantes e as condições que a instituição escolar possui para efetivar tal arcabouço jurídico.

Para além da legislação citada, há um amplo leque de Leis e Decretos³ que tratam da educação enquanto medida integrada preventiva da violência. No Estado de Santa Catarina, vale destacar a Lei 18.322 de 5 janeiro de 2022 que “Consolida as Leis que dispõem sobre Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” (Santa Catarina, 2022), reafirmando o papel da educação frente à violação dos direitos humanos das mulheres em situação de violência. Convém ressaltar, que embora se atribua a sociedade (de maneira geral) as responsabilidades pela educação, a escola assume protagonismo neste contexto.

Para a revisão bibliográfica, foram realizadas buscas utilizando os termos: *Violência contra mulheres em Três Barras/SC; Violência em Três Barras/SC*, nas plataformas *Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Scielo, Portal de Periódicos da Capes, Academia.edu e Repositórios da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Federal de Santa Catarina*. As buscas, em sua maioria, não apresentaram resultados, no caso da UFSC foram encontrados 983 trabalhos, todavia, estavam relacionados ao tema, não estabelecendo relação com o município citado. Foi encontrado na plataforma *Google Acadêmico* somente um trabalho comparativo de notificações registradas no Sistema de Notificação de Agravos. O trabalho citado (Caus *et al.*, 2021) traz uma abordagem específica dos registros da Diretoria de Vigilância

³ Para saber mais sobre Legislação acerca do tema acesse:
<https://ovm.alesc.sc.gov.br/legislacao/>

Epidemiológica do Estado de Santa Catarina que apresenta dados parciais, ou seja, não cruzados com as informações da SSPSC. Tal constatação pode ser confirmada a partir do trabalho de Santos (2021) sobre a temática no município (vizinho) de Canoinhas/SC. Portanto, não há dados (suficientes) da violência contra mulheres no município de Três Barras que permitam analisar de forma ampliada e apresentar a real situação para o enfrentamento das violências. Não obstante, é preciso questionar os limites e potencialidades das instituições escolares neste contexto, com base nas percepções de seus sujeitos, na busca por coibir tais práticas violentas.

A pesquisa documental, que serviu de apoio para a análise qualificando o olhar sobre o problema (Gil, 2002), buscou por informações acerca dos aspectos socio-históricos e econômicos do município de Três Barras, por notícias publicadas na mídia local e regional tratando do tema no município, de forma mais específica, no Distrito de São Cristóvão e, de uma síntese sobre a forma como as mulheres são tratadas na legislação brasileira em sua relação com as legislações educacionais. As buscas foram realizadas no site do IBGE, do Município de Três Barras, nos portais e repositórios já apontados na revisão bibliográfica e no trabalho de Santos (2021), exceto a pesquisa sobre reportagens que utilizou de forma específica a ferramenta *Google*. Foram utilizadas informações do IBGE, da legislação federal, estadual e municipal, sendo a pesquisa de Santos (2021) importante auxílio neste contexto. Das 33 reportagens sobre violência contra mulheres no município de Três Barras encontradas foram selecionadas 25 apresentando prints de imagens das matérias e discutidos seu teor.

Quanto aos procedimentos envolvidos na metodologia principal, esta pesquisa utilizou da técnica de grupos focais que são abordagens de coleta de dados em grupos com base nas interações oriundas destes. A principal referência para seu uso é Gatti (2005). Para a composição do *corpus* da pesquisa, a transcrição e análise das comunicações dos grupos, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, sendo Bardin (2011) a principal referência.

O trabalho de pesquisa está dividido em cinco capítulos. A seguir, o capítulo 2 apresenta o aporte teórico e contexto do campo de estudos. Inicialmente, a seção 2.1 discute o conceito de violência com base no dicionário do Português Contemporâneo da Unesp (Borba, 2011), seguido dos Dicionários

de Filosofia Abbagnano (2007) e Russ (1994). Aspectos etimológicos são discutidos com base nos estudos de Michaud (1944), tendo como principais referências: Butler (2021), Arendt (2022) e Duarte (2022).

A seção 2.2 apresenta o contexto da violência contra as mulheres, caracteriza os jovens, o ensino médio e as relações patriarcais de gênero. Inicialmente, (2.2.1), é caracterizado o grupo social que compõe a pesquisa definindo-se os termos que frequentemente contemplam aspectos da faixa etária onde se inserem os estudantes de ensino médio: jovens e adolescentes. São fundamentais neste, as pesquisas de Sofiati (2022) e Bungenstab (2021) em diálogo, principalmente, com Mellucci (1997), Vaz (2012) e Singulano (2018).

A etapa de ensino, popularmente conhecida como “Novo Ensino Médio” é o assunto da subseção 2.2.2. Neste, os diálogos se estabelecem entre os estudos de Mesquita e Lelis (2015) e Costa e Silva (2019). Estes últimos, trazem significativas manifestações apresentadas como contraste às discussões elencadas com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e NEM pelas principais associações brasileiras vinculadas a educação: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); e Associação Brasileira de Currículo (ABdC).

Por sua vez, a subseção 2.2.3 apresenta discussões acerca das relações patriarcais de gênero e violência contra as mulheres no contexto brasileiro e tresbarrense. A teoria de Saffioti (1987, 2015) orienta o debate em amplo diálogo com Butler (2022), Santos (2021), ainda abordando dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) e OVMSC (2023). Procura-se contextualizar a violência contra as mulheres partindo de uma análise macro – a nível de Brasil, tendo por base os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022). Na sequência, os dados do Estado de Santa Catarina embasados no OVMSC – política pública estadual que visa coletar informações da violência contra mulheres de forma integrada. Ao mesmo tempo, busca-se contextualizar trazendo dados do município de Três Barras/SC disponibilizados pelo OVMSC em parceria com a SSP. As opções teóricas deste item centram-se, primeiramente, na obra da socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1934-2010) e nos diálogos estabelecidos pela autora, em momentos distintos, com a filosofia

política de Hannah Arendt (1906-1975) e estudos vinculados aos sujeitos e instituições alusivas à pesquisa.

Encerrando o capítulo de aporte teórico, na seção 2.3, passa-se a discutir a violência contra as mulheres nas relações e perspectivas dos jovens com base na tendência que aponta para a reprodução e naturalização da violência para crianças e adolescentes que crescem em lares violentos. Ao mesmo tempo, coloca-se em discussão os desafios da escola para enfrentar tal tendência. Os principais estudos que orientam o item são: as dissertações de mestrado de Singulano (2018) e Rezende (2017) e a tese de doutorado de Vaz (2012).

O diálogo ocorre entre a tese de doutorado de Vaz (2012) que estuda a violência contra mulheres adolescentes em escolas públicas estaduais em cinco diferentes bairros do município de Guarulhos/SP com a dissertação de mestrado de Singulano (2018) que busca pelas percepções dos adolescentes sobre a violência praticada contra as mulheres. O estudo foi realizado em uma escola pública estadual no município de Ervália/MG. A escolha de tais estudos para uso neste subcapítulo refletem algumas proximidades com os objetos desta pesquisa. No primeiro caso, o foco do trabalho com adolescentes em escolas públicas. E no segundo, além da dimensão temática, o público adolescente, o fator escola pública, o município de Ervália/MG apresenta população estimada de 19.019 pessoas, número próximo ao apresentado pelo IBGE para Três Barras no Censo de 2022 com 19.746. O subcapítulo procura ainda estabelecer diálogos com Saffioti (2015), Maurício (2020) e com aspectos da LMP (2006).

O capítulo 3 apresenta a metodologia da pesquisa. Inicialmente, é descrito o campo de estudos, o contexto da EEBFMK apresentado na seção 3.1. Tem como base o Projeto Político Pedagógico (2021), bem como a legislação vinculada aos processos de criação de turmas e etapas de ensino. As diversas manifestações midiáticas envolvendo a Campanha Agosto Lilás também são apresentadas no item explorando a imagética que compôs as matérias.

A seção 3.2 traz a coleta dos dados. Primeiramente detalha o percurso metodológico da pesquisa documental (3.2.1) com base em fontes jornalísticas regionais e legislações que abordam questões vinculadas ao gênero feminino em sua relação com a educação. As principais referências estão circunscritas na imprensa regional, nas leis, no IBGE e no estudo de Santos (2021).

Na subseção 3.2.2 se apresenta a coleta de dados centrais da pesquisa. Para tal, utilizou-se da técnica dos grupos focais, tendo como principal referência Gatti (2005). O roteiro de apoio para realização dos grupos é descrito na subseção seguinte (3.2.3). As principais referências para compor o mesmo foram: Silva (2015), Vaz (2012), Rezende (2017), Neri (2013) e Singulano (2018). As questões foram elaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa, como o nome indica, servindo de “apoio” para a realização dos encontros e não como um questionário com sequência pré-definida e obrigatória.

Na seção 3.3 são apresentadas as ferramentas para a análise dos dados. Aplicou-se nesta pesquisa um conjunto de técnicas de análise de comunicação popularmente conhecida no meio acadêmico como análise de conteúdo e que tem como referencial Bardin (2011). A análise de conteúdo temática (semântica) foi utilizada para analisar as interações dos grupos focais conforme destaca o item 3.3.1. A técnica é apresentada por Bardin (2011) em três eixos cronológicos: 1] a pré-análise – objetivando organizar o documento com base em uma leitura “flutuante”(crítica), na transcrição dos dados e construção do *corpus* de análise; 2] a exploração do material – recortes de códigos das unidades de registro e categorização; 3] o tratamento dos resultados – a descrição, a inferência e a interpretação buscando responder aos objetivos da pesquisa.

A subseção 3.3.2 traz o questionário individual como a ferramenta contributiva para a análise. O levantamento dos dados pessoais dos (as) participantes se encontra na sequência (3.3.3). Neste, é traçado o perfil dos participantes em relação a série, idade, gênero, autopercepção étnico-racial, religião, trabalho, renda, moradia e situação conjugal.

A seção 3.4 relata os aspectos éticos da pesquisa destacando os Pareceres nº 6.173.416 e 6.294.584 que aprovam a mesma no Comitê de Ética em Pesquisa. Também são citados os documentos que compuseram as etapas da pesquisa, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e Termo de Aceite da Instituição ou sua Negativa.

Abrindo o capítulo 4, procurou-se inicialmente (4.1), apresentar os itens contribuintes para análise dos grupos focais. Na subseção 4.1.1 procurou-se contextualizar aspectos sócio-históricos e econômicos do município de Três

Barras. Ao mesmo tempo, foi apresentada a relação do Distrito de São Cristóvão com a violência contra as mulheres com base em notícias divulgadas na imprensa local e regional. Além da mídia, o IBGE e a legislação municipal guiaram o contexto que se apresenta como contribuinte com as análises que sucedem.

Já na subseção 4.1.2 destacam-se as contribuições da legislação brasileira para promover uma cultura da não violência e sua relação com a educação formal. Para tal, é traçada uma síntese da forma como as mulheres vão sendo citadas na lei de forma a naturalizar a violência, aos moldes de uma cultura patriarcal vigente. A referência inicial é o Código Filipino (1603) que vigora até a publicação do Código Civil de 1916. A trajetória jurídica é destacada pelos estudos de Santos (2021), abordando momentos importantes para lutas do movimento feminista como a Lei Maria da Penha (2006). Merecem destaque também, as legislações que passam a orientar uma educação para a diversidade, como a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014).

A seção 4.2 trata da construção das categorias iniciais da pesquisa. As percepções dos jovens sobre o que é violência e as causas da violência contra as mulheres são aspectos centrais da subseção 4.2.1. Já na subseção 4.2.2 trata-se da violência no imaginário social dos (as) participantes abordando casos de violência contra mulheres de conhecimento dos mesmos, bem como, seu posicionamento acerca das consequências da violência. Por sua vez, na subseção 4.2.3 aborda-se o posicionamento dos (as) jovens em relação à violência praticada contra as mulheres. A etapa gerou 543 códigos que foram agrupados em 65 categorias iniciais.

A seção 4.3 destacou a construção das categorias intermediárias. Neste, observando os princípios norteadores (Fossá, 2003) foram agrupadas as 65 categorias iniciais em cinco categorias intermediárias: 1] experiências pessoais com a violência; 2] os gatilhos da violência praticada contra as mulheres; 3] a reprodução das relações patriarcais de gênero; 4] a escola e seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres; e 5] o papel do Estado diante da fragilidade da lei de seus agentes.

Após análise, as cinco categorias intermediárias foram agrupadas em duas categorias finais, discutidas e analisadas na seção 4.4: *Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres*; e *Desafios e*

potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres.

O capítulo 5 destaca as Considerações Finais apresentando uma síntese dos resultados. Destaca-se também, as contribuições teóricas, práticas e sociais da pesquisa, suas limitações e sugestões para novas pesquisas. Por fim encerra com o pedido de um estudante que emocionou os (as) participantes do grupo focal noturno.

2 VIOLÊNCIA, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO

Este capítulo apresenta o aporte teórico e o contexto do campo de estudos. As abordagens estão divididas em três seções, sendo: 2.1 O que é violência? 2.2 O contexto da violência contra as mulheres: os jovens do ensino médio e as relações patriarcais de gênero; e 2.3 A tendência da reprodução da violência contra as mulheres entre os jovens e os desafios da escola para seu enfrentamento.

2.1 O QUE É VIOLÊNCIA?

Antes de adentrar às discussões sobre o conceito de violência é preciso emitir um alerta quanto à ambiguidade, complexidade do mesmo. Estão implicados “vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório” (Paviani, 2016, p. 8). Mesmo para as características mais gerais do termo, é preciso estar atento para o tempo, espaço e cultura onde o mesmo está circunscrito. Neste sentido, esta seção procura discutir o conceito procurando aproximar o debate do objeto da pesquisa, tendo em vista, que o trabalho remete a uma “sociologia da educação”. Nesta direção, procura ressaltar as relações sociais que se estabelecem no âmbito dos sujeitos da pesquisa (estudantes da EEBFMK) e a violência – suas causas, suas consequências na vida dos jovens e as ações propostas por estes diante do fenômeno.

Visando discutir o conceito de violência, a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1934-2010) destaca a compreensão popular que se tinha (tem) acerca do mesmo, enquanto verdadeira e única: “Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (Saffioti, 2015, p. 18). Embora a compreensão popular ofereça vários subsídios conceituais, não se pretende aqui

um esgotamento para estabelecer um conceito de forma definitiva, mas, colocar em discussão algumas perspectivas fundamentais para a compreensão do termo para o trabalho de pesquisa a se desenvolver envolvendo a violência praticada contra as mulheres. Para tal compreensão se faz adequada a questão. Afinal, o que é violência?

Conforme o Dicionário Unesp do Português Contemporâneo o termo violência implica em “uso da força física, intimidação ou ataque moral contra alguém; [...] força que se faz sentir com intensidade; fúria; [...] agressividade; [...] ataque” (Borba, 2011, p. 1433). No Dicionário de Filosofia Nicola Abbagnano para além da etimologia e traduções, o termo aparece em duas vertentes: na primeira, violência significa uma “ação contrária à ordem ou à disposição da natureza” (Abbagnano, 2007, p. 1002), na segunda, uma “ação contrária à ordem moral, jurídica ou política” (Abbagnano, 2007, p. 1002). Para além da etimologia, o Dicionário de Filosofia Jacqueline Russ apresenta uma definição geral, definições particulares de alguns filósofos e conexões que se estabelecem tendo por base o termo “violência”. De forma geral, trata-se de “recurso à força, para submeter alguém (contra sua vontade); exercício da força, praticado contra o direito” (Russ, 1994, p. 310). Nas definições filosóficas (particulares) apresentadas por Russ (1994, p. 310) estão: Friedrich Engels (1820-1895) para quem “a violência é a parteira de toda velha sociedade que carrega uma nova nos seus flancos”; Émile-Auguste Chartier (1868-1951) – cujo pseudônimo literário se apresenta como “Alain” que afirma tratar-se de “[...] um gênero de força, mas apaixonada, que visa quebrar a resistência pelo terror. A violência define o crime, quando se exerce contra a pessoa humana” (Russ, 1994, p. 310); Vladimir Jankélévitch (1903-1985) diz que “não seria exagerado definir a violência: uma força fraca” (Russ, 1994, p. 310); e Jean-Paul Sartre (1905-1980) destacando que “a violência não é um meio entre outros para atingir o fim, mas a escolha deliberada de atingir o fim por qualquer meio. [...] Não pode definir-se sem relação com as leis que ela viola. [...] Ao contrário, a opressão pode ser institucional” (Russ, 1994, 310). Russ (1994) também traz conexões do termo, apresentando relações vizinhas com a brutalidade e a coerção, bem como sua dependência de termos como a agressividade, o direito, a força, a história, o poder. Ainda, a sua relação de oposição com a não-violência.

Em diálogo com diversos autores, principalmente, Michel Foucault (1926-1984), Frantz Fanon (1925-1961), Sigmund Freud (1856-1939) e Walter Benjamin (1892-1940), a filósofa estadunidense Judith Butler (1956-) defende uma forma agressiva da não violência. Butler (2021) chama atenção para que não se confunda o termo agressão com violência, no sentido da não violência agressiva, utilizado como forma ou força de resistência. Nesta direção, força não significa necessariamente a força física. Dentre muitas análises, as reflexões sobre as violências impostas pelo Estado e por várias nuances discriminatórias, de não reconhecimento da diversidade, ganham corpo na obra da autora tendo como um dos aspectos centrais a defesa da vida em sua totalidade: “O ideal ético e político da não violência só pode ser compreendido em sua relação com o ideal de igualdade e a demanda pelo direito ao luto por meio de uma crítica ao individualismo” (Butler, 2021, p. 11). O vínculo ético e político afirmado por Butler (2021) pode parecer óbvio, porém, a profundidade de tal argumento reside exatamente em seu potencial oposto, pois, para pensar em uma não violência é preciso atentar para a questão do que é violência e assim combatê-la.

A professora de Ética do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carla Rodrigues, no ensaio introdutório à obra *A força da não violência: Um vínculo ético-político* (2021), chama a atenção para alguns paradoxos imbricados na análise de Butler e da importância de tais reflexões. Seja exigindo proteção das mesmas instituições promotoras de violência, seja questionando o fato da autodefesa se apresentar como uma violência exercida de forma legítima, inclusive dentro das tradições do direito, ou ainda, quanto à ligação do eu ao outro. Neste sentido, impossibilitando que uma defesa contra o outro não se torne também uma violência ao eu. Ao mesmo tempo, a filósofa brasileira destaca a importância do olhar de Butler sobre a prática da solidariedade global, argumento reforçado pela pandemia da Covid – 19 que ceifou milhares de vidas e deixou sequelas ainda imensuráveis em todo o mundo.

A chamada de atenção que se volta para a força da não violência implica em reconhecer que há algo para além do ato violento em si. Conforme Butler, “às vezes, o golpe físico contra a cabeça ou o corpo do outro é uma expressão da violência sistêmica, momento exato em que devemos ser capazes de compreender a relação entre o ato e a estrutura, ou o sistema” (Butler, 2021, p.

19). Nesta direção, compreender o que é violência, implica em debruçar-se sobre as diversas relações de poder que se estabelecem nos contextos em que esta ocorre. Para exemplificar tal questão, a autora apresenta hipoteticamente uma manifestação em defesa da liberdade de expressão que é acusada de “violenta”. Assim, o poder utiliza-se da linguagem para “garantir o próprio monopólio sobre a violência, caluniando a oposição, justificando o emprego da polícia, do exército ou das forças de segurança contra quem busca, desse modo, exercer e defender a liberdade” (Butler, 2021, p. 20).

Tais práticas se apresentam de forma contundente e cotidianamente na realidade de populações marginalizadas. A filósofa trata de exemplos de violência racial praticada pela polícia nos Estados Unidos. Fato que infelizmente é comum em várias cidades brasileiras, conforme revelou a pesquisa da Rede de Observatórios de Segurança, os “negros são os que mais morrem em ações policiais, independentemente do tamanho da população negra do lugar” (Ramos *et al.*, 2021, p. 09). O alvo é identificado como ameaça e assim, a ação letal parece autodefesa. Em outro exemplo, Butler (2021) coloca em debate a própria nomeação do que é, e do que não é violento, como em momentos nos quais o direito de associação é tratado como ato terrorista justificando uma série de violências por parte do Estado. Neste sentido, o poder de atribuição dificulta em grande escala identificar o que é violência. Dito de outra forma, para encontrar um significado sobre violência é preciso estar ciente dos interesses que podem residir em tais definições. Conforme orienta Butler:

Caso deseje argumentar a favor da não violência, será necessário compreender e avaliar os modos como a violência é constituída e atribuída no interior de um campo de poder discursivo, social e estatal; as inversões taticamente executadas; e o caráter fantasmático da atribuição em si. Além disso, temos de levar a cabo a crítica aos esquemas pelos quais a violência do Estado se justifica e a relação entre esses esquemas de justificação e o esforço estatal para manter o monopólio da violência. (Butler, 2021, p. 22).

A autora demonstra as formas como são constituídas as compreensões sobre violência e os interesses que residem no próprio Estado para garantir seu uso. Assim, chama atenção para que se avalie com cautela os poderes circunscritos aos interesses que perpassam discursos, grupos sociais e ações de agentes estatais atentando para as justificativas que validam ações violentas

dos mesmos. Neste sentido, reforça o argumento de se compreender a violência para atentar para a força da não violência na relação entre o eu e o outro.

Conforme o olhar de Butler (2021), se apresenta como tarefa ética e política explicar as implicações presentes nas relações entre o eu e o outro. Por sua vez, estas podem ser tanto destrutivas como construtivas. “Se o eu se constitui por meio de suas relações com os outros, então parte do que significa preservar ou rejeitar o eu implica preservar ou rejeitar os laços sociais estendidos que o definem e definem seu mundo” (Butler, 2021, p. 25). Ou seja, uma decisão ética tem como característica a relação que se estabelece entre o eu e o outro. Neste sentido, argumenta que:

[...] quando o mundo se apresenta como um campo de força da violência, a tarefa da não violência é encontrar formas de viver e agir nesse mundo, de tal maneira que a violência seja controlada ou reduzida, ou que sua direção seja invertida, precisamente nos momentos em que ela parece saturar esse mesmo mundo e não oferecer saída (Butler, 2021, p. 25).

A tarefa ética descrita por Butler torna clara a relação de interdependência para fazer do mundo um local habitável. Embora as pessoas possam afirmar uma diversidade de necessidades ou dependências, a igualdade social pressupõe laços, a violência se apresenta como um ataque a estes laços. Quanto à igualdade, a autora refere-se não necessariamente ao modo generalizado e muitas vezes abstrato no qual o tema é tratado, mas, do reconhecimento da diversidade dentre os iguais: “A singularidade e a distinção existem, assim como acontece com as demarcações, mas constituem características diferenciadoras de seres que são definidos e sustentados em virtude de sua inter-relacionalidade” (Butler, 2021, p. 29-30).

No contexto desta inter-relação é apresentada a agressividade da não violência. É importante expor que Butler (2021) propõe um ideal, o qual, nem sempre pode ser respeitado na prática: “A não violência não implica ausência de força ou agressão” (Butler, 2021, p. 34). Assim, o significado de não violência se apresenta enquanto luta contínua, sendo necessário “refinar o vocabulário político para pensar sobre a violência e a resistência à violência [...]” (Butler, 2021, p. 35). Dentre os exemplos citados por Butler sobre rotulação da violência, convém destacar: “[...] quando o gênero é retratado como uma bomba nuclear

apontada contra a família (movimentos que denominam o gênero como uma ideologia), estamos atuando em meio a formas de fantasmagoria politicamente consequentes” (Butler, 2021, p. 35). Para ela, o caminho percorrido por tais posicionamentos são repletos de ódio e paranoia.

A proposta da autora para reivindicar a vida consiste em efetivar discursos e ações que possibilitem reclassificar as vidas como enlutáveis e, neste sentido, dignas de serem vividas mesmo diante da precariedade. Pois tal reivindicação pressupõe uma luta pela igualdade. Para ela:

Essa luta requer um imaginário igualitário – um imaginário que considere o potencial de destruição em cada laço vital. Nesse sentido, a violência contra o outro é a violência contra si mesmo, algo que se torna claro quando reconhecemos que a violência ataca a interdependência vital que é, ou deveria ser, nosso mundo social. (Butler, 2021, p. 35)

Argumentando em defesa do mundo social a não violência de Butler não está implicada simplesmente na ausência da violência, mas, nas diversas formas de resistência. Não se trata apenas de impedir a violência obrigatoriamente, como manter constante ação em defesa da igualdade e da liberdade. A sugestão da autora “é que podemos pensar a não violência não apenas como a ausência de violência, ou o ato de se abster de cometer violência, mas também como um compromisso permanente” (Butler, 2021, p. 37). As exigências de tal compromisso implicam em reconhecer que no mundo hodierno algumas vidas são mais valorizadas enquanto outras são consideradas refugos humanos. Neste sentido, seriam as primeiras, supostamente, mais dignas de defesa. Para a autora esta suposição apresenta sérios riscos e precisa ser combatida.

A oposição ao contexto de desigualdade trata como valiosos os seres vivos e assim propõe que todas as vidas são enlutáveis. Até o fato de escrever sobre, é uma forma de se contrapor em defesa da vida, principalmente das que estão à margem, das que não são consideradas dignas de luto. “Os motivos são muitos e incluem racismo, xenofobia, homofobia e transfobia, misoginia e negligência sistêmica em relação às pessoas empobrecidas e despossuídas” (Butler, 2021, p. 38).

Embora Butler (2021) discuta o estado de natureza hobbesiano, que por consequência faz com que os seres humanos acordem entre si (contrato social)

e neste contexto, a forma de controlar a violência vem da lei, do governo, da polícia, ou seja, troca-se parte da liberdade em nome da segurança, a autora busca evidenciar a relação de interdependência entre os seres: “Independente de nossos pontos de vista políticos no presente, nascemos em uma condição de dependência radical” (Butler, 2021, p. 46). Para ela, embora mudem os contextos, a dependência está cotidianamente presente, mesmo que em tempos hodiernos se busque enaltecer o individualismo de modo exacerbado. Esta relação de dependência entre o eu e o outro ou, entre o eu e o mundo é expresso por Butler da seguinte maneira:

Não são apenas pessoas com deficiências que precisam de apoio para se locomover, para se alimentar, ou mesmo para respirar. Todas essas capacidades humanas básicas são apoiadas de uma forma ou de outra. Ninguém se locomove, respira ou encontra alimentos sem o auxílio de um mundo que oferece um ambiente construído para a locomoção, que prepara e distribui alimentos para que cheguem à nossa boca, um mundo que preserva o ambiente que possibilita um ar de certa qualidade, respirável. (Butler, 2021, p. 47)

O contraponto – desafio - ao pensamento de Butler certamente reside no fato de que nas sociedades capitalistas está clarificado o desejo intenso pelo sucesso, pelo lucro. Sendo comum que se destruam ambientes e até populações em nome do “desenvolvimento”. A autora encara com resistência o modelo e defende a interdependência, que por sua vez, implica em formular obrigações globais com:

[...] imigrantes; etnias ciganas; pessoas que vivem em situação precária ou sujeitas a guerras e ocupações, ao racismo institucional e sistêmico; indígenas cujo assassinato e desaparecimento nunca aparecem totalmente nos registros públicos; mulheres submetidas à violência doméstica e/ou pública e ao assédio no trabalho; e não conformantes de gênero suscetíveis a danos corporais, inclusive encarceramento e morte (Butler, 2021, p. 49).

A ideia de igualdade também é apresentada por Butler, não em sua individualidade, mas, na relação de interdependência. A defesa da igualdade em Butler é uma reivindicação social em defesa da coletividade.

A igualdade é, portanto, uma característica das relações sociais que, para sua articulação, depende cada vez mais de uma interdependência *declarada* – que abre mão do corpo como ‘unidade’ a fim de compreender as demarcações de cada um [...] (Butler, 2021, p. 50).

Ou seja, para Butler não se combate violência desconsiderando as condições sociais. Uma agressão ao outro é também uma agressão ao eu.

Nesta direção, outro conceito visto de modo diferenciado pela autora é o de “vulnerabilidade”. Butler considera tratar-se não apenas de um estado do sujeito, mas de um modo compartilhado, interdependente, pois, se dá sempre em relação a algo (alguém). Assim, se uma estrutura fracassa, acaba por fazer com que a pessoa dependente também fracasse. Embora a dependência esteja intimamente implicada na vulnerabilidade, não se trata da mesma coisa.

Para viver, dependemos de alguém, de algo ou de alguma condição. Mas, se a pessoa da qual dependemos desaparece, ou aquele objeto nos é retirado, ou a instituição social desmorona, ficamos vulneráveis à expropriação, abandonados ou expostos [...] (Butler, 2021, p. 50).

Dito de outra forma, a vida pode tornar-se inviável, portanto, para ela, jamais se encontra o ser humano em condição totalmente individualizada. O chamado de Butler em prol da não violência implica em pensar o mundo de forma compartilhada.

Em suas palavras, “a tarefa, como a imagino, não é superar a dependência para alcançar a autossuficiência, mas aceitar a interdependência como condição da igualdade” (Butler, 2021, p. 51). Desde o nascimento o corpo humano precisa de cuidados de outros para sobreviver. Com o passar do tempo, as mudanças não implicam em ausentar a dependência em si, mas as formas de dependência passam a ser outras. De certo modo, os corpos em maior ou menor escala em diversos momentos da vida estão expostos à precariedade. A filósofa retoma a questão das obrigações globais ao apresentar o cenário de precariedade de alguém distante e dos porquês de haver preocupação se quem sofre está longe. Afirma a autora que não se trata de uma resposta paternalista, “mas no fato de que habitamos o mundo juntos, em relações de interdependência. O destino de cada um de nós está, por assim dizer, nas mãos dos outros” (Butler, 2021, p. 53).

Se por um lado, é importante ressaltar a defesa de Butler acerca da vida compartilhada nesse “compromisso global”, é importante destacar que sua apresentação da violência está entrelaçada em um sistema que tem como

fundamento, o capitalismo, que preza pelo mérito e pela individualização dos sujeitos, ressaltando que a competição é a semente da guerra. Por outro lado, é preciso esclarecer o que é violência para que se atue de forma não violenta, não estaria a tarefa apresentada ainda sem resolução? As explicações sobre a não violência são suficientes para uma compreensão adequada do que é violência?

A violência está atrelada aos seres humanos enquanto fenômeno social e histórico presente em todas as camadas da sociedade em maior ou menor intensidade: “A violência se exterioriza por diversas formas, desde a física à moral, sendo constante o aparecimento de novos tipos conforme a evolução social do homem” (Rosenda *et al.*, 2019, p. 40). Por sua vez, Rezende (2017) chama a atenção para o entendimento que o termo assume dependendo do período histórico e do contexto societário em questão. Desta forma,

[...] o conceito passou a incluir e nomear como violência acontecimentos que antes eram vistos como práticas naturais de regulamentação das relações sociais, exemplos disto são a violência doméstica, a violência simbólica contra grupos, etnias, a violência nas escolas [...] (Rezende, 2017, p. 19).

Em seu livro *A violência*, (1989), o filósofo francês Yves de Michaud (1944-), primeiramente em uma análise etimológica, destaca que o termo violência vem do latim “[...] *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravo, força. O verbo *violare*, tratar com violência, profanar, transgredir” (Michaud, 1989, p. 8). Ao mesmo tempo, os termos remetem a *vis* que significa “a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto, a potência, o valor, a força vital” (Michaud, 1989, p. 8). Embora essa ideia de força esteja presente nos núcleos de origem do termo, por si não significa um ato de violência, este somente se caracteriza quando tal força é exercida contra alguém ou contra algum objeto. “Portanto, é a força em ato, ou seja, o seu emprego contra algo ou alguém que lhe dá uma conotação violenta” (Rezende, 2017, p. 20). Ligando-se aspectos etimológicos com a conotação jurídica do termo constata-se que:

[...] a violência é um elemento de força física que produz efeitos, mas também é um elemento imaterial, que produz transgressões a uma ordem normativa. À medida que a ordem muda, a violência pode deixar de existir, passar a existir, ou se tornar uma prática legitimada socialmente (Rezende, 2017, p.21).

A pensadora alemã Hannah Arendt (1906-1975), no ensaio *Sobre a violência*, apresenta contraponto para a forma de olhar o tema sem a devida distinção, principalmente entre os termos “poder” e “violência”. A filosofia política de Arendt (2022) afirma que o poder é vinculado à grupo, não sendo propriedade individual. Mesmo os regimes autoritários dependem em grande escala da opinião popular. Por sua vez, a violência representa o caráter instrumental. Embora estabeleça relação com o poder, a violência implica na destruição das relações de poder: “A violência é por natureza instrumental, como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada” (Arendt, 2022, p. 62). Nesta direção destaca: “A violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder” (Arendt, 2022, p. 64).

O ponto central da relação entre poder e violência, para Arendt (2022), reside na discordância com autores que afirmam que a violência emerge do poder, enquanto manifestação deste, como o sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) e o sociólogo americano Charles Wright Mills (1916-1962). A autora destaca que o poder necessita de apoio para sobreviver, mesmo em uma tirania. Tanto as formas de governo monárquicas como as democracias se assentam na opinião: “Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las” (Arendt, 2022, p. 53).

Arendt chama a atenção para que se distinga cuidadosamente entre palavras-chave que são comumente confundidas no âmbito da ciência política. Para tal, destaca: poder, vigor, força, autoridade e violência. Quanto ao poder, afirma que este “corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido” (Arendt, 2022, p. 55). Ou seja, alguém que está no poder, deve tal condição ao grupo. O exemplo trazido pela autora como “homem poderoso” remete a metáfora que Arendt chama de “vigor”.

O *vigor*, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos [...]. É da natureza de um grupo e de seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade do vigor individual (Arendt, 2022, p. 55-56)

Ao distinguir o termo “força” Arendt (2022) aponta para o erro de empregá-la no discurso enquanto sinônimo da violência, como exemplificado em casos de coerção. Para a filósofa alemã, a “força” deveria ser reservada para usos em terminologias como da natureza ou das circunstâncias. Ou seja, “deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (Arendt, 2022, p. 56).

Quanto à “autoridade”, a autora a apresenta investida em pessoas, como nas relações entre pais e filhos, professores e estudantes; em cargos como no Senado romano; ou, em postos da Igreja como é o caso dos padres. É preciso que seja reconhecida sem questionamentos, sem a necessidade de coerção ou persuasão: “Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada (Arendt, 2022, p. 57).

Já a violência se apresenta como um meio com a pretensão de uma finalidade e não como um fim em si mesma. Atos de coerção com o objetivo de destruir, agressão física, intimidação ou ainda, o terror. Neste sentido, seu uso não está restrito somente aos indivíduos e grupos, como também ao próprio Estado. Para ela, a violência

distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo (Arendt, 2022, p. 57).

Neste sentido, é importante dizer que a violência é uma forma de destruição das possibilidades de um mundo compartilhado, considerando que destrói as formas de ação coletiva no espaço público. Assim, reforça-se o aspecto relacional entre poder e violência considerando que o poder não está no indivíduo em si, mas na capacidade de ação conjunta do grupo, da coletividade.

Arendt alerta que os termos não são arbitrários. Não há um compartimento que os mantenham inerentes de forma isolada em determinado contexto. O exemplo apontado pela autora destaca que “o poder institucionalizado em comunidades organizadas frequentemente aparece sob a forma de autoridade, exigindo reconhecimento instantâneo e inquestionável [...]” (Arendt, 2022, p. 57). Ainda neste sentido, nada “é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos frequente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema” (Arendt, 2022, p. 58).

Embora poder e violência apareçam frequentemente como sinônimos, tal interpretação é equivocada: “O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é de legitimidade” (Arendt, 2022, p. 63). Por sua vez, “a violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado se distancia no futuro” (Arendt, 2022, p. 63). Portanto, embora apareçam juntos, se trata de fenômenos distintos: “A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la” (Arendt, 2022, p. 90).

Em síntese, Arendt considera insuficiente dizer que poder e violência não são a mesma coisa, se trata de uma oposição que ocorre em níveis onde raramente se presenciam suas formas extremas. Considerando seu caráter relacional o aumento do poder tende a diminuir a violência enquanto o aumento da violência pode levar a destruição do poder.

Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desaparecimento do poder. Isso implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não violência; falar de um poder não violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo (Arendt, 2022, p. 66-67).

Nesta direção, a compreensão sobre a violência, exige para Arendt (2022) um olhar atento para suas raízes e sua natureza. Neste caso, não se trata de considerar a violência como algo endógeno do humano. Aliás, considera essa ideia perigosa. Não é a irracionalidade que faz do humano uma fera perigosa e sim o uso da razão: “Os cientistas sabem, é claro, que o homem é o fabricante de ferramentas que inventou as armas de longo alcance que o liberaram das

restrições ‘naturais’ encontradas no reino animal” [...] (Arendt, 2022, p. 74). Não obstante, diante da complexidade de algumas ações humanas, dentre estas, a violência, “[...] a ciência é chamada para curar-nos dos efeitos colaterais da razão por meio da manipulação e do controle de nossos instintos” [...] (Arendt, 2022, p. 74). Não se trata mais de distinguir entre o homem e a fera a partir da razão, mas da ciência. Para Arendt, não se trata nem de uma coisa, nem de outra, ou seja, “a violência não é nem bestial, nem irracional – não importa se entendemos esses termos na linguagem corrente dos humanistas ou de acordo com teorias científicas” (Arendt, 2022, p. 75). A violência decorre de um certo uso instrumental da razão no contexto de sociedades neoliberais que exigem do indivíduo suas potencialidades.

É comum ouvir que a violência advém da raiva. E esta pode ser considerada como irracional e até mesmo patológica. Todavia, isso vale também para outros sentimentos humanos. Arendt (2022) considera que mesmo em condições desumanas como nos campos de concentração, os indícios destas não são necessariamente a raiva e a violência.

A raiva aparece apenas quando há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são. Reagimos com raiva apenas quando nosso senso de justiça é ofendido, e essa reação de forma alguma reflete necessariamente uma injúria pessoal, como é demonstrado por toda a história da revolução, em que, invariavelmente, membros das classes altas deflagravam e depois conduziam as rebeliões dos oprimidos e dos humilhados. Recorrer à violência em face de eventos ou condições ultrajantes é sempre extremamente tentador em função de sua inerente imediação e prontidão (Arendt, 2022, p. 75).

O que a autora procura demonstrar é que a raiva e a violência que às vezes a acompanha estão circunscritas nas emoções humanas. Ou seja, em algumas circunstâncias, o uso da violência é a forma imediata de tentar equilibrar a balança da justiça. E mais uma vez, importante reforçar que não se trata de uma ação desumana neste caso: “A ausência de emoções não causa nem promove a racionalidade” (Arendt, 2022, p. 76). Para ela, o oposto de emocional é uma incapacidade de sensibilizar-se.

O exemplo racial apontado por Arendt reflete em grande escala o resultado dessa constatação quando se aponta por grupos liberais brancos a afirmação de que “todos são culpados” e que por sua vez, remete a uma

instigação do que a autora chamou de *ódio negro*. “Onde todos são culpados ninguém o é; as confissões de culpa coletiva são a melhor salvaguarda possível contra a descoberta dos culpados, e a própria grandeza do crime, a melhor desculpa para nada fazer” (Arendt, 2022, p. 77). O resultado efetivo é o avanço do racismo em escala perigosa.

O racismo, distinto da raça, não é um fato da vida, mas uma ideologia⁴, e os atos a que ele conduz não são atos reflexos, mas ações deliberadas baseadas em teorias pseudocientíficas. A violência na luta inter-racial é sempre assassina, mas não é ‘irracional’; é a consequência lógica e racional do racismo que eu não compreendo como certos preconceitos vagos de cada um dos lados, mas como um sistema ideológico explícito (Arendt, 2022, p. 87).

Nesta direção, o racismo se apresenta como uma ação racional. Parafrazeando Nelson Mandela (1918-2013): ninguém nasce racista! Todavia, tal ação remete ao perigo do descontrole, considerando que até mesmo as táticas de uso da violência são pensadas para objetivos de curto prazo. Em concordância com o pensamento arendtiano vale dizer que a “prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas a mudança mais provável é para um mundo mais violento” (Arendt, 2022, p. 92).

Convém ressaltar o caráter relacional com o qual Arendt aborda os conceitos. No ensaio crítico *Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração*, o pesquisador André Duarte destaca tal aspecto ao afirmar que “não se pode pensar o espaço público sem a pressuposição do espaço privado e, modernamente do espaço social; não há liberdade sem necessidade; não há poder sem violência; não há política sem economia e vice-

⁴ Conforme o Dicionário de Filosofia Abbagnano (2007), “esse termo foi criado por Destut de Tracy (*Idéologie*, 1801) para designar ‘a análise das sensações e das idéias’, segundo o modelo de Condilac” (Abbagnano, 2007, p. 531). Abbagnano (2007), aponta ainda, que Napoleão Bonaparte (1769-1821) foi um dos primeiros a utilizar o termo de forma depreciativa contra ideologistas franceses hostis às suas ideias, identificando-os como ‘sectários’, ou ‘dogmáticos’, pessoas carecedoras de senso político e, em geral, sem contato com a realidade. Em meados do século XIX, o termo passa a ser fundamental para o marxismo enquanto instrumento contra a cultura burguesa. De forma geral, o Dicionário denomina ideologia como “toda crença usada para o controle dos comportamentos coletivos entendendo-se o termo *crença*, em seu significado mais amplo, como noção de compromisso da conduta, que pode ter ou não validade objetiva. Entendido nesse sentido, o conceito de ideologia é puramente formal, uma vez que pode ser vista como ideologia tanto uma crença fundada em elementos objetivos quanto uma crença totalmente infundada, tanto uma crença realizável quanto uma crença irrealizável. O que transforma uma crença em ideologia não é sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinada situação” (Abbagnano, 2007, p. 533).

versa” (Duarte, 2022, p. 122). A existência de tais “distinções” se faz necessária exatamente pelas condições e misturas que as integram em âmbito político.

Arendt (2022) recupera um aspecto positivo do poder indo além de uma constituição formal de esfera pública. Neste sentido, é necessário que os seres humanos tenham disposição para agir e falar entre si. Ou seja, embora o poder seja distinto da violência, ele é constituído enquanto potência, enquanto possibilidade. Mesmo que se possa afirmar essa distinção em relação à violência, o poder derivado do grupo “não é algo que se possa estocar ou preservar sob quaisquer condições, dependendo, em primeiro plano, da sua efetivação por meio dos atos e das palavras de uma pluralidade de homens” (Duarte, 2022, p. 129).

Se o poder existe apenas enquanto há possibilidade de ação e de discurso ele inexistente sem um grupo, diante de contextos em que este se encontra impedido de reunião ou de falar livremente. Nesta pluralidade, o poder traz em seu bojo uma série de interesses, de pontos de vista distintos, de manifestações muitas vezes conflituosas.

Só há poder se são preservadas condições favoráveis para a ação coletiva e para a troca de opiniões divergentes em um espaço público; do mesmo modo, o que garante a permanência do próprio espaço público é o poder, que tem de ser reatualizado constantemente por meio de atos e palavras não violentos (Duarte, 2022, p. 130).

A distinção arendtiana entre poder e violência, portanto, não implica uma exclusão de um ou outro. A violência é um meio para atingir determinado fim e não um fundamento para o poder. Trata-se de uma relação de proporcionalidade, conforme destaca Duarte:

Todo aumento da violência é sinal de um decréscimo ou mesmo da perda do poder, e a marca mais evidente da destruição do poder pela violência é o isolamento entre os homens e a concomitante desagregação do espaço público como espaço destinado ao aparecimento da pluralidade de homens e opiniões, com suas diferenças e conflitos intrínsecos [...] (Duarte, 2022, p. 141)

Todavia, Duarte (2022) destaca que tal proporcionalidade não é de equivalência, mas, sim de um caráter primordial do poder em sua relação com a

violência. Para o pesquisador, há um ponto de equilíbrio que dependerá de cada caso. Nesta direção,

[...] quanto mais poder, menos violência e maior distância em relação à tirania, ao despotismo, à ditadura e ao totalitarismo; quanto menos poder, mais intensos e mais disseminados serão a violência e a crueldade dos meios e instituições pelos quais se procura garantir a dominação (Duarte, 2022, p. 142).

Arendt (2022) não recusa e nem demoniza o emprego da violência. Para ela se trata de um fenômeno político. Porém, não consiste em “afirmar que a essência da política ou do governo resida na violência, mas sim uma forma de recusar as concepções teóricas que veem na violência a manifestação de forças irracionais ou bestiais [...]” (Duarte, 2022, p. 144). Ou seja, o alerta de Arendt para a violência vista como algo inerente à natureza humana. A violência não possui legitimidade própria, a exemplo do poder. Conforme destaca Duarte, “a violência pode ser apenas justificável ou injustificável, e isso em função dos objetivos que ela almeja: a violência será tanto mais justificável, quanto mais imediatos e bem definidos seja os objetivos visados, e vice-versa” (Duarte, 2022, p. 144). O fato de Arendt não demonizar a violência não significa que faça o oposto. Ela reconhece seu uso em “circunstâncias políticas emergenciais, [...] a violência será sempre o último árbitro [...]” (Duarte, 2022, p. 144). Neste sentido, há concordância com Max Weber (1864-1920), todavia, uma discordância quando o sociólogo considera a violência como um “meio específico de exercício do poder, entendido prioritariamente como a imposição da vontade de um agente sobre os demais” (Duarte, 2022, p. 144-145).

Embora seja possível afirmar que os autores discutidos no capítulo tenham pretensões de chegar a lugares próximos, de enfrentamento à violência e suas consequências, é importante ressaltar pontos importantes que apresentam contradições para objetivos comuns. Certamente Butler e Arendt concordariam na defesa de uma ação no espaço público visando o bem comum. Todavia, para Arendt, não faz sentido falar em “não-violência” em sentido oposto à violência, pois, a violência deixada a seu curso destrói o poder, não cria. “A violência aparece onde o poder está em perigo. Por isso, a não violência não é o oposto da violência” (Paviani, 2016, p. 14). Nesta direção, a pensadora alemã prefere utilizar a distinção, principalmente, entre poder e violência. Os

apontamentos que trazem Butler (2022) até essa discussão remetem à origem do termo violência e seu percurso, principalmente, ao chamado coletivo para a ação, denominado pela filósofa como “não violência”. Pela ótica da autora, a violência contra as mulheres está relacionada à subversão da performatividade de gênero, principalmente, ao punir mulheres que não se encaixam nas “normas” de gênero vigentes. Certamente a autora tem grandes contribuições neste trabalho de uma “sociologia da educação”. Arendt (2021) se aproxima dos objetos em discussão e análise, enquanto Butler (2022) vincula-se aos mesmos qualificando o debate com conceitos caríssimos aos estudos sobre gênero e violência, sendo impossível afastar-se desta relação que é demonstrada cotidianamente nas agressões e violências sofridas pelas mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Por fim, dada a complexidade de trabalhar com o conceito de violência, convém destacar algo também apontado por Arendt no primeiro capítulo de *Sobre a Violência*, que estabelece relação com o objetivo desta pesquisa. A autora procura “examinar entre guerra e política, violência e poder e, ainda, a natureza e as causas da violência em suas manifestações atuais” (Paviani, 2016, p. 12-13). O que está em jogo é compreender fenômeno da violência e suas especificidades na realidade dos (as) estudantes da EEBFMK, suas causas, as consequências e o que fazer diante desta.

Neste sentido, sem perder a atenção à multiplicidade epistemológica na qual se circunscreve o conceito de violência, o qual procurou-se apresentar em diversas formas e autores, as opções teóricas neste estudo estão vinculadas, principalmente, às percepções de Arendt (2021) com contribuições de Butler (2022). Ressalta-se o fato de suas visões estarem amparadas em diferentes orientações teóricas, mas que convergem em algumas perspectivas como: a) nas formas multifacetadas da violência enquanto fenômeno que ocorre em diferentes esferas, como a pública e privada; b) na crítica ao modelo patriarcal; c) no reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema social e político; d) na crítica à naturalização da violência e à culpabilização das vítimas; e) na defesa de ações de combate à violência e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária para as mulheres.

No caso de Arendt (2021), entende-se a violência como uma quebra de possibilidades de construir o mundo de forma coletiva com base na ação no espaço público, com todas as divergências e contradições colocadas em debate.

Já para Butler (2022), ressaltam-se as condições de interdependência humana, a violência não está somente demonstrada nos registros oficiais, mas na ausência de compromisso social com seu enfrentamento. Ou seja, compreende-se a violência como toda forma de agressão, de desrespeito à vida, à dignidade, aos direitos humanos, ao diálogo e ao compartilhamento do mundo em todas as suas dimensões. Portanto, essa é a forma de aplicação teórica em relação ao conceito de violência que se propõe neste estudo. Fato que não impede as contribuições teóricas de Saffioti (2015) quanto às relações patriarcais de gênero.

2.2 CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO E AS RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO

Esta seção visa contextualizar primeiramente (2.2.1) a escolha pelo termo “jovem” e as características que tendem a marcar esta etapa da vida. As principais referências são: Sofiati (2022); Melucci (1997); e Bungenstab (2021). Na sequência, a subseção 2.2.2 discute a etapa do ensino médio e as relações de poder que a circunscrevem, tendo como referências centrais: Mesquita; Lelis (2015); Costa; Silva (2019) e o posicionamento das principais associações educacionais brasileiras. Por fim, a subseção 2.2.3 discute as relações patriarcais de gênero tendo como referência, os estudos de Saffioti (1987, 2015); Butler (2022). Ainda com levantamento de dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) e do Observatório da violência contra mulher de Santa Catarina (OVMSC, 2023).

2.2.1 Definição dos termos que caracterizam os estudantes de ensino médio: jovens e adolescentes

Conforme a dissertação de Singulano (2018), ainda há poucas pesquisas sobre violência contra mulheres utilizando jovens e adolescentes

como amostras. Quanto a tais terminologias é preciso esclarecer que há trabalhos que usam “adolescente” para descrever a pessoa entre doze e dezoito anos de idade, estes, com base no artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Neste sentido, em outros, utiliza-se do termo “jovem” para tratar de pessoa com idade entre 18 e 29 anos. Convém ressaltar que embora se encontrem trabalhos que utilizam ambas as terminologias, neste estudo, que tem como protagonistas os (as) estudantes do ensino médio da EEBFMK, se utilizará o termo “jovem”, para referência à pessoa com idade entre 15 e 29 anos de idade conforme previsto no Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). Nesta direção, convém questionar: o que é um jovem e o que faz de um jovem um jovem?

No dicionário Unesp de Língua Portuguesa o termo jovem é um adjetivo para a pessoa “que está na juventude [...]” (Borba, 2011, p. 812). Por sua vez, juventude é “o período da vida entre a infância e a idade adulta [...]” (Borba, 2011, p. 816). Não há citação dos termos jovem ou juventude nos dicionários de Filosofia Jacqueline Russ (1994), Niccola Abbagnano (2007), nem no dicionário de Sociologia de Johnson (1997).

No artigo *Juventudes e as “novas” expressões da participação na política*, o sociólogo brasileiro Flávio Munhoz Sofiati (1977-) apresenta sua compreensão sobre juventude com base em três categorias:

a) etapa da vida: compreendida por uma faixa etária variável conforme a realidade social no qual a/o jovem está inserida/o [...]; b) estilo de existência; cujas formas de vestimenta, comportamento social, postura corporal, estrutura de fala e vocabulário específico, entre outros, define essa categoria; c) força social renovadora: que não significa necessariamente que a juventude é revolucionária por natureza, mas carrega um olhar diferenciado das outras gerações com potencialidades de mudanças sociais que podem ser progressistas ou não (Sofiati, 2022, p. 07-08).

Nesta direção, o pesquisador aponta para um paradoxo da juventude entre elo e transição geracional, “pois, mesmo inserida em um contexto social determinado, está propensa a interpretá-lo de forma diferente dos adultos a partir de sua participação marginal” (Sofiati, 2022, p. 08). Por sua vez, Melucci (1997) aborda o tema juventude não somente enquanto condição biológica, mas, definida com base na cultura. “Estilos de roupas, gêneros musicais, participação

em grupos, funcionam como linguagens temporárias e provisórias com as quais o indivíduo se identifica e manda sinais de reconhecimento para outros” (Melucci, 1997, p. 09). Há concordância entre os autores quanto à forma de participação do jovem na sociedade: “Sua voz é ouvida com dificuldade porque fala pelo particular (Melucci, 1997, p. 13). Para Melucci (1997), a juventude integra um processo dinâmico: “As pessoas não são jovens apenas pela idade, mas porque assumem culturalmente a característica juvenil através da mudança e da transitoriedade” (Melucci, 1997, p. 13).

Por sua vez, Sofiati (2022) traz uma síntese comparativa sobre três pesquisas brasileiras alusivas à realidade da juventude. São elas: *Perfil da Juventude Brasileira* – sob responsabilidade da Fundação Perseu Abramo (2003); *Agenda juventude Brasil* – da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) (2013); e *Pesquisa juventudes no Brasil* – tendo como responsáveis a Fundação SM e o Observatório da Juventude na Ibero-américa (2021).

Analisando a pesquisa de 2003 da Fundação Perseu Abramo, Sofiati (2022) constata uma baixa participação da juventude na sociedade brasileira, sendo que apenas 15% dos jovens entrevistados afirmavam participar de algum movimento. Predominavam participações na igreja e, em grupos culturais.

Não obstante, a pesquisa sob responsabilidade da SNJ em 2013 apontou para uma mudança deste perfil onde 54% dos jovens demonstram interesse na política, bem como, 91% dos jovens acreditam que a juventude pode mudar o mundo. Porém, a forma de mudança aponta para caminhos como ação direta na rua, coletivos de luta, conselhos, militância virtual etc: “É emblemática a altíssima rejeição aos partidos, que são a base fundamental da participação política e da democracia representativa no Brasil” (Sofiati, 2022, p. 12). Para o autor, os jovens têm a percepção de que não tem voz dentro dos espaços decisórios dos partidos políticos e isto os motiva a participar de outras formas. Todavia, percebe-se a manutenção da tendência já apontada na pesquisa de 2003 sendo os grupos religiosos os movimentos de maior participação dos jovens com 19%. Ao mesmo tempo, 56% dos entrevistados não conhece nenhuma política pública voltada para a juventude.

Na pesquisa de 2021, tendo como responsáveis a Fundação SM e o Observatório da Juventude na Ibero-américa, Sofiati (2022) destaca a permanência desse distanciamento do jovem das questões políticas, sendo a

política apontada como a última colocada em graus de importância para a vida dos/as jovens. A igreja permanece a instituição com maior confiança seguida das forças armadas e polícia: “Os partidos políticos estão entre as instituições de menor confiabilidade juvenil, em confluência com os números das pesquisas de 2003 e 2013 que apresentavam o baixo interesse na participação política partidária das juventudes” (Sofiati, 2022, p. 16). O contraponto destacado pelo autor ao analisar a pesquisa é representado pelas formas de participação política que, mesmo com a baixa confiança nos partidos políticos, os jovens não deixam de votar (61%), bem como de participar ativamente das eleições.

Convém destacar que as modificações são constantes, assim, não há uma regra geral que possa afirmar que as crenças religiosas dos jovens ou seu interesse pela política apresente tendência de aumento. A juventude é marcada “por sua luta incansável entre o desejo de pertencer a grupos, de se identificar, portanto, com outros como ele, e, ao mesmo tempo contraditoriamente, de romper com os modelos vigentes, de reafirmar sua autonomia e sua individualidade” (Vaz, 2012, p. 126).

As constatações de Sofiati (2022) corroboram com seus estudos sobre o período de ocupação das escolas no Brasil, nos anos de 2015 e 2016, tendo o movimento em muitos casos acelerado o processo de conscientização do jovem acerca da importância da participação juvenil na política: “Essas/Esses jovens perceberam com as ocupações o quanto a ausência de políticas públicas de juventude afetavam sua realidade concreta” (Sofiati, 2022, p. 21). Nesta direção, é a instituição escola que adquire protagonismo diante da defesa dos direitos dos jovens: “Não obstante, a escola foi a instituição escolhida para ser ocupada: sua abertura para as potencialidades emancipatórias das juventudes difere, por exemplo, do contexto rígido das igrejas” (Sofiati, 2022, p. 22). Por fim, destaca o sociólogo brasileiro que “[...] o jovem quer fazer política, mas não a política convencional” (Sofiati, 2022, p. 26).

É interessante observar que mesmo que se tenha presente uma crítica ao modelo escolar diante de todas as suas carências e dificuldades, por outro lado, o jovem neste contexto entende a escola como espaço crucial para a construção da cidadania, da luta por seus direitos. A contradição reside no fato da escola ser uma instituição regida pelo Estado e as decisões, em fim último, pertencerem ao campo da política. Tal dimensão corrobora com a análise de

Sofiati (2022) de que a política desperta o interesse da juventude. Todavia, o dilema reside em utilizar como ferramenta de luta uma instituição que tem suas raízes fincadas no chão estatal, como é o caso da escola.

Embora a juventude possa ser vista de forma diversa, como fase da vida, um estilo, um jeito de ser, os jovens encontram um mundo que chega até eles (as) com algumas fissuras. É comum ouvir em instituições, principalmente na escola, na igreja e na família, frases tecendo críticas às crianças e aos jovens “de hoje”, muitas vezes seguidas de “porque no meu tempo...”. Não obstante, Vaz (2012) sai em defesa da juventude afirmando que os jovens “são vítimas das crises produzidas pelos antepassados, como as crises econômica, ambiental e social, com altos índices de desemprego, de trabalho precarizado, de subemprego, de crime organizado, de violência urbana” (Vaz, 2012, p. 127). Ou seja, antes de qualquer crítica às crianças e jovens de hoje, talvez fosse interessante se perguntar sobre o processo de formação da sociedade brasileira, bem como, sobre os adultos “de hoje”.

Tal prerrogativa não isenta o jovem de suas responsabilidades com a vida, com o meio. E o processo de formação desse sujeito é crucial para o caminho que se deseja seguir. Vale salientar que “a juventude é parte de um processo amplo da constituição dos sujeitos, mas que é acompanhada por especificidades que marcam a vida de cada indivíduo ou grupo” (Bungenstab, 2021, p. 113). Cada jovem é detentor de uma história singular e tem seu modo de ver o mundo e atribuir sentido a este. Se trata de “um ser social que ocupa um determinado lugar na sociedade” (Bungenstab, 2021, p. 113).

Neste sentido, os jovens sujeitos desta pesquisa ocupam lugares distintos na sociedade. Todavia há laços comuns que, dentre outras especificidades, podem ser apontados como: o local de moradia – Distrito de São Cristóvão; o local de estudos – a EEBFMK; e a etapa escolar – ensino médio. Para Dayrell:

Tomar os jovens como sujeitos não se reduz a uma opção teórica. Diz respeito a uma postura metodológica e ética [...]. A experiência da pesquisa mostrou-me que ver e lidar com o jovem como sujeito, capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige um esforço de auto-reflexão, distanciamento e autocrítica (Dayrell, 2003, p. 44).

A compreensão sobre os jovens implica nas percepções sobre seus modos de vida, sobre os fatores que influenciam seus posicionamentos, sobre suas incertezas quanto ao trabalho, ao lazer, aos relacionamentos, à escola, à vida. Em sua pesquisa, Bungenstab (2021) entrevistou 297 jovens do ensino médio em quatro escolas públicas na cidade de Goiânia-GO. A questão motivadora foi: “Para você o que é ser jovem?” O autor classificou em três grupos as respostas, nomeando-os como “juvenilistas”, “passageiros” e “invisíveis” (Bungenstab, 2021).

No primeiro grupo, “52,9% disseram que: ser jovem é não ser velho e uma fase para aproveitar a vida e ter liberdade” (Bungenstab, 2021, p. 115). Aos juvenilistas, portanto, o autor discute o conceito de moratória, acerca da possibilidade destes grupos de adiar certas responsabilidades com o trabalho e a família que outros não conseguem, uma vez que 80,2% destes não trabalham: “Os jovens dos setores mais populares teriam maiores dificuldades de ascender à moratória social, pois geralmente eles ingressariam mais cedo no mundo do trabalho (quase sempre precário)” (Bungenstab, 2021, p. 116). Ainda dentro deste contexto, o autor considera que do grupo que afirmou trabalhar ou fazer estágio, 19,8% é formado em grande parte por jovens que tratam o trabalho “como um rito de passagem importante para o universo adulto” (Bungenstab, 2021, p.117). Ou seja, há nestes grupos percentuais de jovens preocupados também com o seu futuro.

Tal prerrogativa permite adentrar ao segundo grupo, que autor chamou de “passageiros”. Este é representado por “19,2% dos jovens que acreditam estar em uma fase de amadurecimento, responsabilidade e início da vida profissional” (Bungenstab, 2021, p. 118). Do percentual, 35% estão trabalhando ou fazendo estágio, enquanto que 65% busca por trabalho ou procura melhorar a qualificação para tal: “Para eles, as características próprias embutidas na vida laboral funcionam como mecanismos de inserção social e/ou necessidade financeira” (Bungenstab, 2021, p. 118). O rito de passagem envolto a questão laboral e até mesmo do desemprego leva os jovens a acreditar que estão amadurecendo e adquirindo maiores responsabilidades: “A responsabilidade surge como aspecto positivo relacionado ao trabalho, pois quando esses indivíduos ingressam no mundo laboral eles tornam-se mais responsáveis com

horários e disciplinas, respeitando as normas estabelecidas” (Bungenstab, 2021, p. 119).

O terceiro grupo foi chamado por Bungenstab (2021) de “invisíveis”. “Ao se depararem com a pergunta ‘Para você o que é ser jovem?’, 27,9% dos pesquisados (as) optaram por deixar a resposta em branco” (Bungenstab, 2021, p. 119). Embora com ressalvas por terem deixado várias questões sem resposta, o autor destaca que são jovens que não se interessam por assuntos como religião, política e drogas. Por outro lado, têm interesse em assuntos relacionados à música, esporte e tecnologia: “Nesse ponto, esse grupo se caracteriza por, também, fazer uma crítica ao modelo escolar ao proporem que suas escolas passem a trabalhar baseadas em outros métodos de ensino” (Bungenstab, 2021, p. 120).

Não obstante, é importante reconhecer a existência das juventudes em sua pluralidade o que implica em exemplificar que nem todos os jovens tem possibilidade de estar na escola ou mesmo acessar o mundo do trabalho, condição que alguns autores chamam de “nem nem” e que também recebe críticas pela mesma razão (Silva Junior; Borges, 2022). Nesta pesquisa, o olhar para as percepções dos jovens enquanto sujeitos educacionais implica em jogar luz para a compreensão de que é “no dia a dia escolar que os jovens fazem as suas juventudes e refletem sobre ela” (Bungenstab, 2021, p. 121). Com o intuito de olhar para a juventude (sujeitos da pesquisa) buscando compreender as representações sobre o tema *violência contra as mulheres* que esta pesquisa se estabeleceu.

Convém ressaltar que os estudos acerca da violência contra as mulheres entre adolescentes apresentam características preocupantes. Tanto em Vaz (2012), em Rezende (2017), como em Singulano (2018), se constata que é comum a violência nas relações entre jovens, principalmente nas relações íntimas de afeto. Os estudos também apontam que os jovens que crescem em ambientes violentos tendem a incorporar e muitas vezes reproduzir a violência com certa naturalidade, tanto como agressor (a) ou como agredido (a). Desta maneira, esta pesquisa buscou analisar para além da presença ou ausência da violência na vida dos (as) estudantes, ou seja, a forma como esses (as) jovens percebem, interpretam e agem diante destas, considerando que a inação pode

ser considerada como dado de relevância em seu cruzamento com as teorias discutidas neste subcapítulo.

2.2.2 Ensino médio: o que há de novo no “novo”?

Considerando que um dos laços comuns dos sujeitos da pesquisa é fazer parte da etapa de ensino, conhecida atualmente como Ensino Médio, serão tecidas algumas considerações em relação, principalmente, às discussões que vem sendo estabelecidas acerca da etapa que se convencionou chamar de “Novo Ensino Médio” (NEM), que por sua vez, agrupa neste trabalho os estudantes das 1^{as} e 2^{as} séries, ou seja, a maioria (nove de doze turmas) dos sujeitos participantes da pesquisa, devido ao início de sua implementação no estado de Santa Catarina no ano de 2022.

Retomando parte significativa dos debates acerca desta etapa de ensino, nos últimos anos se apresenta um panorama que exige olhar atento. Mesquita e Lelis (2015), no artigo *Cenários do Ensino Médio no Brasil* apontam que os estudos das últimas duas décadas sobre esta etapa de ensino apresentavam três problemas principais, dentre outros associados:

[...] a dificuldade de acesso e permanência para cerca da metade da população jovem, a pouca qualidade do ensino oferecido com resultados de desempenho dos alunos muito abaixo do esperado e a falta de identidade e objetivos claros para a escolarização deste nível de ensino. Associado a esses aspectos, pode-se acrescentar a falta de infraestrutura das escolas de Ensino Médio, os desencontros entre as propostas curriculares, o pouco investimento na formação dos professores e a baixa remuneração destes especialistas, além dos problemas de gestão e das políticas norteadoras (Mesquita; Lelis, 2015, p. 822).

Em relação ao primeiro problema apresentado pelos autores, o Governo Federal criou um programa de incentivo na modalidade de poupança para jovens matriculados no Ensino Médio público, mais conhecido como “Pé-de-Meia” (Brasil, 2024). Tratando-se de uma política pública em etapa de implementação impossibilita a análise aprofundada neste momento. Todavia, é importante reconhecer a importância da tentativa de democratização do acesso e redução

de desigualdades sociais proposta pela mesma. Para Mesquita e Lelis (2015), os principais problemas encontrados na etapa do Ensino Médio advêm da falta de qualidade do ensino fundamental, da extensão curricular em desconformidade com o tempo de aula e um ensino desconexo da realidade dos estudantes. Estes, por sua vez, chegam

à escola sem incentivos pessoais e familiares, e sem reconhecer sua legitimidade ou utilidade social dos diplomas, não encontrando, na maioria das vezes, sentido nos conteúdos ensinados, no papel do conhecimento e na garantia de expansão do seu capital cultural (Mesquita; Lelis, 2015, p. 824).

Portanto, convém destacar o peso do processo de socialização destes (as) jovens. Ao crescer em um ambiente em que não há valorização da educação por parte da família, ao se deparar com uma sociedade apática à educação formal e que permite sua precarização, ou ainda, que não compreende as mudanças políticas que vão sendo impostas, muitos jovens optam pelo abandono escolar. Importante atentar para os casos de profundas desigualdades onde muitos acabam optando por trabalhos precarizados assumindo desde cedo compromissos com alimentação e despesas da casa como água, luz, aluguel etc. Dentre os estudantes concluintes, Mesquita e Lélis (2015) destacam que uma parte destes apresenta “pouco domínio da leitura e escrita e baixa proficiência em matemática e, de outro lado, um número expressivo de jovens que desiste desta fase de ensino, pois deposita nela poucas expectativas e interesse” (Mesquita; Lelis, 2015, p. 828). Ao abordar indicadores da qualidade de ensino como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), os dados do município de Três Barras, mas, principalmente, da EEBFMK, parece contribuir com o cenário ao qual chegam os estudantes concluintes, conforme apontou o estudo citado.

O IDEB no ensino médio (área de atuação do pesquisador) municipal foi de 3,6 no ano de 2019 e 3,1 em 2021; já para os anos iniciais foi de 5,1 em 2019 e 5,0 em 2021 e para os anos finais 4,2 em 2019 e 4,0 em 2021. Assim, os dados do IDEB municipal apresentam o pior desempenho da região, também destacados na imprensa regional na matéria *Escolas de Canoinhas e Irineópolis têm melhores resultados do Ideb na região* (Wassoaski, 2022). Na rede pública estadual, para a etapa dos anos iniciais, a média foi de 6,3 em 2019 e 6,5 em

2021. Para a etapa dos anos finais, 4,9 em 2019 e 5,3 em 2021. Já para o ensino médio, as escolas estaduais apresentaram média de 3,8 (Ideb, 2020) e 3,9 no ano de 2021.

Convém ressaltar que embora se apresente como contribuinte para a construção de políticas públicas, os índices não permitem uma leitura aprofundada do todo que envolve o processo de ensino e aprendizagem. Quando se fala em etapa de ensino, há um debate político, econômico, social e até ideológico pautado. Ou seja, o próprio currículo que compõe uma etapa de ensino é fruto de relações e disputas de poder: “É possível detectar vinculações entre a educação e o poder unidirecionais, biunívocas ou dialéticas, engendradas por protagonistas que conjugam matizes culturais, políticos, econômicos, religiosos, militares, entre outros (Santos, 2015, p. 234).

Em consonância com o olhar de Santos (2015) acerca das relações de poder envoltas ao currículo, o dossiê *Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional* (2019), situa o posicionamento de três entidades que representam a educação brasileira no debate com o que se chamava (por alguns setores) de governo Michel Temer (2016-2018). São elas: a Associação Brasileira de Currículo (ABdC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE).

Apontam Costa e Silva (2019) que a regulamentação da BNCC e o NEM se apresentam sob a orientação e supervisão de organismos internacionais, como repetição do que ocorreu no Golpe de 1964. Dentre os quais, o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Assim, “o governo brasileiro reorganiza sua nova agenda educacional voltada para atender uma lógica de mercado [...], retirando e/ou flexibilizando disciplinas estratégicas, [...] ao substituir a educação pela aprendizagem por competências [...]” (Costa; Silva, 2019, p. 7). Ou seja, ocorre a desqualificação tanto da formação geral quanto profissional para os jovens desta etapa.

No caso da BNCC, os autores abordam sua elaboração enquanto um projeto em disputas. Há neste contexto, uma construção falsamente democrática, ou seja, não são ouvidas as críticas e reuniões paralelas tornaram a regulamentação da proposta ilegítima. Conforme Costa e Silva (2019), a BNCC

é embasada em “políticas curriculares avaliadas negativamente por pesquisadores da área da educação de países como Estados Unidos, Austrália, Chile e Reino Unido, por serem relevantes indutores da privatização da educação” (Costa; Silva, 2019, p. 10). Da mesma forma, o NEM é oriundo de uma Medida Provisória “aprovada a toque de caixa, atropelando esforços e desconhecendo totalmente diversos segmentos da sociedade brasileira interessados na temática [...]” (Costa; Silva, 2019, p. 10).

E quanto às Associações da área educacional, qual era seu posicionamento naquele contexto? Foram várias as contradições ressaltadas por estas sobre diversos pontos apresentados na “reforma”. A seguir, foram selecionadas algumas notas, considerando neste momento, a concordância deste pesquisador com o referido posicionamento. Primeiramente, no que concerne à proposta da reforma e flexibilização curricular com base em “itinerários formativos”, a ABdC e ANPEd emitiram nota conjunta afirmando que:

[...] a proposta desta reforma é que os alunos tenham a liberdade de escolher, dentre as disciplinas compreendidas como optativas, as que sejam de seu interesse para a composição de sua grade horária de estudos. Entretanto, na prática, não há flexibilização quando são reduzidas as opções, pois só é necessário que a rede ofereça poucas opções. [...] A ideia de organização dos currículos por itinerários formativos específicos, com ênfases em cinco áreas distintas e sem a área de Ciências Sociais, tende a conferir ao currículo um caráter utilitarista, voltado unicamente ao atendimento de perspectivas futuras de inserção no mercado de trabalho, negligenciando, também, a função de “formação para a cidadania” prevista na LDB (ABdC; ANPED, 2016, p. 03-04).

Os apontamentos da proposta esbarram em questões que são problemas estruturais e históricos da educação brasileira. A liberdade de escolha por parte dos (as) estudantes está condicionada às condições de oferta das escolas. Portanto, o mais adequado e honesto a ser dito é que o (a) estudante pode escolher dentre as disciplinas que cada escola em específico pode oferecer, o que por sua vez, distancia as escolhas do que de fato possa ser o “interesse” dos (as) discentes. O avanço do caráter utilitarista segue em discussão frente ao distanciamento de uma educação que forme para a cidadania. Ainda neste contexto, embora a ANPEd tenha emitido uma nota individual sobre o debate, para além da nota conjunta anteriormente

apresentada, é importante (também) trazer para análise o importante posicionamento da ANFOPE:

A fragmentação do ensino médio em “itinerários formativos específicos” fere o direito ao conhecimento para a ampla maioria dos estudantes que se encontra no Ensino Médio público, tendo como falsa justificativa um currículo mais flexível e atraente para o aluno, que vá reduzir as taxas de evasão. Isso, de fato, vai aprofundar a dualidade do Ensino Médio e o *apartheid* social dos jovens pobres, negando-lhes a oferta desse nível em igualdade de condições, favorecendo ainda mais a mercantilização do ensino (ANFOPE, 2016, p. 2).

O que a proposta trouxe foi um falseamento da realidade utilizando dos itinerários como justificativa para uma questão que historicamente é envolta a discussões, que é o currículo. As publicidades desenvolvidas pelo MEC no lançamento do NEM passavam a impressão que a etapa estaria mais atraente como o modelo, pois o estudante poderia “escolher” de forma livre, de acordo com a área do conhecimento desejada, os itinerários que desejava estudar. Na verdade, a própria base foi prejudicada e a esteira da mercantilização avançou e ainda não parou, vide as dificuldades do governo atual de negociar as mudanças tão urgentes que a educação brasileira exige para os tempos hodiernos.

Para além das fortes críticas ao conteúdo da reforma, as Associações também direcionaram seu olhar para os atores envolvidos no processo de construção da mesma. Por se tratarem de posicionamentos parecidos, foi escolhida para representar o grupo neste trabalho, a manifestação da ANPED:

A MP fragiliza o princípio do Ensino Médio como direito de todo cidadão a uma formação plena para a cidadania e o trabalho, abre canais para a mercantilização da escola pública [...]. É possível encontrar na MP claros sinais de propostas de reformadores educacionais e defensores da fragmentação do Ensino Médio e do estabelecimento de canais para parcerias público-privadas (ANPED, 2016, p. 1).

O posicionamento da ANPED é uma síntese do quão agressiva é a proposta. A compreensão que se retira é da existência de um abismo entre o que é apontado como interesse no discurso de implementação do NEM e o que de fato são os interesses que residem por trás da proposta. Essa percepção é evidenciada pelo fato da Associação ser formada por um coletivo que em grande

escala conhece o “chão da escola” em conflito com reformadores que mesmo conhecendo desviam o olhar para interesses econômicos colocando a educação de forma explícita como mais um produto de um balcão de negócios.

Embora tenha se passado por um período de inanição no governo anterior, os reflexos das críticas das Associações se destacam neste segmento que segue em discussão. No dia 9 de março de 2023 o governo federal abriu consulta pública sobre o NEM com prazo de 90 dias para manifestações e possibilidade de prorrogação. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) pede a revogação do “novo” ensino médio. Por sua vez, “o MEC reconheceu que houve falta de diálogo no processo que levou à promulgação da lei do novo ensino médio e anunciou a criação de um grupo de trabalho para reunir todos os setores educacionais interessados em discutir o andamento do novo ensino médio” (Verdélío, 2023, n.p).

Portanto, esta etapa de ensino, como anteriormente anunciado, segue em discussão no afloramento das relações de poder nas quais os sujeitos da pesquisa estão diretamente envolvidos, mesmo sem a pretensão de suas escolhas, muito mais, com base nas possibilidades que a EEBFMK, enquanto instituição vinculada ao Estado, têm a oferecer.

Nesta direção, o Estado tende a precarizar ainda mais a vida dos jovens ao negar-lhes uma educação de qualidade. Os estudos de Vaz (2012), Rezende (2017) e de Singulano (2018) apresentam de forma clara as responsabilidades da escola no enfrentamento da violência contra as mulheres. Ou seja, ao não oportunizar condições adequadas para o ensino, para promover uma educação de qualidade, respeitando a diversidade, os direitos humanos, a dignidade, o Estado contribui para a reprodução das formas de violências, dentre elas, a praticada contra as mulheres. Assim, é importante conhecer as possibilidades dos (as) jovens desta pesquisa com base na instituição que frequentam, a EEBFMK, sendo o ensino médio uma etapa decisiva para a vida destes (as).

2.2.3 As relações patriarcais de gênero e a violência contra as mulheres no contexto brasileiro e tresbarrense

O patriarcado é um dos princípios estruturadores da sociedade brasileira. Aronovich (2019) destaca que este ultrapassa a dimensão da instituição familiar, recebendo sustentação de muitas religiões, da própria escola e do Estado. A ideologia patriarcal consiste em “naturalizar” e atribuir inferioridade às mulheres, portanto, atua como base de sustentação da dominação masculina. Esta, por sua vez, perpassa as relações tanto em âmbito público quanto privado. Convém ressaltar que os “direitos” patriarcais não estão circunscritos às relações privadas, muito menos se trata exclusivamente de ter o “pai” como referência da instituição família, pois antes disso, este se constitui enquanto esposo, companheiro de alguém. Todavia, é na esfera privada que se torna nítido quando o patriarcado age não aceitando que a mulher tome iniciativa e tenha ações que fogem à “naturalidade” histórica com a qual se conviveu diante de seu papel social e da divisão “sexual” do trabalho.

O patriarcado perpetua a divisão de papéis de gênero, normas sociais rígidas, leis e instituições que favorecem os homens e causam dor e sofrimento para todas as pessoas. Isso se manifesta de diversas formas, como a violência doméstica, a discriminação no mercado de trabalho, a falta de acesso à saúde e educação para mulheres, para a comunidade LGBTQIA+⁵ e homens que não se encaixam no modelo masculino tradicional. Convém lembrar que o patriarcado também prejudica estes últimos, limitando suas opções de vida e perpetuando a cultura da violência.

Alguns exemplos de relações patriarcais de gênero ocorreram na região onde está situado o município de Três Barras. No início do mês (dia 6) de março de 2023, uma matéria jornalística (Figura 1) emitia um alerta destacando a violência contra as mulheres no próprio título: *Planalto Norte de SC já soma 4 casos de feminicídio em 2023* (ND Mais, 2023).

⁵ De acordo com Silva (2020) se trata de movimento político e social que defende a diversidade e busca maior representatividade e direitos para a comunidade. As letras da sigla representam grupos de pessoas na sociedade: L= Lésbicas; G= Gays; B = Bissexuais; T= Transexuais; Q= Queer; I= Intersexo; A=Assexual; += inclui outros grupos e variações de sexualidade e gênero, como por exemplo, pansexuais.

Figura 1 – Notícia sobre feminicídios no Planalto Norte no 1º trimestre de 2023

Início > Segurança

Planalto Norte de SC já soma 4 casos de feminicídio em 2023

Autores dos feminicídios eram ex-companheiros das vítimas; relembre os casos

REDAÇÃO ND, JOINVILLE
06/03/2023 ÀS 19H09 - Atualizado Há 8 meses



Desde o início do ano, quatro casos de feminicídio já foram registrados no **Planalto Norte catarinense**. Em todos, os suspeitos dos crimes eram ex-companheiros das vítimas. Apenas um dos autores foi preso, enquanto os outros três cometeram suicídio; relembre os casos.

Fonte: ND Mais (2023).

O texto da matéria destaca características comuns em alguns casos de feminicídio. Os autores, ex-companheiros, não aceitavam o fim do relacionamento. Motivados por um sentimento de posse enraizado no patriarcado, que naturaliza a submissão feminina, esses homens infligem dor e sofrimento às vítimas e, conseqüentemente, a seus familiares e pessoas próximas. Dos quatro casos mencionados, apenas um autor foi preso. Os outros três cometeram suicídio.

Buscando compreender estas e outras formas de violências e contextos em que se inserem, a socióloga brasileira Heleieth Saffioti (1934-2010) aborda a dominação masculina dentro de um campo mais abrangente que apresenta como patriarcado – relações patriarcais de gênero. Ao mesmo tempo, Saffioti (2015) não entende a dominação como algo isolado, mas, em relação intrínseca com a exploração. Nesta direção, além de se distanciar de estudos com matriz weberiana que destacam a exploração exclusivamente em contexto econômico, enquanto a dominação está circunscrita no social, procura ressaltar que o conceito de patriarcado, “[...] como o próprio nome indica, é o regime da dominação – exploração das mulheres pelos homens” (Saffioti, 2015, p. 47). Não

obstante, já em “*O poder do macho*” (1987), a socióloga traçava um caminho indicando a fusão da dominação-exploração, a partir da emergência do capitalismo, em um único sistema denominado “patriarcado-racismo-capitalismo” (Saffioti, 1987, p. 60). A escolha da sequência conceitual apresentada pela autora faz referência à história, sendo o patriarcado o mais antigo e o capitalismo o mais recente. Nesta direção, procura ressaltar o papel – principalmente – dos jovens com base em um questionamento que vise transformar. “Se as discriminações são construções sociais, não fazem parte intrínseca da mulher e do negro. Se foram socialmente construídas, podem ser socialmente destruídas [...]. E esta constitui uma tarefa sobretudo de jovens, ainda que os mais velhos possam colaborar” (Saffioti, 1987, p.117).

Na obra *A dominação masculina*, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) traça um panorama deste contexto de dominação abordado por Saffioti. Em concordância, Bourdieu (2010) apresenta a força social como uma grande máquina simbólica que atua como suporte para a dominação masculina, tendo como alicerce a divisão social do trabalho: “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção [...]” (Bourdieu, 2010, p. 18). A própria definição dos órgãos sexuais é apontada pelo sociólogo francês como “[...] produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças” (Bourdieu, 2010, p. 23). Ou seja, não se trata de um mero registro da natureza humana.

Saffioti (2015) reconhece a força social e o suporte desta para os fenômenos de dominação apresentada por Bourdieu, ao mesmo tempo, procura não negar a importância do conceito de gênero, destacando que mesmo antes deste existir, os significados do masculino e feminino estiveram sempre presentes: “A divisão sexual do trabalho nas sociedades de caça e coleta não se explica pela maior força física do homem, pois há sociedades nas quais cabe às mulheres a caça da foca. [...] a foca é tão lisa quanto alguns políticos brasileiros e estrangeiros” (Saffioti, 2015, p. 63). Atualizando o próprio olhar sobre os termos, a socióloga considera “[...] sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (Saffioti, 2015, p. 116).

Saffioti é considerada a pensadora brasileira que abre as portas para o feminismo no Brasil, sendo inegável sua importância para os estudos de gênero, principalmente os que se debruçam a compreender a violência contra as mulheres em sua simbiose com o racismo, com o patriarcado, com o capitalismo. Nesta direção, se destaca a coragem da autora em sua matriz marxista, “ter decidido escrever um trabalho de livre-docência sobre a mulher no Brasil, em plena década de 1960, sob orientação de Florestan Fernandes⁶” (Pinto, 2014, p. 321). Ou seja, se trata da “primeira mulher a escrever um livro, dentro da academia, centrando sua análise na condição de dominação da mulher [...]” (Pinto, 2014, p. 322). O paradoxo apresentado por Pinto (2014) reside no fato de Saffioti se apresentar como não feminista. Ou seja, “o primeiro grande texto feminista no Brasil foi escrito por uma mulher que era declaradamente não feminista” (Pinto, 2014, p. 322). O pioneirismo de Saffioti não a exclui das críticas de um feminismo *bem-comportado* como a intitula Pinto (2014) não de forma negativa, já que essas eram as condições para o feminismo naquele momento. É importante ter claro que o contexto da década de 1960 no Brasil marcou o início de um golpe militar que vigorará por longos 21 anos. Enquanto filha de seu tempo e adepta do marxismo, a obra inicial de Saffioti embora tenha profunda preocupação com a dominação da mulher, centraliza como principal razão desta, o capitalismo, fato que lhe permite transitar legitimamente dentre os intelectuais da época. Dito de outra forma, embora Saffioti tenha marcado parte de sua trajetória com um feminismo bem comportado, “tornou-se uma das mais dedicadas e importantes lideranças de um feminismo deliciosamente mal-comportado” (Pinto, 2014, p. 332).

Na compreensão da socióloga brasileira, o gênero é

[...] entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma, o patriarcado é um caso específico de relações de gênero (Saffioti, 2015, p. 126).

As observações de Saffioti sobre a identidade, as distinções entre natureza e cultura se aproximam da dimensão sociocultural apresentada por

⁶ Para uma síntese da biografia do autor acesse: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/florestan-fernandes/>

Simone de Beauvoir (1908-1956) em *O segundo sexo*. A autora francesa representou um divisor de águas para o movimento feminista com o lançamento deste livro em 1949, momento em que o conservadorismo fazia imposições severas para a vida das mulheres. Dialogando com a referida obra, a socióloga brasileira destaca que os fenômenos naturais são vistos de diferentes maneiras por distintas sociedades. Assim, “ser mulher ou ser homem não é a mesma coisa numa sociedade católica e numa sociedade muçulmana, por exemplo” (Saffioti, 1987, p. 10). Para Saffioti, essa dimensão sociocultural permite compreender a famosa frase de Beauvoir: *ninguém nasce mulher, torna-se mulher*.

Por sua vez, a filósofa estadunidense Judith Butler (1956-), no livro *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*, se contrapõe às percepções de Beauvoir e demais teóricas feministas que fazem distinção acerca destas “construções”. Neste sentido, questiona a autora se pode “a noção de ‘construção’ reduzir-se a uma forma de escolha? [...] Não há nada em sua explicação que garanta que o ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (Butler, 2022, p. 29). Butler (2022) considera que a controvérsia do sentido de “construção” aparenta ter suas bases na filosofia convencional quanto às distinções entre livre-arbítrio e determinismo. Assim, a autora se contrapõe à distinção realizada entre natureza e cultura, onde sexo se situa exclusivamente no biológico enquanto gênero é uma construção social.

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou um “sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (Butler, 2022, p. 27)

A leitura de Butler realizada por Saffioti (2001) faz com que a socióloga brasileira reveja alguns conceitos e ideias. O fator *identidade* por exemplo é apresentado de forma distinta em 2001 ao contexto do descrito por Saffioti em 1987. Se no passado, Saffioti apontava uma “construção social da identidade”, no artigo *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*,

publicado em 2001, ela apresenta concordância com o caráter performativo apresentado por Butler. Todavia, ao apresentar uma transição binária do gênero, Saffioti utiliza o termo “escolha”, o que certamente não condiz com a forma que Butler interpreta o gênero e sua crítica à identidade. Para Butler (2022), o que está em jogo é problematizar conceitos, padrões, “verdades absolutas” do feminismo constituídas até então. Nesta direção, a categoria “sexo” passa a ser vista como culturalmente construída, enquanto gênero trata de uma categoria performativamente construída. A problematização de Butler permite questionar não somente o que é ser homem ou mulher, mas, o que faz de um homem um homem e de uma mulher uma mulher. Butler e Saffioti concordam quanto à análise política que constitui a identidade ser vista em conjunto com as dimensões da classe, raça, etnia, relações de poder.

Nesta direção, analisando a sociedade brasileira, Saffioti considera um agravante para o país, o fato de significativa parcela das mulheres se apresentarem como conservadoras. Tal situação contribui para separar “[...] mulheres femininas de mulheres feministas, como se estas qualidades fossem mutuamente exclusivas. Isto dificulta a disseminação das teses feministas cujo conteúdo pode ser resumido em: igualdade social para ambas as categorias de sexo” (Saffioti, 2015, p. 49). Um exemplo recente no Brasil (04/05/2023), se apresentou na Câmara dos Deputados durante a votação do Projeto de Lei 1.085/2023 que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício da mesma função. Embora o projeto tenha sido aprovado por 325 votos favoráveis e 36 contrários, chamou a atenção que dos votos contra constam dez mulheres (oposição ao governo) que recebem salário como Deputadas em igualdade com os homens. Destas, duas são representantes do estado de Santa Catarina.

Ao se opor aos movimentos de lutas feministas, tais mulheres contribuem para manter viva a chama do patriarcado. Se por um lado, Rezende (2017) apresenta um declínio do patriarcado, o que relaciona aos avanços dos estudos e lutas feministas, por outro, aponta que os efeitos deste modelo ainda são visíveis na sociedade. Conforme as observações da autora, “[...] nota-se que o patriarcado não deixou de existir, ao menos a nível do imaginário coletivo e dos valores e práticas que regem o funcionamento social” (Rezende, 2017, p. 13). Como em casos de violências praticadas contra crianças.

Em muitos destes, a violência é perpetrada pela mãe contra as crianças, por ser cobrada pelo patriarca, por assumir o próprio lugar deste, por tirania, por naturalizar tais práticas, dentre outras possibilidades: “Assim, o gênero, a família e o território domiciliar contém hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados” (Saffioti, 2015, p. 78). Importante destacar o alerta feito pela socióloga brasileira sobre a ideologia da defesa da família onde muitas mulheres impedem denúncias de abusos cometidos contra seus filhos (as), conforme exemplifica o relato a seguir.

O caso foi vivenciado pelo pesquisador no ano de 2016 durante a Campanha Agosto Lilás, em um Colégio Estadual do município de São Mateus do Sul-PR, quando ao término de sua palestra uma estudante do 2ºano do Ensino Médio veio em sua direção chorando, afirmando ser vítima de abuso sexual perpetrado por seu padrasto desde seus 12 anos de idade, ou seja, há quatro anos naquela ocasião. Segundo a estudante, inicialmente, o abusador dizia que ia matá-la e matar sua mãe e irmãos caso ela contasse algo para alguém. Depois, a estudante relata que com o passar do tempo percebeu que sua mãe era conivente com a situação e quando a questionou, a mesma alegou que não poderia “espalhar uma coisa dessas, o que as pessoas irão pensar?” Esse caso foi encaminhado para as autoridades competentes para que as medidas legais fossem tomadas.

Segundo alerta Saffioti,

[...] imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (Saffioti, 2015, p. 108).

Nesta direção, a impressão é de que se está protegendo aquele ser, a família, a moral, os bons costumes, ou ainda, se trata de amor, de cuidado, dentre outros termos que não impliquem, segundo essas mulheres, se tratar de violência. Porém, vale ressaltar o contraponto apresentado por Saffioti: “Amar o outro não constitui uma obrigação, mesmo porque o amor não nasce da imposição. Respeitar o outro, sim, constitui um dever do cidadão, seja este outro mulher, negro, pobre” (Saffioti, 2015, p. 83).

Saffioti (2015) não acredita em mudanças de ações violentas quando se trabalha somente a vítima. No olhar da socióloga, se isto acontece, até as pequenas mudanças no modo de ser, pensar e agir da mulher podem tornar-se razão para atitudes ainda mais violentas por parte do agressor. Trata-se da violência arraigada nas tradições culturais, em estruturas de poder que tem no patriarca seu centro em um processo de desigualdade de gênero frequentemente construída.

Em relação aos papéis da estrutura de gênero apontados pela tradição cultural, uma das hipóteses levantadas pela autora é que uma das mais importantes experiências de impotência do homem se dá pela perda do *status* de provedor do lar. Ou seja, este fato faz com que o homem seja atingido em sua masculinidade, na própria virilidade, como descreve Saffioti (2015). Convém ressaltar que muitas mulheres são (totalmente) responsabilizadas pelo cuidado dos filhos, assim, encontram dificuldades de acessar o mercado de trabalho. Dentre as consequências, acabam aceitando maus-tratos, temendo que uma denúncia possa levar o marido, o companheiro, à prisão e dificultar ainda mais as coisas para si e para os filhos (as).

A preocupação de Saffioti em qualificar uma rede de combate à violência contra mulheres reside exatamente nas condições em que a maioria de tais violências ocorre, ou seja, suas características doméstica e familiar.

Na família, na escola e em outras instituições ensinam-se as crianças a não aceitar convites, doces e outros presentes de estranhos. Raramente uma mulher, seja criança, adolescente, adulta ou idosa, sofre violência por parte de estranhos. Os agressores são ou amigos ou conhecidos ou, ainda, membros da família. Isto é muito claro em casos de abuso sexual, crime no qual predominam parentes. (Saffioti, 2015, p. 98).

Aos olhos da autora, é indispensável o trabalho em rede, principalmente porque o patriarcado atravessa as instituições. Neste sentido, muitas mulheres entendem de forma naturalizada o contexto de violência ao qual estão submetidas. Ou seja, acabam contribuindo com as relações patriarcais de gênero. Para ilustrar a força do patriarcado, Saffioti apresenta uma analogia com o filme *Lanternas Vermelhas* (1991) dirigido por Zhang Yimou (1950 -): “[...] nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do

patriarcado, levando à força a terceira esposa, pela transgressão cometida contra a ordem patriarcal de gênero” (Saffioti, 2015, p. 107).

Convém ressaltar a importância dos estudos históricos acerca do patriarcado para compreender outros conceitos como a dominação masculina. Na ausência de tais estudos, corre-se o risco de considerar que os avanços das lutas feministas eliminaram o patriarcado, porém, suas bases representam presença cotidiana na sociedade brasileira, arraigadas na cultura. Os pilares do patriarcado, ou, dito de outra forma, da relação de dominação-exploração são o controle e o medo. Para Saffioti, “[...] o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle, valor que perpassa todas as áreas da convivência social” (Saffioti, 2015, p. 130).

A pesquisa de Santos (2021), realizada no município vizinho de Três Barras, Canoinhas/SC, vai ao encontro do exposto pela socióloga brasileira. Neste trabalho, dos registros coletados na Delegacia da Mulher durante o período de 1º de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2020 (13 meses), o índice mais alto foi o de “ameaça”, conforme a LMP (2006) inclusa dentro do campo da *Violência Psicológica*. Se considerado o total de registros de denúncias dos treze meses da pesquisa (524), 44,6% destes estavam vinculados a este tipo de violência. No mesmo trabalho, a violência física aparece logo em seguida em 29% dos registros, fatores que se repetem no caso tresbarrense demonstrado ao final deste subcapítulo.

Com base em pesquisa publicada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) houve uma redução de 1,7% (taxa por 100 mil mulheres) no índice de feminicídios no país no ano de 2021. A tipificação “feminicídio” foi inclusa pela Lei 13.104/2015 como qualificadora do crime de homicídio cometido contra a mulher por razões da condição do gênero feminino. Esse número representou a morte de 1.341 mulheres, equivalente a três feminicídios por dia no Brasil. Por sua vez, ocorreu um aumento de 4,2% no número de estupros, referente ao gênero feminino, inclusive vulneráveis, com total de 66.020 boletins de ocorrência registrados no mesmo ano, ou seja, uma menina ou mulher estuprada a cada oito minutos. O estudo ainda traz as percepções de acréscimo em praticamente todas as demais formas de violência, apresentando aumento de 3,3% nos registros de ameaça, 0,6% na taxa de lesões corporais dolosas, 6,6% nos assédios e 17,8% em importunação sexual. De forma inédita, a partir da

inserção dos crimes de Perseguição (*stalking*) e Violência Psicológica no Código Penal (Art.147-A e 147-B), o documento apresentou 27.722 casos de crime de perseguição e 8.390 de violência psicológica (FBSP, 2022). Considerando os últimos casos citados, é importante ressaltar que nem todos os estados efetuaram as tipificações de tais registros no ano de 2021, ou ainda, os realizaram de forma parcial no período citado.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) também levantou dados que apontam para um aumento de 23 mil novos chamados no 190 para atendimento de violência doméstica no ano de 2021 em comparação com 2020. Isto equivale dizer que a cada minuto do ano de 2021 uma pessoa ligou para o 190 denunciando agressões de violência doméstica. Embora o documento não dê conta de explicar como se dão tais atendimentos, traz questões importantes para reflexão. Por um lado, pode demonstrar que as mulheres estão sofrendo mais violências, por outro, “que as pessoas estão menos tolerantes à violência cometida contra a mulher no âmbito doméstico, já que a ligação para a emergência não precisa ser feita pela vítima, pode ser um vizinho, familiar, amigo” (FBSP, 2022, p. 167).

No estado de Santa Catarina, os dados do OVMSC - Sistema Integrado de Informações de Violência contra a Mulher criado por meio da Lei Estadual nº 16.620/2015 consolidada e revogada pela Lei 18.322/2022 -, demonstram que no ano de 2021 ocorreram 55 feminicídios no território catarinense. Neste mesmo período, foram requeridas 19.702 medidas protetivas. Em 2022, o sistema demonstra que ocorreram 56 feminicídios e foram requeridas 23.308 medidas protetivas. Considerando a relação dos dados apresentados, em 2022 Santa Catarina teve um feminicídio a cada 6,5 dias e o requerimento de 63 medidas protetivas por dia, neste último, um aumento de 15,5%. Além dos dados de feminicídio, em fevereiro de 2023 o OVMSC publicou boletins encaminhados pela SSP com informações sobre registros de estupro, sendo 1283 casos em 2021 e 1211 em 2022. Quanto à lesão corporal dolosa (quando há intenção) foram registrados 15.063 casos em 2021 e 16.461 em 2022. Ou seja, em números inteiros, no ano de 2022, o Estado apresentou em média três estupros e 45 ocorrências de lesão corporal dolosa por dia.

Afunilando os dados para o município de Três Barras destaca-se a presença de diversas formas de violências praticadas contra as mulheres.

Convém ressaltar que os registros apresentados são de ocorrências que chegam até os setores responsáveis, o que, por sua vez pode indicar subnotificação. A Tabela 1 foi construída com base nos dados divulgados pelo OVMSC (2023) em parceria com a SSP.

Tabela 1 – Registros de ocorrências de violência contra as mulheres em Três Barras

	2020	2021	2022	Total
Ameaça	91	163	130	384
Calúnia	3	5	4	12
Difamação	2	5	7	14
Estupro	2	9	2	13
Injúria	18	40	25	83
Injúria qualificada pelo preconceito	-	2	3	5
Lesão corporal dolosa	45	76	54	175
Vias de fato	11	18	14	43
Total	172	318	239	729

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os dados remetem a um padrão observado na pesquisa de Santos (2021) sobre o município de Canoinhas/SC, já apresentada. No caso de Três Barras, as ameaças, instrumento gerador de medo, ponto central do patriarcado conforme demonstrou Saffioti (1987, 2015), representam os maiores índices de registros nos três anos citados (52,6%), seguidos da lesão corporal (24%) e injúria (11,3%). Essa tríade está apresentada na mesma sequência na pesquisa do município de Canoinhas/SC. É importante ressaltar que de forma comparativa quanto ao proporcional de população, o município de Três Barras apresenta maiores índices. Não obstante, dificilmente se encontram violências praticadas contra mulheres que antes não tenham passado por formas de violência psicológica, como a ameaça, ou, de violência moral, como a injúria.

2.3 A TENDÊNCIA DA REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ENTRE OS JOVENS E OS DESAFIOS DA ESCOLA PARA SEU ENFRENTAMENTO

Além de desrespeito gravíssimo aos direitos humanos, a violência praticada contra as mulheres ultrapassa a dimensão da esfera privada da vida dos indivíduos. Singulano (2018) aponta que sua erradicação deve (deveria) ser prioridade do Estado. Para além dos danos físicos e mentais causados nas vítimas da violência, afirma a autora que “[...] Crianças e adolescentes que crescem em lares violentos, mesmo que não sejam as vítimas diretas das agressões, mas as presenciem, tendem a reproduzir esse comportamento em suas vidas adultas” (Singulano, 2018, p. 02). Em sintonia com Singulano, Vaz (2012) alerta para os efeitos da violência na estrutura psicológica dos (as) adolescentes e nos riscos para a vida adulta: “Vê-se que presenciar ou sofrer qualquer tipo de violência na infância pode resultar na aceitação, tanto de sofrer violência quanto praticá-la, considerando-a comportamento comum e adequado” (Vaz, 2012, p. 26). Embora se reconheça a importância dos trabalhos citados, convém contrapor que a violência não é um fenômeno regrado que pode ocorrer com base nas tendências. Significa dizer que “[...] a violência é um fenômeno multifacetado, dotado de controvérsias, e que por isso ninguém pode dar uma palavra final sobre o mesmo” (Rezende, 2017, p. 33). Quanto à possibilidade da reprodução da violência por parte da vítima apontada por Vaz, Saffioti (2015) diz que estudos realizados em mais de 20 cidades no Estado de São Paulo não corroboram com tal afirmação. A socióloga, em sua pesquisa contundente, evidencia os traumas e os prejuízos psicológicos causados pela violência. Ao se referir à pesquisa realizada sobre abuso incestuoso em 1992 a autora destaca que embora as feridas do corpo e da alma possam ser tratadas, “[...] as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito” (Saffioti, 2015, p. 19).

Em contraponto, Singulano (2018), traz dados acerca de levantamento realizado no Brasil pelo Instituto Avon e Data Popular (2014) apontando para o fato alarmante de jovens agressores de suas companheiras (67% destes), que presenciaram as mães também sendo vítimas de violência por parte de seus

parceiros. Ou seja, “nas famílias em que a violência é recorrente, o comportamento violento é naturalizado pelas crianças [...]” (Singulano, 2018, p. 02). Nesta direção, estariam mais propensas a viverem relações violentas e ao mesmo tempo, de prejuízo à saúde mental, como a ansiedade, a depressão, a baixa autoestima, distúrbios etc.

Os estudos sobre violência, principalmente nesta faixa etária, possibilitam aos estudantes a construção de maior criticidade sobre a temática. Além, das percepções éticas que podem contribuir para uma sociedade mais tolerante, justa, igualitária. Convém ressaltar que as descobertas da juventude podem estar acompanhadas de alguns componentes ainda arraigados na cultura quanto aos papéis desenvolvidos por “homens” e “mulheres”. A constatação dos estudos de Minayo, Assis e Njaine (2011) traz preocupação ao apontar que de cada dez jovens que namoram, nove praticam ou sofrem diversas formas de violência. Singulano (2018) destaca a importância do trabalho com jovens, justificando o baixo número de pesquisas sobre violência contra mulheres tendo este público como protagonista. É importante frisar que a pesquisadora conclui que “o nível de informação dos adolescentes é baixo, e que sua percepção é fortemente influenciada pelo discurso midiático, uma vez que a escola não debate de forma reflexiva a questão” (Singulano, 2018, p. 21). A natureza do discurso midiático é fortemente voltada para impulsionar os desejos e influenciar comportamentos de consumo, enquanto o discurso escolar pressupõe a disciplina para os estudos.

Em consonância com Saffioti, não foge aos estudos de Singulano (2018) o olhar sobre os problemas sociais brasileiros como a desigualdade social. Pode-se acrescentar em tempos hodiernos que as dificuldades se intensificam em um cenário de pandemia, de avanços de setores conservadores que em grande escala mantém a estrutura machista e patriarcal de organização familiar sob o discurso de defesa da “família tradicional brasileira”, negam a ciência e os problemas sociais, o que acaba dificultando o acesso a direitos fundamentais básicos como a alimentação, a saúde, a educação etc.

Neste sentido, é importante ter claro que no bojo deste *ethos* brasileiro a violência se apresenta como uma afronta aos direitos humanos que atinge a todos, todavia, envolve “principalmente os grupos sociais vulneráveis – mulheres, negros, LGBTQA+, idosos, indígenas, entre outros – de forma ampla”

(Maurício, 2020, p. 28). Ou seja, um problema social gravíssimo, “[...] uma questão pública, na qual Estados devem intervir, e não mera questão privada” (Singulano, 2018, p. 26).

Não obstante, é preciso atentar para as consequências da violência na vida dos estudantes. Se estes convivem, ou até mesmo reproduzem situações de violência sem a devida compreensão do que se trata. Ou seja, toleram práticas violentas com base na compreensão de que a agressividade é algo “normal” e inerente à masculinidade. Por fim, se tais atos são naturalizados ou negados no espaço familiar por este ser um ambiente “sagrado” (Singulano, 2018).

Singulano (2018) destaca em sua pesquisa a questão da violência contra crianças e adolescentes considerando que a motivação para estes casos não esteja pautada sob o gênero. Portanto, no que convém aplicar a Lei 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990). No entanto, a autora frisa o entendimento jurídico que vem ocorrendo neste sentido, onde ocorra “[...] violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes do gênero feminino, a Lei Maria da Penha é importante auxílio ao Estatuto da Criança e do Adolescente [...]” (Singulano, 2018, p. 32).

Neste contexto, logo no início de 2023 um vídeo gravado por um médico que atende no município de Três Barras emitiu um alerta para a violência sexual praticada contra crianças. O fato de se relatar três casos de abusos sexuais contra meninas no mesmo dia levanta hipóteses para outros casos que possam não estar chegando aos serviços de saúde. Por sua vez, amplifica a importância das políticas públicas no combate e na prevenção de tais violências, principalmente para casos onde as agressões e abusos trazem em seu bojo a característica da violência familiar perpetrada contra crianças que em grande escala se apresentam indefesas e em desvantagem em relação ao abusador. Proporcionalmente, as responsabilidades pela resolução de problemas sociais acabam se tornando sobrepeso para a instituição escolar diante de seus limites impostos pelo próprio Estado.

Contextualizada a questão da violência contra crianças retoma-se o debate acerca da juventude. Vale destacar que Singulano (2018) traz importantes contribuições quanto à compreensão dos jovens sobre a LMP e a violência contra mulheres. Conforme a autora, “[...] os resultados obtidos

apontaram para um baixo nível de conhecimento dos participantes sobre o conteúdo da LMP, bem como, revelaram a naturalização de certos comportamentos violentos e a incompreensão do que é a violência doméstica e familiar” (Singulano, 2018, p. 32-33). No olhar da autora, quando a escola falha em trabalhar tais conteúdos, é na mídia que os adolescentes formam suas percepções. Mesmo com o intuito de combater tais práticas, Singulano acaba sobrecarregando a instituição escolar. Se o conhecimento sobre a LMP fosse o problema principal, o Estado poderia propor uma ampla campanha, inclusive midiática e as pessoas passariam a ter mais conhecimento sobre seu conteúdo. Não obstante, é preciso reafirmar que a escola é uma instituição vinculada ao Estado, portanto, qualificar esta política pública significaria trabalhar em prol da redução das violências. Ainda assim, se trata de um país amplamente desigual e forjado na violência. É preciso reconhecer os limites da instituição escola e de seus sujeitos.

Embora tenha significativa contribuição com o processo de socialização, a escola e seus agentes precisam lidar cotidianamente com uma série de dificuldades que a limitam. Não obstante, as condições sociais, econômicas, o contato com as demais instituições e relações, impõe uma série de fatores para pensar na representação incorporada pelos jovens acerca da *violência contra as mulheres*. Neste sentido, os relacionamentos abusivos podem inclusive ter presença constante na vida deste jovem, sem que o mesmo entenda como violência, permitindo não somente seu avanço, como a perpetuação, em um contexto de naturalidade ou de negação da realidade. Para Singulano, tal problema ocorre pelo fato das “[...] escolas públicas não possuem programas escolares especificamente voltados para a discussão sistemática e continuada, de temas relativos a direitos humanos, como a violência doméstica e familiar” (Singulano, 2018, p. 35). Embora seja válida a defesa da autora quanto à necessidade do debate adequado, novamente se trata de um sobrepeso para a escola. O combate à violência precisa ser encarado como um problema social, de responsabilidade do Estado e da sociedade de maneira ampla. Certamente a escola se apresenta enquanto protagonista do debate, mas se estiver só e precarizada terá muita dificuldade em promover aquilo que se espera para o desenvolvimento de ações preventivas, de tolerância, de respeito à diversidade.

Aos olhos da autora, ao não reconhecer ou naturalizar a violência, está se comprometendo o acesso à justiça que por sua vez implica no reconhecimento do direito. Nesta direção, ressalta a importância de elaborar e efetivar políticas públicas, “[...] especialmente no campo da educação, que visem genuína formação humanística e cidadã dos alunos, aí incluídos os debates sobre a desigualdade de gênero, que fomenta a violência doméstica e familiar contra as mulheres” (Singulano, 2018, p. 35). Convém contrastar a autora no sentido de concordância com Saffioti. Não se trata somente de olhar para as políticas e debates acerca do gênero, é preciso atentar para as microrrelações de poderes que circundam os papéis sociais imbricados no tripé do gênero, raça e classe social.

A ênfase que Singulano (2018) traz para as questões educacionais consiste em promover ações que conscientizem e sensibilizem a população acerca do tema. O foco de tais ações deve voltar-se principalmente aos grupos etários mais jovens, possibilitando assim a prevenção. Tal proposição está em consonância com as Medidas Integradas Preventivas da LMP, que apontam para a educação enquanto política pública integrada que visa coibir a violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres (Brasil, 2006).

Nesta direção, poderiam ser ampliados os debates trazendo questionamentos sobre uma diversidade de legislações. Questões relacionadas às possibilidades reais dos docentes e discentes, da formação diante de um contexto neoliberal, da estrutura das instituições etc. Vale citar o exemplo das Leis 10.639/2003 e 11.654/2008 que tornam obrigatório o ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Os estudos acerca do racismo estrutural no Brasil apontam que: “As posições subalternas da sociedade são, na maioria, ocupadas por negros e indígenas. Eles são as vítimas preferenciais da pobreza e da violência” (Brasil, 2020a, n.p). Em que medida o cumprimento destas leis é efetivo e em que medida ele se torna apenas um painel no dia do índio e da consciência negra para “não passar em branco” e ter fotos para publicação nas redes sociais? Ou seja, tal legislação atua “sob a forma da exceção, isto é, de alguma coisa que é incluída somente através de uma exclusão” (Agamben, 2002, p.18).

Como dito anteriormente, tais questionamentos podem abranger outros exemplos, além dos citados para contextualizar a situação. Todavia, o foco do

trabalho é a violência praticada contra as mulheres. Esta, tem legislação específica para que as instituições educacionais atuem de forma preventiva integrada à outras instituições. O que se tem demonstrado, porém, é que isso pouco garante. Ao contrário, se o Estado cria leis e mantém precárias as condições de efetividade, está de fato criando um “faz de conta”. Analogamente, ao que Agamben (2022) chamou de “estado de exceção”, o uso da lei como forma de suspender o ordenamento jurídico. Neste sentido, a violência contra grupos considerados como “ameaças” é legitimada abrindo espaço para a naturalização da exceção, abusos de poder e violação de direitos humanos.

Não obstante, é preciso atentar para o fato de que a violência contra as mulheres ocorre majoritariamente em ambiente doméstico, sendo, conforme Singulano (2018), um padrão que não se repete entre os homens. As relações familiares costumam ser envoltas por intimidades, emoções e conflitos. Nestas, em muitas ocasiões a violência é tolerada, por entender-se como disciplinadora. Singulano (2018) atenta para que se abandone o mito da família perfeita, ideal, pois, tais condutas podem levar ao agravamento e invisibilidade da violência. Se é natural haver conflitos nas relações familiares, é preciso administrá-los de forma a evitar a violência: “Importante ressaltar que a violência não é fruto do conflito em si, mas da incapacidade de os membros da família lidarem com esse conflito, de geri-lo” (Singulano, 2018, p. 45).

A violência doméstica e familiar é um fenômeno complexo que abrange diversas questões. Dentre estas, Singulano (2018) destaca as psicológicas, sociais, econômicas, culturais, que podem ocorrer com o indivíduo em sua relação com a sociedade. Convém dizer que tais características tendem a não se manifestar de forma isolada, mas, interagindo com as demais. Todavia, a autora apresenta alguns fatores que acabam potencializando a violência, como o “[...] baixo nível de escolaridade, falta de informação, pobreza, abuso de álcool e outras drogas, ter presenciado ou sofrido violência na infância [...]” (Singulano, 2018, p. 46). Não obstante, toma o devido cuidado alertando que o fenômeno da violência está presente em todas as classes sociais, portanto, evitando estigmatizar a relação entre pobreza e violência.

Dentre os achados do trabalho de Singulano (2018) estão os fatores desencadeadores da violência, conforme as redações de 392 jovens. Ao abordar as causas da violência, 183 redações (46,7%) “[...] identificaram a predominância

de valores machistas na sociedade como a principal causa da violência doméstica e familiar contra as mulheres” (Singulano, 2018, p. 49). Trata-se de uma forma dos homens manterem sua posição de dominadores, de detentores de poder nas relações afetivas e familiares. Nesta direção, a violência está justificada como forma de corrigir mulheres desviantes que não cumprem sua função social, que seria aquela de “rainha do lar”.

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão divididos em quatro seções: 3.1 Descrevendo o campo de estudos: a Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps; 3.2 Coleta dos dados; 3.3 Análise dos dados; e 3.4 Aspectos éticos da pesquisa.

Como o nome indica, a seção 3.1 traz uma descrição do campo de estudos, com dados da escola embasados, principalmente, no PPP (2021), com destaque para a realização das campanhas Agosto Lilás realizadas pela instituição.

A seção 3.2 apresenta a coleta dos dados. Inicialmente, destaca a pesquisa documental (3.2.1) como contribuinte para o processo de análise. Na sequência, a coleta dos dados embasada na interação dos (as) jovens em três grupos focais (3.2.2). No uso desta metodologia, a análise visa as interações estabelecidas entre os sujeitos, sendo o moderador o responsável por orientar os participantes com base nos objetivos da pesquisa.

Para tal, foi composto um roteiro de apoio (3.2.3) para dinamizar e propor diálogo de acordo com os interesses da investigação. O roteiro de apoio é composto por sete questões abertas. Todavia, convém ressaltar que este serviu apenas para orientar o grupo em relação às interações vinculadas aos objetivos da pesquisa. Não se trata de uma entrevista com perguntas e respostas. As questões buscaram identificar o olhar do estudante sobre quais elementos influenciam na existência de violências contra as mulheres e as possíveis formas de erradicar estes atos. Também se procurou compreender em que medida a violência contra as mulheres se apresenta nas relações cotidianas do estudante. No âmbito das proposições para coibir a violência contra as mulheres, procurou entender ações diversas, bem como, a importância que os jovens atribuem para as ações escolares.

Na seção de análise dos dados (3.3) foi apresentada a proposta de análise das interações (3.3.1) dos grupos focais com uso da metodologia da análise de conteúdo. O conjunto de técnicas é apresentado por Bardin (2011) em três eixos cronológicos: 1] a pré-análise; 2] a exploração do material; 3] o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Como forma de caracterizar o grupo participante, a subseção 3.3.2 apresenta a ferramenta do questionário individual, bem como a constituição do *corpus* de análise oriundo desta está descrita na subseção 3.3.3.

3.1 DESCREVENDO O CAMPO DE ESTUDOS: A ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA FREI MENANDRO KAMPS

A Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps surgiu com o nome de “Escola Isolada Xarqueada” (Santa Catarina, 1955). No momento de sua criação, Três Barras ainda não havia sido emancipado, pertencendo a Canoinhas. Conforme o PPP (2021), em sua transição para Grupo Escolar “Frei Menandro Kamps” na década de 1970, com o aumento da população, a escola passou a funcionar em uma extensão no “Salão Beira Rio”. Posteriormente, a extensão mudou para a Escola Municipal Pedro Reitz. Embasado na Portaria 167 (1980) ficou autorizado na escola o funcionamento de turmas de 5^a à 8^a série. Em 1986, a Portaria 81 criou o curso pré-escolar na instituição e no ano de 1992 o Parecer 49 autorizou o funcionamento do ensino médio. Por ocorrências de enchentes e como consequência destas - tendo diversas danificações na estrutura -, a escola também funcionou no Centro Comunitário do Distrito de São Cristóvão. Acordo firmado entre os governos do Estado e do Município possibilitou a construção do novo prédio (atual) fora da área alagadiça, tendo como localização a Avenida Abraão Mussi, 4091 – Distrito de São Cristóvão. Assim que conclusa, a obra foi imediatamente ocupada para melhor atender os 1.100 estudantes matriculados (PPP, 2021). Já no prédio atual, a Portaria 649 (2018) instituiu apoio para funcionamento do NEM. A etapa do Ensino Médio conta atualmente com doze turmas que são alocadas em seis salas com uso conjunto de algumas nos três turnos ofertados.

A escola dispõe de uma área total de 14.955,29 m² (quatorze mil novecentos e cinquenta e cinco e vinte e nove metros quadrados), sendo a área construída de 3.084 m² (três mil e oitenta e quatro metros quadrados) e área livre de 11.871,29 m² (onze mil oitocentos e setenta e um e vinte e nove metros quadrados). Na área construída, a escola possui quatorze salas de aula, uma

sala de professores, uma biblioteca adaptada em sala de aula, uma sala do setor pedagógico, uma sala da direção, uma sala da secretaria, duas salas menores para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), uma sala para cozinha terceirizada, dois depósitos de materiais e uma sala menor para cozinha da escola. Quatro banheiros, sendo dois adaptados, para uso dos (as) estudantes da “Educação Especial”. Um ginásio de esportes coberto, uma quadra de esportes e espaço coberto adaptado para uso no recreio.

Conforme o PPP (2021), a EEBFMK conta com 73 servidores no total. Destes, o documento não descreve o gênero de todos (as), a exemplo do quadro de professores (as), separados pelos termos “efetivos” totalizando 16 e “A.C.T” - representando os (as) trabalhadores (as) admitidos em caráter temporário - com o total de 38. Tal identificação é perceptível somente nas descrições de “1 supervisora escolar; 4 orientadoras de convivência e 2 merendeiras” (PPP, 2021, p. 08).

Na tentativa de atualizar estes dados foi realizado diálogo com a Assistência Educacional da EEBFMK no mês de setembro de 2022, sendo possível perceber algumas peculiaridades em relação ao ano anterior. Quanto ao quadro de colaboradores, a servidora informou que são 75 pessoas no total. Destas, 53 mulheres e 22 homens. Do número total de 64 professores (as), 45 são apresentados como do gênero feminino e 19 do gênero masculino. Quanto aos três serventes, duas são mulheres. Além de duas cozinheiras, duas assistentes educacionais (mulheres), uma supervisora escolar e dois vigias (homens). Segundo a colaboradora, tais dados passariam a compor o PPP assim que atualizado.

O total de matrículas da escola, conforme o Portal da Educação da Secretaria de Estado de Educação em junho de 2023 é de 605 estudantes matriculados (as), distribuídos nas áreas de ensino fundamental (anos iniciais e finais), Ensino Médio e projetos. Todavia, este trabalho traz como recorte os estudantes que cursam o Ensino Médio como foco de análise. Nesta etapa, em junho de 2023 constam matriculados⁷ na EEBFMK 443 estudantes. Deste total de matrículas, o documento considera como “cursistas”, apenas 317 estudantes. O Portal apresenta o gênero de forma binária, desconsiderando as demais

⁷ Durante o ano letivo o número apresenta algumas oscilações tanto de saídas e entradas como de retorno de estudantes para a escola.

manifestações. Também se desconsideram as transferências ou estudantes movidos, excluídos. Ou seja, o documento apresenta os dados de forma mais generalizada, desatento à diversidade e dificultando a interpretação. Assim, constam os números de 225 estudantes do gênero masculino e 218 estudantes do gênero feminino na etapa do Ensino Médio, totalizando 443 estudantes sujeitos/população desta pesquisa. Convém ressaltar que embora o documento de matrícula utilize o binário masculino/feminino, neste trabalho de pesquisa os (as) participantes puderam livremente manifestar suas identidades, sendo exposto que seriam bem-vindas todas as manifestações de gênero. As turmas da etapa do Ensino Médio encontram-se distribuídas em 12, sendo, duas no período matutino, três no período noturno e sete em período integral – matutino e vespertino (NEM).

Quanto ao IDEB, a EEBFMK apresentou uma queda de 10 pontos na etapa dos anos iniciais entre os anos de 2015 para 2019, saindo de 5,8 para 4,8 respectivamente, retornando a 5,7 em 2021. Na etapa dos anos finais, no mesmo período, houve inicialmente um aumento de 3,9 em 2015 para 4,2 em 2017, retornando para 4,0 no ano de 2019. Já em 2021 a escola não teve número suficiente de participantes. Na etapa do ensino médio a escola não teve número suficiente de participantes para que os resultados fossem divulgados, conforme consta na página do IDEB (2020) enquanto observação, fato que se repete na última divulgação do índice ocorrida em setembro de 2022. Todavia, contextualizar e situar o local se faz importante para compreensão de aspectos da realidade que a pesquisa visa identificar.

No Decreto Estadual 201 de 8 de agosto de 2019, o Governo do Estado de Santa Catarina, a exemplo de outros estados, instituiu a Campanha Agosto Lilás buscando sensibilizar a sociedade para o tema da violência contra as mulheres. Ao mesmo tempo, com o intuito de divulgar a LMP com base em diversas mobilizações como “palestras, debates, encontros, panfletagens, eventos e seminários [...]” (Santa Catarina, 2019). Inicialmente, esta Campanha foi criada pelo Governo do Mato Grosso do Sul em 2016, na sequência ganhou forma embasada em Leis e Decretos Estaduais de vários estados brasileiros.

A EEBFMK realizou, nos anos de 2021, 2022 e 2023, uma série de palestras e encontros com a comunidade em alusão à Campanha Agosto Lilás.

A Figura 2 apresenta a imagem divulgada pela Assessoria de Comunicação do Município de Três Barras da Campanha de 2022.

Figura 2 – Campanha Agosto Lilás 2022



Fonte: Três Barras (2022)

A imagem trazendo estudantes do Ensino Médio reunidos no auditório municipal representa não somente o potencial da Campanha em si, mas, uma ação autônoma de um coletivo de professores, estudantes e comunidade escolar que decide combater por própria conta e risco a violência contra as mulheres. A utilização do espaço público destacado na imagem tendo o brasão municipal no centro traz também a impressão de que se trata de ação primária da Prefeitura Municipal e não de apoio ao ceder o espaço que se localiza em frente à escola.

Além do ineditismo na instituição, os encontros também ganharam notoriedade na mídia local e regional recebendo apoio da Prefeitura Municipal de Três Barras, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Câmpus Canoinhas, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Mulher), do Ministério Público Estadual (Promotoria de Justiça) e das Polícias Civil (Polícia Civil Por Elas) e Militar (Rede Catarina de Proteção à Mulher). Na sequência são destacadas algumas matérias, iniciando pela Figura 3:

Figura 3 – Matéria jornalística sobre a Campanha Agosto Lilás 2021



Fonte: JMais (2021)

A Figura 3 apresenta a matéria *Violência contra a mulher é tema de evento regional sediado em Três Barras* (JMais, 2021) destacando a Campanha realizada em parceria entre a EEBFMK e a Escola de Educação Básica General Osório, também situada no município de Três Barras. Nesta, o pesquisador, responsável pela organização dos encontros destaca as previsões legais da realização de eventos desta natureza na escola. A psicóloga policial da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) do município de Canoinhas traz para o debate com a juventude a temática dos crimes cometidos em ambientes virtuais e chama a atenção do público neste contexto. A matéria completa pode ser vista no Portal de Notícias JMais ou no canal do YouTube do JMais TV no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ILiByMCWtNg&t=3s>. A Figura 4 destaca a divulgação da Campanha em mídia regional:

Figura 4 – Divulgação da Campanha Agosto Lilás 2021 na mídia regional

Alunos participarão de atividades da campanha de enfrentamento à violência contra a mulher durante todo o mês



No decorrer do mês de agosto, alunos das Escolas de Educação Básica (EEBs) Frei Menandro Kamps e General Osório participarão de atividades da Campanha Agosto Lilás, que tem como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a violência doméstica e familiar praticada contra mulheres no município de Três Barras.

A Campanha Agosto Lilás será uma ação coletiva realizada entre duas escolas e visa contribuir no contexto educacional com as medidas integradas de prevenção previstas na Lei 11.340/2006 visando propiciar reflexão crítica acerca da violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres.

A ação tem o apoio da Prefeitura de Três Barras, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Canoinhas, da Rede Catarina de Proteção à Mulher da Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Civil Por Elas.

Fonte: Stafin (2021)

Além da programação, a Figura 4 traz a matéria *Campanha Agosto Lilás mobiliza escolas General Osório e Frei Menandro Kamps em Três Barras* (Stafin, 2021) publicada no Portal de Notícias JMais destacando os objetivos, o formato coletivo da ação e as instituições parceiras. Na Figura 5, a Campanha ganha destaque na mídia local:

Figura 5 – Campanha Agosto Lilás 2021 em destaque no site do município de Três Barras



Fonte: Três Barras (2021)

Conforme a Figura 5, a Assessoria de Comunicação do município, deu ênfase na divulgação e na importância do momento destacando a matéria *Campanha Agosto Lilás é celebrada com atividades em Três Barras* (TRÊS BARRAS, 2021); A Figura 6 apresenta a capa da matéria com seleção de algumas imagens destacadas pelo site do governo municipal.

Figura 6 – Campanha Agosto Lilás 2022 em destaque no site do município de Três Barras



Fonte: Três Barras (2022)

Em 2022 o município novamente se dispõe como parceiro da Campanha cedendo espaço e profissional da psicologia para palestrar. A Assessoria de Comunicação destacou o evento na matéria: *Série de palestras, a estudantes, marca o início da Campanha Agosto Lilás, em Três Barras* (Três Barras, 2022). A Figura 7 representa o destaque atribuído em matéria jornalística.

Figura 7 – Campanha Agosto Lilás 2022 em destaque no JMais TV



Fonte: JMais (2022)

O portal de notícias JMais gravou a matéria *Palestras conscientizam sobre violência contra a mulher em Três Barras* (JMais, 2022) destacando a importância de se discutir nas escolas a temática da violência contra as mulheres. A gravação pode ser visualizada na íntegra na página do Portal ou no link no YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=RxoJxVESf0> pela JMAIS TV. A Figura 8 representa o destaque no *site* do governo municipal da Campanha realizada no ano de 2023.

Figura 8 – Campanha Agosto Lilás 2023 em destaque no site do município de Três Barras



Fonte: Três Barras (2023)

Em 2023, devido a reformas no auditório do município, a Campanha foi realizada no ginásio da EEBFMK. Todavia, o governo municipal, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, ofereceu suporte para transportar os estudantes de outras escolas para que pudessem participar do momento. Algumas imagens e demais informações podem ser acessadas na matéria: *Três Barras sedia palestras e ações alusivas à Campanha Agosto Lilás de enfrentamento à violência contra as mulheres* (Três Barras, 2023). Já a Figura 9 representa o destaque da matéria na TV JMais.

Figura 9 – Campanha Agosto Lilás 2023 em destaque no JMais TV



Fonte: Carriel (2023)

A Figura 9 apresenta a possibilidade de acompanhar – em vídeo - informações acerca da Campanha Agosto Lilás 2023 na matéria *Escolas de Três Barras realizam evento de conscientização sobre violência contra a mulher* (Carriel, 2023). Ou ainda, no link do YouTube <https://www.youtube.com/watch?v=9gwKMIGROzs>.

Visto que a escola desenvolve ações de combate à violência contra as mulheres, entende-se que analisar as percepções dos estudantes sobre tal campanha contribuirá para a reflexão e alcance dos objetos da pesquisa. Desta maneira, questões sobre a campanha foram parte do instrumento de coleta de informações. Não obstante, é importante compreender em que medida as representações dos (as) jovens participantes são oriundas de relações patriarcais de gênero discutidas nas Campanhas e que, por sua vez, atravessam a história das sociedades, não sendo diferente no caso brasileiro.

3.2 COLETA DOS DADOS

Esta seção está dividida em três subseções: 3.2.1 onde se apresentam aspectos da pesquisa documental; 3.2.2 com destaque para os grupos focais e 3.3.3 explicando o processo de construção e aplicação do roteiro de apoio.

3.2.1 A pesquisa documental

Conforme Gil (2002) há uma série de vantagens relacionadas ao uso da pesquisa documental. Neste sentido, “há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados” (Gil, 2002, p. 46). O trabalho de pesquisa vinculado aos documentos esteve presente em dois pontos principais do estudo: 1] No levantamento de reportagens contextualizado o município de Três Barras e a Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps em sua relação com o objeto da pesquisa; 2] Na análise dos aspectos jurídicos, tanto da formação sócio-histórica do município citado, como da síntese de como a legislação brasileira tratou a questão do gênero feminino em seu processo histórico. Ao mesmo tempo, buscando destacar sua relação com a educação formal e informal no país.

Inicialmente, como forma de contextualizar aspectos sócio-históricos do município, foram realizadas buscas nos sites do IBGE, da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal. Devido a dúvidas geradas pelo histórico do município no site do IBGE, foi (também) procurado o responsável pelo jornal local – Gazeta Tresbarrense - para confirmação de alguns dados relacionados ao Distrito de São Cristóvão, que apresentavam confusões sobre datas. Com o auxílio do mesmo e avanço nas buscas pelas legislações municipais, as dúvidas foram sanadas.

A dificuldade em encontrar dados históricos mais específicos do Distrito de São Cristóvão foi minimamente resolvida com o auxílio do Projeto Político Pedagógico (2021) da EEBFMK. Todavia, foram realizadas buscas em quatro plataformas digitais com o índice: *Distrito de São Cristóvão – Três Barras/SC*.

Na plataforma *Google Acadêmico* foi encontrada a Tese de Doutorado *Aspectos morfológicos, imunológicos e epidemiológicos do 'Dioctophyme renale' em cães no Distrito de São Cristóvão, Três Barras, Santa Catarina* (Pedrassani, 2009) que apresenta brevemente dados do campo de estudo em sua metodologia. Há vários artigos apresentando discussões relacionadas à tese da autora, o que não corrobora com a busca por dados do Distrito de maneira específica. Também foi encontrada a dissertação de Mestrado *Capital transnacional na indústria da madeira em Três Barras: as 'Company Towns' e a produção do espaço urbano* (Lima, 2007). Porém, os dados do trabalho remetem aos já encontrados no site do IBGE, não possibilitando aprofundamento em relação ao Distrito.

No *Repositório Institucional da UFSC* foi encontrado um trabalho de conclusão de curso *Relato de caso sobre Dioctophyma renale em cão residente no município de Três Barras / SC* (Vitovski, 2021). Todavia, os dados estavam vinculados à tese já apresentada acima. Também a dissertação *O som das serras paisagem e arquivo em Três Barras – SC* (Serraglio, 2012), na qual não constam menções ao distrito.

Na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* e no *Repositório do Instituto Federal de Santa Catarina* a busca não retornou resultados.

Também foi realizada visita presencial a Biblioteca da Universidade do Contestado – Câmpus Canoinhas, não resultando em êxito.

Dentre seus estudos, Bastos (2002) destacou as múltiplas possibilidades de análise das pesquisas e abordagens que tem a imprensa como fonte de construção de conhecimento, nas palavras da autora, “um instrumento privilegiado de pesquisa” (Bastos, 2002, p. 153). Neste trabalho, o olhar para a imprensa atentou para as notícias vinculadas ao tema dentro do contexto municipal (Três Barras), de forma mais específica, no Distrito de São Cristóvão. As fontes jornalísticas foram coletadas durante o processo de pesquisa em arquivo individual onde o pesquisador foi armazenando links de interesse para consulta. A coleta se deu no buscador *Google* com o indicador: *Violência contra mulheres no município de Três Barras – SC*. Foram armazenados e posteriormente avaliados para utilização na pesquisa 33 notícias, sendo selecionadas 25 para compor o trabalho. Procurou-se desconsiderar notícias que tratavam de forma próxima do mesmo caso (repetições), exceto quando

apresentavam novos elementos, como por exemplo, a notícia do falecimento da mãe da jovem vítima de feminicídio que se encontrava hospitalizada.

Em relação aos aspectos jurídicos vinculados ao tema, a principal referência foi o estudo de Santos (2021) que traça um panorama da presença da mulher na legislação brasileira. Ao mesmo tempo, o pesquisador procurou relações com a legislação educacional. Portanto, se trata de um aprofundamento, destacando exemplo prático da aplicação em trabalho escolar realizado na EEBFMK.

Entende-se neste trabalho, a pesquisa documental como contribuinte para as análises das interações oriundas dos grupos focais. Conforme destacou Gil (2002), sobre algumas pesquisas que são elaboradas com base em documentos, sua importância não está no fato de responder “definitivamente um a um problema, mas porque proporcionam melhor visão deste problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios” (Gil, 2002, p. 47).

3.2.2 Os grupos focais

Para a primeira etapa da pesquisa, manifestaram interesse 41 estudantes (24 do período diurno e 17 do período noturno), compondo uma ficha de pré-seleção. Todavia, retornaram assinados os TCLE de nove estudantes do período diurno e nove do período noturno. Inicialmente foi dialogado com os estudantes para que fossem formados dois grupos, conforme previa o projeto inicial. Porém, por conta de desencontros de horários gerados pelo modelo do novo Ensino Médio, houve a necessidade de dividir o grupo do diurno em dois, um no período matutino e outro no vespertino. Os três grupos focais foram compostos por estudantes das três séries: 1ª, 2ª e 3ª série.

A escolha do público-alvo tem relação com outros estudos que buscaram compreender as percepções de jovens e adolescentes acerca da violência praticada contra as mulheres. Nesta direção, destacam-se a tese de doutorado de Vaz (2012), o qual realizou estudos com adolescentes do município de Guarulhos, São Paulo, acerca da presença da violência contra mulheres

adolescentes entre 13 a 18 anos que estudam na 8ª série do Ensino Fundamental e nas três séries do Ensino Médio em escolas públicas estaduais. A dissertação de Singulano (2018), a qual realiza estudos acerca das percepções de adolescentes sobre a violência doméstica e familiar praticada contra mulheres no município de Ervália, Minas Gerais, foi outro referencial. Também se faz importante frisar a influência do trabalho de Rezende (2017) acerca da violência nas relações íntimas de afeto, que foi realizado com adolescentes do Ensino Médio em escola pública no município de Itabaiana, interior do Estado de Sergipe.

Na pesquisa em Três Barras, optou-se por focar nas três séries do Ensino Médio da EEBFMK, por estas serem representantes da juventude no distrito. Compreende-se como fundamental priorizar os (as) jovens na formulação e execução de políticas públicas educacionais visando enfrentamento da violência praticada contra as mulheres.

Abordando os princípios da pesquisa qualitativa, Pommer e Pommer (2014, p. 10), apresentam o grupo focal como “[...] uma metodologia de entrevista onde ocorre uma exposição oral específica e espontânea dos envolvidos. Esta técnica fomenta interações de um grupo sobre um tema proposto, juntamente com os debates suscitados entre os participantes”. O processo de comunicação se dá com base no diálogo entre os participantes sujeitos da pesquisa, com o auxílio de um moderador.

Gatti (2005) alerta para que o moderador tenha a devida atenção na condução do grupo focal no sentido de “[...] cuidar para que o grupo desenvolva a comunicação sem ingerências indevidas da parte dele, como intervenções afirmativas ou negativas, emissão de opiniões particulares, conclusões ou outras formas de intervenção direta” (Gatti, 2005, p. 08). O que está em foco é o tema com base na interação do grupo e não necessariamente de sessões de perguntas e respostas. São as interações do grupo que possibilitam potencializar o objeto investigado: “Há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e porque pensam o que pensam” (Gatti, 2005, p. 09).

Nesta direção, constata a pesquisadora que:

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado (Gatti, 2005, p. 11).

Convém ressaltar que as características comuns não significam que os grupos precisem ser homogêneos e concordar sobre todos os aspectos da temática. As interações são livres e podem se apresentar como discordâncias entre os participantes. Ou seja, o trabalho com grupo focal possibilita o desenvolvimento de “[...] perspectivas diferentes sobre a mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros” (GATTI, 2005, p 11).

Conforme Gatti (2005), os participantes precisam ter características em comum. Dentre outras especificidades e pormenores, os participantes desta pesquisa são estudantes do ensino médio da EEBFMK, moradores (as) do distrito de São Cristóvão, em Três Barras. Os diálogos remetem às vivências dos estudantes, apontando para elementos, percepções, influências e posicionamentos sobre o tema *Violência contra as mulheres* em suas experiências cotidianas.

Nesta pesquisa optou-se por formar três grupos focais, sendo um no período matutino, outro no vespertino e outro no período noturno. Embora os estudantes do noturno estejam no mesmo contexto escolar, possuem características diferenciadas dos estudantes dos períodos matutino e vespertino, principalmente em relação a sua vinculação com o trabalho. Portanto, tentar incluí-los na participação diurna seria uma forma de exclusão ocultada.

Ainda neste contexto, há uma recomendação que se colem alguns itens sobre as características dos participantes no sentido de “[...] conhecer melhor quem são as pessoas que participaram, ao cobrir outros aspectos relacionados com os que foram utilizados como base para composição do grupo” (Gatti, 2005, p. 28). Nesta etapa, tendo por referências a dissertação de Silva (2015) e orientação da banca de qualificação, foi distribuído aos participantes um breve questionário (Apêndice F) com perguntas fechadas para levantamento das

condições socioeconômicas dos mesmos, como a autodeclaração em relação à autopercepção étnico-racial, identidade de gênero, situação conjugal, origem da família, condições de trabalho e renda, moradia e filiação religiosa.

Os grupos ocorreram no mês de agosto de 2023, de acordo com retorno do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFSC e organização do setor pedagógico da escola. A duração total dos encontros foi de três horas, sete minutos e cinquenta e nove segundos distribuídos em: uma hora, quatorze minutos e quarenta e um segundos no grupo matutino que contou com cinco participantes; vinte e oito minutos e dezoito segundos no grupo vespertino que foi formado por quatro participantes e uma hora e quinze minutos no grupo noturno formado por 9 participantes.

De posse da documentação, cada encontro iniciou com as autoapresentações do moderador e participantes. Como forma de “quebrar o gelo” foi solicitado que aqueles (as) que desejassem falassem sobre como é ser jovem no bairro e sobre o que gostam de fazer. Mesmo de forma descontraída e na informalidade, é possível verificar que as falas dos jovens representam proximidade com o tópico que discute a juventude nesta pesquisa, principalmente, com os anseios de mudar a realidade, conforme destacou Sofiati (2022).

Na sequência houve um momento de explanação acerca dos objetivos da pesquisa, reforçado aos participantes que o encontro estava sendo gravado (em áudio, em dois aparelhos do pesquisador e em vídeo com a câmera da escola), ressaltando as informações acerca do sigilo do diálogo.

Conforme orienta Gatti (2005), é importante deixar “claro que todas as idéias e opiniões interessam, que não há certo ou errado, bom ou mau argumento ou posicionamento, que se espera mesmo que surjam diferentes pontos de vista, que não se está em busca de consensos” (Gatti, 2005, p. 29). Nesta direção, destaca-se que o papel do moderador consiste na introdução da temática, proposição de algumas questões no sentido de garantir que a interação que deve ocorrer entre o grupo permaneça focada no tema e garantindo que todos (as) tenham oportunidade de se expressar.

Com exceção da moderação no grupo vespertino, foram poucas as intervenções, considerando que os (as) participantes adentravam os temas e permaneciam discutindo. Assim, o moderador procurou propor blocos quando

não haviam sido discutidos. Ou ainda, quando percebia que algum participante não havia feito comentários, para que assim pudesse ter oportunidade de manifestar seu pensamento.

Na maioria dos momentos houve repúdio à violência, ao machismo e ao patriarcado. Porém, em certas ocasiões alguns jovens reproduziam as relações patriarcais, algo que Singulano (2018) apontou na teoria como presente também em sua pesquisa.

Certamente os pontos mais intensos do grupo foram quando os (as) jovens se emocionaram relatando suas experiências, sua indignação com as violências. Saffioti (2015) trouxe este alerta, no sentido de afirmar as marcas profundas que são deixadas pela violência, seja por quem sofre ou por quem as presencia, o que no caso dos grupos foi praticamente unânime.

Causou impacto no grupo noturno a presença de familiar de vítima de feminicídio no distrito. Ao mesmo tempo, as experiências relatadas permitiram aprofundar as percepções daquele participante sobre a legislação brasileira e, neste caso específico, sobre as medidas protetivas.

O moderador informava aos grupos quando se aproximava do final do encontro, possibilitando que cada participante que desejasse pudesse fazer suas considerações finais. Neste bloco, os (as) jovens fizeram agradecimentos, deixaram mensagens e reforçaram pontos já discutidos. No grupo noturno houve um pedido de um participante que tornou o momento ainda mais especial. Apesar de ser difícil descrevê-lo em sua intensidade, foi um elemento importante para as conclusões deste estudo.

3.2.3 O roteiro de apoio

A elaboração do roteiro de apoio (Apêndice E) tem como principais referências os estudos de Silva (2015), Vaz (2012), Rezende (2017), Saffioti (2015) e Singulano (2018). Tal escolha se deve à proximidade de tais pesquisas com a problemática abordada neste caso. As questões foram elaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa.

O roteiro foi composto por quatro blocos, sendo o primeiro o bloco de apresentações e os outros três vinculados aos três objetivos específicos da pesquisa. O primeiro com o intuito de verificar a compreensão do grupo sobre o que é violência, deixando espaço para falas sobre as possíveis causas da violência. No segundo bloco a proposta era identificar casos de violência contra as mulheres de conhecimento dos (as) participantes e discutir as consequências da violência praticada contra as mulheres. Por fim, no terceiro bloco os grupos poderiam falar sobre sugestões para ações de combate à violência contra as mulheres. Para casos em que não houvesse citações específicas ao campo da educação formal, foram questionados em relação à sua compreensão sobre o papel da escola e seus sujeitos. Não obstante, em maior ou menor intensidade, os três grupos focais acabaram envolvendo a escola em suas propostas.

Embora as questões sejam orientadas por um conjunto de autores, alguns deles tiveram maiores influências em certos contextos. O primeiro bloco traz contribuições de Singulano (2018). A autora buscou pela compreensão da violência contra as mulheres, atenta às suas causas. No caso desta pesquisa, se procurou saber sobre a violência, a princípio sem citar suas formas. De toda maneira, desde o primeiro momento, os (as) participantes foram estabelecendo relações com a violência praticada contra as mulheres, não somente abordando causas, considerando-se que tinham liberdade para interagir em outros temas relacionados. Todavia, o moderador oportunizava os espaços ao final de cada bloco, ressaltando também do que se tratava, deixando espaço aberto para novas manifestações.

O segundo bloco contou com as contribuições de Vaz (2012), Rezende (2017), Silva (2015) e Saffioti (2015). No caso de Vaz, sua tese procurou saber sobre as violências sofridas pelas mães, amigas e pelas próprias adolescentes participantes da investigação realizada. Rezende (2017), por sua vez, tem como foco as relações íntimas de afeto, enquanto Silva (2015) discute as percepções dos adolescentes sobre a violência e atenta para o fato de que ela tem características doméstica e familiar. Já Saffioti (2015) traz contribuições para refletir sobre as consequências das violências na vida dos (as) jovens.

É possível afirmar que, em maior ou menor intensidade, o último bloco sofre influência dos autores (as) acima citados (as). A unanimidade destes (as) em defesa de ações e até mesmo políticas públicas para a escola, como

questões curriculares, por exemplo, não foi entendida como suficiente para propor um questionamento direto, entendendo-se que isto poderia direcionar respostas dos (as) participantes. Neste sentido, se propôs somente que o grupo falasse sobre ações que sugeriam para o enfrentamento. E somente depois de esgotadas as interações se anunciava que estava prevista a questão da escola no roteiro e questionado se mais alguém gostaria de fazer algum comentário nesta direção, já que os grupos acabaram apontando também para ações escolares.

Em síntese, embora a apresentação tivesse um caráter menos formal, buscava desde o início entender as formas como o jovem vê e se sente no distrito de São Cristóvão. Na sequência procurava-se verificar a compreensão dos grupos sobre o que é violência e as suas causas. Afunilando sobre as percepções dos (as) estudantes, o terceiro bloco visava identificar casos de violências de conhecimento dos (as) participantes, assim como, discutir as consequências da violência praticada contra as mulheres, tanto para as vítimas, como para a sociedade de maneira geral. Por fim, os (as) jovens foram estimulados a posicionar-se em relação a ações de combate à violência. Com exceção das apresentações, nem sempre os grupos respondiam de forma técnica e separada para cada contexto. Foi algo comum comentários sobre casos de violências já nas primeiras etapas, posicionamentos de repúdio às práticas de violência em diversos blocos, falar sobre causas quando o bloco indicava consequências etc. De toda maneira, compreende-se que é exatamente essa liberdade de interação que caracteriza os grupos focais. As opções por elaborar blocos tiveram como objetivo organizar a etapa de pré-análise.

O roteiro foi enviado e aprovado pela direção da escola. Como o próprio nome indica, apresentando questões para ser utilizadas pelo moderador para mobilizar o debate caso não ocorresse naturalmente. Todavia, os grupos da manhã e noturno estenderam suas interações por diversas proposições do roteiro. Mas foi somente no grupo da tarde, realizado em condições mais precárias, que os temas tiveram que ser anunciados em sua totalidade. Nos demais, para garantir que nenhum membro ficasse sem expor, o moderador anunciava, após cada esgotamento dos diálogos, o tema que estava em discussão. Sendo assim, mesmo que já tivesse sido discutido um ponto, havia possibilidade de alguém que não tivesse falado manifestar sua forma de

compreensão. Como exemplo, no grupo matutino uma participante que não havia se manifestado quando se discutia o bloco de casos de violências acabou, ao final, expondo um relato indicando que ela, a mãe e irmãos (ãs) vivem em um contexto de violências cotidianas.

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

A seção de análise dos dados é composta pela subseção que explica a análise das interações dos grupos focais (3.3.1), tendo como principal referência Bardin (2011). Consta também a apresentação do questionário individual (3.3.2), enquanto ferramenta contributiva de análise. E, por fim, as descrições, com base no questionário individual, do perfil dos (as) participantes da pesquisa, o que é destacado na subseção 3.3.3.

3.3.1 As interações nos grupos focais

A transcrição dos dados da interação do grupo consistiu em uma etapa de pré-análise. Todas as entrevistas (de ambos os grupos) foram transcritas. Não foram encontradas fugas totais do assunto. No entanto, os trechos comprometidos com falas simultâneas e inaudíveis se deram no grupo vespertino, por conta do barulho de furadeira e de crianças nos corredores. Todavia, foram momentos e palavras pontuais, o que não compromete o objeto como um todo, considerando que o moderador pediu desculpas, solicitando aos participantes que repetissem termos em alguns momentos, também pontuais. Embora se estabeleça uma pré-análise, não houve interesse em recortes, pois se compreende que estes poderiam comprometer a etapa de análise. Nesta, definiu-se que os dados seriam preservados e o rigor dos detalhes acerca destes. Neste sentido, Guazi (2021) orienta que as decisões acerca deste detalhamento devem levar sempre em conta os objetivos do estudo, ou seja, “[...] quais informações serão mantidas para que o seu problema de pesquisa seja

resolvido?” (Guazi, 2021, p. 10). Foi realizada uma transcrição naturalista preservando detalhamento das informações coletadas como “[...] aspectos contextuais, oscilações do tom de voz, volume, ênfase, pausas, interrupções, encorajamentos, gírias, elementos emocionais que emergem durante a entrevista, risos” (Guazi, 2021, p. 11).

A proposta de análise dos dados traz como referência Laurence Bardin (2011) com a obra *Análise de conteúdo*. Logo no prefácio a autora contextualiza a análise de conteúdo enquanto um “[...] conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a *discursos* (conteúdos ou continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2011, p. 15). Ou seja, sua aplicação se efetua com base na comunicação das mensagens que no caso da pesquisa são sistematizadas para a análise e descrição aprofundadas, o que permite anunciar que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que possibilitam analisar aquilo que é comunicado, de forma verbal ou não.

Bardin (2011) alerta que a leitura realizada para a análise de conteúdo nas comunicações não trata somente de ler ao pé da letra, “[...] mas antes o realçar de um sentido que figura em segundo plano” (Bardin, 2011, p. 47). Dito de outra forma, a autora destaca que: “A linguística estabelece o manual do jogo da língua; a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis (Bardin, 2011, p. 49). Ainda nesta direção, conforme Bardin (2011), o olhar da análise de conteúdo se volta principalmente aos significados.

A análise temática proposta na pesquisa trouxe a pretensão de observar primeiramente como o tema *violência contra mulheres* é representado nos discursos dos estudantes. A análise temática implica em encontrar “[...] *núcleos de sentido* que compõe a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (Bardin, 2011, p. 135).

Neste trajeto, a descrição realizada possibilitou caracterizar o texto em seus pormenores. A inferência, ou dedução lógica, é a forma de tratar as mensagens com rigor, o que permite o elo entre a descrição e a interpretação. Nas palavras de Bardin (2011), “[...] a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra” (BARDIN,

2011, p. 45). A autora ainda destaca que a prática científica orientada por indicadores não é nova neste meio: “O médico faz deduções sobre a saúde do seu cliente, graças aos sintomas [...]” (Bardin, 2011, p. 47).

Nesta direção, o objetivo da análise de conteúdo é a “[...] manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem” (Bardin, 2011, p. 52). A técnica é apresentada por Bardin (2011) em três eixos cronológicos: 1] a pré-análise; 2] a exploração do material; 3] o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A etapa da pré-análise, embora seja considerada pela autora como “aberta”, é crucial para a organização da sequência dos trabalhos. O *corpus* que contempla a pesquisa estará presente enquanto recorte nos grupos focais realizados, ou seja, com base na regra da representatividade.

Foram transcritas todas as interações ocorridas nos grupos. Na sequência, foi realizada a leitura flutuante para emergência dos indicadores da pesquisa e composição das categorias iniciais. É importante ressaltar que embora se buscasse vínculos com a temática da violência contra as mulheres, poderiam ocorrer uma série de discursos com relação direta, e ao mesmo tempo, que não se apresentassem inicialmente de forma clara. Por essa razão, a leitura flutuante e a numeração dos termos foram escolhidas para compor a etapa de consolidação dos indicadores. Entendeu-se que a organização do roteiro serviria de base para compor as tabelas que deram origem às categorias iniciais, vinculando-se desde este momento o foco nos objetivos da pesquisa.

No trabalho de codificação ou exploração do material foram gerados 543 códigos e, com base nestes, construídas as 65 categorias iniciais, agrupadas em cinco categorias intermediárias: 1] Experiências pessoais com a violência; 2] Os gatilhos da violência praticada contra as mulheres; 3] A reprodução das relações patriarcais de gênero; 4] A escola e seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres; 5] O papel do Estado diante da fragilidade da lei e de seus agentes; e duas categorias finais: 1] Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres; 2] Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres. Importante ter claro que se propôs uma análise dialética de tais categorias, atentando para as contradições que se apresentaram no processo, que por sua

vez implicaram no emergir de sínteses, não esgotando as possibilidades de novos ciclos de contradições, que podem ser discutidos em pesquisas futuras.

A etapa final consistiu em sintetizar os resultados, demonstrando que os (as) jovens, embora tenham convívio cotidiano, são intolerantes à violência não aceitando com naturalidade as reproduções. Compreendem as consequências negativas de tal convívio e apostam na educação formal como forma de solucionar o problema, que em sua percepção é gerado pela ausência de qualidade da política pública educacional. Assim, foi possível responder ao objetivo geral e, ao mesmo tempo possibilitou novas orientações para futuras pesquisas.

3.3.2 Questionário individual

O questionário individual foi uma ferramenta utilizada como contributo para a análise dos dados. A coleta dos dados pessoais (Apêndice F) possibilitou traçar um panorama da forma como os estudantes definem a autopercepção étnico-racial, a identidade de gênero, a situação conjugal, a origem da família, as condições de trabalho, de renda, de moradia e filiação religiosa. Trata-se de uma forma de contextualizar os grupos participantes sendo um contributivo com as análises que sucedem com base nas interações realizadas. Importante frisar que o objetivo geral do trabalho consiste em compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio da EEBFMK, no município de Três Barras/SC, acerca da *Violência contra as mulheres*. Ressalta-se que as representações incorporadas influenciam na maneira como os sujeitos percebem, interpretam e interagem com o mundo. Portanto, caracterizar tais grupos implica em lançar luz sobre os protagonistas deste trabalho de pesquisa, possibilitando para além do cruzamento de dados com as informações da ficha de matrícula do Estado, também o levantamento de dimensões econômicas, sociais e culturais dos (as) participantes, conforme se apresenta a seguir.

3.3.3 O *corpus* de análise: apresentando os grupos focais

O *corpus* de análise da pesquisa é formado pela transcrição de três grupos focais, formados por estudantes do ensino médio da EEBFMK, realizados em três períodos diferentes para que pudesse abranger os três turnos da escola. A proposta foge da ideia inicial onde constavam dois grupos, um integrando o período integral (estudantes do novo Ensino Médio) e outro noturno. Por conta das dificuldades de horários apresentados pelos estudantes, em comum acordo com a direção escolar e responsáveis, optou-se por realizar um grupo em cada período, sendo dividido o grupo integral entre grupo matutino e grupo vespertino. Nesta direção, o número mínimo de participantes foi reduzido por conta da divisão, sendo formado o grupo matutino por cinco integrantes, o vespertino por quatro e o noturno por nove estudantes, conforme destaca o Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterizando os (as) participantes dos grupos focais

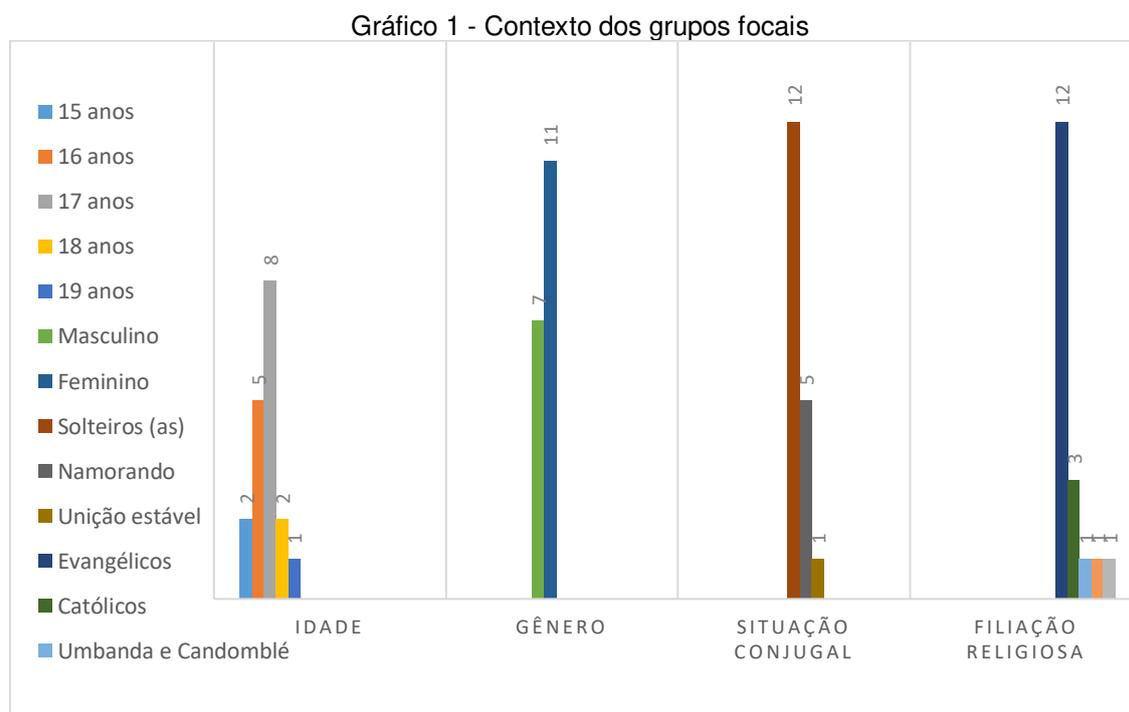
Grupos focais	Idade	Série	Autopercepção Étnico-racial	Gênero	Conjugal	Religião
	15	1 ^a	Branco	Masculino	Solteiro	Evangélico
	18	3 ^a	Branca	Feminino	Namorando	Todas
Matutino	17	2 ^a	Negra	Feminino	Namorando	Sem religião
	17	2 ^a	Negra	Feminino	Namorando	Evangélica
	17	3 ^a	Branca	Feminino	Solteira	Católica
	17	2 ^a	Branca	Feminino	Solteira	Evangélica
Vespertino	17	2 ^a	Branca	Feminino	Namorando	Evangélica
	16	1 ^a	Branca	Feminino	Namorando	Católica
	16	1 ^a	Negra	Feminino	Solteira	Evangélica
	16	2 ^a	Branca	Feminino	Solteira	Evangélica
	17	2 ^a	Negra	Feminino	Solteira	Evangélica
	19	3 ^a	Branco	Masculino	Solteiro	Evangélico
Noturno	15	1 ^a	Branco	Masculino	Solteiro	Evangélico
	16	1 ^a	Branco	Masculino	Solteiro	Evangélico
	18	3 ^a	Negro	Masculino	Solteiro	Evangélico
	17	3 ^a	Negro	Masculino	Solteiro	Evangélico
	16	1 ^a	Negro	Masculino	Solteiro	Católico
	17	3 ^a	Negra	Feminino	União estável	Umbanda e Candomblé

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

O questionário individual foi a ferramenta utilizada para contextualizar os grupos. Mesmo o retorno dos TCLE tendo sido de forma não uniformizada, o contexto dos grupos acabou tendo uma divisão exata no quesito séries, constando seis participantes para cada ano/série do Ensino Médio. Quanto à

autopercepção étnico-racial, as fichas de pré-seleção em cruzamento com o questionário, permitiram verificar que três estudantes se declaram de forma diferenciada do que consta nas matrículas escolares, outros dois participantes a descrevem de forma diversa de seus traços fenotípicos. Dentre estes, predomina a autopercepção “branca”. No contexto do questionário, o grupo se divide em dez participantes autodeclarados “brancos” e oito “negros - pretos ou pardos”.

O Gráfico 1 destaca detalhes da idade, identidade de gênero, situação conjugal e filiação religiosa dos grupos.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A faixa etária dos (as) participantes da pesquisa foi de 15 à 19 anos. O grupo de participantes com 17 anos foi o mais amplo com oito jovens, equivalente a 44,4% do total. Na sequência, cinco jovens (27,7%) anotaram ter 16 anos. Por fim, o questionário indicou dois participantes com 15 anos (11,1%), dois com 18 anos (11,1%) e um com 19 anos (5,5%). Portanto, em relação à faixa etária, a maioria dos jovens, 72,1% do total, tem idade entre 16 e 17 anos.

Já no que concerne à identidade de gênero, onze participantes se autodeclararam do gênero feminino e sete do gênero masculino. Convém destacar que o formulário possibilitava outras manifestações de gênero, não estando limitado à binaridade. Na situação conjugal, a maioria (12), 66,6% dos (as)

participantes declara estar “solteiro (a)”, enquanto cinco (27,7%) dizem estar “namorando” e um (5,5%) em “união estável”. No quesito “Filiação religiosa”, 12 participantes (66,6%) se declaram “Evangélicos”, três (16,6%) “Católicos”, um (5,5%) “Sem filiação religiosa”, um (5,5%) “Umbanda e Candomblé” e um (5,5%) assinalou todas as opções em que constava alguma religião.

O Quadro 2 procura contextualizar aspectos sociais dos grupos:

Quadro 2 - Contexto social dos grupos

Grupos focais	Trabalho	Mora com	Número de pessoas que moram na casa	Renda ⁸ familiar	Contribuem para a renda	Famílias oriundas da (e)
	Sim, sem assinatura	Irmão/irmã	2	Menos que 1 salário	Outros	Outros Estados brasileiros
	Sim, com assinatura	Mãe, irmão/irmã, padrasto	4	Entre 5 e 6 salários	Eu, mãe, padrasto	Outros Estados brasileiros
Matutino	Não	Mãe, irmão(s) /irmã(s), padrasto	6 ou mais	Entre 1 e 2 salários	Mãe, padrasto, outros	Microrregião de Canoinhas
	Não	Pai, mãe, irmão(s) /irmã(s)	6 ou mais	Entre 1 e 2 salários	Pai, mãe, outros	Microrregião de Canoinhas
	Sim, sem assinatura	Pai, mãe, irmão/irmã	5	Entre 1 e 2 salários	Pai, mãe, eu	Microrregião de Canoinhas
	Não	Irmão/irmã	3	Entre 1 e 2 salários	Outros	Microrregião de Canoinhas
Vespertino	Não	Pai, mãe, irmão/irmã	5	Entre 1 e 2 salários	Pai, mãe	Microrregião de Canoinhas
	Não	Pai, mãe, irmão/irmã	3	Entre 1 e 2 salários	Pai, mãe	Microrregião de Canoinhas
	Sim, sem assinatura	Pai, mãe	3	Entre 1 e 2 salários	Pai, mãe, eu	Microrregião de Canoinhas
	Sim, com assinatura	Pai, mãe, irmão(s) /irmã(s)	6 ou mais	Entre 1 e 2 salários	Pai	Microrregião de Canoinhas
	Sim, sem assinatura	Mãe, outros	5	Menos que 1 salário	Mãe, outros	Microrregião de Canoinhas
	Não	Pai	2	Entre 1 e 2 salários	Pai	Outros Estados brasileiros
Noturno	Sim, com assinatura	Pai	2	Entre 1 e 2 salários	Pai	Microrregião de Canoinhas
	Sim, com assinatura	Pai, mãe	3	Entre 1 e 2 salários	Pai, mãe, eu	Microrregião de Canoinhas
	Sim, sem assinatura	Mãe, outros	3	Entre 1 e 2 salários	Mãe, eu	Microrregião de Canoinhas

⁸ Tendo como referência o salário mínimo vigente no valor de R\$ 1.320,00 no momento de realização dos grupos focais.

	Sim, sem assinatura	Mãe, padrasto, irmão/irmã	5	Entre 1 e 2 salários	Padrasto, eu	Microrregião de Canoinhas
	Sim, com assinatura	Pai, mãe, irmão (s) /irmã (s)	6 ou mais	Entre 1 e 2 salários	Pai, mãe, eu	Microrregião de Canoinhas
	Não	Outros	5	Entre 3 e 4 salários	Outros	Outros Estados brasileiros

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Quanto à moradia, seis (33,3%) dos (as) participantes assinalaram que moram com pai, mãe e irmão (s)/irmã (s). Três jovens (16,6%), moram com mãe, padrasto, irmão (s)/irmã (s). Dois (11,1%), descrevem morar com pai e mãe. Dois (11,1%) com irmão (s)/irmã (s). Dois (11,1%) assinalaram morar com a mãe e outros. Dois (11,1%) moram somente com o pai e um (5,5%) assinalou a categoria “outros”. Os arranjos familiares indicam que os (as) jovens moram em famílias “tradicionalmente” compostas.

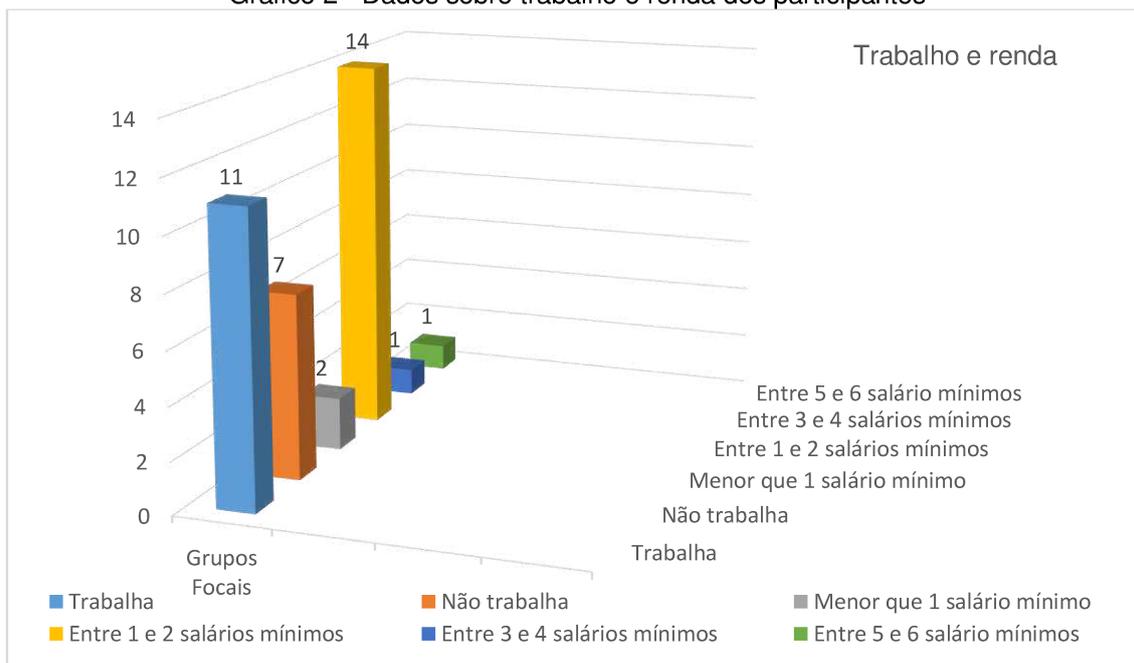
Em relação ao número de moradores incluindo o (a) participante, foi declarado que cinco dos respondentes (27,7%) moram em cinco pessoas na mesma casa. Outros cinco (27,7%), moram em três pessoas. Quatro jovens (22,2%) assinalam morar em seis pessoas ou mais. Três participantes (16,6%) moram em duas pessoas. E, um participante (5,5%) afirma morar quatro pessoas na mesma casa. Constata-se que 44,3% dos (as) participantes são oriundos de famílias formadas por famílias com cinco, seis e mais pessoas morando na mesma casa. O questionário não permitia saber com exatidão a quantidade de moradores acima de seis.

Do total pesquisado, somente quatro participantes (22,2%) são de famílias oriundas de outros estados brasileiros. Neste caso, o questionário não possibilitava saber sobre o Estado de origem dos (as) participantes. Enquanto 14 participantes (77,7%) são da microrregião de Canoinhas⁹.

O Gráfico 2 pretende corroborar com as percepções sobre trabalho e renda dos (as) participantes.

⁹ Contempla os municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande e Três Barras.

Gráfico 2 - Dados sobre trabalho e renda dos participantes



O número de participantes que assinalou trabalhar foi de 11 (61,1%), sendo superior ao de jovens que não estão inseridos no mundo do trabalho. Todavia, deste total de jovens que declaram estar trabalhando, somente cinco possuem carteira de trabalho assinada. Outro aspecto para a inserção de muitos jovens no mercado de trabalho pode estar vinculado às necessidades das famílias. Verifica-se que dos (as) 18 respondentes, 14 (77,7%), tem renda familiar entre um e dois salários mínimos; dois (11,1%), apresentam um agravante ainda maior, sendo a renda familiar menor que um salário mínimo. Ou seja, os dados evidenciam condições de renda desfavoráveis, levando em consideração que praticamente metade destes (as) jovens moram com outras cinco, seis e até mais pessoas na mesma casa. Somente dois participantes declaram rendas maiores, um (5,5%) com a renda da família concentrada entre três a quatro salários mínimos; e outro (5,5%) com renda familiar entre cinco e seis salários mínimos.

Em suas apresentações nos grupos focais, o mediador estimulou os (as) participantes a falarem seus nomes, séries, contar como é ser jovem no distrito de São Cristóvão e falar sobre o que curtem fazer. O grupo matutino que foi realizado no dia 17 de agosto de 2023 e que contempla os (as) participantes T1 a T5 focou em destacar aspectos do distrito. Dois participantes, T1 e T5

consideram o mesmo como “pequeno” e entendem esse aspecto de forma positiva. Conforme destaca o relato: “[...] bairro pequeno, então todo mundo se conhece, você acaba fazendo amizade com um, você acaba fazendo amizade depois com um monte de gente assim por consequência. Então é algo bem legal e bem marcante do bairro” (T5, 2023).

Os demais participantes trouxeram aspectos negativos do distrito para o grupo, apontando o mesmo como *chato* (T3, 2023), onde falta entretenimento e oportunidades (T2; T3; T4; 2023). Nas palavras de T3 (2023): “não tem muitos lugares pra ir, a não ser quando se joga bola e não sei se gosto de jogar bola, não tem muita graça pra mim. O único entretenimento que eu tenho é ficar em casa jogando”. T2 (2023) reclama sobre as dificuldades de ser jovem no distrito, T1 argumentando em tom de defesa que existe “muito preconceito com o bairro” (T1, 2023). As falas dos jovens apresentam indicativos da ausência de políticas públicas para a juventude no distrito de São Cristóvão.

O grupo vespertino foi realizado no dia 23 de agosto de 2023 incluindo os (as) participantes T6 a T9. Além de apresentar de forma unânime os aspectos negativos destacados pelo grupo matutino, também demonstrou que dois participantes desejam sair do local o mais breve possível. Nas palavras de T6: “Queria sair daqui! Ir embora. [...] Acho que em outra cidade tem mais oportunidades de trabalho e de estudo” (T6, 2023). T7 corrobora com a colega: “o bairro é pequeno, falta oportunidade, não tem nada assim” (T7, 2023).

No grupo noturno, realizado em 22 de agosto de 2023, composto pelos (as) participantes T10 a T18 houve um amplo consenso acerca da importância do tema. Neste grupo não houveram manifestações relacionadas às percepções dos jovens sobre o distrito de São Cristóvão. Por se tratar de uma apresentação livre e de acolhida (quebra-gelo) os (as) participantes não foram questionados pelo moderador neste sentido. Os apontamentos “apoio à causa”, “apoio ao professor”, “respeito ao professor”, marcaram todas as falas dos participantes. T10 justificou sua presença da seguinte maneira:

[...] tô aqui porque acho que é importante! Também, o professor merece o nosso respeito né? O professor, tá sempre buscando fazer algo diferente. Sempre deu uma boa aula pra gente e acho que é uma questão que tem que ser debatida né? (T10, 2023)

T18 por sua vez argumenta que veio para “apoiar essa causa que ainda é um assunto bem delicado na sociedade” (T18, 2023).

As apresentações demonstram características distintas dos grupos. Percebe-se que por ter uma proposta aberta, os (as) participantes tomam frentes diferentes. Os aspectos negativos do distrito são nítidos nas falas dos (as) participantes do diurno. Porém, no caso do grupo matutino alguns participantes procuraram argumentar em defesa do distrito, algo que não ocorre com o grupo vespertino. Por sua vez, o grupo noturno toma a apresentação como uma forma de se posicionar e destacar que a luta também é sua. É interessante notar que em relação ao que mais gostam de fazer somente quatro participantes entraram no assunto, sendo dois no grupo matutino: “jogar bola” (T2, 2023); “jogar” (T3, 2023); e dois no grupo noturno: “jogar” (T15, 2023); “jogar capoeira” (T16, 2023). Tal condição pode estar vinculada ao fato de 61% dos (as) jovens participantes estarem inseridos no mercado de trabalho. Não obstante, convém ressaltar as dificuldades de investimentos em políticas públicas para a juventude no município, como áreas de lazer, esportes, atividades culturais, programas sociais etc. O que não impede a participação da juventude em grupos de jovens e encontros e atividades organizados pelas igrejas.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A dimensão ética deste trabalho está de acordo com a Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2012), Resolução CNS nº 510 (Brasil, 2016) acerca das normas aplicáveis a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais envolvendo seres humanos. Ainda, em consonância com a Portaria Normativa nº 2034 (Santa Catarina, 2020) que regulamenta a realização de pesquisas acadêmicas no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Plataforma Brasil sob o Parecer nº 6.173.416 (Anexo A) com emenda do Parecer nº 6.294.584 (Anexo B) que alterou o cronograma da pesquisa.

Foram elaborados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), destinado à aprovação por parte do representante legal do

participante da pesquisa. Neste documento (mesmo arquivo) constavam o Termo de Consentimento (Apêndice B) e a Declaração do Pesquisador (Apêndice C), onde, o pesquisador e orientadora assumem a responsabilidade pelo cumprimento dos requisitos elencados nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice D) é destinado ao (a) participante menor de idade “após esclarecimento sobre a natureza da pesquisa, justificativa, objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos” (Brasil, 2016, Art. 2º, §1). Também consta o Termo de Anuência da Instituição ou a sua Negativa (Anexo C), no qual, a instituição manifestou seu acordo em relação à realização da pesquisa, bem como se manifesta autorizando a citação de seu nome.

As informações coletadas foram utilizadas somente para os fins desta pesquisa, sendo tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar as identidades. Os resultados poderão ser apresentados em eventos ou periódicos científicos, garantindo o direito ao anonimato e resguardo da privacidade. Para preservar a privacidade da identidade dos (as) participantes foi utilizada a letra T maiúscula representando a inicial do nome da ex-aluna da EEBFMK vítima de feminicídio no ano de 2021, seguido de numeral correspondente conforme o tamanho de cada grupo, tendo os grupos subsequentes a sequência numérica correspondente. Exemplo: T1, T2, T3...

O contato inicial com os (as) estudantes participantes da EEBFMK se deu em sala de aula, com a explicação do pesquisador (acompanhado pela Assistente Pedagógica) sobre o projeto, acerca da livre participação, bem como das dimensões éticas da pesquisa, o que permite ao participante ter preservados seus dados sob sigilo e garantindo sua desistência do processo a qualquer momento. Nas turmas de 1ºs anos foi feita a apresentação do pesquisador por se tratar de público desconhecido. Nas demais, não foi feita a etapa de sua apresentação pessoal, seguindo para a etapa da pesquisa, apresentando o tema, o título, as instituições envolvidas no processo – Universidade Federal de Santa Catarina e Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina. Descritas as etapas da pesquisa, bem como, situada a importância da participação dos estudantes no desenvolvimento desta. Por fim, foram destacados o TCLE e o TALE que regem o processo de forma legal e transparente. Importante destacar que foram convidados para participar dos

encontros dos grupos representantes da direção e conselho deliberativo escolar. Tendo participado como representante, a professora responsável pelo laboratório de informática, atendendo pedido da direção escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da aplicação da técnica de análise de conteúdo (temática) proposta por Bardin (2011). Para tal, buscou-se atentar para os objetivos da pesquisa, que consistem em: Compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio da EEBFMK do município de Três Barras/SC acerca da *Violência contra as mulheres*, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências. Neste sentido, visando conhecer o fenômeno da violência e suas especificidades relacionadas à realidade destes estudantes, identificando como a *violência contra as mulheres* se apresenta em seu imaginário social, analisando os posicionamentos dos (as) estudantes acerca do fenômeno.

A seção 4.1 apresenta as subseções que contribuem para a análise e discussão dos resultados. São elas: 4.1.1, que destaca aspectos sócio-históricos, econômicos, sociais e culturais do município de Três Barras, bem como traz dados da relação do distrito de São Cristóvão com a violência com base em fontes jornalísticas. E a subseção 4.1.2 que aborda questões jurídicas da violência contra as mulheres, compondo em conjunto a pesquisa documental.

Na seção 4.2 são apresentados os 543 códigos que compõe as 65 categorias iniciais. Sua divisão está atrelada aos três objetivos específicos da pesquisa relacionando às percepções (4.2.1), à violência no imaginário social dos (as) participantes (4.2.2) e ao posicionamento dos mesmos para enfrentamento da violência praticada contra as mulheres (4.2.3).

A seção 4.3 apresenta o agrupamento das 65 categorias iniciais em cinco categorias intermediárias: 1] experiências pessoais com a violência; 2] os gatilhos da violência praticada contra as mulheres; 3] a reprodução das relações patriarcais de gênero; 4] a escola e seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres; e 5] o papel do Estado diante da fragilidade da lei e de seus agentes.

Encerrando o capítulo, a seção 4.4 apresenta o agrupamento das cinco categorias intermediárias em duas categorias finais. São elas: 1] Experiências

peçoais com a violência contra as mulheres; e 2] Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência contra as mulheres.

4.1 O CAMPO DE ESTUDOS E AS MULHERES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Conforme anunciado, esta seção divide-se em duas subseções: 4.1.1, apresentando contributos para a análise relacionada ao contexto do campo de estudos, o município de Três Barras/SC. E 4.1.2, trazendo uma síntese da presença da mulher na legislação brasileira, compondo em conjunto as contribuições com base na pesquisa documental.

4.1.1 Três Barras/SC: aspectos socio-históricos e econômicos do município no Planalto Norte Catarinense

Até o início do século XX, o território tresbarrense era contestado por Santa Catarina em disputa com o estado do Paraná, movimento que ficou conhecido como a Guerra do Contestado (1912-1916). De acordo com Machado (2023) se trata de

[...] um conflito social ocorrido em parte de territórios disputados (daí Contestado) dos estados do Paraná e de Santa Catarina entre 1912 e 1916. Não foi exatamente um “levante” ou uma “revolução” promovida pelos sertanejos moradores do planalto meridional. Foi muito mais um movimento social que cresceu e desenvolveu-se defensivamente, pelo menos até meados de 1914, quando os sertanejos decidiram atacar as forças oficiais. Estamos então tratando de um conflito diversificado, com muitos anos de duração, diferentes fases e contextos, ocorrido num amplo território de mais de 80 mil km² (Machado, 2023, p.13)¹⁰

¹⁰ Para saber mais ver: “*O pessoal da Lumber!: Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina 1910 – 1929*” (Tomporoski, 2006); “*Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)*” (Valentini et al, 2012); “*Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*” (Machado, 2004); “*A guerra santa do contestado tintim por tintim*” (Rodrigues et al, 2023).

Neste conflito, Três Barras se tornou ponto estratégico, principalmente, por se instalar em suas terras a empresa norte-americana Southern Brazil Lumber e Colonization Company – naquele momento, a maior madeireira da América Latina, que acaba sendo um dos estopins para o conflito. Após as batalhas, o acordo que deu ganho à Santa Catarina ainda era insuficiente para emancipar o distrito vinculado à Canoinhas, o que somente ocorreu na década de 60 do século XX, quando Três Barras se torna município.

O município de Três Barras localiza-se no Planalto Norte Catarinense, na região que foi palco da Guerra do Contestado e que ainda apresenta resquícios do conflito em seu processo de desenvolvimento. Embora o Índice de Desenvolvimento Humano seja de 0,706 e o município apresente o melhor PIB per capita da região, ao mesmo tempo enfrenta dificuldades em diversos contextos sociais. No Censo de 2010 (IBGE), Três Barras tinha 36% da população (6.542 pessoas) exposta ao risco¹¹, o maior índice da região e o 13º no Estado. Dentre este grupo, muitas pessoas que moram no Distrito de São Cristóvão, local onde está situada a EEBFMK.

Em levantamento realizado pela escola, destacado em seu PPP do ano de 2021 (última atualização), constatou-se que nas famílias dos estudantes prevalecem atividades econômicas secundárias. A renda destas é composta em sua maioria pelo salário mínimo, com o auxílio do Bolsa Família. Conforme aponta o documento, 61% das famílias recebem o salário mínimo, 26% recebem até dois salários mínimos e 13% mais que dois salários mínimos. “Quanto à escolaridade dos pais percebe-se que 33% tem Ensino Médio, 23% tem Anos Iniciais, 18% tem Ensino Médio Incompleto, 11% Anos Iniciais incompletos, 6% Anos Finais completo e 9% Anos Finais incompletos.” (PPP, 2021, p. 17).

O Distrito de São Cristóvão, inicialmente foi denominado “Núcleo de Expansão Residencial na localidade de Xarqueada” (Três Barras, 1970a). Após três meses – ainda em 1970 -, a Lei de número 165 “Denomina a Localidade de São Cristóvão” (Três Barras, 1970b), se tornando Distrito a partir da Lei nº 471 em 6 de dezembro de 1978, no governo do prefeito Odilon Pazda. O Distrito se

¹¹ Para o IBGE uma área de risco é passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso. Os moradores do distrito de São Cristóvão moram próximos do rio Canoinhas, sendo constantemente atingidos por enchentes, sujeitas a danos de integridade física, perdas materiais e patrimoniais (IBGE, 2018). Alia-se à esta questão a vulnerabilidade e risco social que atinge grande parcela desta população.

localiza às margens do Rio Canoinhas, sendo atingido por várias enchentes no decorrer de sua história, fato que também implicou em mudanças na organização dos educandários, inclusive da EEBFMK.

Visando clarear a compreensão acerca das percepções da juventude sobre o tema violência contra as mulheres, optou-se por realizar o recorte da pesquisa com estudantes do ensino médio da EEBFMK. A instituição está situada no Distrito de São Cristóvão - Município de Três Barras, nome atribuído devido à localização nas barras dos rios: Canoinhas, Negro e São João, localizado no Planalto Norte Catarinense. Segundo o Censo de 2022 do IBGE, o referido município conta com população de 19.746 pessoas, um aumento de 8,92% em relação ao Censo de 2010, crescimento populacional acima da média nacional, que foi de 6,45%, e abaixo da média estadual, que foi de 21,78%. Portanto, para contextualizar, em relação aos dados anteriores, o Censo de 2010 apresentava no município, os números de 9.058 homens (49,9%) e 9.071 mulheres (50,03%), destas 85,06% viviam no meio urbano e 14,96% em área rural.

Conforme exemplificação a seguir, o distrito escolhido é constantemente noticiado pela mídia local enquanto espaço de ocorrências de violências, dentre estas, as praticadas contra as mulheres (Figura 10). Algumas notícias:

Figura 10 – Notícia de feminicídio no distrito de São Cristóvão

Início » Segurança

Vítima de feminicídio em Três Barras já tinha medida protetiva contra o ex

Thaís Corrêa Lemes da Silva foi assassinada pelo ex-companheiro, Carlos Alberto Becker Ribeiro, que também foi morto na ação, na tarde de quarta-feira (25)

REDAÇÃO ND, JOINVILLE
25/08/2021 ÀS 10H19

[Enviar no WhatsApp](#) [f](#) [t](#) [in](#)

Mais uma vítima de feminicídio, mais uma mulher que mesmo com medida protetiva foi assassinada pelo ex-companheiro. **A tragédia que aconteceu em Três Barras**, no Planalto Norte de Santa Catarina, é mais uma que envolve violência contra a mulher no Estado. Thaís Corrêa Lemes, de 23 anos, foi assassinada pelo ex-companheiro, Carlos Alberto Becker Ribeiro, de 32 anos, na tarde de quarta-feira (25).

Fonte: ND Mais (2021)

A matéria acima destacada, *Vítima de feminicídio em Três Barras já tinha medida protetiva contra o ex*, chama a atenção o fato da vítima já possuir medida protetiva e mesmo assim ser morta pelo ex. Todavia, esse aspecto será retomado.

Abaixo, a Figura 11 apresenta notícia sobre sinais de violência encontrados em corpo de mulher.

Figura 11 – Notícia de corpo de mulher com sinais de violência

The image shows a screenshot of a news article on the Carta7 website. The main headline reads "Corpo com sinais de violência é encontrado em estado de decomposição em Três Barras". The article is dated February 23, 2021, and is written by Edinei Wassoaski. Below the headline, there are social media sharing icons and a "Compartilhar" button. To the left, there is a section titled "Últimas Notícias" with three smaller news items. The main article content includes a sub-headline "Terezinha de Fátima Moreira estava morta há dias dentro de casa" and a photograph of the "Centro Funerário UNISSEL". A large grey box on the right side of the page contains an error message: "The media could not be loaded, either because the server or network failed or because the format is not supported." At the bottom of the article, there is a short paragraph describing the discovery of the body.

Corpo com sinais de violência é encontrado em estado de decomposição em Três Barras

por Edinei Wassoaski 23 de fevereiro de 2021

Última atualização: 16 de fevereiro de 2021

Últimas Notícias

Depois da Cabana tem trama intrigante, mas sem grandes surpresas
5 de outubro de 2022

Pile processou o Estado acusando policiais de danificarem seu iPhone
5 de outubro de 2022

Governo anuncia 1.719 municípios aptos a receber 95 cursos de medicina
4 de outubro de 2022

OPERAÇÃO Mensageiro acesse as reportagens

Terezinha de Fátima Moreira estava morta há dias dentro de casa

Centro Funerário UNISSEL

PUBLICIDADE

The media could not be loaded, either because the server or network failed or because the format is not supported.

O corpo de uma mulher com sinais de violência e já em estado de decomposição foi encontrado na tarde desta segunda-feira, 15, em uma casa na rua Ana Correia e Silva, distrito do São Cristóvão, em Três Barras. Terezinha de Fátima Moreira tinha 59 anos.

SUA MARCA SEMPRE EM **CARTA7**

Fonte: Wassoaski (2021)

No caso da publicação jornalística *Corpo com sinais de violência é encontrado em estado de decomposição em Três Barras* (Wassoaski, 2021), se destacam a existência de sinais de lesão no rosto da mulher e as investigações acerca do caso.

Na sequência, a Figura 12 noticia a morte da mãe de vítima de feminicídio no distrito de São Cristóvão.

g1

SANTA CATARINA 

Mãe que tentou salvar filha de ser assassinada a facadas em SC morre em hospital

Sônia Corrêa estava há 10 dias internada em um hospital de Canoinhas. Suspeito da agressão e ex-companheiro da filha, que foi morto pelo ex-cunhado em Três Barras.

Por G1 SC e NSC

03/09/2021 19h12 · Atualizado há 2 anos



Fonte: G1 e NSC (2021)

O Portal G1, em conjunto com a NSC, destacou a morte da *Mãe que tentou salvar filha de ser assassinada a facadas em SC morre em hospital* (G1 E NSC, 2021). A matéria conta que ela tentou defender a filha enfrentando o assassino.

Na Figura 13, o distrito de São Cristóvão segue com evidências negativas acerca das violências praticadas contra mulheres.

Figura 13 – Notícia de agressão contra mulher no distrito de São Cristóvão

Mulher é agredida pelo namorado em Três Barras

© 27 de outubro de 2020



Agressor olinda teria a ameaçado com uma enxada, na noite desta segunda-feira (26). Foto: Edinei Cruz/Rádio Clube de Canoinhas

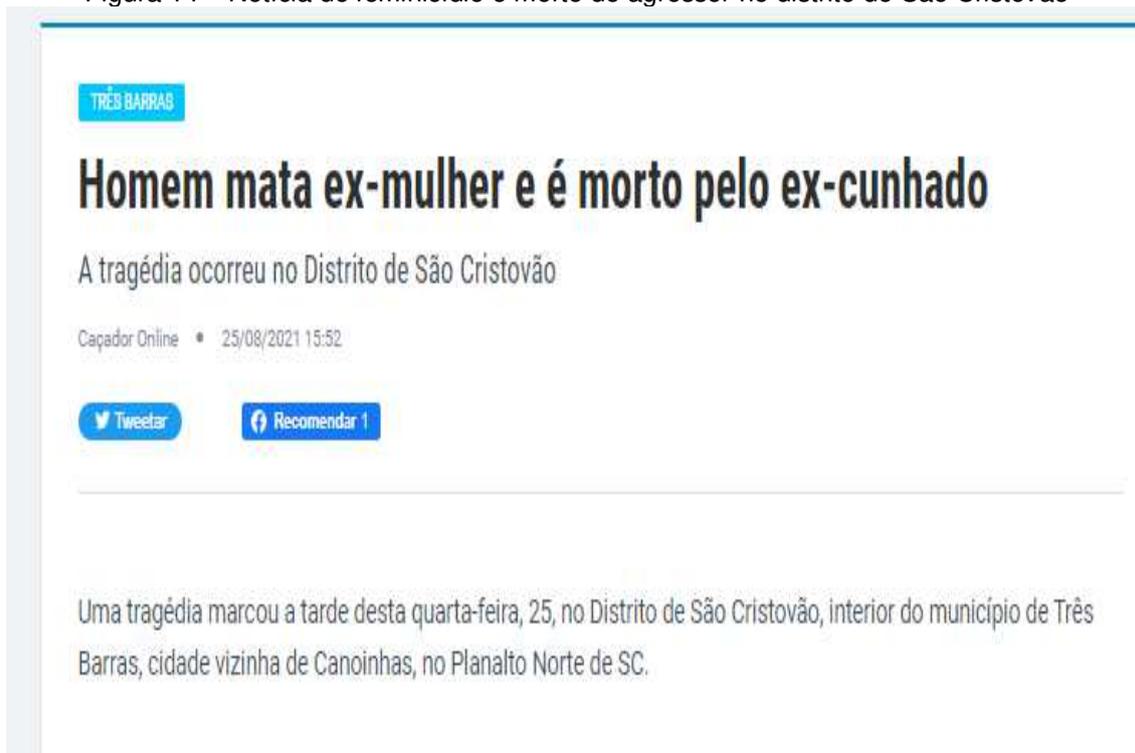
Uma mulher foi vítima de violência doméstica, na noite desta segunda-feira (26), na Rua Ana Correa e Silva, no bairro São Cristóvão, em Três Barras.

Fonte: Clube FM (2020)

A notícia *Mulher é agredida pelo namorado em Três Barras*, destacada pela Rádio Clube de Canoinhas, apresenta mais uma cena de violência doméstica no Distrito de São Cristóvão. A matéria apresenta os relatos da Polícia Militar contando que o namorado da vítima a golpeou com facão causando lesões no rosto, sendo encontrada ensanguentada na residência.

A Figura 14 noticia feminicídio e morte do autor. A tragédia mobilizou publicações na mídia local e regional, conforme tem revelado as imagens.

Figura 14 – Notícia de feminicídio e morte de agressor no distrito de São Cristóvão



Fonte: Caçador On-line (2021)

O portal de notícias *on line* do município de Caçador-SC destacou, na matéria *Homem mata ex-mulher e é morto pelo ex-cunhado* a morte do autor de feminicídio no Distrito de São Cristóvão. Até o momento da publicação da matéria haviam duas mortes, sendo o terceiro óbito informado alguns dias posteriormente.

A Figura 15 corrobora com a reputação do distrito em relação a violência praticada contra as mulheres.

Figura 15 – Notícia de violência contra mulher e criança no distrito de São Cristóvão
Homem agride e coloca mulher e crianças na rua no São Cristóvão, em Três Barras



Fonte: Canoinhas on line (2022)

A matéria *Homem agride e coloca mulher e crianças na rua no São Cristóvão, em Três Barras* destaca mais um caso de lesão corporal registrado contra a mulher no Distrito de São Cristóvão.

A Figura 16 apresenta uma característica comum destas violências, trata-se da proximidade do agressor, dos laços afetivos com a agredida.

Figura 16 – Notícia de agressão contra a mulher no distrito de São Cristóvão

Mulher é agredida pelo companheiro no distrito do São Cristóvão, em Três Barras

por Isabel Stafin 13 de fevereiro de 2023 | Última atualização: 13 de fevereiro de 2023

BOMBEIROS 193

Últimas Notícias

- Medida Provisória perde validade e imposto sobre diesel será zerado 5 de outubro de 2022
- Rio Canoíhas chega a 4,4 metros, informa Defesa Civil 5 de outubro de 2022
- Imposto sobre compras importadas online deve sair até fim do ano

OPERAÇÃO Mensageiro [acesse as reportagens](#)

Bombeiros conduziram a vítima ao Pronto Atendimento

Por volta das 22h30 de sábado, 11, policiais militares se deslocaram até a rua José Nunes Cavaleiro, no distrito do São Cristóvão, em Três Barras, para prestar apoio a equipe do Corpo de Bombeiros que foi acionada para atender uma mulher vítima de agressão.

Fuck CORRRETORA DE SEGUROS LTDA. **Proteja o**

Fonte: Stafin (2023)

A matéria destacada representa mais um caso de violência no distrito de São Cristóvão. O portal de notícias evidencia que a vítima levou tapas pela cabeça e no rosto, apresentando outros ferimentos, sendo conduzida ao Pronto Atendimento por conta de uma lesão no pé ocasionada pelo conjunto de agressões.

A Figura 17 mantém o destaque do distrito. Além de violência física, uma das características principais das relações patriarcais marca presença nos fatos, pois se trata da ameaça.

Figura 17 – Notícia de agressão e ameaça de morte contra mulher no distrito de São Cristóvão

A GAZETA
TRESBARRENSE ONLINE

POLÍCIA POLÍTICA HISTÓRIA EDUCAÇÃO ESPORTES SAÚDE CIDADE VARIEDADES COLUNAS

CLASSIFICADOS

Início · Polícia · Homem morde e ameaça companheira de morte em Três Barras

Polícia

Homem morde e ameaça companheira de morte em Três Barras

Por: Equipe A Gazeta Tresbarrense 12 de dezembro de 2022

f t p s

Últimas notícias

POLÍCIA MILITAR SANTA CATARINA

Polícia
Polícia Militar derruba ponto de tráfico em Canoinhas



Na noite de sábado, 11, por volta das 23 horas, a Polícia Militar de Três Barras foi até a avenida Abraão Mussi, no distrito do São Cristóvão, em Três Barras, onde um homem estava bastante agressivo e ameaçava sua companheira.

Fonte: A Gazeta (2022)

Na matéria *Homem morde e ameaça companheira de morte em Três Barras* (A Gazeta, 2022), o jornal local destaca a ocorrência no Distrito de São Cristóvão com ameaça de morte, bem como a mordida do agressor no braço da companheira.

Ainda corroborando com as imagens anteriores, a Figura 18 traz aspectos do sentimento de posse, do pertencimento da vítima ao agressor, da propriedade, algo discutido dentro das relações patriarcais de gênero.

Figura 18 – Notícia de tentativa de feminicídio e suicídio no distrito de São Cristóvão



Fonte: Beluk (2023)

A notícia destacada pelo portal Jmais revela uma característica que se repetiu em três casos de feminicídio ocorridos no Planalto Norte Catarinense no início do ano de 2023. Nestes, os ex-companheiros não aceitavam o fim dos relacionamentos e cometem suicídio logo após a morte da ex. Num dos casos, um ex que procura matar e cometer suicídio logo após, mas que felizmente não obteve êxito nesta situação após a polícia militar atirar em sua perna durante o ato.

As pesquisas nas plataformas de notícias revelam a existência de violência contra mulheres em outros locais do município, como no bairro Vila Nova, o que destaca a matéria *Homem é preso por agredir e ameaçar companheira em Três Barras* (WASSOASKI, 2021) e no bairro João Paulo II, por meio da manchete *Mãe vai parar na Delegacia por agredir a filha de 12 anos em Três Barras* (WASSOASKI, 2022), ou ainda, *Mulher é agredida e mantida em cárcere privado em Três Barras* (ND Mais, 2022), conforme revela a Figura 19.

Figura 19 – Notícia de mulher em cárcere privado em Três Barras

Início > Segurança

Mulher é agredida e mantida em cárcere privado em Três Barras

Companheiro ainda a ameaçava de morte e só permitia saída para consultas médicas.

REDAÇÃO ND, JOINVILLE
17/03/2022 ÀS 10H54



Um homem foi preso em flagrante na tarde de quarta-feira (16), no Planalto Norte após denúncias de agressão, sequestro e cárcere privado. Ele mantinha a companheira presa em casa, “permitindo” apenas a saída para consultas médicas.

PUBLICIDADE

Fonte: ND Mais (2022)

A matéria ganha destaque na mídia regional e choca pela gravidade da situação. Somente em casos de problemas de saúde a vítima era “autorizada” a sair de casa. Todavia, há também relatos que não possibilitam identificar o local em específico dentro do município, conforme destaca a matéria a seguir (Figura 20).

Figura 20 – Notícia de alerta para abusos sexuais contra crianças em Três Barras

Médico alerta para casos de abuso sexual contra crianças em Três Barras

por Isabel Stafin 5 de janeiro de 2023 | Última atualização: 5 de janeiro de 2023

Alerta para Três Barras -SC

Últimas Notícias

Bombeiros resgatam famílias em áreas inundadas de Três Barras
5 de outubro de 2022

Bombeiros resgatam trabalhadores da Celesc

OPERAÇÃO Mensageiro [acesse as reportagens](#)

No Youtube, profissional diz ter atendido três casos de abuso sexual contra crianças em um só dia no município

Fonte: Stafin (2023)

Logo nos primeiros dias do ano de 2023 (05/01), um médico que atende no município gravou um vídeo emitindo um alerta. Segundo o profissional, atendeu em um mesmo dia três casos de abuso sexual contra crianças, sendo que a preocupação destacada reside nas consequências destas violências na vida destas “meninas” (Stafin, 2023). A matéria ganhou destaque no Portal JMais sob o título *Médico alerta para casos de abuso sexual em Três Barras* (Stafin, 2023).

As publicações e matérias jornalísticas revelam o convívio dos munícipes com a violência, principalmente, no Distrito de São Cristóvão. Na Figura 21, a matéria revela, com preocupação, o índice de feminicídios na região.

Figura 21 – Notícia sobre índices de feminicídio na região

The image is a screenshot of a news article from the JMais portal. At the top, there is a navigation bar with the JMais logo and the text 'CANOINHAS, REGIÃO E MAIS'. To the right of the logo is a search bar and social media icons. Below the navigation bar, there are two banners: 'QUALIDADE UNC NA EAD' and 'INSCRIÇÕES ABERTAS ACESSSE UNC.DR'. The main headline of the article is 'Trinta por cento dos assassinatos ocorridos em 2021 na comarca de Canoinhas são feminicídios'. Below the headline is a large image of a woman's hand with a red 'X' drawn on it. To the right of the main image, there are two advertisements: 'PRONTEL' and 'Codigo Kid'. Below the main image, there is a section titled 'Ótimas Notícias' with several small article thumbnails. The main article text is partially visible, starting with 'O ano não terminou, mas já registra maior número de homicídios em três anos'. The article text discusses the high number of femicides in the region, comparing it to Três Barras. The page includes a navigation bar with 'CANOINHAS, REGIÃO E MAIS', a search bar, and social media icons. There are also banners for 'QUALIDADE UNC NA EAD' and 'INSCRIÇÕES ABERTAS ACESSSE UNC.DR'. Advertisements for 'PRONTEL' and 'Codigo Kid' are visible on the right side.

Fonte: Stafin (2021)

O portal JMais traçou um comparativo da região acerca dos índices de feminicídio na matéria: *Trinta por cento dos assassinatos ocorridos em 2021 na comarca de Canoinhas são feminicídios* (Stafin, 2021). Para contextualizar a violência contra mulheres no município de Canoinhas, o Portal tomou como referência a pesquisa de Santos (2021). E quanto ao comparativo, é interessante perceber que o município de Três Barras apresenta índices maiores que o município citado, mesmo tendo menos da metade da população.

A “liderança” do município é destacada em matéria no segundo semestre de 2023, conforme destaca a Figura 22.

Figura 22 – Notícia apontando Três Barras como município mais violento na região para as mulheres



Fonte: Carriel (2023)

O acompanhamento dos dados da violência contra as mulheres no Planalto Norte Catarinense é algo chocante, principalmente quando se olha com atenção para o município de Três Barras. A matéria do Portal JMais do mês de setembro traçou um quadro comparativo com dez municípios da região, apresentado abaixo na Tabela 2, com base em registros de boletins de ocorrências dentre os anos de 2018 a 2022. Na capa da matéria, o jornalista destaca a imagem das vítimas de duplo feminicídio ocorrido no Distrito de São Cristóvão e que acabou levando a óbito também o agressor, isso após envolvimento em luta corporal com o irmão da ex-namorada.

Tabela 2 - Incidência de violência contra a mulher no Planalto Norte Catarinense

Incidência de casos de violência doméstica no Planalto Norte

A partir de boletins de ocorrência registrados entre 2018 e 2022

CIDADES	0 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos +	Total	incidência
Três Barras	17	20	13	63	12	2	7	134	276,3
Itaiópolis	16	5	14	71	9	6	4	125	237,8
Mafra	22	14	13	89	12	4	2	156	109,2
Irineópolis	0	0	2	24	0	1	2	29	106,1
Papanduva	8	10	1	18	4	4	1	46	96,9
Canoinhas	18	30	10	46	5	5	4	118	85,6
Monte Castelo	3	9	1	4	0	0	0	17	84,7
Major Vieira	1	3	4	1	2	0	0	11	55,3
Porto União	5	0	4	17	5	0	1	32	35,6
Bela Vista do Toldo	0	0	1	2	1	0	0	4	26,4
SANTA CATARINA	6905	3383	2290	12363	1446	845	844	28076	154,1

Fonte: Carriel (2023)

Na tabela acima, Carriel (2023) traça um quadro comparativo quanto à incidência da violência praticada contra mulheres nos municípios do Planalto Norte, o que destaca negativamente o município de Três Barras como o mais violento da região para as mulheres.

4.1.2 Aspectos jurídicos da violência contra as mulheres na legislação brasileira

A violência contra as mulheres esteve legalizada no histórico da legislação brasileira, como nas Ordenações Filipinas – formadas por cinco livros que vigoraram no Brasil entre 1603 até a publicação do Código Civil de 1916. O Código Filipino, além de seu caráter discriminatório, legalizava a violência contra as mulheres permitindo castigos sem punições para ferimentos com pau ou pedra, conforme descrito no Livro V, Título 36, §1º (Portugal, 1870). No Livro IV, Título 61, §1º, justificava a inferioridade da mulher em relação ao homem

alegando “respeito à fraqueza do entender das mulheres” (Portugal, 1870). Neste código, o marido poderia matar sua esposa em caso de adultério, assim como matar licitamente o adúltero. Para este último caso, há exceções: “[...] se o marido for peão, e o adúltero fidalgo, desembargador ou pessoa de maior qualidade” (Portugal, 1870 *apud* Del Priore, 2013, p. 23). Ou seja, a morte do adúltero estava condicionada ao seu prestígio social. Quanto à mulher, a própria legislação tratava sua vida com inferioridade absurda, independentemente de sua condição social. Com as lutas do movimento feminista, a permanência da legalidade da violência contra as mulheres foi sendo amplamente questionada.

O estudo de Santos (2021) demonstra alguns aspectos desta trajetória apontando que, embora o Código Criminal de 1830 tenha extinguido a “autorização” que os maridos possuíam para matar a esposa, os Códigos Penais de 1890 e 1940 permitiram a ascensão da figura jurídica dos “crimes passionais” que são movidos por emoções como ciúmes, ódio, vingança etc. Neste primeiro Código, o marido poderia anular o casamento se constatasse que a mulher não era mais virgem.

Os crimes cometidos em “legítima defesa da honra” perpassam esses Códigos, assim como o Código Civil de 1916 que mantinha a hierarquia patriarcal dando ao marido plenos poderes diante da “incapacidade feminina”. Neste Código estavam reafirmados “valores conservadores e tradicionais, essencialmente no vínculo familiar e nos poderes do casamento. Tais poderes requeriam a permissão do marido para com a vontade da mulher” (Freitas *et al*, 2019, p. 67). Convém ressaltar que a tese da legítima defesa da honra foi proibida recentemente, em março de 2021, pelo Supremo Tribunal Federal.

O estudo de Santos (2021) contribui para a percepção sobre o caráter patriarcal da sociedade brasileira. Percebe-se a lentidão com que as legislações vão sendo alteradas, diante de muitas dificuldades e lutas. Outro exemplo sobre tal questão está no fato do “crime de adultério” permanecer nos Códigos Penais até o ano de 2005, quando se efetiva seu afastamento pela Lei 11.106 (Brasil, 2005). A Constituição Federal de 1988 representou um avanço nas lutas e vale destacar o movimento de mulheres e sua defesa pela igualdade de direitos.

No tocante ao grupo das mulheres, o feminismo fez ecoar o 'grito' dos oprimidos e levantou a bandeira do enfrentamento à violência contra a mulher e seu reconhecimento no espaço social, desafiando as estruturas da sociedade conservadora (Maurício, 2020, p. 28).

Observando a legislação brasileira, Santos (2021) destaca ainda a Lei 9.099/95 que objetivava julgar crimes de menor potencial ofensivo, o que na prática banalizava a violência contra as mulheres. Mesmo quando eram punidos, os agressores pagavam uma cesta básica, serviços comunitários e assim, aumentavam-se os riscos de reincidência. As manifestações de insatisfação dos movimentos de mulheres foram inúmeras, convém ressaltar que a própria LMP – 11.340/2006 foi resultado de um longo processo. O embate inicia após a biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes (1945-) ser vítima de duas tentativas de homicídio por parte de seu marido. A trajetória de Maria da Penha em busca de justiça durou quase 20 anos e a Lei foi sancionada somente após o caso ser denunciado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), sendo o Estado brasileiro responsabilizado por negligência.

Considerando os avanços na legislação brasileira, principalmente com a LMP, 11.340/2006, olhar para os dados da violência contra as mulheres no Brasil segue sendo algo assustador. Por um lado, existe uma crença na lei, considerando o relatório encomendado pelo Banco Mundial e divulgado pela Fiocruz (2016) onde a LMP se apresentava como uma referência global. Todavia, no mesmo ano, o estudo “Mulheres, Empresas e o Direito” apresentado pela Fiocruz (2016) destacou que dentre 173 países 25% não possuíam leis de proteção às mulheres e mesmo entre aqueles que tinham, 33% não penalizavam agressões desta natureza. Por outro lado, remete ao compromisso que se tem enquanto sociedade de transformar tal realidade que apresenta a exceção¹² como regra. Nesta direção, a busca e o aprofundamento em tais questões precisam ser contínuas, enquanto luta social, de respeito à vida em sua

¹² Para saber mais sobre o permanente “estado de exceção” em que estamos inseridos ver: AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007. MELO, S. B. Estado de exceção permanente? uma leitura de Giorgio Agamben. **Profanações**, [S. l.], v. 6, p. 276–305, 2019. Sobre o conceito e uma análise relacional com a Guerra do Contestado: BAZZANELLA, S. L.; SANDRA ELOISA PISA BAZZANELLA. O poder soberano, o Estado de Exceção e a produção de vida nua na guerra do contestado. **REVISTA AGON - Ἄγών - ISSN: 2965-422X**, [S. l.], v. 2, n. 5, 2022.

totalidade. A tese de Vaz (2012) alerta que a promulgação de uma lei não implica necessariamente em sua efetividade. Esta por sua vez, depende em muitos casos, da continuidade das lutas, “pois toda política implementada por pressões dos segmentos não hegemônicos sofrerá fortes resistências em relação à sua implementação efetiva” (Vaz, 2012, p. 114). Nesta direção, a lei garante mais a continuidade da violência do que sua coibição, ou seja, promove artificialmente uma “inclusão” para justificar a efetiva “exclusão” diante de um problema estrutural.

Olhando para tais “estruturas” jurídicas e sociais, percebe-se na atualidade que a violência contra as mulheres não se apresenta mais na legalidade de forma direta, na letra da lei, mas segue sendo justificada e muitas vezes até tolerada. Suas raízes são profundas e neste sentido não se trata simplesmente de mudar a legislação. O Brasil é um país forjado na violência; seria possível elencar uma lista de exemplos sobre essa questão. Todavia, destacam-se aqui, a título de exemplos, a violência perpetrada contra a população indígena, escravizada, perseguida e morta em seu próprio território, tendo hoje consequências extremas, com o abandono de parte dos remanescentes destes povos por parcela de agentes políticos vinculados à extrema direita, principalmente no período de 2019 à 2022. Cabe também lembrar da violência contra a população negra, por mais de trezentos anos escravizada e ainda hoje em luta para garantir direitos básicos. Conforme aponta o Boletim Especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) publicado em março de 2023 “[...] a renda das famílias negras foi sempre menor que a das não negras, independente do arranjo familiar” (DIEESE, 2023, p. 6). Nesta direção, um outro exemplo do que apontava o título da matéria sobre direitos humanos da Câmara dos Deputados em novembro de 2021 que fala por si: “Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as que mais sofrem com desigualdade social” (Brasil, 2021). Há ainda a violência contra a população LGBTQIA+, que precisa cotidianamente dizer o óbvio afirmando o direito sobre as diversas manifestações de sua sexualidade. Ou seja, existe violência contra toda e qualquer forma de vida e relações sociais que fujam aos padrões da “normalidade”, ou seja, a violência contra a diversidade.

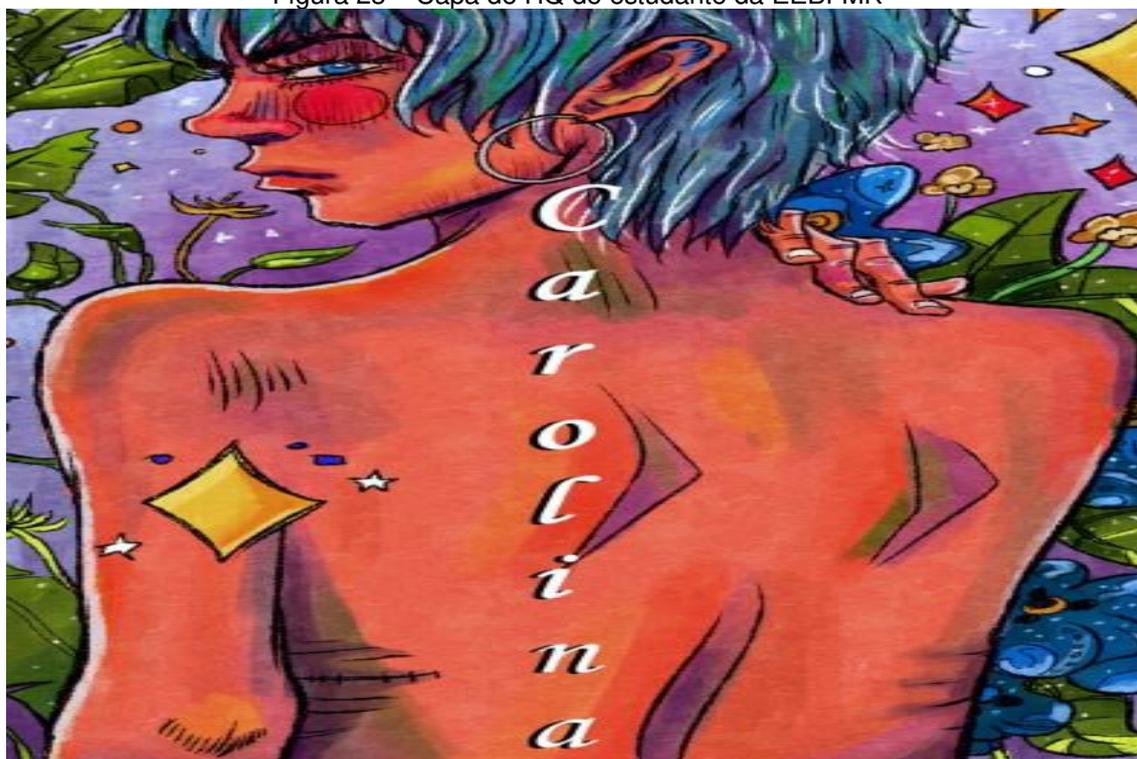
A educação é um direito humano primordial, pois, é a partir desta que se reconhecem outros direitos. “As estatísticas não deixam dúvidas, a violência contra as mulheres é uma das manifestações mais violadas da Declaração universal de direitos humanos [...]” (Vaz, 2012, p.108). Toda fala ou ação que expresse o desejo de cidadania e da luta pelos direitos não se fará efetiva se não trouxer em seu bojo o protagonismo educacional. Ou seja: “Tratar de educação vai muito além de discutir o papel da escola, todavia, esta é crucial na construção de uma sociedade mais digna, justa, equitativa” (Santos, 2021, p. 16).

No Brasil, são vários documentos que - em maior ou menor escala - apresentam a importância da educação escolar para a diversidade. Dentre estes destacam-se: a Constituição Federal (CF) de 1988; a LDB, 9.394/1996; o Plano Nacional de Educação (PNE); as Diretrizes Nacionais da Educação Básica e a BNCC (Santos, 2021, p. 16-17).

A dimensão educativa do respeito aos direitos humanos e da diversidade está reforçada na legislação catarinense com base na Proposta Curricular de Santa Catarina. O documento sugere “uma formação que reconheça e ensine a reconhecer o direito à diferença, a diversidade cultural e identitária” (Santa Catarina, 2014, p. 27). A Proposta afirma que o “Direito à diferença se manifesta por meio da afirmação dos direitos de crianças, mulheres, jovens, idosos, homossexuais, negros, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros” (Santa Catarina, 2014, p. 55). Embora procure fugir do binário, o documento mantém tal estrutura. E continua: “Falar em gênero é perceber como, para homens e mulheres, para meninos e meninas, a cultura, a sociedade e o atual tempo histórico constroem diferentes formas de ‘ser masculino’ ou ‘ser feminino’ (masculinidades e feminilidades)” (Santa Catarina, 2014, p. 58). A proposta orienta ainda, que se evite “toda forma de preconceito, de violência, de relações de poder, que viole os direitos humanos” (Santa Catarina, 2014, p. 62-63). Embora seja possível encontrar uma série de fatores que podem ser ampliados para o trabalho com a desconstrução de mazelas que subordinaram grupos sociais historicamente, como indígenas, ciganos, caboclos etc, esta pesquisa traçou um recorte quanto ao tema da violência praticada contra mulheres com base nas representações incorporadas pelos estudantes do ensino médio da EEBFMK.

Em conformidade com a LMP, em 2021 foi aprovada a Lei 14.164 que altera a LDB e inclui “conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” (Brasil, 2021). Nesta direção, a Lei propõe reflexões sobre o tema, integração da comunidade, a promoção de capacitação de educadores etc. A proposição sugere para uma das semanas do mês de março a realização das atividades visando prevenção. Na EEBFMK, em 2022, foram propostas atividades para a semana na disciplina de Sociologia. Ganhou destaque o trabalho de um estudante do 3º ano que narra em quadrinhos (HQ) um drama baseado na história real de uma mulher trans. A Figura 23 ilustra a capa da HQ, que pode ser acessada na íntegra no Anexo E.

Figura 23 – Capa de HQ de estudante da EEBFMK



Fonte: Grosskopf (2022).

Embora a PCSC em consonância com múltiplos documentos tragam descrições carregadas de bons argumentos em prol do respeito à diversidade, sua efetividade está distante de ser alcançada. A figura retratada pelo estudante traz luz sobre a população trans que é cotidianamente violentada no país. O relatório divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do

Brasil (ANTRA) registrou o assassinato de 131 pessoas transexuais e travestis em 2022. Estes dados mantêm o país no ranking, dentre 80 países e pelo 14º ano consecutivo, como o mais violento para esta população (O Globo, 2023). Assim se revela um abismo entre a criação de leis visando o respeito à diversidade e promoção da sua efetividade.

Vale considerar que a análise prévia da legislação apresentada traz a escola como ferramenta indispensável na luta contra todas as formas de violências praticadas contra as mulheres, cumprindo assim a proposta de integrar a educação às demais medidas preventivas: “Dito de outra maneira, para além do compromisso legal, cabe à educação o compromisso ético de construir um mundo mais igualitário e com menos violência” (Santos, 2021, p. 20). Na tese de Vaz (2012) o campo educacional se apresenta como fundamental para que as crianças possam acessar conteúdos relacionados aos direitos humanos, “especialmente no que diz respeito às relações de gênero, para que se possa, ainda cedo, colocar essa problemática no universo dos jovens brasileiros” (Vaz, 2012, p. 111). Não obstante, o autor chama a atenção para que se olhe (também) em direção às violências sofridas pelos adolescentes no Brasil.

Neste contexto, considerando as prerrogativas do convívio social, é preciso atentar para as aplicações e efetividades, tanto das leis quanto do compromisso com a vida qualificada, digna e livre de todas as formas de violências. Assim, o olhar para a temática da violência contra mulheres, com base nas representações incorporadas dos estudantes do Ensino Médio da EEBFMK, assume condição civilizatória e de construção de cidadania. Trata-se da percepção sobre as diversas formas de violências praticadas contra as mulheres com base no olhar dos jovens desta instituição.

Importante frisar que não basta a existência da lei. Pensar e visar sua efetividade implica em um compromisso ético, que por sua vez leva à questionamentos e reflexões acerca da própria lei e de suas urgências, considerando as exigências e compromissos com a vida em sua totalidade. Todavia, a efetividade pode estar pautada na necessidade de investimentos “na formação de mulheres e homens, ou seja, na educação de meninas e meninos, construindo com eles relações de gênero, de caráter democrático, de respeito ao próximo” (Vaz, 2012, p. 112).

4.2 AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: CAUSAS, CASOS, CONSEQUÊNCIAS E ENFRENTAMENTO

A construção desta seção visa discutir os objetivos da pesquisa. Primeiramente, a subseção 4.2.1 trata de verificar a percepção dos jovens sobre a violência e suas causas. Na subseção 4.2.2 os (as) participantes trazem casos de violências dos quais tem conhecimento e sua compreensão sobre as consequências da mesma. Por fim, na subseção 4.2.3, os (as) jovens descrevem suas proposições em relação às ações para enfrentamento das violências praticadas contra as mulheres.

4.2.1 As percepções dos (as) jovens sobre a violência e suas causas

A etapa inicial do roteiro de direção dos grupos orientava para conhecer sobre a compreensão dos mesmos acerca do que é violência. Ao mesmo tempo, provocava para que os (as) participantes falassem sobre possíveis causas deste fenômeno social. Por se tratar de um diálogo aberto e de interação entre os mesmos, emergem também outros aspectos, muitos destes relacionados e expostos durante as próximas etapas. Conforme destaca Bardin (2011), a análise de conteúdo, vista em sua pluralidade não é necessariamente uma técnica fechada, mas configura um conjunto de técnicas complementares. É utilizada neste trabalho com base em critérios semânticos, estando a unidade de registro vinculada ao fator “tema”, constituindo com base neste, as categorias iniciais dispostas na sequência.

Embora a primeira questão não estivesse direcionada às mulheres em si, se tratando de conhecer o que os (as) participantes compreendiam sobre violência não sendo aludido “contra as mulheres”, as respostas se relacionaram ao tema. Ganham destaque os tipos de violências descritos pelos (as) jovens em conformidade com a LMP (Brasil, 2006) e a reprodução cultural da violência. Para a questão, foram gerados 89 códigos com base nas respostas dos (as)

participantes, sendo agrupados em 12 categorias iniciais conforme destaca o Quadro 3.

Quadro 3 - O que é violência para os (as) jovens

Categorias (Iniciais)	Frequência de ocorrência		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Violência física	21	23,5%	[...] às vezes começa com um empurrãozinho, aí vai chegando batendo (T4).
Violência psicológica	13	14,6%	Pra mim violência é tanto verbal quanto psicológica, [...] pressão psicológica, essas coisas (T18).
Violência sexual	2	2,2%	A partir do momento que a pessoa se sente desconfortável (com o elogio), já é um caso de assédio [...] (T1).
Violência moral	3	3,3%	[...] a pessoa começa a xingar a outra e acha que tem o dever de ficar xingando. Que pode mandar na outra, ficar mandando e xingando várias vezes (T2).
Violência patrimonial	1	1,1%	[...] o contato, a patrimonial, a violência, todas né? Que a gente viu ali (T10).
Reprodução da violência (Naturalização)	21	23,5%	[...] já ouvi umas histórias do passado da minha família, o meu avô batia na minha avó, daí, tem o meu pai que fazia igual (T14).
Diferenças biológicas	5	5,6%	Elas têm outros tipos de órgãos, né? (T13)
Defesa da Campanha Agosto Lilás	3	3,3%	[...] a gente vem aprendendo com os eventos [...] as palestras (T10).
Convivência com violência	3	3,3%	A gente pode até tentar fazer um mundo sem violência, mas, acho difícil (T6).
Etarismo	3	3,3%	80 anos, velha! Me pergunto: Cara, e o que tá cheirando no "Só Bailão"? Você para e pensa: não era pra tá casada uma pessoa dessa? Isso se não é viúva, é claro (T10).
A religião como forma de combater a violência	3	3,3%	Pra quem não sabe também, sou cristão, não só eu aqui [...] E a gente aprende na escola dominical que o homem e a mulher são totalmente diferentes (T10).
A violência como algo em comum	3	3,3%	Acredito que todo mundo já sofreu violência, tanto fisicamente, como psicologicamente (T6).
O álcool como justificativa	1	1,1%	[...] o cara vai lá, toma a cerveja dele, chega em casa, com álcool ainda na cabeça, agride a mulher

			(T13).
Incompetência da justiça	2	2,2%	[...] em cidade pequena é onde mais acontecem essas coisas, porque, digamos, a justiça não é competente (T18).
Culpa das jovens	1	1,1%	[...] a jovem tá lá, a escola geralmente é um celeiro aonde se criam os relacionamentos na maioria das vezes e ela escolhe. Quem ela escolhe? Muitas vezes um vagabundo (T10).
Machismo	2	2,2%	[...] eles nomeiam como uma fala machista né? Mas o estudo (bíblico) revela que muitas vezes vem de uma descendência, mas, muitas vezes é um machismo (T11).
Consequências	2	2,2%	[...] geralmente, a gente vê dessa forma, no caso o homem né, o guri vai crescendo vendo aquilo e talvez se torne algo que na mente dele é normal (T8).

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Neste bloco, as maiores frequências para conceituar violência indicaram empate entre as referências à forma de violência física, 23,5% e à reprodução da violência (naturalização), também com 23,5% das citações. No primeiro caso foram comuns o agrupamento de indicadores como “empurrar”, “dar tapas”, “agredir”, “machucar”, dentre outros. Alguns (as) participantes abordaram a própria forma citando diretamente como “violência física”. No caso da reprodução, os indicadores apontavam para relatos que citavam “normalidade”, “naturalidade”, ou ainda, a interpretação do mesmo, como o exemplo de T14 demonstrado na tabela. Todavia, convém observar que a interpretação destes últimos jovens remete às agressões físicas, trazendo o próprio exemplo como forma de responder à questão. Não obstante, é possível perceber uma contradição inerente aos relatos de reprodução da violência, sendo possível afirmar que os (as) estudantes corroboram com os estudos de Vaz (2012) e de Singulano (2018), apontando para a tendência de que jovens que crescem em lares violentos reproduzem a violência, tanto como agressor, ou como vítima, em um processo de naturalização. O exemplo de T14 na tabela corrobora com essa afirmação, porém, o contraponto é que os (as) jovens, de maneira geral, repudiam a violência, manifestam sua intolerância a esta. Ou seja, há uma dificuldade para os (as) participantes dos grupos se perceberem como agentes,

sendo jovens que cresceram em lares violentos e não meros espectadores dentro do contexto.

Para 14,6% dos (as) jovens, o que caracteriza a violência é sua dimensão psicológica. O estudo de Santos (2021) demonstrou que a violência psicológica está presente na maioria das formas de violências sofridas pelas mulheres. Considerando as dimensões doméstica e familiar que são apontadas como características principais para definir a violência praticada contra as mulheres, dificilmente se encontram violências físicas que não tenham antes passado por ameaças e abusos de ordem psicológica. Nesta direção, Saffioti (2015) colabora com o debate afirmando que o medo é crucial nas relações patriarcais, neste caso, característico das ameaças, ou seja, uma ferramenta basilar do patriarcado.

A opção por não desconsiderar nas tabelas as referências com menos citações (menores que 10%) se motivaram pela forma de organização dos blocos, considerando que estas pudessem ganhar força em outros momentos, atentando para o caráter de interação livre que possibilitava aos participantes regressar ou até mesmo avançar para temas de outros blocos, o que de fato aconteceu.

Em relação às causas da violência, os jovens reforçaram algumas categorias. Merecem destaque: a importância atribuída à educação, de forma mais específica à instituição escolar; a percepção dos jovens sobre o machismo e relações patriarcais; e as violências sofridas por participantes e familiares. Todavia, surgem novos elementos, que estão elencados em 109 códigos e 10 categorias, conforme apresenta o Quadro 4:

Quadro 4 - Causas da violência conforme os (as) estudantes

Categorias (Iniciais)	Frequência de ocorrência		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Machismo/Patriarcado	19	17,4%	<i>Porque eu acho que antigamente, como eles falavam que os homens tinham comando das mulheres, agora eles acham que por elas serem mais frágeis, eles podem tá batendo, podem tá xingando (T2).</i>
Violência contra participante ou familiar	15	13,7%	<i>[...] meu pai bateu tanto em mim quanto na minha irmã que tinha um, não tinha nem dois anos na época. [...] eu ficava trancada</i>

			<i>dentro de casa (T5).</i>
Importância da educação (escola)	20	18,3%	<i>[...] um dos principais problemas nossos, principalmente no Brasil, hoje em dia, que é a falha na qualidade da educação e conscientização (T13).</i>
Reprodução da violência (normalidade)	12	11%	<i>[...] o meu pai viu porque ele teve o próprio pai dele chegando violento, bêbado, cheirando a cigarro e usando drogas em casa e ele sempre falou que isso era errado [...], mas, pra daí ele repetir a mesma coisa com todas as mulheres que ele teve (T5).</i>
Álcool/drogas como justificativa	14	12,8%	<i>Mas, temos outros fatos, como foi citado anteriormente, como o álcool e as drogas, que são muito mais comuns dentro da nossa sociedade (T13).</i>
Violência psicológica	6	5,5%	<i>Eu morei com meu pai dois anos sofrendo violência psicológica [...] (T5).</i>
Questões econômicas/sociais	7	6,4%	<i>Ela, a justificativa dela, é que não voltava, não saía disso porque não queria voltar a morar com os pais (T1).</i>
Empoderamento feminino/feminismo	5	4,5%	<i>Roupa não é convite, o corpo é dela, ela faz o que ela quer (T9).</i>
Fragilidade da lei e seus agentes	3	2,7%	<i>Em Canoinhas, a gente foi na delegacia pra registrar o boletim, aí eles encaminharam a gente pra delegacia da mulher e da criança e nenhum registrou nada (T5).</i>
Questões morais e religiosas	8	7,3%	<i>Eu estudo Teologia, no caso, a gente estuda, a gente aprende ali que somos descendentes do pecado. Então, se você já tem aquilo nele se desencadeia [...] (T10).</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Na pesquisa de Singulano (2018), as percepções dos (as) jovens sobre as causas da violência apontaram para três principais fatores: 1] os valores machistas que predominam na sociedade; 2] o uso de álcool e outras drogas pelo agressor; 3] discordância do casal, ou de familiares sobre alguma questão. Embora tais temas estejam presentes e motivado discussões nos grupos focais deste estudo, é interessante notar que o fator educação não aparece nos estudos com os jovens mineiros e, ao mesmo tempo, aparece com preocupação por parte dos (as) estudantes nesta pesquisa.

Vale considerar que a promoção de educação de qualidade é diferente de simplesmente elevar o nível educacional da população, sem compromissos

com o contexto sócio-histórico do país. Neste sentido, a tese de Vaz (2012) demonstrou que os pais e mães de adolescentes que têm nível superior não estavam isentos da violência. Por sua vez, no levantamento realizado pela EEBFMK no PPP (2021) não constavam pais/mães com ensino superior. Todavia, concorda-se com Saffioti (2015) no sentido de considerar que embora a violência contra as mulheres atinja todas as classes, sem limites para níveis de escolaridade ou setor de trabalho, obviamente as classes marginalizadas não têm o mesmo acesso a bens e serviços médicos, hospitalares, psicológicos etc.

Neste bloco, o índice com maior frequência, 18,3% apontou para a educação formal, a instituição escolar. Em alguns momentos, a preocupação dos jovens esteve centrada na ausência de uma educação informal por parte das famílias. Todavia, a falta de qualidade, apontada como ausência de investimentos, de campanhas, de debates, de conteúdos relacionados ao tema, compõe o arcabouço destacado como “precariedade histórica da educação” (T10, 2023). Por sua vez, T5 concorda com a importância da escola, alertando os colegas que houve mudanças que são positivas. Como exemplo, a jovem cita o fato de poder participar de campanhas como a Agosto Lilás e do grupo, como o que ela participa no momento da pesquisa debatendo o tema na escola, já que “[...] anos atrás a educação era mais precária [...]” (T5, 2023). A importância da educação é unanimidade entre os teóricos desta pesquisa. Como exemplo, Singulano (2018) destaca que ações educacionais promotoras de acesso à informação são promissoras. Todavia, é importante alertar que a instituição escola, mesmo não sendo totalmente responsável pela educação formal, acaba por assumir seu protagonismo. Assim, concorda-se com Saffioti (1987, 2015), ou seja, que é impossível pensar em formas de combater a violência contra as mulheres que não levem em conta o sistema capitalista, o racismo e as diversas formas de violências, de preconceitos e discriminações. A escola pública, na qual se inserem os (as) participantes da pesquisa representa um braço do Estado e se historicamente, a instituição escolar se apresenta precária, demonstra o reflexo do que a sociedade brasileira almejou. Vale destacar ainda o pensamento de Arendt (2021) sobre a relação poder e violência. Se o poder implica na capacidade de agir em concerto e quanto menos poder mais violência, o que de fato ocorre com a educação no Brasil é a incapacidade de ação coletiva em termos sociais. Dito de outra forma, não é consensual para a sociedade brasileira

que a promoção de políticas públicas educacionais de qualidade é algo fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida da população. Ou seja, se a baixa qualidade da educação contribui para os índices negativos de violências, não se trata de exclusividade.

A categoria machismo ou patriarcado também é reforçada neste bloco com 17,4% das referências. Várias citações elencaram o machismo e o patriarcado como algo do passado, sentido contraposto por Rezende (2017) em sua percepção de que o patriarcado segue regendo o funcionamento da sociedade. Em outros momentos, demonstram com base nos próprios relatos a permanência do regime como o exemplo de T2 na tabela. T9 (2023) percebe mudanças quando diz “[...] eu acho que as pessoas de antigamente são mais machistas [...]”. Grosso modo, passa-se a impressão que o machismo e o patriarcado foram vencidos, ficaram no passado, superados pelas lutas dos movimentos feministas. Todavia, o grau de dificuldades para superar uma cultura de milênios não se dá de forma tão simplificada. Importante destacar, a exemplo do que acontece na pesquisa de Singulano (2018), que a maioria dos (as) jovens afirma repudiar o machismo, o patriarcado, mas, seus relatos acabam entregando outras percepções. Este fator repete-se nesta pesquisa, tomando-se como exemplo quando T10 questiona as motivações para uma senhora idosa estar em um baile à noite, algo absurdo aos olhos do mesmo. Neste caso também se apresenta o etarismo. Não está em questão somente o fato de não ser o “homem” que está no baile, mas de ser uma “idosa”.

A violência contra participante ou familiar apareceu em 13,7% dos relatos neste bloco. Por não se tratar necessariamente de uma “causa” da violência, a categoria será discutida no próximo tópico que aborda “casos” de violência de conhecimento dos (as) participantes dos grupos focais.

O uso de álcool e drogas, a exemplo da pesquisa de Singulano (2018), também marcou presença neste bloco, com 12,8% das referências. Convém observar que a compreensão dos (as) jovens sobre as causas da violência está vinculada a um problema de ordem privada. Portanto, contradiz o argumento de pensar a violência contra as mulheres como um problema social, de responsabilidade do Estado, das famílias e dos próprios participantes. Não obstante, conforme demonstrou Singulano (2018), é inegável que o uso de álcool

e outras drogas pode potencializar não somente a agressão, como as possibilidades de ocorrências.

A categoria da reprodução da violência, discutida anteriormente, é reforçada por 11% de frequência. Neste sentido, entendendo-se a causa como parte de um processo, de um ciclo de violência que se repete entre as gerações. Este fator não aparece na pesquisa de Singulano (2018) sobre as percepções dos jovens em relação às “causas” da violência reforçando o argumento do olhar social demonstrado pelos participantes desta pesquisa.

4.2.2 A violência no imaginário social dos (as) estudantes da EEBFMK

O Quadro 5 reforça a categoria da presença da violência no cotidiano das (os) participantes, destacando a violência sofrida pelos mesmos, assim como por familiares. A análise da etapa evidenciou a violência relatada pelos (as) jovens em 68 códigos, agrupados em 10 categorias.

Quadro 5 – Sobre casos de violência contra mulheres

Categorias (Iniciais)	Frequência de ocorrência		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Participante/familiar vítima de violência	23	33,8%	<i>[...] começou a me seguir no estabelecimento inteiro, a falar que era pra voltar pra casa trocar de roupa porque tava muito chamativa. Daí ele pegou o meu celular e fez desbloquear ele em tudo e ainda me forçou a ficar com ele nesse dia [...]</i> (T18).
Violência com amigas, vizinhas	11	16,1%	<i>[...] tinha duas crianças na casa, gritavam por socorro, aí aconteceu a primeira vez, fomos os vizinhos todos lá e tava ele em cima dela, tava sufocando ela, enforcando a mulher</i> (T10).
Violência psicológica	10	14,7%	<i>A ex do meu pai, ele xingava tanto ela que teve uma vez que ela não suportou</i> (T9).
Álcool como justificativa	6	8,8%	<i>Eu tenho um caso na família que é parente assim meio de longe, sabe? Que o marido vai pro bar, bebe, volta e bate, deixa marca nela e tudo</i> (T17).
Filhos como justificativa	2	2,9%	<i>Ela falava que não ia terminar por</i>

			<i>causa do “filho”¹³, porque o “filho” não ia saber crescer sem um pai junto (T7).</i>
Intolerância a violência	6	8,8%	<i>A gente já sabe o que fazer. Se aceitar na primeira vez que bate e você continua com a pessoa, você sabe que vai continuar te batendo. Mesmo sabendo a pessoa fica, que nem diz, bateu uma vez, separa, não tem essa (T8).</i>
Normalidade da violência	2	2,9%	<i>Isso acontece, já normalizou (T8).</i>
Culpa da mulher	4	5,8%	<i>[...] a família em vez de ajudar preferem julgar dizendo que é culpa dela porque ela quer responder ele em vez de abaixar a cabeça (T17).</i>
Ciclo da violência	2	2,9%	<i>[...] eles agredem as esposas ou companheiras e, de repente, me desculpa que eu não vou fazer mais, não vai mais se repetir isso [...] (T12).</i>
Violência física	2	2,9%	<i>Aí pra esposa, ele batia, agredia bastante ela e ela nunca tomou atitude a respeito (T11).</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A categoria *Participante ou familiar vítima de violência* é a mais frequente neste bloco, aparecendo em 33,8% dos relatos. A ligação entre vítima e agressor é de proximidade, dado corroborado também nos estudos de Vaz (2012), Rezende (2017) e com os estudos de Minayo, Assis e Njaine (2011). Porém, os relacionamentos de namoro ou “ficantes” dos (as) jovens (que relataram estar neste grupo) não condizem com a pesquisa das últimas autoras citadas. Naquele caso, o estudo apontou para praticamente nove em cada dez jovens que relataram figurar como agressores ou agredidos. Neste caso, não houve manifestações de agressores (as), somente de agressões sofridas por participantes do gênero feminino. Nesta direção, dos (as) 18 participantes dos grupos, cinco relataram agressões diretas e de familiares, compondo o número de 17 participantes que presenciaram violências sofridas pela mãe, avó, irmã, tia e madrasta.

As violências sofridas por amigas e vizinhas aparecem logo em seguida, representando 16,1% das frequências. Há uma interferência direta relatada por

¹³ Participante citou o nome da criança que será preservado de acordo com os pressupostos éticos atendidos pela pesquisa.

T10 (2023) (ver Quadro 5), demonstrando o incômodo da vizinhança com as agressões sofridas pela vizinha. Se, de um lado, possa representar um excesso a ida até a casa dos vizinhos, por outro, tal ação pode ter salvado a vida daquela mulher, considerando que a polícia chegou posteriormente. Ainda assim, é importante dizer que, nestes casos, a orientação das forças de segurança pública é para que seja chamada a Polícia Militar. O que não é aconselhável é ser conivente com a violência. Mas foi exatamente o que relatou T5 quando pegou o telefone para chamar a polícia diante de gritos, batidas e pedidos de socorro por parte da vizinha, o pai toma o celular de sua mão e diz: “Você não se mete, a briga não é tua!” (T5, 2023) Em relação aos relatos de violências sofridas por amigas, a pesquisa de Vaz (2012) demonstrou que 72% dos (as) jovens participantes tinham conhecimento sobre esta condição. Por se tratar de ferramentas metodológicas distintas, a comparação aqui remete aos contextos de cada pesquisa e não necessariamente a um quadro comparativo. O número de relatos de amigas que sofrem violências (38,8%) é preocupante, principalmente porque os relatos demonstram a gravidade das agressões. Ao mesmo tempo, revelam a existência de um ciclo de violências, conforme o relato de T9 após o namorado ter batido na amiga: “Ela terminou com ele, ele foi na casa dela, conversou com a mãe, se fez de vítima, no caso. Depois veio pra escola com um buquê de rosas e chocolate e ela voltou com ele” (T9, 2023).

A categoria violência psicológica é reforçada neste bloco com 14,7% de frequência dos códigos. Mesmo havendo contradições entre as teorias nesta pesquisa acerca de diversos pontos, como a tendência de reprodução da violência, estabeleceu-se consenso acerca dos impactos das violências psicológicas na vida tanto de quem presencia, sofre ou convive com a violência. O relato emocionado de T5 exemplifica tal aspecto: “[...] certas coisas foram piorando com o tempo, eu tinha crise de ansiedade e quando chegou num nível que não estava mais aguentando, procurei a psicóloga aqui no posto e vim com um diagnóstico de depressão por problemas familiares” (T5, 2023). Os prejuízos psicológicos ocasionados pela violência praticada contra as mulheres são ponto central nos relatos sobre consequências, o que será demonstrado a seguir.

O destaque no Quadro 6 são as consequências da violência praticada contra as mulheres e seus prejuízos psicológicos como a depressão, o medo, a

ansiedade, os traumas etc. Os 88 códigos foram agrupados em 11 categorias iniciais.

Quadro 5 – Consequências da violência praticada contra as mulheres

Categorias (Iniciais)	Frequência de ocorrência		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Traumas	14	15,9%	<i>[...] uma coisa que acontece muito é a pessoa não conseguir mais se relacionar por causa dos traumas psicológico e físico que o agressor cometeu, tipo, a minha mãe (T3).</i>
Depressão, medo, ansiedade	33	37,5%	<i>A maioria das pessoas, desenvolve uma depressão. Por causa disso, por mais que a pessoa saia de um caso, vai ficar na cabeça dela aquilo. Não é só fazer terapia, por mais que faça terapia, sempre vai lembrar do que aconteceu com ela (T5).</i>
Reprodução/Naturalidade da violência	12	13,6%	<i>É como a gente tava comentando ali, que tem algumas pessoas que, como crescem num ambiente assim, acham normal, acham que é uma coisa natural acontecer [...] (T16).</i>
Violência contra participante/familiar	7	7,9%	<i>[...] teve uma vez que eu tive que tirar todas as facas e objetos cortantes de lá e mesmo assim houve uma briga que ele pegou e tacou minha mãe na porta, ele jogou ela com tanta força que chegou a quebrar aquela porta [...] (T3).</i>
Importância da educação/ defesa do grupo focal	4	4,5%	<i>[...] nessa questão de se abrir, de falar sobre esse ocorrido, ajuda, é saudável [...] (T10).</i>
Álcool/drogas/ perda em jogos como justificativa	3	3,4%	<i>Meu avô, ele chegou bêbado em casa, porque perdeu no jogo, ele ficava apostando sempre, ele bateu nela [...] (T3).</i>
Feminismo	6	6,8%	<i>Feminismo é o empoderamento das mulheres, é não depender dos homens, depender de si mesma, tem que trabalhar, estudar (T9).</i>
Religião	3	3,4%	<i>Como cristão a gente é sempre convocado a fazer uma visita a uma família que tá passando por alguma dificuldade, no caso, como essa (T11).</i>
Dificuldade escolar	4	4,5%	<i>[...] teve noites e noites que a gente passava escutando meu pai brigando com meu irmão e</i>

			<i>o meu irmão chorando em cima da mesa porque não conseguia entender, ele tinha dificuldade e era um problema real que meu pai não tava enxergando (T5).</i>
Dependência econômica	1	1,1%	<i>Vou viver do quê? Eu não trabalho, ela não estudou no caso, ela não é politizada, ela não tem como arrumar um emprego com carteira registrada e ela falou que não ia porque tem dó dele porque ele traz comida pra dentro de casa (T6).</i>
Medida protetiva	1	1,1%	<i>Ela tinha medida protetiva, daí ele começou a morar lá em casa e ela não podia ir lá e ele não podia chegar na casa dela (T1).</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os relatos sobre depressão, medo e ansiedade, 37,5%, e quanto aos traumas, 15,9%, demonstram que a frequência da violência psicológica representou mais da metade (53,4%) de todos os índices que remetem às consequências da violência praticada contra as mulheres nas percepções dos (as) participantes. As teorias abordadas neste estudo estão acordadas com esse olhar dos (as) jovens. Na pesquisa de Singulano (2018), 66,1% dos (as) participantes relataram prejuízos para a saúde física e psicológica das vítimas e daqueles que as rodeiam, principalmente das crianças. O exemplo de T3 corrobora com os resultados da autora: [...] “uma coisa que acontece muito é a pessoa não conseguir mais se relacionar por causa dos traumas psicológico e físico que o agressor cometeu, tipo, a minha mãe” (T3, 2023). Para o participante são nítidas as feridas da violência na vida da mãe, implicando em dificuldade de entrar em novos relacionamentos.

O reforço da categoria *Reprodução e naturalidade da violência* (13,6%) vincula-se também aos efeitos psicológicos. O fato desta pesquisa não apontar como dado a reprodução nas experiências dos (as) participantes não significa que essas práticas não existam em outros contextos. Ao mesmo tempo, os relatos demonstram consonância com o que Singulano (2018) apontou sobre os riscos comportamentais e emocionais para crianças que crescem em lares violentos. A ansiedade, a depressão, a baixa autoestima e o baixo rendimento

escolar foram alguns dos exemplos citados pelos jovens ao abordar a reprodução, que também se encontram nos estudos citados.

4.2.3 O posicionamento dos (as) estudantes para o enfrentamento da violência praticada contra as mulheres

O Quadro 7 destaca ações propostas pelos estudantes para o enfrentamento da violência. As críticas concentram-se nas ações do Estado e de seus agentes. Os 126 códigos estão agrupados em 11 categorias iniciais.

Quadro 6 – Ações para o enfrentamento da violência

Categorias (Iniciais)	Frequência de ocorrência		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Campanha Agosto Lilás/ Palestras	13	10,3%	<i>Eu acho que as Campanhas que o professor faz, acho que isso é muito importante [...] Se nessas campanhas, a gente ajuda tipo, de 100% a gente ajuda 1%, já tá ótimo entendeu? (T1)</i>
Crítica à sazonalidade das campanhas	6	4,7%	<i>As campanhas são extremamente importantes, só que a maioria dessas campanhas, na maioria dos lugares, só acontece no mês de Agosto, é igual campanha pra prevenção do suicídio [...] (T5).</i>
Projetos/Conscientização	4	3,1%	<i>[...] mais projetos voltados a isso pra que a gente que vai ser a próxima geração e algumas gerações até mais velhas tomem pelo menos uma porcentagem pequena de consciência do que tá acontecendo (T12)</i>
Educação	5	3,9%	<i>Porque quando aconteceu, eu fui registrar o boletim de ocorrência, eles olharam pra mim e não registraram porque era uma educação mais rígida, meu pai tava me educando de uma forma mais rígida (T5).</i>
Lei/Polícia/Judiciário/Medida protetiva	45	35,7%	<i>Ah e claro, garantir leis que criminalizem e punam, de verdade mesmo (T8).</i>
Apoio às vítimas	24	19%	<i>Trazendo essa linha dela, apoio às vítimas, oferecer um</i>

			<i>abrigo, aconselhamentos (T10).</i>
Necessidade de falar com os homens/Tratamento para o agressor	8	6,3%	<i>Eu acho que ia ser melhor se eles chegassem na escola mesmo e tivesse um horário assim que pegassem todos os meninos e os mais velhos, e desse meio que uma palestra assim [...] (T3).</i>
Violência contra o (a) participante/familiar	11	8,7%	<i>Eles começaram a cochichar e isso virou uma discussão alta e partiu pra grito [...] e a discussão deles virou em violência (T5).</i>
TV	3	2,3%	<i>[...] eu ficava com a TV pra mim em certos momentos, se uma criança assistisse ou se um jovem assistisse, mesmo que seja às vezes pedaços, mas qualquer coisa que pudesse ser mais presente, pra mais gente poder ter acesso. (T7)</i>
Autodefesa para as mulheres	4	3,1%	<i>Eu também acho que as mulheres deveriam sair protegidas de casa, sabe? Mesmo sendo um spray de pimenta, um canivete, alguma coisa assim porque pelo menos ajuda (T18)</i>
Reprodução/naturalidade da violência	3	2,3%	<i>[...] como foi falado, acontece na adolescência, uma brincadeira e vai crescendo, muitas vezes eles começam a ameaçar as mulheres [...] (T13).</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em relação às ações de enfrentamento das violências praticadas contra as mulheres a crítica dos (as) participantes centralizam-se em ações vinculadas ao Estado, como a lei, a polícia, as medidas protetivas e o judiciário, representando 35,7% das frequências dos códigos. Em relação ao olhar sobre a lei exigindo maiores punições, este foi majoritariamente um tema debatido pelos participantes do gênero masculino, no qual as jovens simplesmente concordaram, se abstendo de aprofundamento. Segundo Rezende (2017), existe um mito que considera que a violência acaba quando ocorre punição. Pode-se afirmar que, por um lado, a LMP (2006) é reconhecida como um marco importante para as lutas dos movimentos feministas e, neste sentido não se trataria de pensar em formas de punição como resolução do problema. Por outro

lado, os (as) jovens percebem que a promulgação da lei não resultou em sua efetividade de fato, conforme discute Vaz (2012).

As queixas em relação à polícia remetem ao atraso nas chamadas, embora o estado de Santa Catarina venha efetuando importantes mudanças no sistema de chamado como o aplicativo PMSC Cidadão no qual as mulheres detentoras de medida protetiva têm disponível o botão do pânico (emergencial) para casos de proximidade do agressor. Convém ressaltar que seu uso implica em possuir internet para transmitir a localização, fator que nem sempre possibilita sua utilização.

Quanto às críticas relacionadas às medidas protetivas, em grande escala remetem à experiência negativa de familiar de um dos participantes do grupo noturno que foi brutalmente assassinada pelo ex-namorado. Todavia, se observados os altos índices de medidas protetivas divulgadas pelo OVMSC mensalmente, compreende-se que embora não tenham efetividade em todos os casos, se trata de ferramenta importante que corrobora para proteger muitas mulheres.

Sobre o judiciário, as críticas estão circunscritas ao despreparo, falta de orientação jurídica para as vítimas e, ao mesmo tempo, os (as) participantes entendem que os agressores normalmente saem impunes, conforme a frase de T17: “[...] não adianta prender a pessoa e no outro dia soltar” (T17, 2023). Nesta direção, considerando que as leis brasileiras de defesa das mulheres tenham avançado, para os (as) jovens, com base em suas próprias experiências, elas soam impotentes para de fato resolver o problema da violência contra as mulheres.

Não obstante ao que traz Vaz (2012), afirmando que a promulgação de uma lei não necessariamente implica em sua efetividade, há previsões legais que são apontados pelos estudantes como se de fato não existissem, como a frequência de citações para *Apoio às vítimas* (19%). Vale considerar que neste bloco esses códigos remetem a atendimento médico, psicológico, segurança, orientação jurídica etc. Ou seja, solicitações que já tem previsão na LMP (2006), mas de que os estudantes não percebem efetivação.

Ações como a Campanha Agosto Lilás e Palestras aparecem logo na sequência da codificação com percentual de ocorrência de 10,3%. Foi possível perceber nos relatos dos jovens vários momentos em que se referiram aos

conhecimentos adquiridos na Campanha, como a forma de compreender a violência com base nas explicações sobre os tipos de violências da LMP (2006), que foram amplamente discutidas nos três anos daquela ação. Ou ainda nas ações em que os (as) participantes citam a necessidade de acompanhamento aos agressores e a importância de tratar do tema com os “meninos”, algo visto como crucial por Saffioti (2015) e que contempla 6,3% das frequências neste bloco. Embora tenha sido unânime a defesa da Campanha, alguns participantes consideram pouco, 4,7% no bloco, diante da urgência do tema. Para T5 (2023) a sazonalidade da Campanha dificulta o aprofundamento. Tal argumentação vai ao encontro do que afirma Singulano (2018) ao considerar o potencial limitado de ações realizadas de forma esporádica.

O Quadro 8 destaca o papel atribuído pelos jovens para a instituição escolar quanto ao desenvolvimento de projetos, palestras e demais ações de conscientização e enfrentamento das violências praticadas contra as mulheres. Os 63 códigos foram agrupados em 11 categorias iniciais.

Quadro 7 – O papel da escola no enfrentamento da violência

Categorias (Iniciais)	Frequência de ocorrência		Trechos das respostas
	Absoluta	Percentual	
Projetos/ Palestras/ Conscientização	12	19%	<i>Acho que orientar as alunas né? Algumas, principalmente. Orientar que nem as palestras que eles fizeram falando sobre a violência (T8)</i>
O tema como disciplina obrigatória	5	7,9%	<i>Ah, eu acho que seria bom, a escola, se tivesse uma aula, como se fosse uma matéria, sobre isso [...] (T4).</i>
Machismo e banalidade da violência na escola	7	11,1%	<i>E toda essa questão é banalizada pra caramba. Quantas vezes por dia a gente escuta uma piada falando de violência contra a mulher, uma piada extremamente machista, ou, alguma coisa do tipo? (T5)</i>
Rodas de conversa/Dinâmicas/ Apresentações culturais	15	23,8%	<i>A roda de conversa na juventude, eu me conhecendo como jovem também, toda essa experiência com galera e com falas em apresentações, a gente vê que a roda de conversa ou a dinâmica, que ela envolve mais sabe? (T10)</i>
Atividades extracurriculares	5	7,9%	<i>la ser bom se a tarde, um dia da semana ou dois até,</i>

e Campanha Agosto Lilás			<i>tivesse alguma tarefa extracurricular e pegasse uma quantidade x de alunos e trabalhasse com eles aquele tema sobre o Agosto Lilás [...] (T3).</i>
Rede de apoio formada por estudantes, professores e Grêmios estudantis	9	14,2%	<i>[...] ampliar a rede de apoio, por exemplo, tem uma amiga minha, vem conversar comigo, eu posso ajudar, principalmente, procurar a rede de apoio da escola [...] (T13).</i>
Importância de falar com os meninos	2	3,1%	<i>Fazer uma palestra só com os homens, os piás, pra repensar, falar umas verdades pra eles [...] (T7).</i>
O poder da música	3	4,7%	<i>Temos a ideia da banda do Grêmio, porque a música tem um poder grande. Tem uma psicologia musical, psicologia sonora, toca um violão, a gente sabe que tem uma influência grande e a galera fica entretida, começa a pensar, a galera começa a reagir [...] T10</i>
A sexualidade como tema tabu na escola	2	3,1%	<i>“Viu, fale pro pessoal da turma pra gente descer lá pegar absorvente, mas, não faça muito alvoroço!” Um homem pode ter uma filha mulher, ele tem uma mãe em casa e não pode falar de absorvente na frente dele? Ou é feito às escondidas como se fosse algo uauuuu, um segredo muito grandioso? (T5).</i>
Intolerância a violência	2	3,1%	<i>Não fique num relacionamento se a pessoa não respeita vocês, não ache normal um belisquinho, um empurrãozinho de “brincadeira”! (T6)</i>
Psicóloga na escola	1	1,5%	<i>Acho que deveria ter uma psicóloga na escola, o que é difícil (T8).</i>

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

No quesito papel da escola, as ações mais referenciadas pelos (as) participantes remetem a rodas de conversa, dinâmicas e apresentações culturais, citadas por 23,8% desses. O fator que mais chamou a atenção neste bloco remete ao fato dos (as) estudantes se posicionarem dispostos a protagonizar estes grupos e rodas de conversa, não somente neste tema, como

em outros. A proposta de criação de uma rede de apoio, por exemplo, esteve presente em 14,2% destes relatos e vincula-se às primeiras ações. O principal instrumento de ação mencionado foi o grêmio estudantil. É importante salientar que tal manifestação dialoga com um perfil de transformação social nas ações de grêmios estudantis, conforme discutido por Prates (2023). Os estudos de Sofiati (2022) vão ao encontro desta perspectiva de mudança por parte da juventude, mesmo tendo baixa participação em partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos. O trabalho destacado pelo autor sobre o período de ocupação das escolas exemplifica o papel do jovem diante de um cenário de mudanças e lutas sociais em que a juventude assume protagonismo. Interessante frisar que o campo de batalhas políticas dos (as) jovens neste contexto concentrava-se na defesa de uma educação formal de qualidade, de respeito à instituição escola e seus sujeitos.

Os projetos e palestras de conscientização (19%) dialogam com a intenção de combater o machismo e a banalização da violência na escola (11,1%). Mesmo ocorrendo de forma sazonal, os exemplos das palestras da Campanha Agosto Lilás reverberados nas falas dos (as) participantes nos grupos demonstram, a exemplo do que também apontam Singulano (2018), Rezende (2017), Vaz (2012), seu potencial para projetos e ações mais amplas. Não obstante, é preciso atentar para os limites destas ações. Os exemplos trazidos pelos (as) jovens em relação ao machismo e banalidade da violência na escola demonstram que além das dificuldades para combater, a instituição escolar se torna espaço para preservação da cultura patriarcal. Nesta direção, este estudo, juntamente das contribuições, principalmente, de Saffioti (2015), já demonstrou que o patriarcado é um dos princípios que estruturam a sociedade brasileira, o que, portanto, dificulta seu combate. Ao mesmo tempo, a cultura não é estática e os próprios movimentos dos jovens com proposições de seu grêmio estudantil revelam seu interesse em promover ações de combate. O que por sua vez, precisa de apoio, não somente de professores, mas, de toda a comunidade escolar e de outros agentes, considerando que não se trata de um problema isolado que ocorre nos corredores da escola e sim de um quadro social gravíssimo, que impõe cotidianamente dor e sofrimento para uma grande parcela de seres humanos em todo o mundo.

4.3 DA VIVÊNCIA AOS GATILHOS: UMA SÍNTESE DO POSICIONAMENTO DOS (AS) JOVENS SOBRE A VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA AS MULHERES

Conclusa a etapa, após o levantamento, foram gerados 543 códigos, que compuseram as 65 categorias iniciais apresentadas com base na interpretação das interações oriundas dos três grupos focais. Com base nestas, foram compostas cinco categorias intermediárias. As categorias intermediárias são atravessadas por um princípio norteador (Fossá, 2003), indicativo que emerge da interpretação das categorias iniciais destacadas nos grupos focais. Para Bardin (2011) esta etapa do tratamento dos resultados busca identificar relações e hierarquias entre as categorias elencadas. A síntese deste processo está representada no Quadro 9.

Quadro 8 - Categorias Intermediárias

Categorias intermediárias		
Categorias iniciais	Princípio norteador	Categorias intermediárias
1- Reprodução da violência; 2- Naturalização; 3- Violência contra familiar; 4- Violência contra participante; 5- Violência contra amigas; 6- Violência contra vizinhas; 7- Violência física; 8- Violência psicológica; 9- Violência sexual; 10- Violência moral; 11- Violência patrimonial; 12- Convivência com a violência; 13- A violência com algo em comum; 14- As consequências da violência; 15- Intolerância a violência; 16- Normalidade da violência; 17- Ciclo da violência; 18- Traumas; 19- Depressão, medo e ansiedade;	O contexto de reprodução, naturalização da violência é descrito pela maioria dos (as) participantes em referência à experiências pessoais, conforme demonstram trechos descritos nos quadros anteriores. Bem como, as demais categorias descritas compreendem tais experiências dos jovens em relatos sobre violências sofridas pelos mesmos, por familiares, vizinhos e pessoas conhecidas.	1. Experiências pessoais com a violência
20- Campanha Agosto Lilás; 21- Importância da educação escolar; 22- Defesa do grupo focal	Os relatos dos (as) jovens indicam elogios, críticas e proposições para ações escolares de combate á	2. A escola e seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada

<p>como técnica; 23- Dificuldade escolar; 24- Palestras; 25- Crítica a sazonalidade das Campanhas; 26- Projetos; 27- Conscientização 28- Banalidade da violência na escola; 29- Necessidade de falar com os homens; 30- Profissional da Psicologia para atender na escola; 31- Rodas de conversa; 32- Dinâmicas; 33- Apresentações culturais; 34- Atividades extracurriculares; 35- Rede de apoio formada por estudantes, professores e Grêmios Estudantis; 36- O poder da música; 37- A sexualidade como tema tabu na escola; 38- Autodefesa para as mulheres; 39- Feminismo; 40- Empoderamento feminino.</p>	<p>violência praticada contra as mulheres. A crítica alusiva à sazonalidade das campanhas não retira a importância da mesma, ao contrário, retrata sua importância ao exigir que não seja realizada esporadicamente. As categorias iniciais apontam para a compreensão dos (as) jovens acerca das formas de enfrentamento da violência.</p>	<p>contra as mulheres</p>
<p>41- Diferenças biológicas; 42- Etarismo; 43- Machismo; 44- Patriarcado; 45- Machismo e banalidade da violência na escola;</p>	<p>As (os) participantes relatam como o machismo se faz presente em todas as dimensões de suas vidas. Ao mesmo tempo, o apontamento se contradiz em algumas expressões de cunho machista e patriarcal.</p>	<p>3. A reprodução das relações patriarcais de gênero</p>
<p>46 – Medida protetiva; 47- Lei, polícia, judiciário; 48- Apoio às vítimas; 49- Tratamento para o agressor; 50- Incompetência da justiça; 51- Fragilidade da lei e seus agentes;</p>	<p>As manifestações apontam para a descrença no modelo atual da justiça e nos agentes da lei. Ao mesmo tempo, as solicitações implicam em maior presença e efetividade legislativa, jurídica e das forças de repressão.</p>	<p>4. O papel do Estado diante da fragilidade da lei e de seus agentes</p>
<p>52- A religião como forma de combater a violência; 53- Culpa das jovens; 54- Álcool e drogas como justificativa; 55- Questões econômicas e sociais como justificativa; 56- Questões morais e religiosas; 57- Álcool como justificativa; 58- Filhos como justificativa; 59- Culpa da mulher;</p>	<p>Os relatos procuram apontar justificativas para as ocorrências de violências. Não obstante, se apresentam apontamentos para resolução do problema da violência praticada contra as mulheres.</p>	<p>5. Os gatilhos da violência praticada contra as mulheres</p>

60- Álcool, drogas e perda em jogos como justificativa para a violência; 61- Religião; 62- Dependência econômica; 63- TV;		
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Conforme apontado por Bardin (2011), os agrupamentos permitem a representação das informações de forma condensada. Nesta direção, 19 categorias iniciais, dentre elas, a reprodução, a naturalização, a normalidade da violência, as experiências relatadas, as formas e consequências da violência, compõe a categoria intermediária 1] Experiências pessoais com a violência. Importante ressaltar que esse processo não envolve necessariamente uma quantidade de aparições de unidades, embora este fator tenha representatividade, mas a força que determinadas categorias adquirem em suas relações. O repúdio dos (as) participantes à violência em vários momentos esteve em outros, contraposto pelas próprias falas. Neste caso, é nítido o posicionamento de Singulano (2018) quando afirma que a cultura da violência permeia os processos de socialização. As falas da juventude com base em suas experiências pessoais e não necessariamente com embasamento teórico foi algo comum na pesquisa da autora, salvo algumas exceções de estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Este fator se repete nesta pesquisa, onde alguns participantes dos 3ºs anos estiveram mais próximos de apontamentos teoricamente embasados. As hipóteses da autora apontando para a maturidade ou preparação para o ENEM pode ser um elemento presente. Todavia, seria necessário utilizar outras ferramentas para comprovação. Os (as) jovens cresceram e convivem com a violência cotidianamente. Seu lugar de fala é vinculado e se trata de algo que, infelizmente, teve (tem) presença em suas vidas. Seja concordando com as formas, reproduzindo discursos, ou mesmo relatando traumas, esse bloco indicou que são as experiências dos jovens que explicam esse conjunto de manifestações.

Outras 21 categorias iniciais envolvendo diversas ações da escola como campanhas, palestras, projetos de conscientização, ações do grêmio estudantil, rodas de conversa etc, compuseram a categoria intermediária 2] A escola e seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres. As relações

e similaridades destas categorias são o embasamento necessário para compor a síntese no processo de agrupamento (Bardin, 2011). Este foi um dos temas que ganhou notoriedade por sua força dentro dos grupos. Já no trabalho de Singulano (2018), foi constatado de ínfima relevância a oficina realizada com os (as) estudantes trazendo informações sobre a violência contra as mulheres. O comparativo (antes e depois) proposto pela autora demonstrou eficácia limitada nesta ação. Neste sentido, este trabalho parece apontar para sentido oposto, considerando que as falas dos (as) participantes refletem em vários momentos as ações da escola, como a Campanha Agosto Lilás. O diferencial pode residir na continuidade da ação e não necessariamente em ato isolado. A força da categoria corrobora com esse argumento. O posicionamento de Silva (2015) vai ao encontro, argumentando em defesa de ações educativas e projetos culturais como forma preventiva da violência praticada contra as mulheres.

Por sua vez, as cinco categorias iniciais: machismo, patriarcado, etarismo, diferenças biológicas e banalidade da violência na escola deram origem à categoria intermediária 3] A reprodução das relações patriarcais de gênero. Embora o aspecto quantitativo pareça indicar importância dentro do contexto da pesquisa, a análise demonstra que características machistas e patriarcais marcaram presença em diversos momentos nos grupos. Mesmo em momentos de negação, houve aparições de resquícios patriarcais em falas machistas. Os apontamentos dos (as) jovens estão relacionados com o que Saffioti (2015) descreveu como “papel social”. Os contrapontos discursivos que remetem ao machismo e ao patriarcado estão circunscritos na cultura como se fossem estáticos. E isto não acontece por acaso, pois se trata de algo milenar. Em concordância com Saffioti, esse combate precisa, sobretudo, incluir a juventude.

O agrupamento das seis categorias iniciais envolvendo as medidas protetivas, a lei, a polícia, o judiciário, as políticas públicas de apoio às vítimas, de qualificação dos agentes que atuam nestes segmentos, compõe a categoria intermediária 4] O papel do Estado diante da fragilidade da lei e de seus agentes. Convém destacar que fica nítida a crítica ao judiciário, o que acaba deixando menos visível a crítica aos agentes. De toda maneira, esta relação não escapou da análise atenta ao fato dos (as) participantes elencarem o despreparo de vários agentes da lei para lidarem com casos de violência doméstica e familiar. Não

obstante, várias críticas dos (as) jovens demonstraram desconhecimento das leis, pedindo por elementos que já as compõe. Ao mesmo tempo, conforme demonstrou Vaz (2012), a criação de uma lei não necessariamente vai implicar em sua efetivação. O autor cobra que defensores dos direitos humanos façam com que as leis criadas sejam respeitadas. Embora se entenda o pedido diante do contexto apresentado, apontando para a violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos, não se trata de algo exclusivo de um grupo, pois se assim fosse, toda a incompreensão acerca do termo estaria justificada para os não-defensores. Pensando na proporcionalidade apontada por Arendt (2022), a violência tende a destruir o poder e não o contrário.

Por fim, ressalta-se que a contagem do número de categorias iniciais nesta etapa é uma forma de organização. Não necessariamente representou uma hierarquia na composição das categorias intermediárias que atentam para as relações de similaridade e hierarquias entre as próprias categorias iniciais. Neste sentido, foram apresentadas as doze categorias iniciais envolvendo algumas causas e justificativas para as ocorrências da violência contra as mulheres. Dentre elas, são atribuídas culpas para a mulher, ausência de Deus e da religião, o uso do álcool e outras drogas, problemas econômicos, os filhos etc. Estas fazem parte do agrupamento na categoria intermediária 5] Os gatilhos da violência praticada contra as mulheres. Este bloco esteve em grande escala vinculado a questões morais, conforme demonstra Del Priore (2013), um padrão duplo de moralidade. Em relação aos aspectos religiosos, os estudos da autora demonstram contribuições da igreja no processo de dominação das mulheres. Ou seja, a sociedade que se esperava por essa instituição seria aquela onde a mulher seja submissa ao homem. Alguns relatos demonstram a presença destes valores nos grupos. O exemplo de T10 (2023), ao questionar se uma senhora de 80 anos não deveria estar casada corrobora com a argumentação de Del Priore no sentido da moralidade do casamento. De toda maneira, é importante ressaltar que os gatilhos também apresentam situações complexas como as dificuldades econômicas, já apontadas por Saffioti (2015). As questões alusivas aos filhos foram apontadas pelos (as) participantes em ambos os sentidos, tanto em aspectos morais como o (a) filho crescer sem um pai, como no aspecto econômico de como prover as suas necessidades.

Na próxima seção, os agrupamentos discutem as categorias finais da pesquisa.

4.4 A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO COTIDIANO DA JUVENTUDE E SUA APOSTA NA EDUCAÇÃO FORMAL

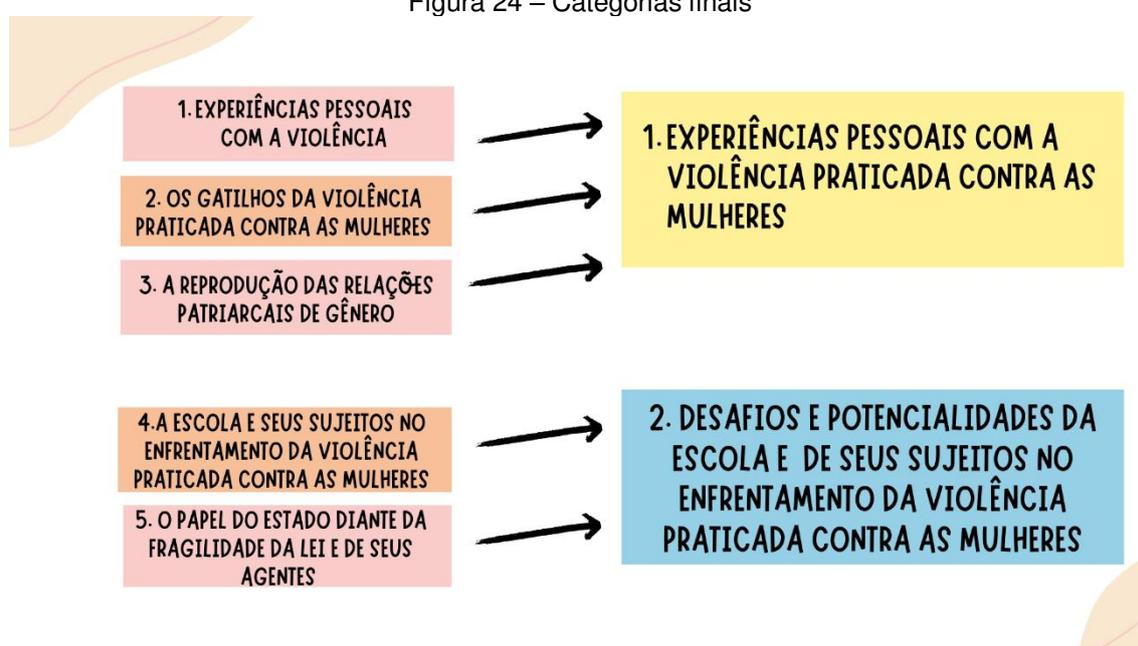
Concluída a etapa de construção das categorias intermediárias passou-se para a análise de composição das categorias finais. Para compor as duas categorias finais foram agrupadas as cinco categorias intermediárias. A categoria intermediária *Experiências pessoais com a violência* trouxe consigo: *Os gatilhos da violência praticadas contra as mulheres*; e *A reprodução das relações patriarcais de gênero*¹⁴, por entender que os relatos dos (as) jovens apontam para questões cotidianas, ou seja, que remetem em grande escala às suas experiências pessoais. Ou seja, o contexto de reprodução remete às percepções dos jovens com base em sua leitura do mundo, com as representações trazidas pelas experiências. Bem como a abordagem dos gatilhos destaca questões experienciadas pelos jovens, tanto com base em suas vivências religiosas, quanto ao presenciar situações de violência que envolviam uso de álcool, drogas e afins. Estes últimos, já apontados por Singulano (2018) como potencializadores de ações violentas. Portanto, formando a categoria final: *Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres*.

As categorias intermediárias *A escola e seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres*; e *O papel do Estado diante da fragilidade da lei e de seus agentes* formaram outra categoria final. Considerando que a categoria intermediária vinculada à escola se apresentou com força maior e ao mesmo tempo, por entender que a instituição escola representa também o papel do Estado diante do contexto, a categoria final amplia seu olhar para a instituição escola e seus sujeitos. Em grande medida convém ressaltar que a

¹⁴ Embora o contexto das relações patriarcais possa contemplar outros pontos e sua presença possa ser encontrada em ambas as categorias finais, os relatos dos participantes indicam sua força nas experiências cotidianas diversas, não necessariamente vinculada, na maioria destes casos, à instituição escola.

fragilidade da lei apontada pelos (as) participantes se tratava da ausência de efetividade, havendo pontos que constam na LMP (2006), dos quais o grupo apresentou desconhecimento, fator que reforça a importância de ações escolares, que não deixam de ser ações do próprio estado. Portanto, entende-se que a composição adequada para a categoria final implica nos *Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres*. A Figura 24 ilustra o agrupamento que compôs as categorias finais.

Figura 24 – Categorias finais



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As categorias finais elencadas estão de acordo com o problema e objetivos da pesquisa, consistindo em compreender acerca das percepções dos (as) jovens sobre a violência praticada contra as mulheres, assim como em relação ao seu posicionamento diante destas. Neste sentido, os princípios norteadores (Fossá, 2003) e a síntese apontada por Bardin (2011), indicam para duas categorias principais que são discutidas a seguir: 1 – Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres; e 2 – Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres.

4.4.1 Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres

Inicialmente, é preciso contextualizar que a compreensão dos (as) jovens sobre o que é violência estabelece relação com o que Saffioti (2015) apontou enquanto um entendimento popular da violência como quebra da integridade da vítima, seja física, psicológica, sexual, moral etc. Conforme o participante T6: “A violência é tudo aquilo que pode ferir a integridade de uma pessoa, seja física ou moral” (T6, 2023). Ao mesmo tempo, tal compreensão também se vincula ao contato dos (as) participantes com a Campanha Agosto Lilás que será discutida de forma mais intensa no próximo capítulo. Nesta, em vários momentos, foram apresentadas palestras e ações escolares contemplando aos participantes as formas de violência descritas na LMP (2006) e que aparecem em vários momentos na interação dos grupos. No entanto, a socióloga brasileira apresenta um contraponto nesta conceituação:

As violências física, sexual, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente. Certamente, se pode afirmar o mesmo para a moral. O que se mostra de difícil utilização é o conceito de violência como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional, moral. Sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica, são muito tênues os limites entre quebra de integridade e obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens, sejam pais ou maridos (Saffioti, 2015, p.79-80).

Mesmo tratando-se de um mecanismo social, a autora considera que cada mulher vê tais aspectos de forma individualizada. Portanto, essa linha tênue, que por si é violenta para a socióloga, leva a pontos distintos para as mulheres. Ou seja, a ameaça dada pelo contexto social implica na reflexão sobre o que é agressão e o direito do homem. Tal constatação leva Saffioti (2015) a propor a compreensão da violência enquanto violação dos direitos humanos das mulheres. Mesmo reconhecendo tratar-se de um longo caminho ainda a ser percorrido. Vale ressaltar que, para a autora, o problema da violência está atrelado a um tripé simbiótico em que a raça e o capitalismo são elementos cruciais.

Nesta direção, embora partindo de matrizes distintas, é possível relacionar seu pensamento com o de Arendt (2022). Se por um lado, se pode interpretar a violência contra as mulheres como perda do poder masculino, portanto, como resposta para as transformações. Por outro lado, Arendt (2022) vai retomar um aspecto positivo do poder enquanto capacidade de ação conjunta. Neste sentido, seria enganoso pensar as relações patriarcais como relações de poder, pois, em fim último implicam em violência e levam dor e sofrimento para ambos os envolvidos. Para a filósofa, embora a violência possa ser justificável, jamais será legítima. Assim, em consonância com Saffioti (2015), Arendt (2022) aponta que é a capacidade de diálogo e sua liberdade, inclusive suas contradições, em uma ação coletiva que pode reduzir a violência. Ou seja, se há um caráter proporcional entre ambos, quanto mais poder, menos violência.

Por sua vez, a pesquisa destaca fortemente a presença da violência. Os relatos dos (as) participantes dos grupos focais demonstram que os (as) jovens tiveram (têm) contato direto com a violência de forma muito próxima. Dos 18 participantes, todos conviveram (convivem) cotidianamente com a violência. A Tabela 3 é uma representação de como o tema se apresenta constantemente na vida dos (as) participantes:

Tabela 3 – Presença da violência contra as mulheres

Tipo de relação com a violência	Participante vítima de violência	Familiar vítima de violência	Amiga vítima de violência	Vizinha vítima de violência
Nº de participantes	5	17	7	3

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Do grupo participante, cinco jovens, equivalente a 27,7%, relataram serem vítimas de violências. Foram apresentados casos de assédio, abuso sexual, cárcere privado, alienação parental, violência física e psicológica. Isto demonstra a gravidade do contexto de violências em que se insere a juventude no distrito de São Cristóvão. Neste caso, representando de forma mais específica, o perigo para as jovens do gênero feminino. Ao mesmo tempo, ressaltando a urgência de políticas públicas para a juventude e de ações dos diversos agentes sociais que compartilham a vida e o mundo. Na sequência, procura-se apresentar de forma mais detalhada o contexto relatado pelas jovens.

Três relatos trazem à tona as discussões sobre assédio, no momento em que as participantes T1, T5 e T18 levantam o tema no grupo contando as próprias experiências. T1 (2023) se refere à presença do assédio no ambiente escolar e T5 o destaca de forma generalizada: “o assédio, ou até mesmo o bullying, é geral pra todo mundo [...]” (T5, 2023). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública revelou um aumento de 6,6% nos índices de denúncias de assédio no ano de 2022. Para Butler (2021) deve-se compor um quadro de obrigações globais no combate as diversas formas de violências, dentre elas, o assédio. O caso mais grave relatado culmina em abuso sexual, marcado por outras formas de violências, conforme relato da participante T18:

Não lembro exatamente que ano que foi que conheci uma pessoa em que eu, na minha cabeça, era meu amigo só, não tinha nada de mais porque eu era criança, tinha uns 13, 14 anos na época em que eu o conheci. Ele sempre mandava mensagem marcando de sair e essas coisas, só que eu não entendia porque quando ele começava namorar me bloqueava nas redes sociais, no WhatsApp, em tudo e do nada ele voltava, me seguia em tudo e começava a conversar como se nada tivesse acontecido. Aí teve um dia que combinei de sair com meu ex-namorado na época, com a minha amiga, de ir em cover, começou que eu tinha bloqueado ele em tudo porque ele **começou a se mostrar abusivo, querendo falar o que eu devia vestir ou não devia vestir** e eu acabei bloqueando porque me estressei com ele. Nesse estabelecimento que eu fui, era *halloween*, ele **começou a me seguir no estabelecimento inteiro, a falar que era pra voltar pra casa trocar de roupa porque tava muito chamativa. Daí ele pegou o meu celular e fez desbloquear ele em tudo e ainda me forçou a ficar com ele nesse dia (participante nervosa, voz trêmula,).** Depois disso nunca mais falei com ele. Teve até um dia que ele mandou mensagem no Instagram, eu ia no mesmo lugar à noite, era final de ano. Ele mandou mensagem falando que se me visse com outra pessoa ia bater na pessoa. Fiquei com medo, só que não cheguei a contar pra ninguém, só peguei e tirei um print e mandei pra minha amiga. Quando a gente chegou, ele já tava lá, muito bêbado, me senti culpada porque coloquei meus amigos em perigo porque sabia o que ele ia fazer. Eu, minha amiga e minha irmã ficamos na frente do estabelecimento esperando meu ex-namorado chegar. Esse cara chegou e começou a querer me puxar pra fora assim, ir pra um canto que não tinha ninguém, eu dava uma desculpa e falava que outra hora ia. Daí a gente voltava a sentar com os meus pais pra ele não ir ou ficar conversando. Voltei quando meu ex-namorado chegou e, quando vi que ele tava vindo na nossa direção, saí de fininho e fui sentar com os meus pais. Só que fui no banheiro, meu ex-namorado junto, a minha irmã e a minha amiga. E quando tava esperando pra entrar no banheiro, que era um corredor escuro assim, ele chegou. Começou a querer me puxar pelo braço e falando pra ir lá fora conversar, que eu não tava dando bola pra ele e nisso a minha irmã e a minha amiga se enfiaram na frente pra tentar me defender e meu ex-namorado só ficava olhando como se nada tivesse acontecendo sabe? Ele se irritou com esse meu ex-namorado e quis ir pra cima dele porque não parava

de encarar ele. Fiquei na frente dos dois pra não acontecer nada, nisso ele já tava me forçando a ir lá fora e falando um monte de coisas, eu comecei a chorar e minha irmã saiu de fininho pra chamar a mãe, ele nem percebeu. **Aí chegou outro cara e ele mudou totalmente**, começou a falar o quanto ele era amigo dessa pessoa que chegou e como tava legal o evento, essas coisas. Eu não tava bem, tava quase chorando. Ele viu que a minha mãe tava vindo e saiu, só que minha mãe foi atrás. **Daí, me levaram pra delegacia pra depor, só que não deu em nada porque ele fugiu da cidade e sumiu de um dia pro outro**. Aí bloqueou o número dos meus advogados que estavam mandando mensagens e ainda falou que eu era louca e que eu tava me jogando pra cima dele (T18, 2023, grifo nosso).

O relato de T18 revela, inicialmente, tratar-se de um período de sua adolescência. As ações do “amigo” de bloquear enquanto namorava são incompreendidas por ela no contexto. No que concerne a sua forma de vestir, a participante se contrapõe ao que Saffioti (1987) chamou de poder do macho, no sentido de cercear grande parcela das liberdades individuais, não aceitando que o mesmo dite as regras da vestimenta. De todo modo, em outro momento, a participante revela as sequelas da ação:

Aí você fica meio assim de querer sair com roupa mais aberta, mesmo com calor, vou tá de moletom porque começa a gerar insegurança e se **aconteceu comigo uma vez, pode acontecer de novo**. Você começa a colocar um monte de coisas na sua cabeça e começa a ficar paranoico sabe? Fica?? sei lá, é horrível (T18, 2023, grifo nosso).

A perseguição no recinto que culmina com a “obrigação” de ficar, é relatada com T18 tomada por lágrimas e voz trêmula. A questão de mando apresentada estabelece relação com a teoria de Saffioti (1987), revelando características patriarcais, ao tempo em que reage diferente frente ao outro amigo, visto a necessidade de parecer corajoso para enfrentá-lo, como se houvesse uma disputa pela “fêmea”. Para a socióloga brasileira, a virilidade, a força, a coragem, são princípios estruturantes do que se espera socialmente de um “macho”. Não obstante, Saffioti (2015) revela que o controle é um valor central para o patriarcado. A fuga diante da denúncia e a justificativa alegando a loucura da mulher (*gaslighting*¹⁵) também não é algo novo, se trata de violência

15 É comum encontrar artigos utilizando o termo em inglês para apresentar ações de manipulação psicológica. “A palavra vem de um filme clássico de Hollywood: ‘Gaslight’ (1944). Nele, um homem (Charles Boyer) manipula sua esposa (Ingrid Bergman) para que ela acredite que está louca. O objetivo é roubar a fortuna dela” (Ziccardi, 2023).

psicológica, uma tentativa de deslegitimar a fala da mulher (Santos, 2021). Por fim, ficam nítidas as feridas psicológicas que traumatizam cotidianamente T18, como se ela fosse a responsável pelo abuso sofrido, simplesmente por ter escolhido vestir determinada roupa.

As experiências de T5 mobilizam o debate acerca da violência contra as mulheres e suas características: doméstica e familiar:

[...] o meu pai bateu tanto em mim quanto na minha irmã que tinha um, não tinha nem dois anos na época, só que tudo era justificado. Eu morei com meu pai dois anos sofrendo violência psicológica, no terceiro ano sofrendo violência física (**estudante com voz trêmula, bastante emocionada**) e só saí, só vim morar com a minha mãe e resolver essa situação porque ele não deixou passar as férias na casa da minha mãe, eu **ficava trancada dentro de casa**. [...] Teve uma época que ele vendia lanche, eu ajudava a fazer isso. Só que eu ficava chateada porque por mais que ajudasse não tinha o direito de pedir nada, não tinha direito a nenhum valor, mesmo que fosse simbólico. [...] Fora que o meu pai disse que não sei onde ele enfiou o dinheiro da minha pensão, mas, não tava indo pra mim, tinha bastante coisa faltando, principalmente, em questão escolar, uniforme e material. **Ele me proibiu de falar com a minha mãe** e todo dinheiro que eu ganhava dela quando vinha, quando ele liberava um final de semana, porque minha mãe começou a ir pra Jaraguá do Sul e a gente passar um final de semana ou um dia em Jaraguá do Sul porque era o único momento em que ele liberava. Aí, as vezes **ela me dava um dinheiro extra** pra comprar alguma coisa e o meu pai dava um jeito de confiscar esse dinheiro porque não era meu, era deles e, eu tinha que ajudar em casa. Era fácil olhar pra minha madrasta e falar que ela tinha que se separar dele e resolver essa situação, que ela tinha que sair porque isso não era certo, mas, quando isso aconteceu comigo pra mim sair (**breve pausa, emocionada**) ... (T5, 2023, grifo nosso)

Para Saffioti (2015) o patriarcado tende a apresentar um padrão de hierarquia domiciliar, sendo o homem, o dominador-explorador, podendo inclusive “autorizar” a mulher a tal feito, sendo as crianças os elementos mais dominados e explorados. Em outro momento, a socióloga chama a atenção para o fato de que se procura ensinar as crianças a não aceitar doces e tomar certos cuidados na relação com estranhos. De toda maneira, as dificuldades destas formas de violências residem nas características: doméstica e familiar. Além das dimensões psicológicas, a participante é também vítima de violência patrimonial. Por um lado, não consegue acessar a pensão e auxilia o pai com a venda de lanches, tendo seu trabalho invisibilizado e não remunerado. Por outro, precisa entregar até o dinheiro que recebe da mãe. A estudante sentiu na pele as

dificuldades de uma separação, por todo o contexto envolvido, tendo várias consequências negativas, principalmente para sua saúde.

No caso de T17, além da violência sofrida, relatada como tentativa de feminicídio, a participante revela que segue sendo ameaçada:

Uma vez **sofri um caso de agressão** com meu ex-namorado sabe? Tanto que a minha mãe não fazia nada nem meu pai porque ele não deixava contar nada sobre essas coisas. Uma vez tentei terminar com ele e não deu muito certo, ele foi atrás de mim, **tentou me matar, até com arma**. Tanto que a minha mãe e eu chamamos a polícia e não adiantou nada. **Ele quase tirou a minha vida aquela vez**, tanto que ele foi preso e pagaram a fiança dele, ele saiu, até hoje ele ia tá lá sabe? E toda vez encontro ele na rua, ele começa a falar as coisas e não adianta nada. (T17, 2023, grifo nosso)

O relacionamento abusivo, machista que T17 vivenciou revela aspectos do patriarcado que resultam em agressão e mortes. Os estudos de Santos (2021) e de Saffioti (2015) demonstram que esse sentimento de posse, da mulher como propriedade, ultrapassa as gerações e, principalmente, as instituições. A própria legislação brasileira foi construída e aplicada em grande escala aos moldes das relações patriarcais de gênero. Embora a participante tenha saído formalmente do relacionamento, segue sendo ameaçada. Ou seja, fica evidente a continuidade da violência em seus aspectos psicológicos.

Durante o encontro, a participante T2 se apresentava nervosa em vários momentos, inquieta ao ouvir os relatos no grupo, aparentemente estava com receio de falar. Mesmo durante a introdução dos questionamentos sobre a presença da violência em suas vidas, a participante optou em não se manifestar. Pouco antes do término do encontro do grupo matutino, a mesma começou a relatar sobre suas experiências com o tema. O relato de T2 apresenta um conjunto de violências características da violência doméstica e familiar:

[...] o meu pai **bate em mim e nos meus irmãos desde pequenos**, só que **agora ele só bate em mim**. Só que eu evito porque a minha mãe fala assim: **Ah! Mas, ele é teu pai**, você tem que respeitar! Eu falei, se a mãe escuta calada aí não é comigo, mas, agora desde pequena apanhando, eu não aceito mais isso. E assim, essa história a minha mãe não queria me contar, mas, faz 20 anos que ela ficou com meu pai, **desses 20 anos ela não pode sair de casa, não pode olhar numa janela, não pode olhar pro outro lado no carro, não pode vestir roupa decotada, e ela sofre todo dia violência verbal sabe? nós também**. Já foi tomado providência, só que minha mãe falou que era mentira. Então, hoje em dia quase ninguém ajuda. (*mediador*)

questiona sobre a providência relatada). Eu não sei se foram as minhas irmãs mais velhas, que não são filhas do meu pai, foi ligado pra polícia, foi falado pro meu pai que tinha uma denúncia contra ele e minha mãe falou que era mentira. Acho que faz uns dois anos. E assim, ela não demonstra, mas, a gente sente que ela se sente mal. E ele não só maltrata eu e meus irmãos que somos filhos dele, que moram com ele, como os outros irmãos, que são do outro casamento da minha mãe também, ele surrava bastante eles, não como que ele surra não, mais né, aí, eles não querem ir no colo dele. Nós que convivemos agora com ele temos conversado e quando ele começa a falar as coisas pra mãe, tipo xingar a mãe, os meus irmãos mais velhos, nós começamos a nos meter no meio sabe? Porque a mãe escuta calada, aí pra defender ela a gente responde. *(mediador pergunta para estudante como são as agressões em si)* **É verbal e às vezes ele me dá tapa**. Esses dias ele machucou minha orelha aqui atrás, eu revidei e a minha mãe fica brava por revidar, entendeu? Eu falei, capaz que vou deixar um homem fazer isso comigo, por mais que seja meu pai (T2, 2023, grifo nosso).

As relações patriarcais de gênero descritas por Saffioti (2015) se apresentam logo no início do relato de T2. Ao anunciar que o pai bate, logo em seguida a participante apresenta a defesa do patriarca por parte da mãe. A autora brasileira afirma que não se trata de uma cumplicidade da mulher nestes casos: “Para que pudessem ser cúmplices, dar seu consentimento às agressões masculinas, precisariam desfrutar de igual poder que os homens” (Saffioti, 2015, p. 84). Logo em seguida aparecem algumas motivações para a ação da mãe, que convive há vinte anos com a violência cotidiana. Cárcere privado, violência psicológica e violência física compõem o quadro que aparenta ser ainda mais grave. Uma série de fatores que são debatidos na literatura pode justificar a ação dessa mulher. Todavia, o grupo não aprofunda outros detalhes que possam corroborar, por exemplo, para afirmar que se trata de medo, dependência econômica ou moral etc. Entretanto, com base em Giddens (2003), Saffioti (2015) aponta para o conceito de co-dependência, ou seja, uma ligação psicológica, emocional com o parceiro motivada por alguma compulsividade na qual é necessário estar dedicado às necessidades do outro para sentir-se seguro e ter suas carências atendidas: “Sem dúvida, mulheres que suportam violência de seus companheiros, durante anos a fio, são codependentes da compulsão do macho e o relacionamento de ambos é fixado, na medida em que se torna necessário” (Saffioti, 2015, p. 89). Giddens (2003) reforça que o termo não necessariamente está limitado às mulheres, todavia, ganhou força na literatura terapêutica como um “termo que de certa maneira descreve o que antigamente se chamava genericamente de ‘papel feminino’” (Giddens, 2003, p. 100). Revela

uma obediência histórica, exigência patriarcal para que as mulheres cumpram o seu “papel” de acordo com as normas e regras de quem - de fato “manda”. Ao final do relato, a participante mostrou ao grupo o ferimento atrás da orelha, manifestando e reforçando sua intolerância a violência, independente de quem seja o agressor.

A violência perpetrada contra familiar é algo comum entre os participantes dos grupos, sendo presente em 94,4% nas famílias destes. Considerando o objeto de pesquisa, serão apresentados e discutidos mais alguns destes relatos, como o de T7, a seguir:

A minha mãe com o ex-marido dela, sempre que chegava lá eles estavam brigando e ela não queria terminar. Ele **ficava só xingando ela**, que só ele trabalhava, **batia nela**. Ela falava que não ia terminar por causa do **filho**¹⁶, porque o **filho** não ia saber crescer sem um pai junto. É o que acontece com a mãe. Aí ela foi pra praia com a gente em março, só foi ela e o meu sobrinho. Aí, ele traiu ela, ele ficou, quando ela voltou ele não deixava ela pegar o celular pra nada, nem mensagem nossa, nada. Aí ela tinha a conta logada do Facebook e ela descobriu que ele tava traindo ela (T7, 2023, grifo nosso).

O relato de T7 apresenta características da violência psicológica. Conforme anunciado por Saffioti (2015), dificilmente se encontram formas de violências que não tenham em seu bojo este tipo de conduta. Ao mesmo tempo, a participante deixa claro que a mãe sofria agressão física. Ainda assim, o filho justificava a permanência no relacionamento que só avança para a separação após a traição do marido. Outro fator que apareceu nas interações do grupo como contribuinte nas separações é a ação rápida da família, conforme o relato: “[...] meu ex-cunhado, antes, batia na minha irmã, ele era padrasto da sobrinha. Ele falou que se ela contasse pra mãe ou pro pai ele ia matar as duas, a minha sobrinha tinha medo” (T15, 2023).

Neste caso, felizmente, a família soube das agressões e tomou providências para proteger as vítimas. Algo que motivou os (as) participantes a debaterem pontos sobre o apoio às vítimas. De toda maneira, por vincular-se a outras questões institucionais, este ponto será retomado no próximo capítulo.

¹⁶ Participante cita o nome do irmão que será preservado neste trabalho, substituído neste caso pelo uso da palavra “filho”.

A participante T4 começou apresentando sua compreensão sobre o que é violência, e ao mesmo tempo chama a atenção sua forma de olhar para as ações e falta de reação da mãe:

Eu acho que violência contra a mulher não é só bater, é gritar, xingar a pessoa também. O meu pai com minha mãe também eram assim, só que minha fazia igual ele falou, **a minha mãe também fazia tudo** em casa **e o meu pai também era bêbado**, aí ele chegava, **batia nela**, ela nunca fazia nada. Ela tinha medo de falar e ele bater mais ainda (T4, 2023, grifo nosso).

Para a participante, a violência está atrelada a agressão física e aspectos psicológicos. É interessante notar que T4 afirma o “papel da mulher”, aquilo que se espera dela aos moldes patriarcais, fazer tudo em casa, o trabalho historicamente invisibilizado, que recentemente ganha força para debate no Brasil após o tema de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2023 ser *Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil* (Brasil, 2023). Em outro momento, a participante reforça uma constante nos grupos que é o uso do álcool como fator desencadeador da violência. O relato do medo por um lado se apresenta como um contribuinte, característico da dominação-exploração patriarcal, por outro, revela que a mesma não se percebe apontando para a casa como responsabilidade da mulher. Ou seja, em consonância com o que traz Saffioti (2015), destacando as contribuições das mulheres para manter viva a chama patriarcal.

Por sua vez, o relato de T14 demonstra a reprodução da violência na própria família, o participante trata do assunto com nervosismo, ofegante: “[...] já ouvi umas histórias do passado da minha família, **o meu avô batia na minha avó, daí, tem o meu pai que fazia igual**. Chamaram a polícia, foi lá, daí ele entendeu que não pode bater em menina, em mulher” (T18, 2023, grifo nosso). Considerando o aspecto paterno, a fala de T14 corrobora com os estudos de Vaz (2012) e Singulano (2018), onde crescer em ambientes violentos se torna gatilho para a violência.

A reprodução conforme apresentada pelos autores citados, está presente no imaginário social dos (as) participantes, todavia, é perceptível sua discordância com a mesma. Como relata T3:

No caso, tem que pensar que tudo depende da forma que o homem foi ensinado antigamente, **do jeito que a figura paterna dele agia**. Por exemplo, a minha vó com meu vô, antigamente ele era um bêbado decrépito e ela fazia tudo em casa, ela trabalhava, no final do mês que ela recebia o meu avô chegava lá **batia nela, espancava ela** um monte, pegava o dinheiro e torrava em bebida. Esse tipo de conduta de um homem é deplorável, não é aceitável numa sociedade (T3, 2023, grifo nosso).

O jovem abre sua fala destacando sua crença na forma de ensinamento que o homem recebeu, mas principalmente, no exemplo advindo do próprio pai. Neste sentido, ao sinalizar a violência do avô o participante afirma uma reprodução, considerando que o avô não tenha sido ensinado de forma adequada, muito menos que tenha tido bons exemplos. O manifesto, porém, demonstra rompimento, e este, pode estar presente na figura paterna de T3 ou na própria ação que parte de sua explanação de não aceitar a violência. Em outro momento, o participante avança seu relato caracterizando a violência do avô e apresentando a violência contra a mãe.

[...] uma coisa que acontece muito é a pessoa não conseguir mais se relacionar por causa dos **traumas psicológico e físico** que o agressor cometeu, tipo, **a minha mãe**. Antigamente **rolava briga com o ex dela toda hora**, teve uma vez que **eu tive que tirar todas as facas e objetos cortantes de lá** e mesmo assim houve uma briga que **ele pegou e tacou minha mãe na porta e quebrou a porta**. Jogou ela com tanta força que chegou a quebrar aquela porta. Bem, meu irmão com uns dezoito anos na cara, eu só tinha uns cinco, o maluco se trancou no quarto e deixou a mãe que se ex..., que se foda. Eu tive que entrar no meio e mesmo assim levei uns tapão, mas, não adiantou nada. Outro caso foi o **da minha vó**, uns cinco anos antes de eu nascer mais ou menos, ela tava grávida do meu tio mais novo. Meu vô chegou bêbado em casa, porque perdeu no jogo, ele ficava apostando sempre, ele **bateu nela, jogou ela na geladeira, tacou uma chaleirada de água quente nela, na barriga**. Mesmo assim não afetou nada no meu tio, eu acho, não sei. Mas, uma coisa que **deixou minha vó e minha mãe traumatizadas, foi de pegar ranço de homem** porque se esse cara fez isso o que garante que outro também não vai fazer? O que garante que não vai ser duas vezes pior? (T3, 2023, grifo nosso).

Embora o participante tenha inicialmente apresentado aspectos da reprodução, neste relato evidencia-se a relação com a teoria de Saffioti (2015) que irá contrapor a ideia de reprodução como regra. Ao mesmo tempo, a autora aponta para os traumas das relações violentas, algo que abre e fecha o relato de T3. Chama a atenção a gravidade das agressões, sendo a presença das

crianças menosprezada. Ainda que a bebida, a perda nos jogos, possam ser gatilhos para a violência, Singulano (2018) destaca que estes por si não estão isolados, sendo muito mais contributos de um quadro mais amplo para desencadear a violência.

As consequências descritas por T3 estabelecem relação com relatos de outros participantes, o que torna nítido o efeito da violência na vida destes jovens, conforme relata T5:

Que nem o meu pai e a amante que depois virou esposa, **eles discutiam muito de madrugada, sempre pelas três, quatro horas** da manhã eles estavam discutindo. E rolava de jogar objetos pela casa e dava um barulhão bem alto. Nesse um ano que eu morei com ele e essa esposa em específico, **um ano inteiro eu fiquei acordando todo dia, três, quatro horas da manhã.** Só que **até hoje (emocionada)** eu me **acordo três, quatro horas da manhã ouvindo barulho mesmo não tendo nada em casa**, são coisas pequenas, mas que fazem diferença. Aí você junta tudo, a tua cabeça vira uma bagunça. Agora, eu que era filha, fiquei desse jeito, imagina a esposa [...] (T5, 2023, grifo nosso).

Em concordância com Saffioti (2015), as feridas no corpo são tratáveis, todavia, a violência praticada contra as mulheres, principalmente, nesta característica, doméstica, familiar, com laços de afetividade muito próximos, tende a ocasionar feridas mais profundas, que embora também possam ser tratadas, sua cura demanda de tempo e dedicação. Nem sempre os resultados são efetivos, mas, podem, em grande escala, serem amenizados. A exemplo de um medicamento que trata somente a dor e não necessariamente as suas causas, os fatores que a desencadeia.

T7 corrobora com tal aspecto e com as consequências advindas destas relações.

[...] o meu pai com a minha mãe eles **brigavam diariamente**, eu tinha uns 10, 11 anos e, de uns anos, de 2018 pra cá, eles pararam. Uma vez no ano novo eles estavam brigando dentro do carro e eu acordei com minha mãe gritando, **meu pai tinha empurrado ela nas pedras**, ela pegou na minha mão e saiu correndo, chamou a polícia. Ela foi na delegacia e registrou. Tá lá até hoje o negócio que esqueci o nome, **mas, ela voltou com ele.** Aí ela falou, você com a¹⁷... – com a minha irmã – como que vocês vão casar? (*pausa, estudante emocionada*) Crescer, sabendo que vocês cresceram mais de 10 anos com teu pai

¹⁷ Nome da irmã preservado na citação da participante.

violento? Só que como a T6¹⁸ falou, afeta bastante, a gente sente bastante (T7, 2023, grifo nosso).

A presença da violência e ao mesmo tempo, a volta da mulher com o agressor, leva a um erro bastante comum na interpretação, fato que se repete no grupo. Não obstante, seu uso é repleto de estereótipos machistas, como se fosse possível para alguém viver em um relacionamento violento sendo amplamente feliz. Os estudos de Vaz (2012), Singulano (2018), Santos (2021) e de Saffioti (1987, 2015) e uma diversidade de outros que poderiam ser citados contradizem tal interpretação. Inclusive, esta, se apresenta caracterizada na fala final da participante, onde a mãe aponta não acreditar em nenhuma possibilidade de que as filhas possam viver um relacionamento sem violência.

Em consonância, o relato irritado de T1 demonstra algumas raízes que mantém viva a chama patriarcal, algo que Singulano (2018) destaca enquanto um predomínio de valores machistas.

E daí a minha cunhada, ela vinha, a gente nem era tão próximo, mas o meu irmão passou um tempo trabalhando com meu pai e aí foi viajar fora assim sabe? E minha cunhada passou um tempo lá em casa. Ela começou a contar o que tava acontecendo, **desculpa**...E ela me fez prometer não contar pra ninguém...*(novamente a participante fica emocionada e ocorre uma breve pausa)* até que todo mundo começou a ver o que tava acontecendo e uma vez ela falou pra mim **(voz trêmula)** que mesmo ele sendo namorado **ele tentou pegar ela a força**. Isso me doeu tanto porque, nossa, é meu irmão e como que eu ainda... e daí quando a gente começou a contar pra todo mundo o que tava acontecendo e que ia chamar a polícia, todo mundo ficou do lado dela, ao mesmo tempo, não, mas, ele é da nossa família, nós temos que ajudar ele e não sei o quê (T1, 2023, grifo nosso).

Logo após o pedido de “desculpa”, a estudante começa a chorar, e após breve silêncio, o mediador oferece água e pergunta se ela deseja fazer uma pausa, a mesma decide continuar. O relato é tomado por lágrimas, algumas interrupções, fortes emoções. A tentativa do irmão de violentar sexualmente a própria namorada chama a atenção para um novo dado e de difícil acesso. Embora a pesquisa tenha apresentado números de violência sexual e do aumento dos índices de estupro conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), é importante salientar que várias mulheres sofrem essas

¹⁸ Preservação do nome na citação da colega.

violências nos próprios relacionamentos amorosos, o que contribui para uma subnotificação dos números que chegam aos órgãos responsáveis, como se houvesse uma “obrigação” de se relacionar com o companheiro. Em relação aos estupros no Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) concluiu que “dos 822 mil casos por ano, apenas 8,5% chegam ao conhecimento da polícia e 4,2% são identificados pelo sistema de saúde” (Brasil, 2023, n.p). O IPEA ainda aponta que são dois estupros a cada minuto e alerta para a falta de pesquisas mais abrangentes sobre violência sexual no Brasil. A gravidade do assunto imbricada na irritação de T1 revela que, embora a família apresente certo cuidado em tratar também do agressor, utiliza dos laços de parentesco como justificativa para se colocar ao lado do mesmo, o que Saffioti (2015) tratou como a ideologia da defesa da família.

O argumento de Saffioti (2015) é reforçado em outro momento em que T1 revela outra violência e mesmo assim a família encontra justificativa para se posicionar favorável ao agressor.

Até que chegou um dia que ela falou chega, não vou mais aguentar e a gente deu uns toques, mas, o que mais me doeu é que a **minha família mesmo tudo isso acontecendo ninguém fazia nada**. Até que teve uma vez que **o meu irmão deu um soco na cara da minha irmã** e nossa isso me quebrou pior, porque todo mundo falou: ai! é porque vocês dois beberam e quando vocês dois bebem nenhum dos dois pode ficar junto. Aí eu falei, tá (*estudante volta a chorar*)...nada justifica ele bater nela (T1, 2023, grifo nosso).

As violências praticadas contra as mulheres são encontradas também em relatos onde amigas das participantes são vítimas. T4 conta assustada que iam sair em um grupo de amigas e que já estavam aguardando no carro do pai, mas, isso enfureceu o namorado de uma delas. A amiga veio falar que não poderia ir e foi surpreendida: “[...] quando estava conversando com a gente que o namorado não ia deixar, ele foi e buscou ela a força, jogou ela dentro do quarto e **bateu nela**. [...] Ela ficou um tempinho na minha casa porque ele queria bater nela e lá ele não podia entrar” (T4, 2023, grifo nosso).

O relato da participante condiz com uma autoavaliação proposta na disciplina de Sociologia. No final do mês de agosto de 2022 foi proposta a atividade e percebido pelo professor que duas estudantes manifestavam ideias suicidas em suas avaliações. Foi conversado com a direção escolar e mobilizada

uma campanha que envolveu toda a escola em rodas de conversa com psicólogas, grêmio estudantil e coordenação pedagógica durante o mês de setembro. Embora a participante não tenha na ocasião relatado a violência em si, chamou a atenção o fato de ser uma jovem, do 1º ano do Ensino Médio na ocasião, e se encontrar bastante isolada e triste.

A violência sofrida pela amiga de T4 estabelece relação de semelhança com o relato de T9 já destacado neste estudo. Todavia, neste último caso fica nítida a presença de um ciclo de violência. Após o término do namoro, o ex conversa com a mãe dela se colocando como vítima da situação. Depois compra flores e chocolates para ela, que aceita o retorno do namoro. Embora os apontamentos de T4 e T9 estejam imbricados em certo julgamento para as ações que são tomadas pelas amigas, Singulano (2018) alerta para que não se desconsiderem todas as “nuances que dificultam o rompimento do ciclo de violência, e mesmo as burocracias que permeiam o processo de denúncia” (Singulano, 2018, p. 57).

No caso da tia de T6 a ausência da denúncia remete às condições de vida, principalmente, econômicas.

Eu tenho uma tia, ela é mais dos antigos sabe? No caso, ela presenciou as coisas antigamente e o que ela trouxe? Ela é uma pessoa muito feminista, sendo que, se ela ver uma pessoa com roupa curta ela vai falar o que a moça falou lá, que a tua tia falou né? (*olhando para a outra estudante que fez relato anteriormente*) [...] quando meu tio bebe, **ela apanha dele**, apanha de ficar toda roxa assim. Todo mundo falou pra ela: vai na polícia! E ela mora numa casa que é da mesma casa da mãe dele e só que o terreno é dele. Faz muitos anos que eles são casados, mais de vinte anos. Então, é mais difícil ainda você acabar com o relacionamento. Eu falei pra ela, por que você não vai na delegacia e registra um BO? Você não pode ficar vivendo assim só porque a casa é dele. **Mas como que eu vou viver?** Vou viver do quê? eu não trabalho, ela não estudou no caso, ela não é politizada, ela não tem como arrumar um emprego com carteira registrada e ela falou que ela não ia porque ela tem dó dele porque ele traz comida pra dentro de casa (T6, 2023, grifo nosso).

Conforme Singulano (2018) existem fatores que potencializam a violência. No relato de T6 é possível apontar para a pobreza, a baixa escolaridade da vítima, ter presenciado ou sofrido violência na infância e o abuso do álcool por parte do agressor. Interessante perceber que a inversão da compreensão do termo “feminista” gerou certo desconforto inicial no grupo, tendo a participante T9 logo apontado para uma série de questões sobre o termo:

“[...] feminismo é o empoderamento das mulheres; [...] existe o ‘femismo’ que é as mulheres que acham que são superiores aos homens né? E tem o feminismo que tem as mulheres que querem igualdade” (T9, 2023). Em outro momento a participante também destaca certo desconforto com sua religião em relação ao termo:

[...] eu quero trabalhar, estudar, mas, minha família não quer, minha religião não me apoia né? Não que minha religião seja, é..., são meio machistas ali, eles meio que não apoiam mulher trabalhar. Mas, eu acho diferente, porque mulher não precisa ficar dependendo do homem, ela pode sim ter um trabalho, estudar, fazer o que ela quiser, entendeu? E é isso que eu pretendo (T9, 2023).

T9 aponta para questões já elencadas por Saffioti (2015) enquanto caldo das relações patriarcais, tendo a instituição igreja um papel crucial na história brasileira, ditando muitas vezes o papel da mulher conforme demonstra o estudo de Santos (2021). O posicionamento de T9 se contrapõe ao pensamento de T10 e demais participantes (meninos) no quesito religioso. Todos os colegas que se declararam “Evangélicos” como ela, olharam para a relação trazendo à tona somente aspectos positivos da religião, ressaltando o aprendizado sobre “diferenças biológicas”, não aparecendo críticas ou possíveis contribuições desta instituição para a manutenção do regime patriarcal. Ainda em relação às características apontadas por Saffioti (2015), convém ressaltar que não se apresenta como algo dado, mesmo em tempos hodiernos, a perda do *status* de provedor do lar por parte do homem e sendo as mulheres, em grande escala, as responsáveis pelo cuidado dos filhos. Ou seja, a mulher que não se enquadra neste “papel” social historicamente reforçado, vai incomodar os pilares padronizados pela sociedade. É o que pretende T9, um rompimento com o machismo e o patriarcado e condições de igualdade para as mulheres.

Em relação ao que os (as) participantes apontam enquanto justificativa para a violência estabelecendo uma relação de proximidade com o uso de álcool e outras drogas, é importante ressaltar que Singulano (2018) aponta tais fatores como potencializadores das práticas de violência e não necessariamente como uma receita pronta de bebida equivale à violência. Ou seja, não se trata de um erro apontar para tais usos como influenciadores, mas, seu apontamento

enquanto justificativa, como no exemplo citado por T12, das agressões se darem porque o homem estava bêbado.

As reproduções da violência foram citadas de forma unânime pelos jovens. Houve concordância entre os grupos que crianças que crescem em ambientes violentos tendem a reproduzir ou aceitar com maior naturalidade a violência. Aspecto que se dá em concordância com os estudos de Vaz (2012) e Singulano (2018). Convém ressaltar as características de contradição evidenciadas nos relatos. Embora os (as) jovens tenham essa crença na reprodução e naturalização da violência para crianças que crescem em lares violentos, ao mesmo tempo todos tiveram convívio com a violência desde criança, enquanto alguns seguem tendo. Porém, não se apresentam coniventes, muito menos naturalizam tais práticas. É nítido o posicionamento, principalmente das meninas, quanto à intolerância a qualquer forma de violência praticada contra elas. Nesta direção, se apresentam mais próximas dos estudos de Saffioti (1987, 2015) que demonstram não necessariamente uma reprodução ou naturalização em si, mas apontam para os traumas deixados na vida dessas crianças. Estes traumas refletem uma série de fatores enquanto adultos, muitas vezes, tendo inclusive o efeito contrário, conforme demonstram os relatos, ou seja, de não tolerar que a violência se repita.

Convém ressaltar, que muitas questões trazidas pelos (as) jovens foram amplamente discutidas nos últimos três anos com a realização da Campanha Agosto Lilás na escola demonstrando a importância de ações desta natureza, por mais que se reconheça, como já apontada na teoria, seus limites diante do contexto. Por mais que a campanha pareça “pouco”, conforme alguns participantes relatam, há indícios de resultados positivos apontados pelos (as) jovens nos grupos focais. Tal análise será aprofundada na discussão da categoria seguinte, envolvendo os desafios e possibilidades para a instituição escola enquanto representante de uma política pública estatal, e seus sujeitos frente às violências sofridas pelas mulheres.

4.4.2 Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres

Há concordância dos teóricos abordados neste trabalho acerca da importância da instituição escola para o combate da violência contra as mulheres. Todavia, é importante observar que o fato do Estado criar legislação sobre o tema, vinculando o mesmo à educação como medida integrada preventiva não implica necessariamente em efetivar as proposições. Ao contrário, ao manter um sistema educacional precarizado acaba por contribuir para que a violência prospere. Nesta direção, as transformações foram construídas a partir das lutas de movimentos sob o sangue e sofrimento de muitas mulheres. E se hoje há possibilidade de falar sobre algum avanço, certamente ele não “caiu do céu”.

A pesquisa de Santos (2021) discutiu a importância da educação enquanto direito humano fundamental, pois, a partir de uma educação de qualidade é possível o reconhecimento de outros direitos, deveres etc. Olhando para este contexto em que as mulheres vão ocupando espaços que antes não poderiam é que T5 apresenta sua percepção.

[...] a partir do momento em que **as mulheres começaram a ter mais direitos**, a você conseguir falar, a você ser ouvida, ser representada, despertou um certo, possível até **medo** em certos tipos de pessoas, em certos tipos de criação que acaba interferindo nessa cultura mais tarde dos homens [...] (T5, 2023, grifo nosso)

A fala da estudante remete inicialmente ao contexto histórico de lutas dos movimentos feministas, os direitos das mulheres estão circunscritos neste bojo. Ao mesmo tempo, ao ocupar estes espaços, se contrapõe ao modelo patriarcal vigente por milênios, conforme destacou Aronovich (2019), em que se atribuía naturalmente inferioridade às mulheres. Para T5 (2023) a conquista e o avanço sobre estes espaços, que por sua vez incomoda os homens, são oriundos da educação. Segundo ela, essa mudança se deve principalmente à

[...] educação, porque anos atrás **a educação é mais precária**, é mais exclusiva e **esses assuntos não eram discutidos** em sala de aula ou que nem tá tendo esse debate, antes não tinha esse tipo de **oportunidade** aqui, a gente não quebrava esse **ciclo** porque tem aquela história, a filha que teve um pai violento vai procurar um marido ou namorado no mesmo estilo porque ninguém ensinou pra ela que isso é errado. Por isso que eu acho que hoje em dia **a educação tem um papel muito importante** porque o meu pai era violento, era explosivo, era terrível. Só que hoje em dia eu namoro e o meu namorado ele é, graças à Deus, o contrário, o oposto do meu pai porque eu sempre **aprendi na escola**, e até na minha família também, que não era (*emocionada*) esse tipo de pessoa que eu tinha que procurar porque era errado. Então, teve muita coisa que foi falha em tempos atrás e que a gente tá tentando consertar agora, só que até a gente conseguir consertar vai ter muito **ressentimento** e esse ressentimento eu acho que é isso que causa tanta tensão e tanta violência até geral nos últimos tempos. (T5, 2023, grifo nosso).

Para a participante T5 (2023), os avanços na luta contra a violência se devem às mudanças na educação escolar. A precariedade da instituição escola no processo histórico e sua “exclusividade” são pontos elencados, considerando aspectos históricos. No Brasil, o acesso das mulheres aos estudos, além do Ensino Fundamental, chegam com a Lei Geral de 1827. Convém ressaltar que nesta legislação as meninas eram detentoras de menor capacidade intelectual do que os meninos, tendo seu currículo mais enxuto, somente as aulas de Português e Religião tinham o mesmo conteúdo para meninas e meninos (Brasil, 2020b). A formação destinada às mulheres não implicava na emancipação da mulher, não se compreendendo o espaço público como “lugar de mulher”. Portanto, precisariam ser “boas mães de família”, aprender os dotes de prendas “domésticas” (Brasil, 2020b). Para T5, o encontro do grupo focal é, portanto, uma “oportunidade”. Ela aborda a reprodução da violência com o exemplo familiar, enquanto um ciclo que vem sendo quebrado, principalmente por conta do papel que a escola assumiu diante deste contexto. Não obstante, em sua perspectiva essas mudanças acabam gerando uma série de desconfortos e ressentimentos nos homens. Se apresentando como um fator que potencializa as ações violentas.

A fala de T5 parece ecoar nos outros grupos. Ao mesmo tempo, em que a escola, enquanto protagonista da educação diante da sociedade, se apresenta com potencialidade para agir frente ao problema, destacam-se uma série de desafios. A Campanha Agosto Lilás foi citada em todos os grupos como medida importantíssima para o enfrentamento. Vale salientar que embora os jovens

tenham exemplos dentro das próprias famílias de casos de reprodução da violência por parte de pais que viram e conviveram com a violência, estes se posicionam totalmente contrários. Em muitos casos vinculam sua forma de pensar à aprendizagem trazida pela Campanha, como revela T1:

Olha, eu acho que a questão das campanhas que o professor faz, que isso é muito importante [...]. É que a pessoa começa a ver melhor o que é realmente a violência, porque ela fica prendida ali nessa situação do padrão que sempre foi ensinado a ela. Aí quando ela começa a entender que é errado, aí começa a mudar o pensamento dela (T1, 2023).

No grupo noturno também ressoam os aspectos elencados por T1 nas transformações que passam a ser observadas e relatadas pelos jovens em relação à Campanha Agosto Lilás. Para T13:

[...] nós temos essa pequena falha na educação que são os programas de conscientização né? Como aqui na escola tem o professor Regi que trabalha arduamente pro Agosto Lilás, para o nosso programa de educação e conscientização, muitas escolas, principalmente, cidades interiores, como foi citado aqui o problema da educação, muitas vezes não tem essa prática. Daí entra aquele caso lá da criança já crescer com aquilo né, já crescendo com o ambiente agressivo e praticando. Não, isso aí é normal, como já foi citado. Então, a criança cresce vendo aquilo, tendo como atitude normal e por falta muitas vezes de conscientização, como o trabalho do professor Reginaldo, né? Traz ali os palestrantes, tem as policiais, traz o pessoal da delegacia da mulher (T13, 2023).

O consenso dos jovens acerca das potencialidades da escola e de seus sujeitos também aponta para uma série de proposições como: o desenvolvimento de projetos e pesquisa destacados por T5 (2023); tarefa extracurricular em T3 (2023), uma matéria, disciplina escolar, proposta por T4 e T5 (2023), palestras somente com os meninos “pra repensar, falar umas verdades pra eles [...]” (T7, 2023). Ao mesmo tempo, os participantes assumem responsabilidades diretas nas propostas. A importância dos próprios jovens participarem das ações como a Campanha Agosto Lilás foi elogiada por T13, algo corroborado por Saffioti (1987), uma vez que se algo foi socialmente construído, é tarefa, sobretudo, dos jovens de desconstruir, de transformar. Por sua vez T11 (2023), em consonância com T10, apontou para a importância das ações do Grêmio Estudantil, relatando projetos com a dinâmica de rodas de

conversa que já realizaram e outras que pretendem realizar. T10 (2023) destaca também, a possibilidade de utilização da música como ferramenta indispensável para o trabalho com o público dessa faixa etária.

[...] a gente tá trabalhando ali com os projetos, com o Grêmio, acho que é interessante envolver o grêmio estudantil que é o órgão máximo de representação dos alunos. E essa ideia é de envolver toda a galera ali. Temos a ideia da banda do Grêmio, porque **a música tem um poder grande**. Tem uma psicologia musical, psicologia sonora, toca um violão, a gente sabe que **tem uma influência grande** e a galera fica entretida, começa a pensar, a galera começa a reagir, as vezes muito tímido também, talvez a maioria de nós seja tímido, não gosta muito de falar, falou pelo menos uma palavra já é muito bom, porque se você ver as pessoas começam a falar, inovar ou mudar algumas coisas, você vê que tem uma diferença, consegue chegar a alguma coisa, agora, por exemplo, como nós falamos, **uma das coisa mais perigosas é a que a gente presenciou aqui com a nossa colega, que ela teve ali o..., e acabou se fechando** e guardou aquilo, até ela demonstra com outros métodos e não com a fala. Então aqui essa vez dela foi muito importante tanto para a pesquisa quanto futuramente, ela ter se aberto aí, que saudável né? Então acho que aqui na escola, como nós vamos operar e ajudar contribuir será nesse sentido, conversando, fazendo rodas de conversa, dinâmicas e essas paradas todas de jovens (T10, 2023, grifo nosso).

O participante destaca a importância do envolvimento do Grêmio Estudantil como órgão representativo dos estudantes, reforçado pela fala de outro membro: “[...] a gente vem planejando com o grêmio, de fazer isso, pra meio que até dar uma quebrada no sistema né?” (T11, 2023). Este aspecto contestador vincula-se ao que Prates (2023, p.16) considerou sobre os grêmios enquanto “[...] espaços de luta pela qualidade na educação, pelo direito à participação e à democratização da escola”.

Embora o foco das teorias discutidas neste trabalho não seja a questão metodológica escolar, é importante ressaltar o olhar de T10 diante das práticas educacionais e do uso da música enquanto ferramenta para propor reflexões aos jovens. Neste sentido, concorda-se com o participante acerca do poder da música como ferramenta de transmissão de conhecimento: “A música desde tempos imemoriais é parte essencial da transmissão de conhecimento, sendo parte da construção de saberes e forma de transmissão dos mesmos e da própria história” (Barbosa *et al*, 2023, p.02). Para corroborar com o argumento sobre a importância dos espaços de diálogos para a juventude, o participante destaca o exemplo da colega que sofreu violência e como consequência relatou

traumas com os quais precisa conviver cotidianamente. E isso foi possível graças ao espaço do grupo focal que apresenta semelhanças com as rodas de conversa citadas pelo mesmo.

Não obstante, é preciso que se discutam desafios apontados pelos estudantes, assim como cabe subsidiar o avanço em reflexões críticas que escapam às suas percepções. Inicialmente, convém ressaltar as críticas a sazonalidade das campanhas, a exemplo da Agosto Lilás. Conforme T5,

[...] as campanhas são extremamente importantes, só que a maioria dessas campanhas, na maioria dos lugares, só acontece no mês de agosto. Só naquele mês que o pessoal dá atenção e questão de violência contra a mulher que é algo extremamente presente e extremamente prejudicial pra todo mundo, teria que ter mais, mais palestras, mais campanhas, mais projetos voltados a isso porque para que a gente que vai ser a próxima geração e algumas gerações até mais velhas tomem pelo menos uma porcentagem pequena de consciência do que tá acontecendo (T5, 2023).

A crítica da participante é muito importante, principalmente, porque permite discutir os limites da Campanha Agosto Lilás. Não por acaso, esse relato dialoga com o relato da promotora que participou da Campanha em 2023 e destacou que dialogando com outras pessoas de seu círculo familiar, de trabalho e de amizades que faria uma palestra sobre esse tema na escola em uma campanha, nenhuma delas tinha conhecimento sobre a realização de uma Campanha aos moldes da realizada na EEBFMK. Isto ocorre, primeiramente, porque o modelo escolar em seu caráter centralizado de definições das políticas públicas educacionais não contempla de forma adequada a realização de campanhas. Ou seja, as escolas que quiserem realizar algo desta natureza terão que movimentar forças extras de seu cotidiano. Não basta haver uma previsão legal, fazer lei com o intuito de “melhorar” a vida da população e ao mesmo tempo não oferecer condições para sua efetividade é uma afronta, para não utilizar outros termos. Falar em educação de qualidade mantendo escolas com estruturas precárias, professores e profissionais sem condições adequadas de trabalho, ou ainda, utilizando a exceção como regra, como nos casos do uso excessivo de trabalhadores temporários, é uma hipocrisia, para não dizer também uma forma de violência. Neste sentido, vale o exposto por Arendt (2022) na relação entre poder e violência. Se como sociedade não é consensual que se

combata de fato a violência contra as mulheres, a Campanha Agosto Lilás (e outras) terão enormes dificuldades de serem ampliadas, se tornando na maioria das instituições trabalhos pontuais para somente “aparecer” nas redes sociais. Assim, se apresenta uma estratégia do modo de produção do capital na extração da mais-valia¹⁹ resultante da exploração do trabalho das mulheres.

Não obstante, T5 chama a atenção para a sazonalidade das campanhas. Quer dizer, se essas violências são cotidianas na vida das pessoas, as instituições públicas, como a escola não deveriam dar-lhes maior atenção? Embora pareça uma resposta simples e óbvia, o que a teoria arendtiana indica é que não se quer de fato resolver o problema, mas, chamando o auxílio de Saffioti (2015), pelo menos aparentemente, o estado precisa demonstrar algum interesse na causa. Por fim, mas sem esgotar as possibilidades, isso não significa que as Campanhas não sejam importantes, ao contrário, é grandioso perceber que mesmo diante das dificuldades, alguns coletivos como o da EEBFMK se reúnem e realizam na força dos braços, com condições limitadas, campanhas aos moldes da Agosto Lilás. Nesta direção se segue compreendendo as urgências de se abordarem temas com os quais a comunidade encontra problemas cotidianos em sua realidade, buscando fazer da escola, o que de fato deveria ser, um agente de transformação social.

Em outro momento, a participante chama a atenção para o currículo, destacando a relevância do tema para a sociedade:

[...] nada contra, mas a gente tem tanta aula de português e de matemática, não vejo problema da gente pegar uma, nem que fosse mais uma aula de sociologia, no ensino médio que o pessoal é maior e tem mais consciência, pra fazer debate, pra colocar isso em pauta durante as aulas. É uma aula voltada pra discussão de assuntos que tão acontecendo e que precisam de relevância agora porque, por mais que isso aconteça de uma forma ou outra, dentro das aulas, a gente é obrigado a seguir uma linha de conteúdos específicos e as vezes dá pra brigar pra puxar assuntos assim, só que as vezes não. Ou não se dá tanta importância quanto deveria ou poderia, aí talvez pegar uma matéria realmente, toda semana, pelo menos uma aula, mas, pra gente pegar e direcionar pra temas que são socialmente importantes no momento (T5, 2023).

¹⁹ Termo utilizado por Karl Marx (1818-1883) para descrever a exploração do trabalho assalariado utilizado para produzir mercadorias, uma extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente.

Embora o posicionamento represente os anseios da jovem em resolver problemas sociais, as questões de organização curricular estão circunscritas em relações de poder, conforme demonstrou Santos (2015). Convém ressaltar que a etapa do Ensino Médio, na qual a estudante está inserida, tem sido palco de muitas críticas. A pesquisa trouxe aspectos relevantes sobre o posicionamento contrário ao modelo atual (NEM) das principais associações brasileiras vinculadas à educação. Costa e Silva (2019) chamaram a atenção para um fato que vem se agravando, um constante processo de mercantilização da educação, da tentativa de constituir uma escola aos moldes de uma empresa. E se a lógica é a do empreendedorismo e da competição, as disciplinas que se propõe a discutir a cooperação, ou, os problemas sociais como a fome, a violência, a miséria, o desemprego, a desigualdade, dentre outros, são deixadas em plano secundário. Dito de outra forma, se trata de uma educação que atende à lógica do mercado em uma dinâmica capitalista. Não por acaso, já em 1987, Saffioti afirmava não ser possível combater a violência contra as mulheres sem atentar para o capitalismo.

Algumas orientações propostas e discutidas em grupo visam orientação psicológica com base em apresentações de profissionais da área nas Campanhas Agosto Lilás. Porém, convém ressaltar que até mesmo o número de professores (as) efetivos no estado de Santa Catarina não chega à 40%, sendo mais de 60% formando um quadro de trabalhadores temporários. No caso da EEBFMK, o PPP (2021) destacou que a escola trabalha com somente 29,6% servidores efetivos, tendo 70,3% de trabalhadores admitidos em caráter temporário. Ou seja, se a vida dos próprios trabalhadores (as) da educação é precarizada, como pensar em acrescentar profissionais da saúde? Neste cenário, os próprios participantes apontam para as contradições do sistema. Parafraseando o antropólogo e educador brasileiro Darcy Ribeiro (1922-1997), não se trata necessariamente de uma crise na educação, mas, de um projeto, o projeto educacional das elites brasileiras.

O posicionamento de T9 (2023) afirmando que “as palestras são importantes, mas, não são suficientes”, acaba sendo replicado pelo grupo noturno, por razão específica. Se por um lado, o grupo corrobora com a importância da campanha Agosto Lilás, por outro, vê como inadequada a legislação e se irrita com a forma que, de maneira geral, o estado trata a

violência. Todavia, muitas das ações propostas, como rede de apoio, abrigos, punição, reabilitação para agressores etc já estão previstos na LMP, o que aponta para um baixo conhecimento sobre a mesma, o que condiz com a pesquisa de Singulano (2018). Porém, os participantes não percebem a efetividade da lei no próprio cotidiano e as críticas se estendem de forma contundente, principalmente às medidas protetivas. As interações demonstram parte do grupo em defesa da busca por serviços especializados, pela Delegacia da Mulher, enquanto outra parte rebate, a exemplo de T12: “Eles simplesmente vão oferecer uma medida protetiva, acho que isso ali é só um papel né? Pedindo ou não, até a polícia chegar, realizar alguma coisa, o papel em si não vai fazer nada [...]” (T12, 2023). Nestes casos, há também contribuição midiática para a forma de pensar, conforme a matéria da Figura 10 apresentada neste trabalho, a notícia afirma que “mais uma mulher que **mesmo com medida protetiva** foi assassinada pelo ex-companheiro” (ND Mais, 2021, n.p, grifos nossos). No andamento das interações foi possível perceber que o fato da irritação do participante estar vinculada ao seu parentesco com a jovem *T*, ex-aluna da EEBFMK vítima de feminicídio que era detentora de medida protetiva contra o ex-namorado. Embora sejam altos os números de medidas protetivas divulgadas pelo OVMSC, o que possibilita para as forças de segurança pública sair em sua defesa, é complexo para o familiar de uma vítima de feminicídio olhar para esses dados. A relação de parentesco de T12 com a vítima não era, até então, de conhecimento do pesquisador.

As críticas às medidas protetivas se estenderam de forma mais intensa também por parte dos participantes T11 e T16. “É, a questão da medida protetiva também, não é o caso que adiante muito, em vários casos, a gente sabe, não só aqui do nosso bairro, na nossa cidade, mas, Brasil afora e o mundo afora [...]” (T11, 2023). T16 acredita também na necessidade de leis mais abrangentes e rígidas, algo que ganha ênfase nas interações: “Eu também acho que deveria ter mais leis, igual o *T12* falou ali, porque igual o caso da *T*, ela tinha essa medida protetiva, então não teve como ela se defender mais que isso” (T16, 2023).

Embora esteja presente a contradição de esperar do Estado uma solução para um problema com o qual ele corrobora, os participantes chegam a um consenso acerca do debate jurídico. Há concordância com o pensamento de T10, para quem, pensando em um cenário ideal, a saída seria uma “educação

de qualidade” (T10, 2023), o que o participante descreve em tempos hodiernos como “fraca”. Nesta direção, vale o pensamento arendtiano da capacidade de agir em concerto. Não basta somente reinventar o modo de fazer escola, de fazer educação, é preciso reinventar o modo de fazer política. Caso contrário, as pessoas seguirão “esperando” que algum iluminado, um “messias” resolva seus problemas. Recuperar o espaço público, o chamado de Butler (2021-2) em prol da dignidade de todas as vidas, principalmente, das marginalizadas. A ação para Arendt (2022) de modo que as contradições possam ser debatidas e consensos estabelecidos de forma cooperativa. O compromisso, em Saffioti (2015), com um mundo sem violência, não é tarefa somente dos jovens, mas, de todo ser humano comprometido com a vida em sua totalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo almejou, por meio da coleta de dados em três grupos focais, compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes da etapa do ensino médio da EEBFMK, do município de Três Barras/SC, acerca da violência praticada contra as mulheres. Para tal, destacaram-se três objetivos específicos: 1] Compreender o fenômeno da violência contra as mulheres e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC; 2] Identificar como a violência contra as mulheres se apresenta no imaginário social dos (as) estudantes de uma escola do município de Três Barras/SC; e 3] Analisar quais os posicionamentos dos (as) estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC quanto a violência contra as mulheres. Com base nos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa, pode-se indicar que os objetivos propostos foram alcançados. A seguir, se apresenta uma síntese dos principais resultados.

Em relação ao primeiro objetivo específico, as compreensões dos grupos sobre o que é violência se voltaram principalmente para as formas de violências descritas na Lei Maria da Penha, sendo predominantes entre os grupos os relatos sobre violência física e psicológica. Quanto às causas da violência, embora tenha ocorrido uma proximidade com as relações patriarcais de gênero, os apontamentos indicam como principal causa da violência praticada contra as mulheres uma falha no sistema educacional brasileiro. O que pode estar vinculado ao fato da pesquisa ser realizada na escola.

O segundo objetivo permitiu identificar uma série de casos de violências, tanto nos relacionamentos dos próprios jovens, em suas famílias e nos laços de amizade. Embasados nestas experiências de reprodução os jovens destacaram uma série de consequências psicológicas negativas, principalmente, para crianças que crescem em lares violentos. Portanto, por mais que se queira viver longe de tais práticas, sua presença é constante no cotidiano destes (as) jovens.

Quanto ao terceiro objetivo, as ações propostas pelos jovens se direcionam ao papel da escola, sendo amplamente citada a Campanha Agosto Lilás realizada pela Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps como modelo de ação que traz bons frutos. E ao mesmo tempo, com sua insuficiência

diante da gravidade e intensidade do problema da violência praticada contra as mulheres.

A análise do conteúdo dos grupos focais resultou em duas categorias finais: 1] Experiências pessoais com a violência praticada contra as mulheres; e 2] Desafios e potencialidades da escola e de seus sujeitos no enfrentamento da violência praticada contra as mulheres.

A categoria 1 demonstra que todos os integrantes conviveram/convivem com a violência praticada contra as mulheres. Dos 18 participantes, 17 tem familiares violentadas, cinco sofreram violência de forma direta e somente um participante relatou conhecer casos de vizinhas, amigas. Um dos participantes perdeu a tia e a prima (ex-aluna da EEBFMK) de forma brutal em duplo feminicídio que resultou também na morte do agressor por parte de outro primo (ex-aluno da EEBFMK). O uso do álcool se apresenta como um dos principais gatilhos para as ações violentas e, embora possa potencializar as possibilidades para estas, não há evidências para justificar os casos somente com base em seu uso.

A categoria 2 revela a educação escolar como a aposta dos grupos para o enfrentamento das violências, inclusive, de forma geral. Em grande escala, as reclamações e críticas vinculadas à legislação que contemplam as mulheres que sofrem violências esteve entrelaçada ao parentesco e proximidade com vítimas de feminicídio ocorrido no distrito de São Cristóvão, município catarinense de Três Barras, em 2021. O contraponto para as potencialidades implica no fato da instituição escola estar vinculada ao Estado e se apresentar como primordial para as pessoas que estão à margem da sociedade. Ou seja, existe um abismo entre a criação de uma lei e sua efetividade. Nesta direção, não se trata de mero desconhecimento de governos sobre as possibilidades da escola. Muito mais, ao não garantir uma educação de qualidade, se aponta para uma contribuição para a continuidade e agravamento da violência.

Diante da questão (problema), quais as representações incorporadas pelos estudantes do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps em Três Barras/SC sobre o tema da "Violência contra as mulheres" e suas proposições para resolução do problema? Embora possa se apontar para certa naturalização do fenômeno, principalmente nas falas de dois meninos evangélicos que vincularam a violência à falta de Deus e da igreja, os resultados,

de maneira geral, caminham na direção oposta. As interações demonstraram que mesmo tendo casos em suas famílias que apontam para uma hereditariedade masculina violenta, os grupos repudiam a naturalização e a reprodução da violência, são intolerantes às mesmas. Ao mesmo tempo, por mais que esteja citada a questão das punições e denúncias, as resoluções propostas estão mais vinculadas à oferta de uma educação de qualidade. Quanto à aposta na legislação, portanto, no Estado para resolver os problemas, pode-se afirmar que uma parte dos jovens apontou para tal. Todavia, há movimentos dos mesmos, como ações do Grêmio Estudantil, onde os próprios estudantes procuram enfrentar os problemas sociais por sua própria conta e risco. A seguir são destacadas as contribuições teóricas, práticas e sociais deste estudo. Bem como, as limitações da pesquisa e sugestões para futuras pesquisas.

No que tange às contribuições teóricas, a pesquisa contribui com a discussão sobre o tema violência contra as mulheres tendo como referência as perspectivas de jovens do Ensino Médio. Nesta direção, aponta para uma quebra do paradigma patriarcal, reconhecendo que a sociedade brasileira é tomada pelo machismo que perpassa as instituições. Ao mesmo tempo, não sendo tolerante ao modelo, propondo pesquisas e ações que envolvam a juventude nas lutas. Importante salientar a compreensão dos (as) jovens de que a escola é protagonista diante de tais lutas. Não obstante, se o consenso aponta para as responsabilidades desta instituição, cabe observar que a mesma está diretamente vinculada ao Estado e que a “falha” educacional apontada pelos jovens é de conhecimento público. Portanto, há uma violência institucional que atua como mecanismo de contribuição para a continuidade da violência e o aumento contínuo da falsa percepção de que há necessidade de mais leis com rigorosas punições, sem de fato efetivar as existentes em sua totalidade.

Em relação às contribuições práticas, convém destacar que os apontamentos dos grupos focais indicam que a Campanha Agosto Lilás trouxe relevantes conhecimentos sobre o tema. Portanto, se torna ferramenta importante para tomada de decisões para gestores que possam ter dúvidas acerca do desenvolvimento da mesma. Outra contribuição neste sentido refere-se ao apontamento dos grupos sobre as formas de trabalhar determinadas temáticas, como a da violência praticada contra as mulheres, possibilitando aos

próprios jovens desenvolverem ações dentro do ambiente escolar em colaboração com a comunidade e sob a orientação de professores e gestores. Por fim, uma das principais contribuições práticas implica na intolerância dos jovens à violência praticada contra as mulheres. Mesmo as participantes que sofreram não indicam contraponto com reação violenta, mas se posicionam abertamente no sentido de coibir novas formas contra si, familiares e colegas.

As contribuições sociais do estudo apontam para três aspectos principais: 1] a pesquisa parte de um problema que não é exclusividade do distrito de São Cristóvão, mas, que tem este como uma referência negativa em relação à violência praticada contra as mulheres. Nesse sentido, a pesquisa contribui para o enfrentamento de um problema social gravíssimo destacado em maior ou menor escala por todos os membros participantes dos grupos focais. Ou seja, o conhecimento produzido vincula-se às contribuições anteriormente citadas enquanto ferramenta de luta. Os estudos sobre a violência contra mulheres na Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps no distrito de São Cristóvão, Três Barras/SC, possibilitaram aprofundar o conhecimento do pesquisador e sucessivamente qualificar as aulas e demais atividades profissionais, sociais e pessoais onde o mesmo se insere. A análise da forma de tratamento atribuído ao tema por parte da instituição escolar lança luz para aspectos fundamentais sobre o modo como é abordada a temática, as condições da escola para realização de tais tarefas e a relevância desta diante da realidade dos (das) estudantes e demais moradores do distrito. Ao mesmo tempo, possibilitou um olhar de quem vivencia a política pública em suas condições cotidianas, no chão da escola e da comunidade.

2] Além de seu ineditismo, a ação iniciou antes mesmo da pesquisa. Em 2022, a atual prefeita municipal, naquela ocasião, vice-prefeita, em conjunto com uma vereadora participante de todas as Campanhas Agosto Lilás realizadas pela escola, relatou que graças à mobilização da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps na referida campanha, foram promovidos debates na Câmara Municipal que motivaram o Município a iniciar os trâmites legais para a criação da Procuradoria da Mulher. Portanto, as contribuições sociais hoje apresentadas, podem ser também consideradas como parte de um processo.

3] Se estabeleceu um consenso entre os grupos acerca dos prejuízos psicológicos ocasionados pelo convívio dos jovens com a violência, seja pelo

fato de presenciar familiares sendo vítimas, ou ainda, das próprias participantes violentadas. Embora vários discursos tenham sido tomados por fortes emoções por revelar questões íntimas dos (as) participantes, o relato dos (as) jovens foi no sentido de alívio, de fazer bem esse espaço de diálogo promovido pelo método da coleta de dados com grupos focais. Portanto, tal aspecto revela uma importante contribuição social na vida destes jovens e do meio em que se inserem, podendo levar conhecimentos produzidos pela interação para outros jovens e espaços por eles (as) frequentados.

No que tange às limitações, os grupos não alcançaram a diversidade inicialmente desejada. Considerando a análise das fichas de matrículas realizada na secretaria escolar, os dados demonstraram que a escola possui estudantes indígenas no Ensino Médio, bem como estudantes que usam nome social. Por sua vez, os grupos formados contemplaram somente manifestações binárias de gênero. Outra limitação refere-se à impossibilidade de oferta de espaço adequado ao grupo vespertino. Embora entenda-se não aprofundar um prejuízo de alto grau para a pesquisa, o encontro foi tomado por barulhos de estudantes nos corredores e de furadeira nas instalações de lousas digitais na escola, dificultando as manifestações dos participantes em vários momentos. Ao mesmo tempo, atrasando exponencialmente o trabalho de transcrição dos dados deste período. Por fim, entende-se como um limite o fato de não existirem pesquisas anteriores a esta com jovens da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps sobre o tema, sendo que este fato impossibilita um comparativo do antes e depois das Campanhas Agosto Lilás, embora existam elementos que apontem inúmeras contribuições trazidas pela mesma.

Quanto a sugestões para futuras pesquisas, este trabalho propõe três (3) grandes grupos:

1] É perceptível vários pontos de desacordo sobre os mesmos temas entre os participantes do gênero masculino e participantes do gênero feminino. Um dos fatores que contribuiu para a divergência aponta para o papel da instituição igreja (religião). Neste caso, as contradições ocorreram entre estudantes declarados como “evangélicos” e que compõem o quadro de 66,6% do total de participantes desta pesquisa. Neste contexto, algo ainda a ser explorado com maior amplitude podendo ser ampliado para outras matrizes religiosas;

2] A ampliação da pesquisa envolvendo todas as escolas estaduais com Ensino Médio no município, ou uma amostragem maior. Neste sentido, seria possível também traçar um quadro comparativo das violências por bairros e ações particulares de cada uma das instituições envolvidas;

3] A verificação dos atendimentos da Lei Maria da Penha em consonância com o alto índice de violência praticada contra as mulheres no município e as condições oferecidas pelo Estado para que a educação de fato atue como medida de prevenção. Nesse sentido, aprofundando as considerações deste estudo de que ao não oferecer uma educação de qualidade, o Estado se apresenta como contribuinte, um agente de violência institucional.

Por fim, é preciso considerar o contraponto destacado pelos participantes dos grupos focais, no sentido de enfrentar a violência. Não se trata de jovens que, em sua maioria, esperam que algum “ser de luz” faça algo por eles. Mas, de uma juventude que convive com a violência, muitas vezes em condições de precariedade, marginalizada, e, que ainda assim, se levanta e procura impor sua voz contra a violência. Porém, muitas vezes, as dores e o sofrimento causados por uma série de fatores que são potencializados para quem habita a margem também fazem sua voz calar, ou ainda, permitir que o silêncio fale por si. Para encerrar este trabalho, pede-se a licença do (a) leitor (a) para apresentar as últimas palavras citadas pelo grupo noturno:

“O professor, antes de nós encerrarmos aqui, visto que sexta faz um ano do que aconteceu com a T... e com a S.... A T... era aluna aqui da escola, conhecida, acredito, de bastante gente aqui, dois anos sexta-feira, e conforme foi relatado aqui, outros casos. Em homenagem à T... e a S... e ao pessoal que aconteceu, se todos toparem a gente fazer um minuto de silêncio em homenagem a essas vidas e a T... e a S..., que perderam a vida, infelizmente” (T11, 2023).

Que todo silêncio se transforme em luta! Um minuto de silêncio por T..., por S..., por todas...

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO (ABdC); ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Posicionamento sobre a Medida Provisória 746/2016 sobre o ensino médio**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://pibid.ufsc.br/files/2016/10/nota_abdc_mp746.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). **Nota pública da ANPEd sobre a Medida Provisória do Ensino Médio MP do Ensino Médio** – Autoritária na forma e equivocada em conteúdo. Rio de Janeiro: ANPEd, 23 set. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/nota-publica-da-anped-sobre-medida-provisoria-do-ensino-medio>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Manifesto contra a Medida Provisória nº 746/2016**. Goiânia, 12 out. 2016. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Manifesto-Anfope-MP-746-12.10.2016R.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.
- A GAZETA. **Homem morde e ameaça companheira de morte em Três Barras**. A Gazeta Tresbarrense: Online. Três Barras, 2022. Disponível em: <https://gazanortesc.com.br/homem-morde-e-ameaca-companheira-de-morte-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 jan. 2023.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- ARONOVICH, Lola. Prefácio. *In*: LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.
- BARBOSA, Ana Caroline Zuza *et al.* A Música como ferramenta metodológica de ensino. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, p. e29112239438-e29112239438, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. *In*: ARAÚJO, José Carlos; GATTI JR, Décio (orgs.). **Novos temas em**

história da educação: instituições escolares e educação na imprensa. Uberlândia: EDUFU, Campinas: Autores Associados, 2002.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; SANTOS, Reginaldo Antonio Marques dos. Linguagem, filosofia, literatura e poesia no pensamento de Giorgio Agamben. **Revista Reflexões**, v. 7, p. 90-106, 2018.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; BAZZANELLA, Sandra Eloisa Pisa. O poder soberano, o Estado de Exceção e a produção de vida nua na guerra do contestado. **REVISTA AGON - Ἀγών - ISSN: 2965-422X**, [S. l.], v. 2, n. 5, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/agon/article/view/136073>. Acesso em: 4 maio. 2024.

BELUK, Joselito. **Homem esfaqueia a esposa e se automutila em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS. Canoinhas, 2022. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/homem-esfaqueia-a-esposa-e-se-automutila-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 out. 2023.

BERMUDES, Wanderson Lyrio *et al.* Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Revista Vértices**, v. 18, n. 2, p. 7-20, 2016.

BIANCA, Kariny. **Agosto Lilás, o que é? Origem e campanha contra a violência doméstica:** o agosto lilás é uma campanha de enfrentamento à violência contra a mulher, que surgiu com o objetivo de divulgar a lei maria da penha. R7. Goiânia, 2020. Disponível em: <https://areademulher.r7.com/curiosidades/agosto-lilas/>. Acesso em: 04 maio 2023.

BORBA, Francisco S. (org.) **Dicionário Unesp do português contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 9. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas - SP: Papyrus, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Câmara aprova projeto que prevê salários iguais para homens e mulheres:** texto aprovado determina que empresas com mais de 100 empregados publiquem, a cada 6 meses, relatórios de transparência salarial. Brasília, DF: Trabalho, Previdência e Assistência, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/958487-camara-aprova-projeto-que-preve-salarios-iguais-para-homens-e-mulheres-acompanhe/>. Acesso em: 08 maio 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio e as e as que mais sofrem com desigualdade social:** durante a pandemia, a cada oito minutos uma mulher sofre violência, sendo mais da metade negras. Brasília, DF: Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/832964-mulheres-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-femicidio-e-as-que-mais-sofrem-com-desigualdade-social/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 1/92 a 70/2012 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n^{os} 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Brasil tem cerca de 822 mil casos de estupro a cada ano, dois por minuto**. IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13541-brasil-tem-cerca-de-822-mil-casos-de-estupro-a-cada-ano-dois-por-minuto>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Tema da redação: desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no brasil**. Assessoria de Comunicação Social do INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/tema-da-redacao-desafios-para-o-enfrentamento-da-invisibilidade-do-trabalho-de-cuidado-realizado-pela-mulher-no-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Governo Provisório, 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. **Lei do Império de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Rio de Janeiro, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 3071 de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Revogada pela Lei nº 10.406/2002. Brasília: Presidência da República, 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 21 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pé-de-Meia**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.** Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005.** Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11106.htm. Acesso em: 14 julho 2020.

BRASIL. **Lei 11.645, de 20 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 31 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Legislação Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 03 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 14.164, de 10 de junho de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. **Lei Maria da Penha e Legislação Correlata**. Dispositivos Constitucionais Pertinentes: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; Legislação Correlata - Decretos; Índice de Assuntos e Entidades. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Ministério da Educação**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. **Pesquisa DataSenado: violência doméstica e familiar contra a mulher**. Instituto de Pesquisa DataSenado. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Regy%20Marques/Downloads/violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-2021.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Presidência da República, 2013.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília: Presidência da República, 2016.

BRASIL. Ricardo Westin. Senado Federal. **Racismo estrutural mantém negros e indígenas à margem da sociedade**. Agência Senado, 2020a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/01/racismo-em-pauta-2014-racismo-estrutural-mantem-negros-e-indigenas-a-margem-da-sociedade>. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. Ricardo Westin. Senado Federal. **Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos**. Agência Senado, 2020b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/nas-escolas-do-imperio-menino-estudava-geometria-e-menina-aprendia-corte-e-costura>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF proíbe uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio**: em decisão unânime, plenário entendeu que a tese contribui para a naturalização e a perpetuação da cultura de violência contra a mulher. 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462336&ori=1>. Acesso em: 22 abr. 2023.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. Quem são os jovens do ensino médio? **Cadernos do Aplicação**, v. 34, n. 1, 2021.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar - 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CABRAL, Umberlândia. **Desocupação cai para 8,1% no trimestre encerrado em novembro**. Agência IBGE de Notícias, PNAD Contínua, Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36114-desocupacao-cai-para-8-1-no-trimestre-encerrado-em-novembro>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CAÇADOR ONLINE. **Homem mata ex-mulher e é morto pelo ex-cunhado**. Caçador Online. Caçador, 2021. Disponível em: <https://www.cacador.net/noticias/seguranca/2021/08/25/tres-barras-homem-mata-ex-mulher-e-e-morto-pelo-ex-cunhado-52341>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CANOINHAS ONLINE (Canoinhas) (ed.). **Homem agride e coloca mulher e crianças na rua no São Cristóvão, em Três Barras**. Canoinhas Online. Canoinhas, 2022. Disponível em: <https://canoinhasonline.com.br/2022/01/homem-agride-e-coloca-mulher-e-criancas-na-rua-no-sao-cristovao-em-tres-barras.html>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CARRIEL, Leonardo. **Escolas de Três Barras realizam evento de conscientização sobre violência contra a mulher**. Portal de Notícias JMAIS. Canoinhas, 2023. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/escolas-de-tres-barras-realizam-evento-de-conscientizacao-sobre-violencia-contr-a-mulher/> Acesso em: 14 ago. 2023.

CARRIEL, Leonardo. **Três Barras lidera casos de violência contra a mulher no Planalto Norte**. Portal de Notícias JMAIS. Canoinhas, 2023 Disponível em: <https://www.jmais.com.br/tres-barras-lidera-casos-de-violencia-contr-a-mulher-no-planalto-norte/>. Acesso em: 05 out. 2023.

CAUS, E. C. M., ANDRADE, J. A. de, JOHN, K. G., WOJCIECHOWSKI, M., & MUNHOZ, P. (2021). Estudo comparativo das notificações da violência contra a mulher antes e durante a pandemia do COVID-19 no Planalto Norte Catarinense. **Saúde E Meio Ambiente: Revista Interdisciplinar**, 10, 102–117. <https://doi.org/10.24302/sma.v10.3442>

CARVALHO, André. **Alerta para Três Barras - SC**. Canal Dr André Carvalho. YouTube, 05 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HsGbVklHGJc>. Acesso em: 05 out. 2023.

CIDADE-BRASIL. **Microrregião de Canoinhas**. Site. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-canoinhas.html>. Acesso em: 24 out. 2023.

CLUBE FM. **Mulher é agredida pelo namorado em Três Barras**. Rádio Clube de Canoinhas 94,9. Canoinhas, 2020. Disponível em: <https://www.radioclubedecanoinhas.com.br/mulher-e-agredida-pelo-namorado-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CORREA, Ricardo Alexandre. **Ninguém nasce odiando, para ser racista é preciso ter o aprendizado do ódio**. As educações que ensinam o racismo, Carta Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2018/07/ninguem-nasce-odiando-para-ser-racista-e-preciso-ter-o-aprendizado-do-odio/>. Acesso em: 04 jul. 2023.

CÓRDOBA, Cristina Pintor *et al.* Violencia doméstica contra la mujer: visión desde la adolescencia. **Revista Clínica de Medicina de Familia**, Albacete, Espanha, v. 1, n. 3, p. 115-120, fev. 2006.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho**. Boletim Especial 8 de março Dia da Mulher, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>. Acesso em: 24 abr. 2023.

DUARTE, André. Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração. Ensaio crítico. *In*: ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

FIOCRUZ. **Lei Maria da Penha é referência global, segundo Banco Mundial**. 2016. Canal Saúde, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/lei-maria-da-penha-e-referencia-global-segundo-banco-mundial-2016-08-08>. Acesso em: 04 maio 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. Ano 16 - ISSN 1983 - 7364, FBSP, 2022.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **A cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**: Uma definição teórica e operacional. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FRANCO, Luis Rodríguez; LÓPEZ-CEPERO, Javier; DÍAZ, Francisco Javier Rodríguez. Violencia doméstica: una revisión bibliográfica y bibliométrica. **Psicothema**, v. 21, n. 2, p. 248-254, 2009.

FREITAS, Alice Francisco; DE BORBA, Bruna Letícia de; RIBEIRO, Sara Fantin; SILVA, Carolina Fernandes da. O futebol no jornal das moças: as aproximações e os distanciamentos das mulheres. **Corpoconsciência**, 23(2), 63–74, 2019. Recuperado de <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/8457>

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed, São Paulo: Atlas, 2002.

GROSSKOPF, Renato Cauê. **Carolina**. Trabalho desenvolvido para a disciplina de Sociologia durante a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher 2022 na EEBFMK. Não publicado.

GRUPO FOCAL MATUTINO (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. 2023, agosto 17. Três Barras, SC.

GRUPO FOCAL VESPERTINO (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. 2023, agosto 23. Três Barras, SC.

GRUPO FOCAL NOTURNO (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. 2023, agosto 22. Três Barras, SC.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

G1 E NSC (Santa Catarina). **Mãe que tentou salvar filha de ser assassinada a facadas em SC morre em hospital**. G1 - Globo SC e NSC Notícias, Joinville, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/09/03/mae-que-tentou-salvar-filha-de-ser-assassinada-a-facadas-em-sc-morre-em-hospital.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2023.

G1 E NSC (Santa Catarina). **População de Três Barras (SC) é de 19.746 pessoas, aponta o Censo do IBGE**. G1 - Globo SC e NSC Notícias, Joinville, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/06/28/populacao-de-tres-barras-sc-e-de-19-746-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/tres-barras/panorama>. Acesso em 29 jul. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/tres-barras/panorama>. Acesso em 12 ago. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População em áreas de risco no Brasil**. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Rio de Janeiro, 2018.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 01 set. 2022.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Agência Patrícia Galvão. **Plataforma violência contra as mulheres em dados**. Dossiês 2022 - Agência Patrícia Galvão, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

JMAIS. Portal de Notícias. Redação. **Palestras conscientizam sobre violência contra a mulher em Três Barras**. JMAIS TV, Canoinhas, 2022. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/palestras-conscientizam-sobre-violencia-contra-a-mulher-em-tres-barras/>. Acesso em: 19 set. 2022.

JMAIS. Portal de Notícias (ed.). **Violência contra a mulher é tema de evento regional sediado em Três Barras**. Canoinhas, 2021. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/violencia-contra-a-mulher-e-tema-de-evento-regional-sediado-em-tres-barras/>. Acesso em: 19 set. 2022.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

LIMA, Soeli Regina da Silva. **Capital Transnacional na Indústria da Madeira em Três Barras**: as Company Towns e a produção do espaço urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A aventura e a tragédia do Contestado. Apresentação. *In*: RODRIGUES *et al.* **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARCHESAN, Jairo; BAZANELLA, Sandro Luiz; BORGUEZAN, Danielly; JUNIOR, José Grein. Lei especial criminal: Um estudo de caso aplicado no município de Canoinhas/SC. **Revista Húmus**, v. 5, n. 14, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I. Trad. J. Teixeira Martins e Vital Moreira. Coimbra: Centelha, 1974.

MAURÍCIO, Cristyeneadjerrferrssa Luciana Vasconcelos. **Violência contra as mulheres**: da Lei Maria da Penha à educação como instrumento de prevenção. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Santa Rita, 2020.

MELO, S. B. Estado de exceção permanente? uma leitura de Giorgio Agamben. **Profanações**, [S. l.], v. 6, p. 276–305, 2019. DOI: 10.24302/prof.v6i0.1885. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/1885>. Acesso em: 4 maio. 2024.

MELUCCI, Alberto. Juventude, Tempo e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5, 1997.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Florestan Fernandes**. São Paulo. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/florestan-fernandes/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MESQUITA, Silvana Soares de Araujo; LELIS, Isabel Alice Oswaldo Monteiro. Cenários do Ensino Médio no Brasil. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 23, p. 821-842, 2015.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução: L. Garcia. São Paulo: Ática, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4674952/mod_resource/content/1/A%20viol%C3%Aancia.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

MILANI, Maria Luiza. Intervenções da rede socioassistencial e da justiça sobre a violência doméstica no contexto das comarcas de Canoinhas-SC e União da Vitória-PR: as convergências e peculiaridades nesses territórios. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 9, n. 21, 2019.

MILANI, Maria Luiza. O ESPAÇO PÚBLICO QUE PONTENCIALIZA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 8, p. 11, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; NJAINE, Kathie. **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros**. Editora Fiocruz, 2011.

NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. **Possibilidades e limites do currículo escolar frente a situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes**: um estudo no Ensino Fundamental I da rede municipal de Osasco (SP). 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

ND MAIS. **Mulher é agredida e mantida em cárcere privado em Três Barras**. Redação ND, Joinville, 2022. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/mulher-e-agredida-e-mantida-em-carcere-privado-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 out. 2023.

ND MAIS. **Planalto Norte de SC já soma 4 casos de feminicídio em 2023**: autores dos feminicídios eram ex-companheiros das vítimas; relembre os casos. Redação ND, Joinville, 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/planalto-norte-de-sc-ja-soma-4-casos-de-feminicidio-em-2023/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

ND MAIS. **Vítima de feminicídio em Três Barras já tinha medida protetiva contra o ex**. Redação ND, Joinville, 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/policia/vitima-de-feminicidio-em-tres-barras-ja-tinha-medida-protetiva-contra-o-ex/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (OVMSO). **Sistema integrado de informações de violência contra a mulher no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

OEA. Organização dos Estados Americanos - Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará**, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm> . Acesso em: 22 abr. 2023.

O GLOBO. **Brasil é o país que mais mata pessoas trans pelo 14º ano consecutivo, diz relatório**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-pelo-14o-ano-consecutivo-diz-relatorio.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2024.

OPAS/OMS Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. **Violência contra as mulheres**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 11 fev. 2022.

PAVIANI, Jayme. Conceitos e formas de violência. *In*: MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência**. E-book. Caxias do Sul, RS: EducS, 2016.

PEDRASSANI, Daniela. **Aspectos morfológicos, imunológicos e epidemiológicos do Dioctophyme renale em cães no distrito de São Cristóvão, Três Barras, Santa Catarina.** Tese (Doutorado em Medicina Veterinária), Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Câmpus de Jaboticabal, Jaboticabal, 2009.

POMMER, Wagner Marcelo; POMMER, Clarice Peres Carvalho Retroz. A metodologia do grupo focal e a formação continuada do professor: um olhar interativo envolvendo a articulação cognição e emoção. **Revista Itinerarius Reflectionis** - Universidade Federal de Goiás, v. 10, n. 2, 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 321-333, 2014.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas.** Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Organizado por Candido Mendes de Almeida. 14. ed. Rio de Janeiro: Typ. Do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>. Acesso em: 09 mar. 2023.

PRATES, Isadora Vieira. **Os grêmios estudantis na rede municipal de ensino de Florianópolis: perspectivas contemporâneas sobre o movimento estudantil.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps:** Ensino Fundamental e Médio. Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SC. Três Barras, 2021.

RAMOS, Silvia *et al.* **Pele alvo:** a cor da violência policial. Rio de Janeiro: CESeC, 2021. E-book.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **Elas vivem: dados que não se calam.** Rio de Janeiro: CESeC, março de 2023. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/elas-vivem-dados-que-nao-se-calam/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

REZENDE, Ana Márcia de Almeida. **Violência contra a mulher nas relações íntimas de afeto: representações sociais de adolescentes.** 2017. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

ROCHA, Sileuza da Silva Meira; SOKOLONSKI, Ana Rita. Violência contra mulher no período da COVID -19. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 650–656, 2022. DOI: 10.9771/cmbio.v21i3.52005. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/52005>. Acesso em: 4 maio. 2024.

RODOLFO, Fabiano. **Santa Catarina: desenvolvimento, desigualdades regionais e ação do Estado no início do século XXI.** Tese (Doutorado em Economia) -

Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/150489>. Acesso em: 03 abr. 2023.

RODRIGUES, CARLA. Utopias atualizadas. Prefácio. *In*: BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

RODRIGUES, Rogério Rosa; MACHADO, Paulo Pinheiro; TOMPOROSKI, Alexandre Assis; VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete (orgs). **A guerra santa do Contestado tintim por tintim**. São Paulo: Letra e Voz, 2023.

ROSENDA, Larissa Carlos; JUNIOR, Tarcizio Cleso Neres Nunes; CZAPSKI, Alessandra Ruita Santos. Violência, Direitos Humanos e Educação como Forma de Atenuar a Violência. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 7, p. 38-46, 2019.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de Filosofia**. Tradução: Alberto Alonso Muñoz. Editora Scipione, São Paulo, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos pagu**, p. 115-136, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTA CATARINA. **Decreto 201, de 08 de agosto de 2019**. Legislação Estadual de Santa Catarina. Estado de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-201-2019-santa-catarina-institui-a-campanha-agosto-lilas-a-fim-de-sensibilizar-a-sociedade-sobre-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-e-divulgar-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SANTA CATARINA. **Lei 18.322, de 05 de janeiro de 2022**. Legislação Estadual de Santa Catarina. Estado de Santa Catarina, 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-18322-2022-santa-catarina-consolidas-leis-que-dispoem-sobre-politicas-publicas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado de Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Educação, 2014.

SANTA CATARINA. **Decreto nº788**. Legislação Estadual. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Educação, Florianópolis, 1955.

SANTA CATARINA. **Parecer 49, de 05 de março de 1992**. Autorização para o funcionamento do Curso de Ensino Médio de Educação Geral na Escola Básica Frei Menandro Kamps - Três Barras/SC. Estado de Santa Catarina. Conselho Estadual de Educação, Florianópolis, 1992.

SANTA CATARINA. **Portaria Normativa nº 2034, de 10 de novembro de 2020.** Regulamentação da realização de pesquisas acadêmicas no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Diário Oficial -SC nº21.393 de 12 de novembro de 2020. Estado de Santa Catarina, 2020.

SANTA CATARINA. **Professor on-line.** Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Educação, 2022. Disponível em:
<http://professoronline.sed.sc.gov.br/CadLoginProfCaptchaCopy1.aspx?ReturnUrl=%2f>. Acesso em: 27 set. 2022.

SANTA CATARINA. **Portaria E/167, de 08 de abril de 1980.** Autoriza o funcionamento gradativo da 5ª à 8ª série do ensino de 1º grau, a partir de 1980, na Escola Básica "Frei Menandro Kamps", código 08.07.056, da rede estadual de ensino, do município de Três Barras. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado de Educação, 8ª Unidade de Coordenação Regional, Mafra, 1980.

SANTA CATARINA. **Portaria E/81, de 21 de fevereiro de 1986.** Criação do Curso de Educação Pré-Escolar na Escola Básica "Frei Menandro Kamps", município de Três Barras. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado de Educação. Florianópolis, 1986.

SANTA CATARINA. **Portaria 649, de 10 de julho de 2018.** Institui o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para participação. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado de Educação. Florianópolis, 2018.

SANTA CATARINA. **Portal da Educação:** Institucional. Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado de Educação, 2022. Disponível em:
<http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueendportal.aspx?rlyWSs3liGEnjluZit20uUqFjgFAKQzkTZUjs0sYwuo=>. Acesso em: 28 set. 2022.

SANTA CATARINA. **Resolução CEE/SC nº48, de 05 de julho de 2016.** Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Conselho Estadual de Educação, 2016. Disponível em:
<https://www.sed.sc.gov.br/documentos/politica-prevencao-as-violencias-na-escola-335/9164-resolucao-cee-n-48-05-07-2016>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Elementos de uma história do currículo: relações educação e poder sob regime totalitário no Brasil e na Itália. **Revista e-Curriculum**, v. 13, n. 2, p. 232-251, 2015.

SANTOS, Benedito Rodrigues; MORA, G. G.; DEBIQUE, F. A. Empoderamento de meninas: como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero. **Caderno de Boas Práticas**. Brasília: INDICA, 2016. Disponível em:
<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/empoderamento-de-meninas-boas-praticas>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SANTOS, Reginaldo Antonio Marques dos. **O papel da educação na prevenção da violência contra a mulher no município de Canoinhas-SC**. Monografia

(Especialização em Educação e Diversidade). Repositório IFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/2008>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SERRAGLIO, João Paulo. **O som das serras paisagem e arquivo em Três Barras-SC**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SILVA, Gabriele. **Qual o significado da sigla LGBTQIA+?** Educa + Brasil, Bahia, 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/qual-o-significado-da-sigla-lgbtqia>. Acesso em: 29 maio 2023.

SILVA JUNIOR, Paulo Roberto da; BORGES, Claudia Andréa Mayorga. Jovem nem nem: questionamentos a partir de pesquisas sobre juventude e experiências de jovens pobres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 2022.

SILVA, Lumaira Maria Nascimento. **Percepções de adolescentes do sexo masculino sobre a violência doméstica: um olhar da bioética**. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Programa de Pós Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro em regime de associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz e Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

SILVEIRA, Daniel. **Extrema pobreza bate recorde no Brasil em dois anos de pandemia, diz IBGE**. G1 Economia, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SINGULANO, Yara Lopes. **Percepções de adolescentes sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, Ervália/MG**. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Juventudes e as “novas” expressões da participação na política. **Cadernos IHU ideias/** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. Ano 20, nº332, v. 20. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2022.

STAFIN, Isabel. **Campanha Agosto Lilás mobiliza escolas General Osório e Frei Menandro Kamps em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2021. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/campanha-agosto-lilas-mobiliza-escolas-general-osorio-e-frei-menandro-kamps-em-tres-barras/>. Acesso em: 19 set. 2022.

STAFIN, Isabel. **Médico alerta para casos de abuso sexual contra crianças em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2023. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/medico-alerta-para-casos-de-abuso-sexual-contra-criancas-em-tres-barras/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

STAFIN, Isabel. **Mulher é agredida pelo companheiro no distrito do São Cristóvão, em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2023. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/mulher-e-agredida-pelo-companheiro-no-distrito-do-sao-cristovao-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 out. 2023.

STAFIN, Isabel. **Trinta por cento dos assassinatos ocorridos em 2021 na comarca de Canoinhas são feminicídios**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2021. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/trinta-por-cento-dos-assassinatos-ocorridos-em-2021-na-comarca-de-canoinhas-sao-femicidios/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

T1 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Matutino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 17. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. Três Barras, SC, 2023.

T2 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Matutino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 17. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. Três Barras, SC, 2023.

T3 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Matutino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 17. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. Três Barras, SC, 2023.

T4 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Matutino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 17. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. Três Barras, SC, 2023.

T5 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Matutino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 17. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. Três Barras, SC, 2023.

T6 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Vespertino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 23. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. Três Barras, SC, 2023.

T7 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Vespertino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 23. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão**. Três Barras, SC, 2023.

T8 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Vespertino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 23. **Depoimento em Grupo**

Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão. Três Barras, SC, 2023.

T9 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Vespertino (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 23. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T10 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T11 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T12 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T13 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T14 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T15 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T16 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T17 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão.** Três Barras, SC, 2023.

T18 (2023). Depoimento em Grupo Focal. *In* Grupo Focal Noturno (Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps). 2023, agosto 22. **Depoimento em Grupo**

Focal sobre as percepções dos (as) jovens do Ensino Médio sobre a violência contra as mulheres no distrito de São Cristóvão. Três Barras, SC, 2023.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O pessoal da Lumber!**: Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina 1910 – 1929. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TRÊS BARRAS. Governo Municipal. **Campanha Agosto Lilás é celebrada com atividades em Três Barras.** Três Barras, SC: Assessoria de Comunicação, 2021. Disponível em: <https://www.tresbarras.sc.gov.br/noticia/campanha-agosto-lil-s-celebrada-com-atividades-em-tr-s-barras>. Acesso em: 19 set. 2022.

TRÊS BARRAS. Governo Municipal. **Série de palestras, a estudantes, marca o início da campanha agosto lilás, em Três Barras.** Três Barras, SC: Assessoria de Comunicação, 2022. Notícias do Município de Três Barras. Disponível em: <https://tresbarras.sc.gov.br/noticia/serie-de-palestras-a-estudantes-marca-o-inicio-da-campanha-agosto-lilas-em-tres-barras#:~:text=Home-,S%C3%A9rie%20de%20palestras%2C%20a%20estudantes%2C%20marca%20o%20in%C3%ADcio%20da%20campanha,Agosto%20Lil%C3%A1s%2C%20em%20Tr%C3%AAs%20Barras&text=Uma%20s%C3%A9rie%20de%20palestras%20voltada,04%20e%2005%20de%20agosto>. Acesso em: 19 set. 2022.

TRÊS BARRAS. Assessoria de Comunicação. Governo Municipal. **Três Barras sedia palestras e ações alusivas à campanha agosto lilás de enfrentamento à violência contra as mulheres.** 2023. Governo Municipal. Disponível em: <https://tresbarras.sc.gov.br/noticia/tres-barras-sedia-palestras-e-aco-es-alusivas-a-campanha-agosto-lilas-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres#:~:text=Home-,Tr%C3%AAs%20Barras%20sedia%20palestras%20e%20a%C3%A7%C3%B5es%20alusivas%20%C3%A0%20campanha%20Agosto,%C3%A0%20viol%C3%AAncia%20contra%20as%20mulheres&text=Pelo%20terceiro%20ano%20consecutivo%2C%20a,relacionadas%20%C3%A0%20Campanha%20Agosto%20Lil%C3%A1s>. Acesso em: 14 ago. 2023.

TRÊS BARRAS. **Lei nº156, de 22 de abril de 1970a.** Cria o Núcleo de Expansão Residencial na Localidade de Xarqueada. Três Barras: Legislação Municipal, 1970a. Disponível em: <https://www.camaratresbarras.sc.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/16490>. Acesso em: 08 ago. 2022.

TRÊS BARRAS. **Lei nº165, de 22 de julho de 1970b.** Denomina a Localidade de São Cristóvão. Três Barras: Legislação Municipal, 1970b. Disponível em: <https://www.camaratresbarras.sc.gov.br/proposicoes/pesquisa/0/1/0/16478>. Acesso em: 08 ago. 2022.

TRÊS BARRAS. **Lei nº471, de 06 de dezembro de 1978.** Cria o Distrito de São Cristóvão com sede no atual povoado do Núcleo Residencial de São Cristóvão no Município de Três Barras. Três Barras: Legislação Municipal, 1978. Disponível em:

<https://www.camaratresbarras.sc.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/1978/1/0/16165>.

Acesso em: 08 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. '**O segundo sexo**', de Simone de Beauvoir, completa 70 anos: considerado ícone do movimento feminista, livro foi lançado em 24 de maio de 1949. Notícias Externas, Belo Horizonte, 2019.

Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/o-segundo-sexo-de-simone-de-beauvoir-completa-70-anos#:~:text=O%20Segundo%20Sexo%20foi%20escrito,proibi%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A0%20vida%20das%20mulheres>.

Acesso em: 08 maio 2023.

VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (orgs). **Nem fanáticos, nem jagunços**: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)

VAZ, Antonio Carlos. **Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos**. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Araraquara, 2012.

VERDÉLIO, Andreia. **Governo abre consulta pública sobre novo ensino médio**: portaria foi publicada nesta quinta-feira no diário oficial. Agência Brasil, Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/governo-abre-consulta-publica-sobre-novo-ensino-medio>. Acesso em: 07 maio 2023.

VILELA, Pedro Rafael. **Em reunião com Lula, CNTE pede revogação do novo ensino médio**: presidente não dará sequência ao programa de escolas cívico-militares. Agência Brasil, Brasília, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/em-reuniao-com-lula-cnte-pede-revogacao-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: 07 maio 2023.

VITOVSKI, Juliana Moreira de Negreiros. **Relato de caso sobre Dioctophyma renale em cão residente no município de Três Barras/SC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas), Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Flacso Brasil, 2015.

WASSOASKI, Edinei. **Corpo com sinais de violência é encontrado em estado de decomposição em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2021. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/corpo-com-sinais-de-violencia-e-encontrado-em-estado-de-decomposicao-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

WASSOASKI, Edinei. **Escolas de Canoinhas e Irineópolis têm melhores resultados do Ideb na região**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2022. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/canoinhas-apresenta-melhores-resultados-do-ideb-na-regiao/>. Acesso em: 19 set. 2022.

WASSOASKI, Edinei. **Homem é preso por agredir e ameaçar companheira em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2021. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/homem-e-preso-por-agredir-e-ameacar-companheira-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

WASSOASKI, Edinei. **Mãe vai parar na Delegacia por agredir a filha de 12 anos em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2022. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/mae-vai-parar-na-delegacia-por-agredir-a-filha-de-12-anos-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

WASSOASKI, Edinei. **Morre mãe que enfrentou assassino da filha em Três Barras**. Portal de Notícias JMAIS, Canoinhas, 2021. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/morre-mae-que-enfrentou-assassino-da-filha-em-tres-barras/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

ZICCARDI, Victoria Vera. **'Gaslighting': As cinco frases mais comuns dos manipuladores, segundo uma psicóloga de Harvard**. La Nacion, Buenos Aires, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/saude/noticia/2023/08/04/gaslighting-as-cinco-frases-mais-comuns-dos-manipuladores-segundo-uma-psicologa-de-harvard.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado responsável,

Gostaríamos de convidar seu (sua) filho (a) a participar da pesquisa intitulada “O olhar dos (as) estudantes do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps – Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres”, desenvolvida pelo Mestrando em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Reginaldo Antonio Marques dos Santos, sob orientação da professora Dra Carolina Fernandes da Silva, do Departamento de Educação Física, da Universidade Federal de Santa Catarina. Este estudo tem como objetivo compreender as representações incorporadas pelos estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps, no município de Três Barras/SC, acerca da *Violência contra as mulheres*, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências.

Sua participação é muito importante, pois, permite identificar como os jovens percebem em sua realidade social a presença da violência contra as mulheres. Como benefícios diretos ao participante e indiretos à sociedade, pode-se citar: a reflexão sobre a temática a partir do contato com os termos abordados, a percepção da temática como problema social gravíssimo, o olhar sobre si e sua relação com o outro; o cumprimento do artigo 8º da Lei Maria da Penha (11.340) que apresenta a educação como medida integrada preventiva e a produção acadêmico-científica diante da ausência de trabalhos que permitam analisar e refletir sobre a realidade da escola no distrito tresbarrense.

Para a realização desta pesquisa, as informações serão coletadas a partir de dois grupos focais (que são uma forma de conversa interativa entre os participantes), previamente organizados em comum acordo com o setor pedagógico da escola. Participam de tais grupos, entre seis à doze estudantes do ensino médio da Escola

de Educação Básica Frei Menandro Kamps, sendo realizados, um no período matutino e outro no período noturno. Os encontros dos grupos serão gravados em áudio e vídeo para em seguida serem transcritos. As reuniões serão agendadas mediante as possibilidades dos estudantes, a partir de orientação do setor pedagógico, em ambiente disponibilizado pela escola. A duração dos encontros está prevista para uma hora e trinta minutos com limite máximo de três horas.

Este estudo não apresenta riscos de natureza física, no entanto, existe a possibilidade de mobilização emocional relacionada ao tema, como por exemplo, causar constrangimento ou aborrecimento ao responder sobre alguns fatos vivenciados no passado. Contudo, estamos dispostos a acolher, interromper o encontro, retornando a coletar os dados sob anuência, tão logo o (a) participante esteja à vontade para continuar ou desistir.

De acordo com os itens II.21 e IV.3.g da Resolução 466/12 e Art. 2º., inc. XXIV, art. 9º., inc. VII, e art. 10º da Resolução 510/16 será garantido aos participantes e acompanhantes o ressarcimento em casos de despesas ocasionadas pela participação na pesquisa, como transporte e alimentação. A devolutiva se dará em moeda corrente mediante apresentação do cupom fiscal, exceto, casos de uso do transporte coletivo municipal que não fornece o mesmo. Nestes casos, o participante somente informará o valor da passagem verbalmente. Importante salientar a previsão legal (direito) do ressarcimento de despesas diretamente decorrentes da participação na pesquisa.

Informamos que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar as identidades. Os resultados poderão ser apresentados em eventos ou periódicos científicos, garantindo-lhe o direito ao anonimato e resguardo de sua privacidade. Para preservar a privacidade da identidade dos participantes serão utilizados nomes fictícios ou códigos, contudo, as biografias apresentadas e relatadas poderão fornecer informações que identifiquem os indivíduos. Acrescentamos que, apesar dos esforços e das providências necessárias tomadas pelos pesquisadores, sempre existe a remota possibilidade de quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional.

Gostaríamos de esclarecer que você pode recusar-se a participar do estudo, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete prejuízo a sua pessoa.

Você não pagará nada para participar desta pesquisa e nem será remunerado

por sua participação. Garantimos, no entanto, o direito a indenização, caso ocorra qualquer dano comprovadamente decorrente da sua participação neste estudo.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos antes, durante e após a pesquisa pode nos contatar que daremos todo o acompanhamento e assistência.

Pesquisador: REGINALDO ANTONIO MARQUES DOS SANTOS, Centro de Ciências da Educação CED/UFSC - Florianópolis - SC. Celular: 47 – 98813-5839, email: professorregy@gmail.com

Em caso de dúvidas relacionadas a questões éticas, você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEPSH/UFSC) que está localizado no Prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 701, na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis. Telefone para contato: (48) 3721-6094. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

A pesquisa atende todas as especificações da Resolução 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e os pesquisadores se comprometem a cumprir os termos da referida resolução. Caso você aceite participar da pesquisa, este termo deverá ser preenchido, rubricado em todas as páginas e assinado ao seu término pelo pesquisador, pela orientadora e pelo participante (ou responsável legal em caso de menores) da pesquisa, em duas vias de igual teor. Você receberá uma via assinada deste documento por e-mail e terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Após a finalização do estudo, os resultados serão disponibilizados aos participantes da pesquisa.

Nesses termos e considerando-me livre e esclarecido sobre a natureza e objetivo do estudo proposto, consinto minha participação voluntária.

Nome do participante da pesquisa:

Assinatura do participante (ou responsável legal em caso de menores de idade) da pesquisa:_____

Você pode escolher a sua participação da forma que se sentir mais confortável, sendo as seguintes opções:

- a) () Desejo participar da pesquisa sem que os dados de áudio e vídeo sejam gravados;
- b) () Permito que somente o áudio da entrevista seja utilizado para os fins desta pesquisa;
- c) () Permito que o áudio e o vídeo da entrevista sejam utilizados para os fins desta pesquisa;

Data e Local: _____

Reginaldo Antonio Marques dos Santos
Pesquisador

Profa. Dra. Carolina Fernandes da Silva
Orientadora

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, abaixo assinado(a), declaro estar plenamente esclarecido(a) e concordo em participar voluntariamente da pesquisa intitulada “O olhar dos (as) estudantes do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps – Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres” e que fui informado(a) de forma clara, sobre todos os procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa. As informações que recebi foram suficientes para entender a pesquisa e, ainda, para compreender que meus dados serão sigilosos, que poderei deixar a pesquisa a qualquer momento e que não receberei nenhum tipo de benefício, não terei despesa financeira ou material pela minha participação na pesquisa, todavia, caso ocorra algum custo decorrente de minha participação, serei ressarcido pelo pesquisador. Sendo assim, assino este documento em três vias, permanecendo uma delas com o pesquisador responsável, outra com a orientadora e outra comigo, participante da pesquisa. Este documento será igualmente assinado pelo pesquisador responsável e pela orientadora. Declaro ainda que autorizo a utilização da entrevista e de outros dados por mim concedidos aos pesquisadores, no todo ou em partes para a dissertação de mestrado e outros fins acadêmicos, tais como artigos, capítulos de livros e comunicações em congressos.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação de meu filho (a) na pesquisa, e que concordo que ele (a) participe.

Florianópolis, _____ de _____ de _____.

Nome do (a) Estudante Participante:

Nome do Responsável:

Assinatura do Responsável:

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

APÊNDICE C - DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

Declaramos que, nesta pesquisa, serão cumpridas as exigências pertinentes, conforme resolução CNS 466/12. Dessa forma, os participantes estarão cientes a respeito de todos os procedimentos da pesquisa, bem como dos benefícios e riscos aos quais estarão expostos, a saber, fadiga e cansaço, os quais procuraremos minimizar, havendo um intervalo na sessão de coleta e garantindo um espaço físico adequado para a realização do grupo focal. Além disso, garantimos a manutenção do sigilo e privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa, bem como a livre participação do sujeito, que poderá deixar a pesquisa a qualquer momento, sem qualquer penalização.

Pesquisador: Reginaldo Antonio Marques dos Santos

Celular: (47) 9-8813-5839

Endereço-eletrônico: professorregy@gmail.com

Orientadora: Carolina Fernandes da Silva

Endereço-eletrônico: carolina.f.s@ufsc.br

APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

Prezado estudante,

Estamos desenvolvendo a pesquisa de mestrado de Reginaldo Antonio Marques dos Santos, intitulada “O olhar dos (as) estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps – Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres”. Você está sendo convidado (a) a participar deste estudo e para isto solicitamos a leitura deste documento, para que possa ficar ciente do que se trata, bem como sanar eventuais dúvidas. Diante disso, você poderá manifestar seu acordo com a participação voluntária nesta pesquisa, o que ocorrerá formalmente mediante a assinatura do responsável por você Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e por você neste Termo.

Informamos que todas as etapas desta pesquisa são pautadas por critérios éticos e pela legislação vigente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os objetivos do estudo são: Compreender as representações incorporadas pelos estudantes do ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC, acerca da *Violência contra as mulheres*, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências; Compreender o fenômeno da violência e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC; Identificar como a *violência contra as mulheres* se apresenta no imaginário social dos estudantes de uma escola do município de Três Barras/SC; Analisar quais os posicionamentos dos (as) estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC quanto a *violência contra as mulheres*.

Esta pesquisa se utiliza de um grupo focal, que é uma forma de conversa em grupo sobre o tema da *violência contra as mulheres*. O grupo será composto por estudantes que vão dialogar sobre esse assunto. Serão realizados dois encontros, sendo um no período matutino e outro no período noturno, com cerca de uma hora e meia à três horas de duração, que ocorrerão dentro da escola. Além disso, o grupo focal contará com mediação do mestrando Reginaldo Antonio Marques dos Santos e

será acompanhado por um membro indicado pertencente à equipe pedagógica, direção ou Conselho Deliberativo da escola. Cada encontro será gravado em áudio e vídeo e transcrito para fins dessa pesquisa, sendo guardado sigilo da identidade dos participantes.

Riscos e benefícios da pesquisa: A realização desta pesquisa traz como benefícios a valorização da trajetória dos participantes desta investigação, bem como a oportunidade de refletir sobre sua atuação no que se refere ao tema da violência contra as mulheres. Além disso, a investigação poderá contribuir para o aprimoramento da ciência, que ocorre a posteriori. Ou seja, ao participar da investigação você poderá sentir-se partícipe no processo de construção histórica da instituição escolar pesquisada e do próprio sujeito, colaborando com a construção da sociologia da educação brasileira, notadamente no que diz respeito a luta pelos direitos humanos das mulheres. Além disso, a adesão como participante nesta pesquisa oferece risco mínimo à sua saúde ou exposição a situações constrangedoras. Deixamos claro que a participação servirá para a produção de conhecimento. Neste caso, manteremos o anonimato (nome do participante não será revelado) para evitar todo e qualquer constrangimento.

Todo e qualquer risco de quebra de sigilo das informações, como identificação da sua identidade e a análise das informações não se debruçará em críticas e juízo de valores que ofendam ou desprestigiem a sua integridade pessoal.

Poderão existir eventuais desconfortos ou constrangimentos em decorrência da participação no grupo focal, ao responder às perguntas ou durante as conversas. Os procedimentos podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis nos participantes. Nesse sentido, para garantir a minimização desses desconfortos, o pesquisador estará atento a sinais verbais e não verbais de desconforto, bem como, salientará a não obrigatoriedade de responder a qualquer questão.

Os participantes da pesquisa serão acompanhados durante o grupo focal e, em caso de necessidade, sendo comprovado dano por conta da pesquisa, se buscará oferecer aos participantes assistência por meio da escola e/ou dos pesquisadores.

Solicita-se, agora, que você assine o consentimento para sua participação nesta pesquisa. Pedimos que rubrique cada uma das folhas. Fica garantido que você poderá desistir a qualquer momento, bastando para isso informar

sua decisão. Informo que este termo foi elaborado em duas vias e que você receberá uma delas. Será adotada como prática ética nesta pesquisa, que o início do grupo focal só se dará após a assinatura deste termo.

Eu, _____, li o documento e fui informado dos objetivos da presente pesquisa de maneira clara e esclareci minhas dúvidas. Sei que a participação é voluntária e de livre espontânea vontade, e que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, assim como desistir sem prejuízos. Também fica estabelecido que tenho o direito de não responder a qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa.

Três Barras, _____ de _____ de 2023.

Contatos:

Carolina Fernandes da Silva – Pesquisadora/UFSC. E-mail: carolina.f.s@ufsc.br

Endereço Profissional: Centro de Ciências da Educação. Campus da Universidade Federal de Santa Catarina - R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900.

Reginaldo Antonio Marques dos Santos - Mestrando/UFSC. E-mail: professorregy@gmail.com. Endereço profissional: Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps – Avenida Abraão Mussi, nº 4091 – São Cristóvão, Três Barras - SC, 89490-000.

Endereço do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humano da UFSC:
Universidade Federal de Santa Catarina / Pró-Reitoria de Pesquisa / Prédio Reitoria II

R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 7º. Andar, sala 701, Trindade, Florianópolis/SC.

CEP 88.040-400. Contato: (48) 3721-6094.

cep.propesq@contato.ufsc.br

<p>_____ Mestrando Reginaldo Antonio Marques dos Santos (PESQUISADOR)</p>	<p>_____ Professora Dra. Carolina Fernandes da Silva (PESQUISADORA)</p>
---	---

	<hr/> <p>Assinatura do Estudante</p>
--	--------------------------------------

APÊNDICE E – ROTEIRO DE APOIO PARA GRUPO FOCAL

Objetivo	Questão
Apresentação	Cada participante deverá se apresentar brevemente para o restante do grupo focal. OU: Estimular questão sobre o que é ser jovem no Distrito do São Cristóvão e o que eles (as) mais curtem fazer.
Compreender o fenômeno da violência e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC.	Verificar a compreensão do grupo sobre o que é violência. Falar sobre as possíveis causas da violência contra as mulheres.
Identificar como a <i>violência contra as mulheres</i> se apresenta no imaginário social dos (as) estudantes de uma escola do município de Três Barras/SC.	Identificar possíveis casos de violência contra as mulheres dos quais os (as) estudantes possam ter conhecimento. Discutir sobre as consequências da violência contra as mulheres tanto para as vítimas, como para a sociedade.
Analisar quais os posicionamentos dos (as) estudantes de ensino médio de uma escola de Três Barras/SC quanto a <i>violência contra as mulheres</i> .	Falar sobre ações que o grupo sugere para diminuir os casos de violência contra as mulheres. Verificar (caso não seja citada) as atribuições que o grupo propõe para a instituição escola (dificuldades e possibilidades desta, como a Campanha Agosto Lilás) visando coibir a violência praticada contra as mulheres.

	O que a escola e seus sujeitos podem fazer?
--	---

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL

Data: **Identificação:**

Data de nascimento:

Idade:

Autopercepção étnico-racial: () Branca () Negra – preta ou parda; () Amarela
() Indígena

Identidade de gênero: () Masculino; () Feminino; () Outra; Qual?.....

Situação conjugal: () Solteiro; () Namorando; () Casado; () União estável

Trabalha: () Sim; () Não

Caso trabalhe, qual a categoria de emprego: () com carteira de trabalho assinada;
() militares e funcionários públicos estatutários; () sem carteira de trabalho assinada.

Mora com quem: () pai; () mãe; () irmão/irmã; () padrasto; () madrasta; () avós; () tios/tias; () primos/primas; () outros.

Quantas pessoas moram na casa contando com você: () duas; () três; () quatro;
() cinco; () seis ou mais.

Quem contribui com a renda familiar: () pai; () mãe; () padrasto; () madrasta;
() avós; () tios/tias; () primos/primas; () eu; () outros.

Qual a renda familiar: () menos que 1 salário mínimo; () entre 1 e 2 salários mínimos;
() entre 3 e 4 salários mínimos; () entre 5 e 6 salários mínimos; () mais que 7 salários mínimos.

Minha família é: () da microrregião de Canoinhas; () de migrantes; () de outras regiões de Santa Catarina; () de outros estados brasileiros.

Minha filiação religiosa é: () Católica; () Evangélica; () Espírita; () Umbanda e Candomblé; () Outras religiosidades; () Sem religião

ANEXOS

ANEXO A – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O olhar dos (as) estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps - Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres

Pesquisador: CAROLINA FERNANDES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70249723.0.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.173.416

Apresentação do Projeto:

A pesquisa é oriunda do Programa de Pós-graduação em Educação, nível de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Pretende-se realizar a partir de entrevistas (grupos focais) com estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual no município de Três Barras/SC, no Planalto Norte Catarinense. O Distrito onde a instituição está localizada é constantemente noticiado pela mídia local como espaço de violências diversas, dentre as quais, a praticada contra as mulheres. Os procedimentos metodológicos estão divididos em duas etapas: Coleta dos dados e Análise dos dados. Assim, a primeira etapa, compreende a coleta dos dados a partir da realização de entrevistas com dois grupos focais (um do período integral e outro do período noturno). No uso desta metodologia, a análise visa as interações estabelecidas entre os sujeitos, sendo o moderador o responsável por orientar os participantes com base nos objetivos da pesquisa. Para tal, conta-se com um roteiro de apoio para dinamizar e propor diálogo de acordo com os interesses do trabalho. O roteiro de apoio é composto por 7 questões abertas. Todavia, convém ressaltar que este serve apenas para orientar o grupo em relação às interações vinculadas aos objetivos da pesquisa. Não se trata de uma entrevista com perguntas e respostas. As questões visam identificar o olhar dos (as) estudantes sobre quais elementos influenciam na existência de violências contra as mulheres e as possíveis formas de erradicar estes atos. Também procura compreender em que medida o tema se apresenta nas relações cotidianas dos (as) estudantes. No âmbito das proposições para coibir a violência contra as mulheres, procura entender a importância

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701

Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400

UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

que os jovens atribuem à instituição escola enquanto limites e possibilidades desta. Já para a etapa de análise dos dados será utilizada a metodologia da análise de conteúdo. A técnica é embasada na obra de Laurence Bardin (2011) e está dividida em três eixos cronológicos: 1] a pré-análise; 2] a exploração do material; 3] o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A coleta dos dados pessoais a partir de questionário individual possibilita traçar um panorama da forma como os estudantes definem sua autopercepção étnico-racial, identidade de gênero, a situação conjugal, a origem da família, as condições de trabalho, de renda, de moradia e filiação religiosa. Se trata de uma forma de contextualizar os grupos participantes sendo um contributivo com as análises que sucedem a partir das interações realizadas pelo mesmo. Importante frisar que o objetivo geral do trabalho consiste em compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC, acerca da Violência contra as mulheres, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências. Portanto, caracterizar tais grupos, implica em lançar luz sobre os protagonistas deste trabalho de pesquisa possibilitando para além do cruzamento de dados com as informações da ficha de matrícula do Estado, também o levantamento de dimensões econômicas, sociais e culturais dos participantes. Os estudos sobre a violência contra mulheres na Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps no Distrito de São Cristóvão possibilitam aprofundar o conhecimento do pesquisador e sucessivamente qualificar as aulas e demais atividades profissionais, sociais e pessoais onde o mesmo se insere. A análise da forma de tratamento atribuído ao tema por parte da instituição escolar joga luz para aspectos fundamentais sobre o modo como é abordada a temática, as condições da escola para realização de tais tarefas e a relevância desta diante da realidade das (dos) estudantes e demais moradores do Distrito. Ao mesmo tempo, possibilita um olhar de quem vivencia a política pública em suas condições cotidianas, no chão da escola e da comunidade. Não obstante, a violência contra as mulheres é um problema social gravíssimo, combatê-lo é urgente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC, acerca da Violência contra as mulheres, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências. Objetivo Secundário: Compreender o fenômeno da violência e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC; Identificar como a violência contra as mulheres se apresenta no imaginário social dos (as) estudantes de uma escola do município de Três Barras/SC; Analisar quais os posicionamentos dos

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

(as) estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC quanto a violência contra as mulheres.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A adesão como participante nesta pesquisa oferece risco mínimo à saúde ou exposição a situações constrangedoras. Convém esclarecer que a participação servirá para a produção de conhecimento. Neste caso, mantendo o anonimato (nome do participante não será revelado) para evitar todo e qualquer constrangimento. Este estudo não apresenta riscos de natureza física, no entanto, existe a possibilidade de mobilização emocional relacionada ao tema, como por exemplo, causar constrangimento ou aborrecimento ao responder sobre alguns fatos vivenciados no passado. Contudo, em caso de ocorrência, será acolhido, interrompido o encontro, retornando a coletar os dados sob anuência, tão logo o (a) participante esteja à vontade para continuar ou desistir. As informações coletadas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar as identidades. Os resultados poderão ser apresentados em eventos ou periódicos científicos, garantindo o direito ao anonimato e resguardo da privacidade. Para preservar a privacidade da identidade dos (as) participantes será utilizada a letra T maiúscula representando a inicial do nome da ex-aluna da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps vítima de feminicídio no ano de 2021, seguido de numeral correspondente conforme o tamanho do grupo. Exemplo: T1, T2, T3... Contudo, as biografias apresentadas e relatadas poderão fornecer informações que identifiquem os indivíduos. Acrescenta-se que, apesar dos esforços e das providências necessárias tomadas pelos pesquisadores responsáveis, sempre existe a remota possibilidade de quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional.

Benefícios: A realização desta pesquisa traz como benefícios a valorização da trajetória dos participantes desta investigação, bem como, a oportunidade de refletir sobre sua atuação no que se refere ao tema da violência contra as mulheres. Além disso, a investigação poderá contribuir para o aprimoramento da ciência, colaborando com a construção da sociologia da educação brasileira, notadamente no que diz respeito a luta pelos direitos humanos das mulheres diante da gravidade deste problema social que atinge meninas e mulheres em maior ou menor escala em diversos países do mundo, dentre eles, o Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de pesquisa de Mestrado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, de Reginaldo Antonio Marques

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

dos Santos, sob orientação da professora Dra Carolina Fernandes da Silva.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A submissão incluiu os seguintes termos:

Folha de rosto assinada

Projeto detalhado

TALE

TCLE

Declaração da instituição

Recomendações:

Vide Conclusões ou Pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o projeto observa as orientações do CEP e as pendências foram resolvidas, recomenda-se a sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2151696.pdf	30/06/2023 17:01:52		Aceito
Outros	CARTA.pdf	30/06/2023 16:59:59	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoUFSC.pdf	30/06/2023 16:59:31	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/06/2023 16:56:24	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	05/06/2023 21:46:37	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	05/06/2023 18:36:50	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	05/06/2023	Reginaldo Antonio	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

Outros	Roteiro.pdf	18:35:07	Marques dos Santos	Aceito
Outros	Questionario.pdf	05/06/2023 18:34:20	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Declaração de concordância	TermoInstituicao.pdf	05/06/2023 18:32:20	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	05/06/2023 18:28:29	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromisso.pdf	05/06/2023 18:26:09	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 10 de Julho de 2023

Assinado por:
Nelson Canzian da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

Outros	Roteiro.pdf	18:35:07	Marques dos Santos	Aceito
Outros	Questionario.pdf	05/06/2023 18:34:20	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Declaração de concordância	TermoInstituicao.pdf	05/06/2023 18:32:20	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	05/06/2023 18:28:29	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromisso.pdf	05/06/2023 18:26:09	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 10 de Julho de 2023

Assinado por:
Nelson Canzian da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

dos Santos, sob orientação da professora Dra Carolina Fernandes da Silva.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A submissão incluiu os seguintes termos:

Folha de rosto assinada

Projeto detalhado

TALE

TCLE

Declaração da instituição

Recomendações:

Vide Conclusões ou Pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o projeto observa as orientações do CEP e as pendências foram resolvidas, recomenda-se a sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2151696.pdf	30/06/2023 17:01:52		Aceito
Outros	CARTA.pdf	30/06/2023 16:59:59	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoUFSC.pdf	30/06/2023 16:59:31	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/06/2023 16:56:24	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	05/06/2023 21:46:37	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	05/06/2023 18:36:50	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	05/06/2023	Reginaldo Antonio	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

(as) estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC quanto a violência contra as mulheres.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A adesão como participante nesta pesquisa oferece risco mínimo à saúde ou exposição a situações constrangedoras. Convém esclarecer que a participação servirá para a produção de conhecimento. Neste caso, mantendo o anonimato (nome do participante não será revelado) para evitar todo e qualquer constrangimento. Este estudo não apresenta riscos de natureza física, no entanto, existe a possibilidade de mobilização emocional relacionada ao tema, como por exemplo, causar constrangimento ou aborrecimento ao responder sobre alguns fatos vivenciados no passado. Contudo, em caso de ocorrência, será acolhido, interrompido o encontro, retornando a coletar os dados sob anuência, tão logo o (a) participante esteja à vontade para continuar ou desistir. As informações coletadas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar as identidades. Os resultados poderão ser apresentados em eventos ou periódicos científicos, garantindo o direito ao anonimato e resguardo da privacidade. Para preservar a privacidade da identidade dos (as) participantes será utilizada a letra T maiúscula representando a inicial do nome da ex-aluna da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps vítima de feminicídio no ano de 2021, seguido de numeral correspondente conforme o tamanho do grupo. Exemplo: T1, T2, T3... Contudo, as biografias apresentadas e relatadas poderão fornecer informações que identifiquem os indivíduos. Acrescenta-se que, apesar dos esforços e das providências necessárias tomadas pelos pesquisadores responsáveis, sempre existe a remota possibilidade de quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional.

Benefícios: A realização desta pesquisa traz como benefícios a valorização da trajetória dos participantes desta investigação, bem como, a oportunidade de refletir sobre sua atuação no que se refere ao tema da violência contra as mulheres. Além disso, a investigação poderá contribuir para o aprimoramento da ciência, colaborando com a construção da sociologia da educação brasileira, notadamente no que diz respeito a luta pelos direitos humanos das mulheres diante da gravidade deste problema social que atinge meninas e mulheres em maior ou menor escala em diversos países do mundo, dentre eles, o Brasil.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de pesquisa de Mestrado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, de Reginaldo Antonio Marques

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.173.416

que os jovens atribuem à instituição escola enquanto limites e possibilidades desta. Já para a etapa de análise dos dados será utilizada a metodologia da análise de conteúdo. A técnica é embasada na obra de Laurence Bardin (2011) e está dividida em três eixos cronológicos: 1] a pré-análise; 2] a exploração do material; 3] o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A coleta dos dados pessoais a partir de questionário individual possibilita traçar um panorama da forma como os estudantes definem sua autopercepção étnico-racial, identidade de gênero, a situação conjugal, a origem da família, as condições de trabalho, de renda, de moradia e filiação religiosa. Se trata de uma forma de contextualizar os grupos participantes sendo um contributivo com as análises que sucedem a partir das interações realizadas pelo mesmo. Importante frisar que o objetivo geral do trabalho consiste em compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC, acerca da Violência contra as mulheres, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências. Portanto, caracterizar tais grupos, implica em lançar luz sobre os protagonistas deste trabalho de pesquisa possibilitando para além do cruzamento de dados com as informações da ficha de matrícula do Estado, também o levantamento de dimensões econômicas, sociais e culturais dos participantes. Os estudos sobre a violência contra mulheres na Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps no Distrito de São Cristóvão possibilitam aprofundar o conhecimento do pesquisador e sucessivamente qualificar as aulas e demais atividades profissionais, sociais e pessoais onde o mesmo se insere. A análise da forma de tratamento atribuído ao tema por parte da instituição escolar joga luz para aspectos fundamentais sobre o modo como é abordada a temática, as condições da escola para realização de tais tarefas e a relevância desta diante da realidade das (dos) estudantes e demais moradores do Distrito. Ao mesmo tempo, possibilita um olhar de quem vivencia a política pública em suas condições cotidianas, no chão da escola e da comunidade. Não obstante, a violência contra as mulheres é um problema social gravíssimo, combatê-lo é urgente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC, acerca da Violência contra as mulheres, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências. Objetivo Secundário: Compreender o fenômeno da violência e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC; Identificar como a violência contra as mulheres se apresenta no imaginário social dos (as) estudantes de uma escola do município de Três Barras/SC; Analisar quais os posicionamentos dos

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O olhar dos (as) estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps - Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres

Pesquisador: CAROLINA FERNANDES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 70249723.0.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.173.416

Apresentação do Projeto:

A pesquisa é oriunda do Programa de Pós-graduação em Educação, nível de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Pretende-se realizar a partir de entrevistas (grupos focais) com estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual no município de Três Barras/SC, no Planalto Norte Catarinense. O Distrito onde a instituição está localizada é constantemente noticiado pela mídia local como espaço de violências diversas, dentre as quais, a praticada contra as mulheres. Os procedimentos metodológicos estão divididos em duas etapas: Coleta dos dados e Análise dos dados. Assim, a primeira etapa, compreende a coleta dos dados a partir da realização de entrevistas com dois grupos focais (um do período integral e outro do período noturno). No uso desta metodologia, a análise visa as interações estabelecidas entre os sujeitos, sendo o moderador o responsável por orientar os participantes com base nos objetivos da pesquisa. Para tal, conta-se com um roteiro de apoio para dinamizar e propor diálogo de acordo com os interesses do trabalho. O roteiro de apoio é composto por 7 questões abertas. Todavia, convém ressaltar que este serve apenas para orientar o grupo em relação às interações vinculadas aos objetivos da pesquisa. Não se trata de uma entrevista com perguntas e respostas. As questões visam identificar o olhar dos (as) estudantes sobre quais elementos influenciam na existência de violências contra as mulheres e as possíveis formas de erradicar estes atos. Também procura compreender em que medida o tema se apresenta nas relações cotidianas dos (as) estudantes. No âmbito das proposições para coibir a violência contra as mulheres, procura entender a importância

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701

Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400

UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-6094

E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO B – APROVAÇÃO DO CRONOGRAMA CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: O olhar dos (as) estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps - Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres

Pesquisador: CAROLINA FERNANDES DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 70249723.0.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.294.584

Apresentação do Projeto:

A pesquisa é oriunda do Programa de Pós-graduação em Educação, nível de Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina. Pretende-se realizar a partir de entrevistas (grupos focais) com estudantes do ensino médio de uma escola pública estadual no município de Três Barras/SC, no Planalto Norte Catarinense. O Distrito onde a instituição está localizada é constantemente noticiado pela mídia local como espaço de violências diversas, dentre as quais, a praticada contra as mulheres. Os procedimentos metodológicos estão divididos em duas etapas: Coleta dos dados e Análise dos dados. Assim, a primeira etapa, compreende a coleta dos dados a partir da realização de entrevistas com dois grupos focais (um do período integral e outro do período noturno). No uso desta metodologia, a análise visa as interações estabelecidas entre os sujeitos, sendo o moderador o responsável por orientar os participantes com base nos objetivos da pesquisa. Para tal, conta-se com um roteiro de apoio para dinamizar e propor diálogo de acordo com os interesses do trabalho. O roteiro de apoio é composto por 7 questões abertas. Todavia, convém ressaltar que este serve apenas para orientar o grupo em relação às interações vinculadas aos objetivos da pesquisa. Não se trata de uma entrevista com perguntas e respostas. As questões visam identificar o olhar dos (as) estudantes sobre quais elementos influenciam na existência de violências contra as mulheres e as possíveis formas de erradicar estes atos. Também procura compreender em que medida o tema se apresenta nas relações cotidianas dos (as) estudantes. No âmbito das proposições para coibir a violência contra as mulheres, procura entender a importância

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.294.584

que os jovens atribuem à instituição escola enquanto limites e possibilidades desta. Já para a etapa de análise dos dados será utilizada a metodologia da análise de conteúdo. A técnica é embasada na obra de Laurence Bardin (2011) e está dividida em três eixos cronológicos: 1] a pré-análise; 2] a exploração do material; 3] o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A coleta dos dados pessoais a partir de questionário individual possibilita traçar um panorama da forma como os estudantes definem sua autopercepção étnico-racial, identidade de gênero, a situação conjugal, a origem da família, as condições de trabalho, de renda, de moradia e filiação religiosa. Se trata de uma forma de contextualizar os grupos participantes sendo um contributivo com as análises que sucedem a partir das interações realizadas pelo mesmo. Importante frisar que o objetivo geral do trabalho consiste em compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC, acerca da Violência contra as mulheres, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências. Portanto, caracterizar tais grupos, implica em lançar luz sobre os protagonistas deste trabalho de pesquisa possibilitando para além do cruzamento de dados com as informações da ficha de matrícula do Estado, também o levantamento de dimensões econômicas, sociais e culturais dos participantes. Os estudos sobre a violência contra mulheres na Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps no Distrito de São Cristóvão possibilitam aprofundar o conhecimento do pesquisador e sucessivamente qualificar as aulas e demais atividades profissionais, sociais e pessoais onde o mesmo se insere. A análise da forma de tratamento atribuído ao tema por parte da instituição escolar joga luz para aspectos fundamentais sobre o modo como é abordada a temática, as condições da escola para realização de tais tarefas e a relevância desta diante da realidade das (dos) estudantes e demais moradores do Distrito. Ao mesmo tempo, possibilita um olhar de quem vivencia a política pública em suas condições cotidianas, no chão da escola e da comunidade. Não obstante, a violência contra as mulheres é um problema social gravíssimo, combatê-lo é urgente.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender as representações incorporadas pelos (as) estudantes do ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC, acerca da Violência contra as mulheres, suas causas, consequências, bem como, o posicionamento dos jovens diante de tais violências. Objetivo Secundário: Compreender o fenômeno da violência e suas especificidades relacionadas à realidade de estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC;

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.294.584

Identificar como a violência contra as mulheres se apresenta no imaginário social dos (as) estudantes de uma escola do município de Três Barras/SC; Analisar quais os posicionamentos dos (as) estudantes de ensino médio de uma escola do município de Três Barras/SC quanto a violência contra as mulheres.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A adesão como participante nesta pesquisa oferece risco mínimo à saúde ou exposição a situações constrangedoras. Convém esclarecer que a participação servirá para a produção de conhecimento. Neste caso, mantendo o anonimato (nome do participante não será revelado) para evitar todo e qualquer constrangimento. Este estudo não apresenta riscos de natureza física, no entanto, existe a possibilidade de mobilização emocional relacionada ao tema, como por exemplo, causar constrangimento ou aborrecimento ao responder sobre alguns fatos vivenciados no passado. Contudo, em caso de ocorrência, será acolhido, interrompido o encontro, retornando a coletar os dados sob anuência, tão logo o (a) participante esteja à vontade para continuar ou desistir. As informações coletadas serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar as identidades. Os resultados poderão ser apresentados em eventos ou periódicos científicos, garantindo o direito ao anonimato e resguardo da privacidade. Para preservar a privacidade da identidade dos (as) participantes será utilizada a letra T maiúscula representando a inicial do nome da ex-aluna da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps vítima de feminicídio no ano de 2021, seguido de numeral correspondente conforme o tamanho do grupo. Exemplo: T1, T2, T3... Contudo, as biografias apresentadas e relatadas poderão fornecer informações que identifiquem os indivíduos. Acrescenta-se que, apesar dos esforços e das providências necessárias tomadas pelos pesquisadores responsáveis, sempre existe a remota possibilidade de quebra de sigilo, ainda que involuntária e não intencional.

Benefícios: A realização desta pesquisa traz como benefícios a valorização da trajetória dos participantes desta investigação, bem como, a oportunidade de refletir sobre sua atuação no que se refere ao tema da violência contra as mulheres. Além disso, a investigação poderá contribuir para o aprimoramento da ciência, colaborando com a construção da sociologia da educação brasileira, notadamente no que diz respeito a luta pelos direitos humanos das mulheres diante da gravidade deste problema social que atinge meninas e mulheres em maior ou menor escala em diversos países do mundo, dentre eles, o Brasil.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.294.584

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de pesquisa de Mestrado em Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, de Reginaldo Antonio Marques dos Santos, sob orientação da professora Dra Carolina Fernandes da Silva.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A submissão incluiu os seguintes termos:

Folha de rosto assinada

Projeto detalhado

TALE

TCLE

Declaração da instituição

Recomendações:

Vide Conclusões e Pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que o projeto atende as orientações do CEP e a emenda para prorrogação do cronograma da pesquisa, recomenda-se a sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2201403_E1.pdf	23/08/2023 16:27:08		Aceito
Outros	HistoricoEscolar.pdf	23/08/2023 16:25:20	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	CARTAINFO.pdf	23/08/2023 16:24:52	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoUFSC3.pdf	23/08/2023 16:23:52	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	CARTA.pdf	30/06/2023 16:59:59	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.294.584

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	30/06/2023 16:56:24	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	05/06/2023 21:46:37	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	05/06/2023 18:36:50	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	05/06/2023 18:35:07	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Outros	Questionario.pdf	05/06/2023 18:34:20	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Declaração de concordância	TermoInstituicao.pdf	05/06/2023 18:32:20	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	05/06/2023 18:28:29	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoCompromisso.pdf	05/06/2023 18:26:09	Reginaldo Antonio Marques dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 12 de Setembro de 2023

Assinado por:
Nelson Canzian da Silva
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO C – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO OU A SUA NEGATIVA

A Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps/ Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SED está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado: “O olhar dos (as) estudantes do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps – Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres”, proposto pelo pesquisador Reginaldo Antonio Marques dos Santos, sob orientação da professora Dra. Carolina Fernandes da Silva da Universidade Federal de Santa Catarina. A Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps/ Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SED assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de **junho de 2023** até **setembro de 2023**. Com a autorização da realização da pesquisa, ficam o pesquisador e sua orientadora responsáveis pelos procedimentos de autorização do Comitê de Ética em Pesquisa e sua aprovação, conforme prevê esta portaria. Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Autorizamos () OU Não autorizamos () a citação do nome da instituição nos títulos e textos das futuras publicações dos resultados do estudo.

NO CASO DE NÃO AUTORIZAÇÃO:

A E.E.B Frei Menandro Kamps/Coordenadoria Regional de Educação de Canoinhas/SED

NÃO está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado
"O olhar dos (as) estudantes do Ensino Médio da Escola de
Educação Básica Frei Menandro Kamps – Três Barras/SC sobre a
violência contra as mulheres" do pesquisador Reginaldo Antonio
Marques dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina,
pelo _____ seguinte _____ motivo:

Três Barras, 01 de junho de 2023

Assinatura/Carimbo do responsável


Gerson Renato Lisboa
Diretor Geral
E.E.B. Frei Menandro Kamps
Matricula: 258603-7-04
Portaria: 10 06/01/2022

E.E.B. Frei Menandro Kamps
Código 76700892650
Distrito SÃO CRISTÓVÃO
89490-000 - TRÊS BARRAS - SC

ANEXO D – AUTORIZAÇÃO DE USO ACADÊMICO DE HQ

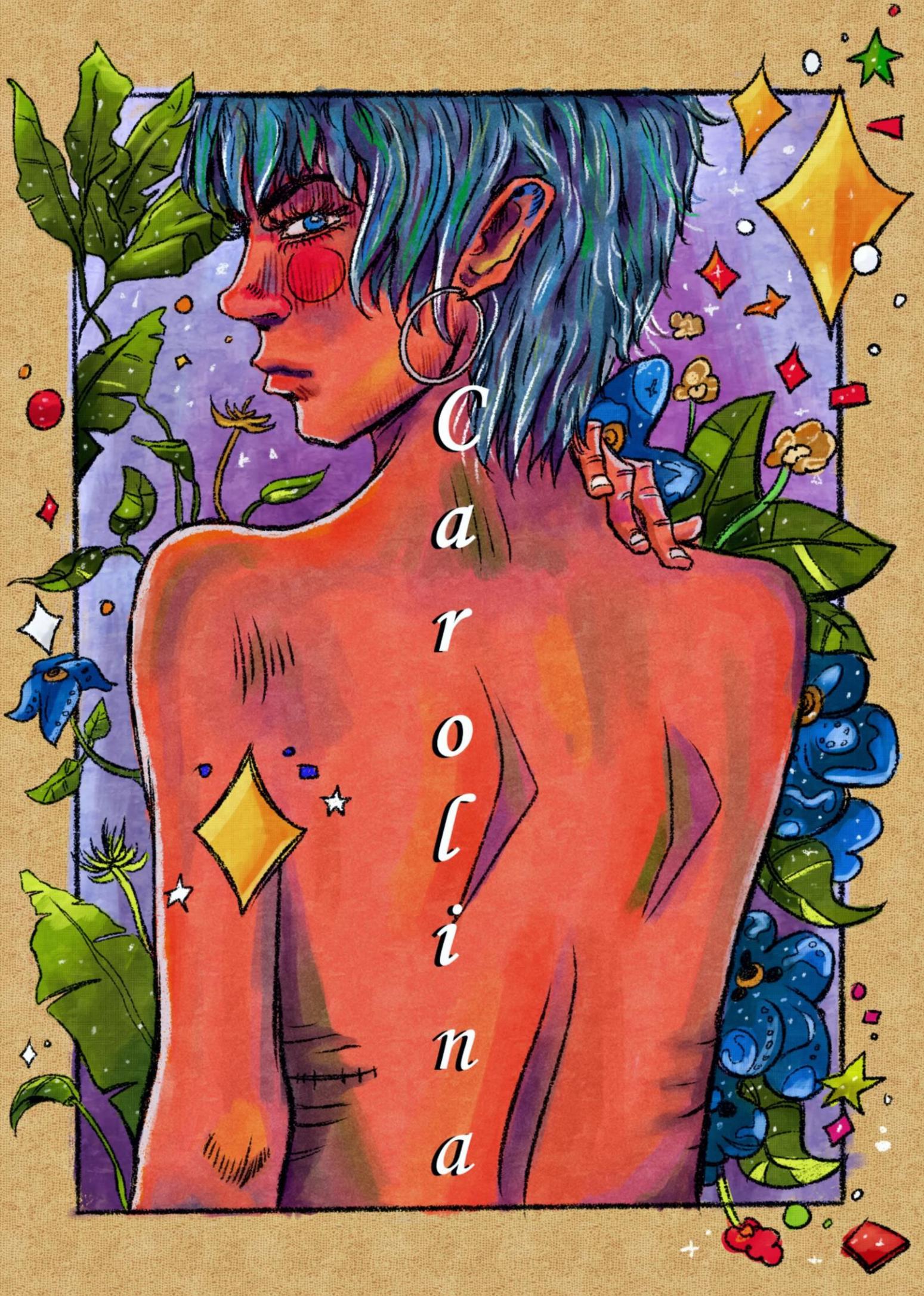
AUTORIZAÇÃO:

Eu, Renato Cauê Grosskopf, brasileiro, CPF nº 131.937.139-59
RG nº 7.860.135, aluno concluinte do Ensino Médio na Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps no ano de 2022, **AUTORIZO** o Mestrando em Educação Reginaldo Antonio Marques dos Santos e sua Orientadora de Pesquisa, Carolina Fernandes da Silva - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a utilizar em sua Dissertação de Mestrado intitulada: “O olhar dos (as) estudantes do ensino médio da Escola de Educação Básica Frei Menandro Kamps – Três Barras/SC sobre a violência contra as mulheres” meu trabalho escolar intitulado “Carolina” desenvolvido para a disciplina de Sociologia na Semana de Combate à Violência contra a Mulher. Autorizo seu uso para fins acadêmicos, de pesquisa, bem como publicações, divulgações em qualquer formato de mídias e participações em eventos em que o trabalho possa ser apresentado, sem qualquer ônus para os pesquisadores e UFSC, respeitados meus direitos autorais.

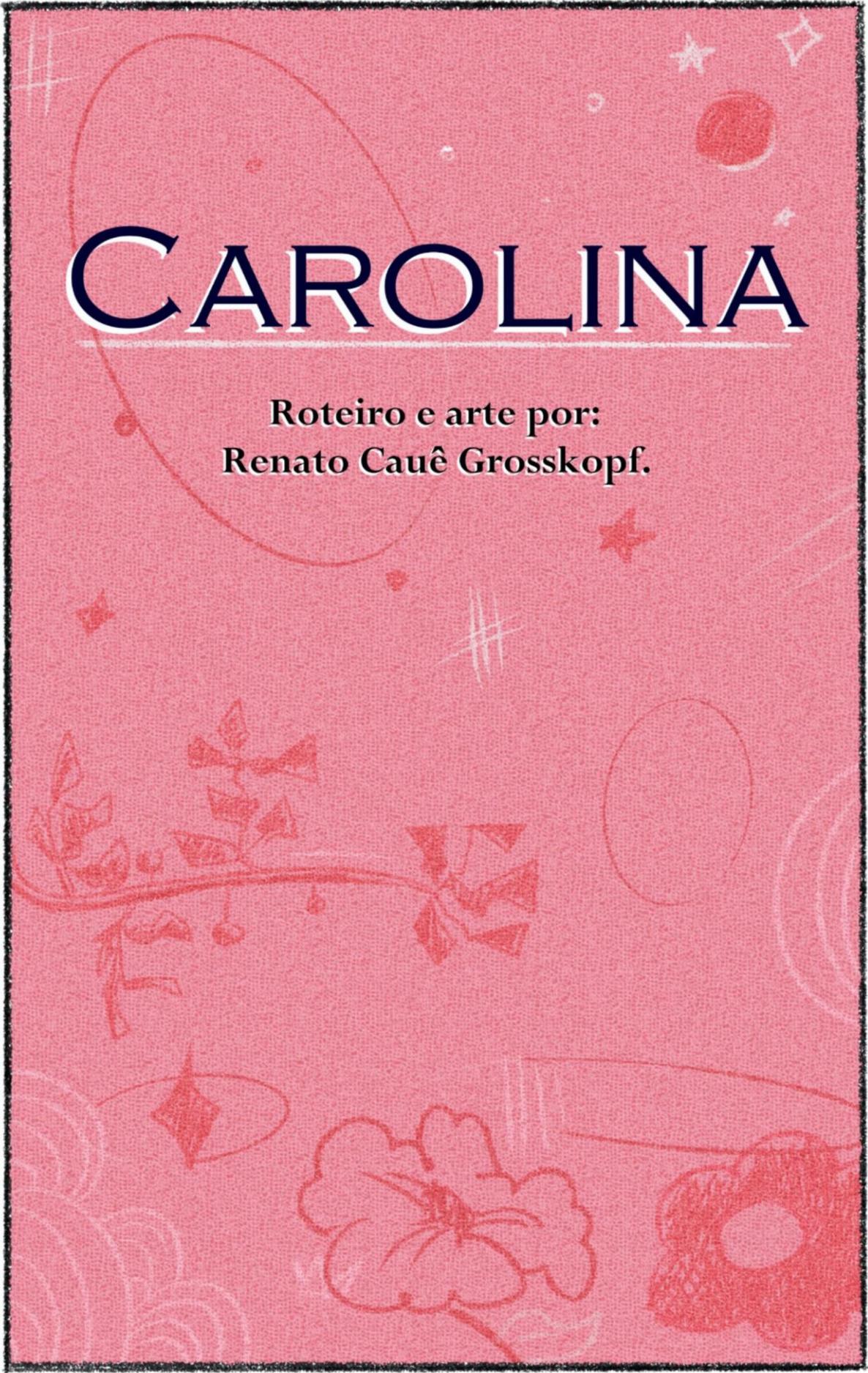
Três Barras, 22 de novembro de 2023.

Renato Cauê Grosskopf
Assinatura do aluno

ANEXO E – QUADRINHO “CAROLINA”



C
a
r
o
l
i
n
a



CAROLINA

Roteiro e arte por:
Renato Cauê Grosskopf.

"Lê nos meus olhos todos os consentimentos, mata tua sede na pedra que se fez fonte.

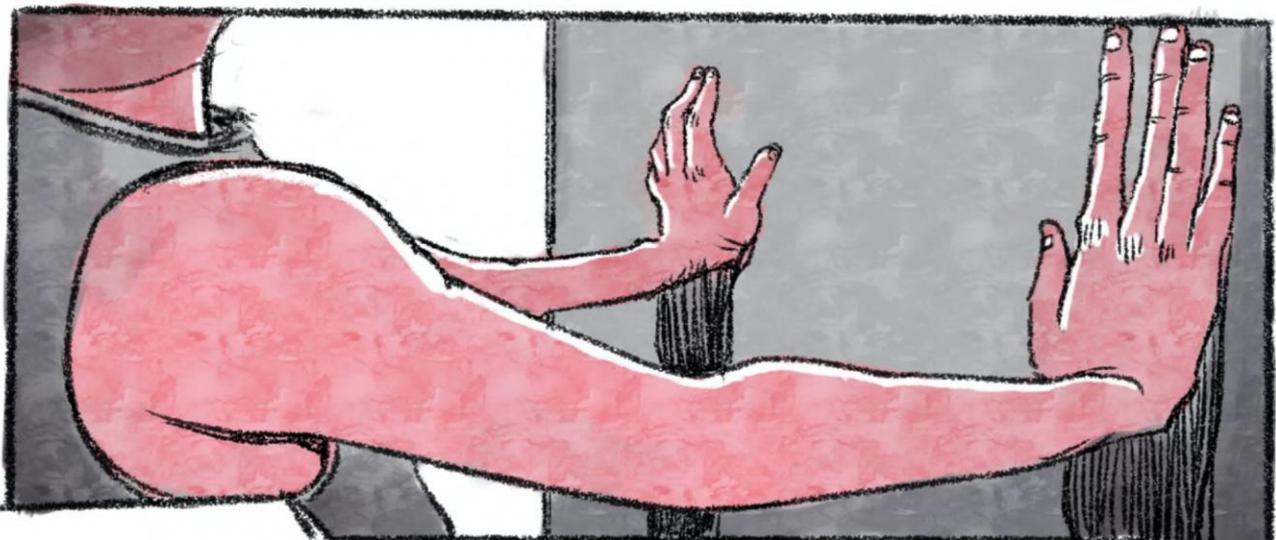
E te encara com a paisagem contraditória do meu ser."

- Pagu.



Palavras como aquelas já faziam parte de meu cotidiano

Palavras como aquelas já não surtiam nenhum efeito sobre mim



Gestos como os dele, já me pareciam tão naturais...

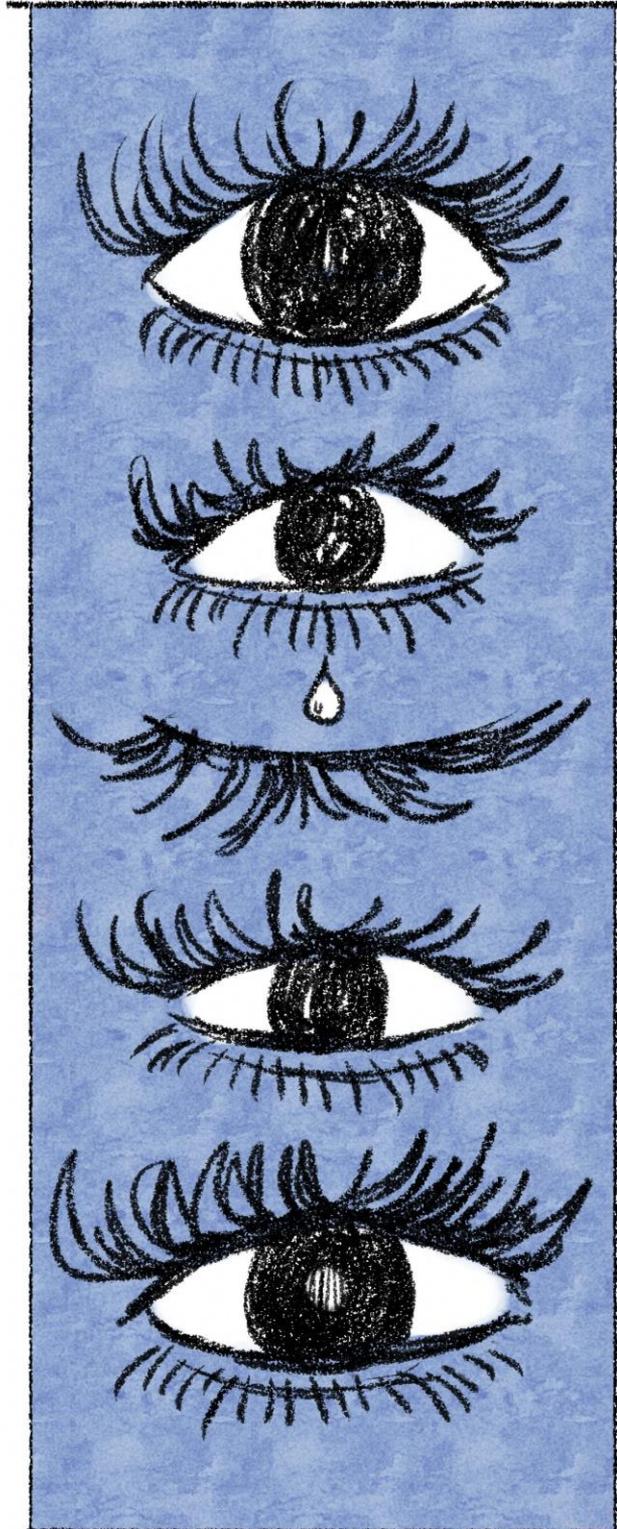
A hand in a red sleeve reaches out from a dark, shadowed area. The hand is positioned as if it is about to grasp something. To the left of the hand is a cluster of blue roses. Above and to the right of the hand are several strands of grey, thorny barbed wire. The background is dark and textured with cross-hatching. The text is written in a simple, sans-serif font within a white, irregularly shaped area that overlaps the hand and the roses.

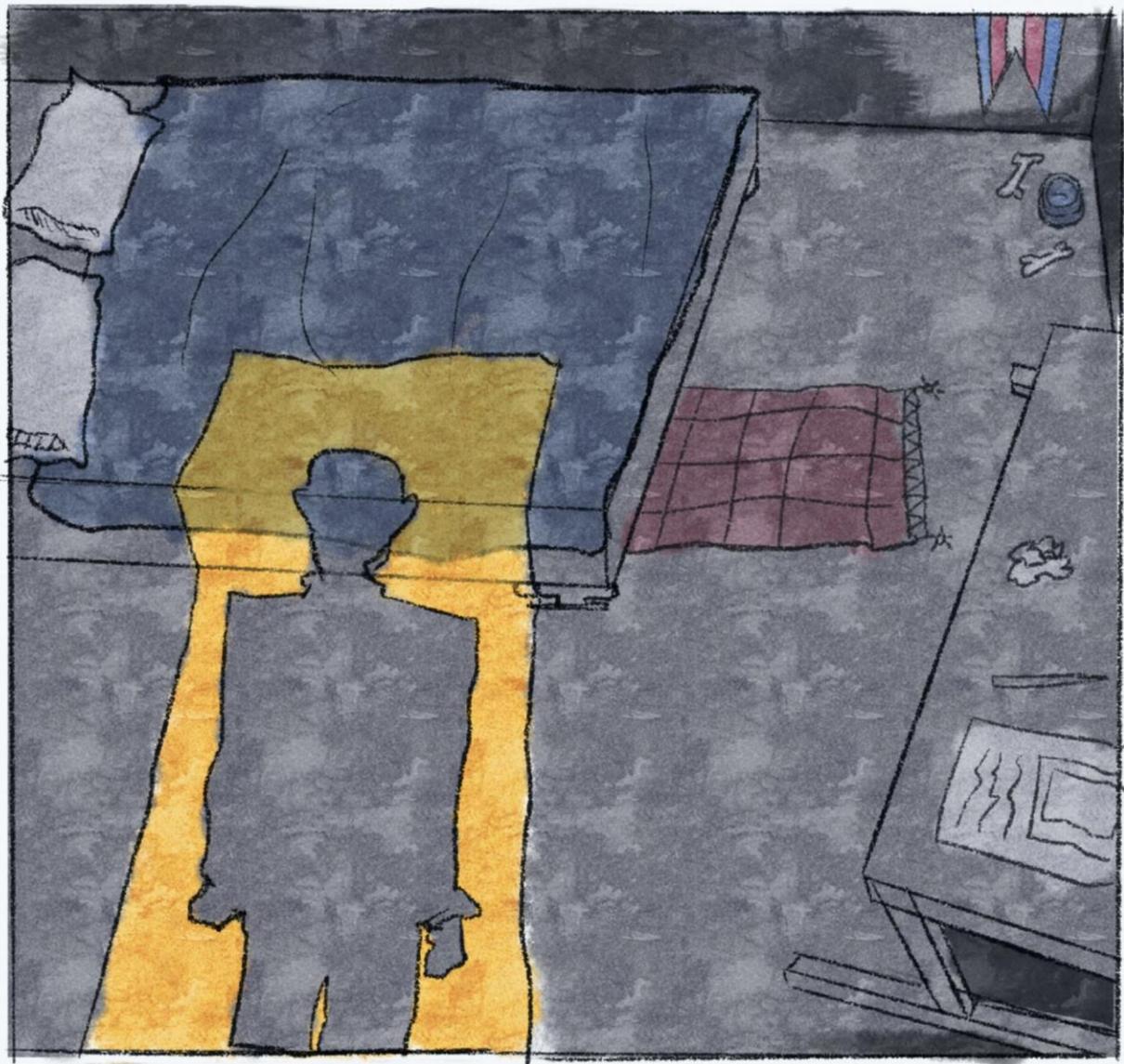
A vida era, sem dúvidas,
uma massa disforme que
corria sob
meus dedos, escapando
lentamente
sem possibilidade
de
retorno.



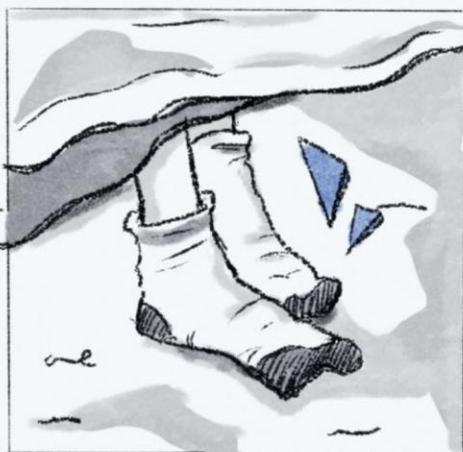
Entretanto, eu continuava forte
sem entender o
porquê.



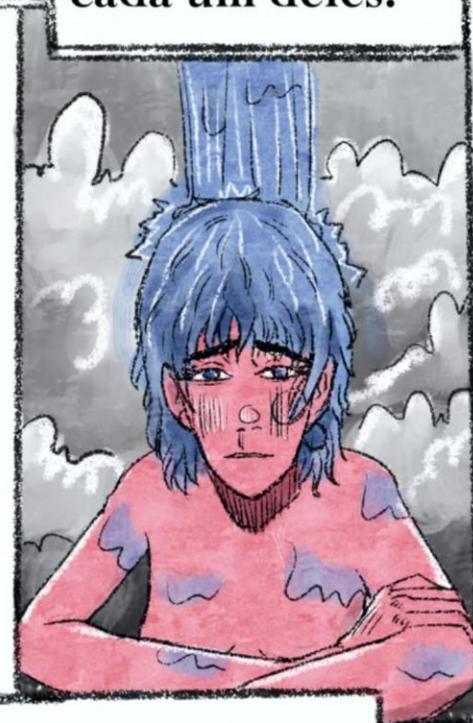




Mas "porquês" não faziam parte do vocabulário permitido naquela casa



Naquela casa, foi onde eu - por anos, reprimi cada sentimento,
cada um deles:



minha individualidade,



meu sexo,



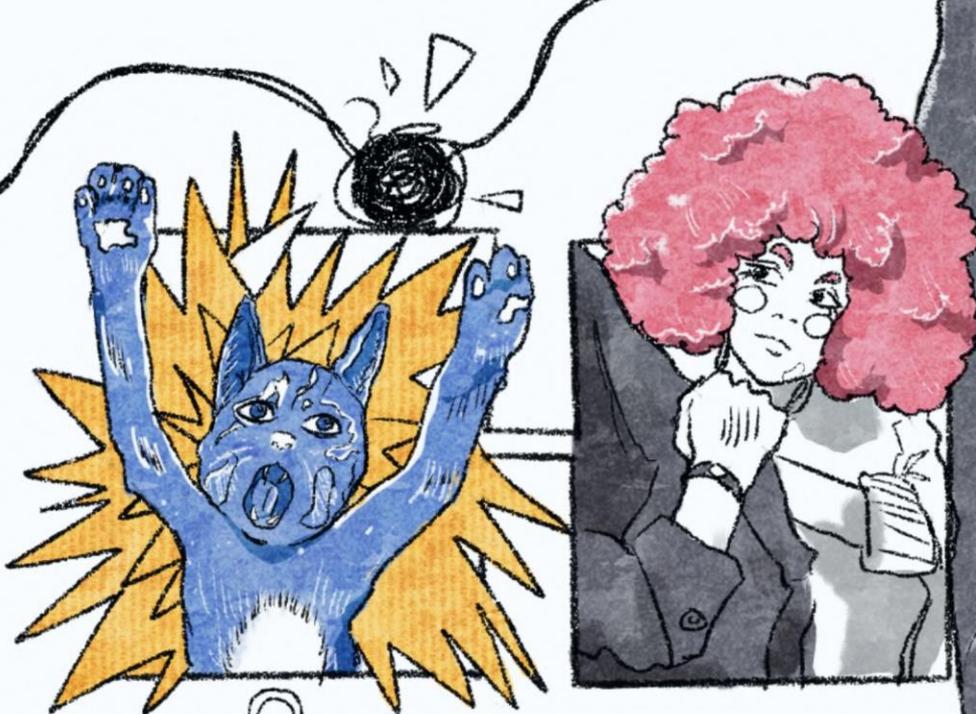
meu ser...



Contudo, tudo que me restava, era aquela força.
Aquela força que nunca me abandonava, aquela força
que brilhava

ofuscada

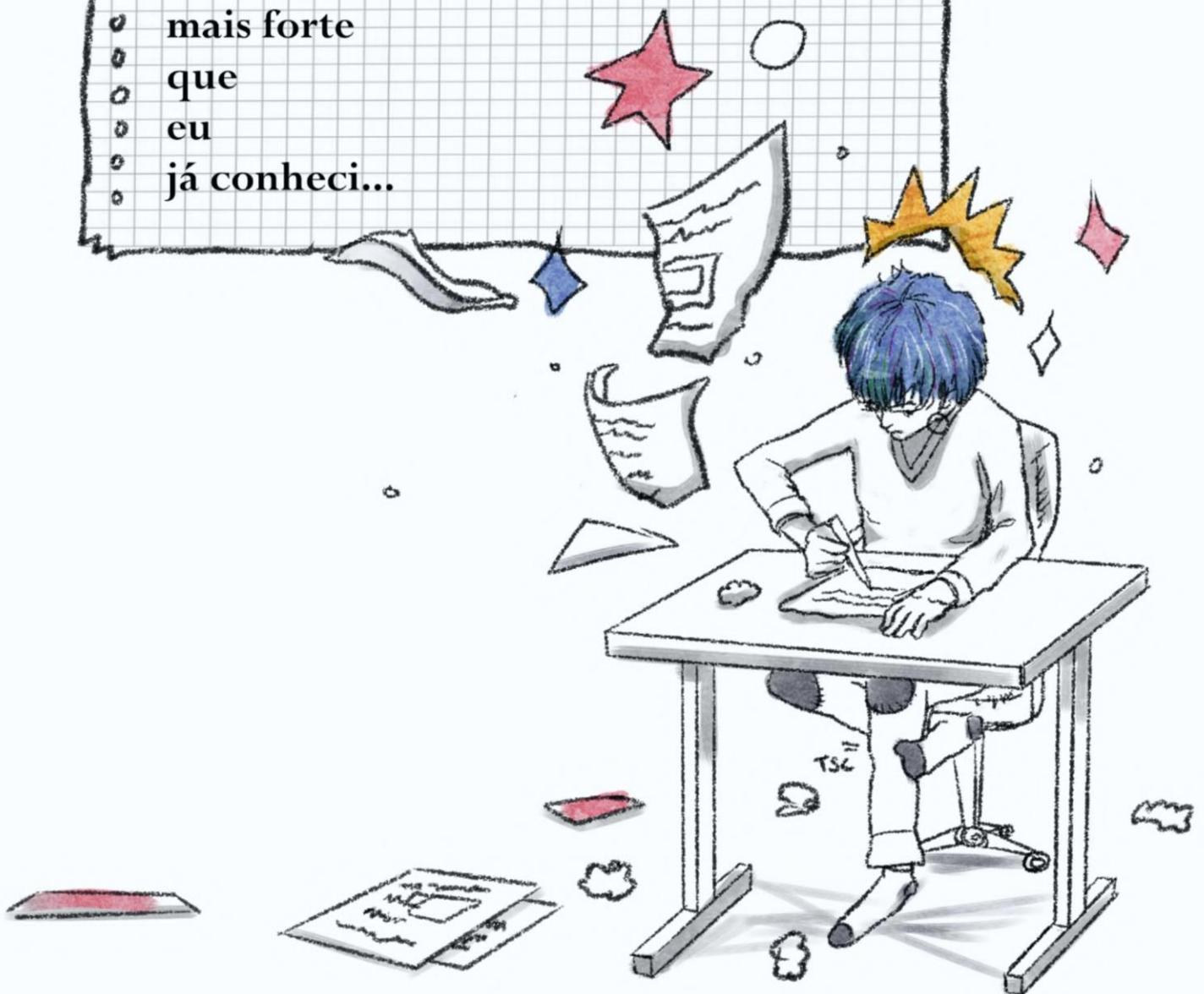
em algum lugar de minha alma...



Foi  dessa força (junto da ajuda de alguns seres caridosos) que foi-me possível finalmente entender toda aquele inferno ao qual me encontrava, a escuridão sem fim: finalmente havia parado de arder e a esperança tomava conta de mim - pela primeira vez....



Hoje escrevo para qualquer pessoa
que esteja precisando sonhar,
pois,
só agora depois de
anos que saí "daquela casa"
eu percebo que a
força que brilhava no
fundo da minha alma,
aquele fio prateado de uma
consciência dissociada, era nada mais,
nada menos; que os
sonhos da mulher
mais forte
que
eu
já conheci...





... Carolina, para os mais íntimos, eu.